

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAMILA ALBANI PETRÓ

SEMPRE MAIS ACIMA, SEMPRE MAIS ALÉM:

pensamentos e práticas de gênero na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Petró, Camila Albani

SEMPRE MAIS ACIMA, SEMPRE MAIS ALÉM: pensamentos e práticas de gênero na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970 / Camila Albani Petró. -- 2016.

200 f.

Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História. 2. Gênero. 3. Mulheres. 4. escritoras. 5. Porto Alegre. I. Pinto, Céli Regina Jardim, orient. II. Título.

CAMILA ALBANI PETRÓ

SEMPRE MAIS ACIMA, SEMPRE MAIS ALÉM:

pensamentos e práticas de *gênero* na *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestra em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientadora: Profa. Dra. Céli R. Jardim Pinto

PORTO ALEGRE

2016

CAMILA ALBANI PETRÓ

SEMPRE MAIS ACIMA, SEMPRE MAIS ALÉM:

pensamentos e práticas de *gênero* na *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestra em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela banca examinadora formada por:

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2016.

Aprovada.

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (Orientadora) – PPGH/UFRGS

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – PPGH/UFRGS

Profa. Dra. Natália Pietra Méndez – PPGH/UFRGS

Profa. Dra. Mônica Karawejczyk – PPGH/PUCRS

AGRADECIMENTOS

PRIMEIRAMENTE...

O texto desses agradecimentos foram pensadas a partir de um par de “P’s”: da *política* e da *poética*. Peço às leitoras* que por ventura lerão as linhas seguintes, tentem imaginar a força dos quatro principais elementos – busquem a imagens na memória de fogo, água, terra e ar.

Os projetos individuais podem não passar de projetos, caso não exista investimento. E não poderia deixar de lembrar da *chama* que os últimos governos populares – eleitos democraticamente – ascenderam na educação no Brasil. Quando participamos de outros círculos, correndo, literalmente, por FORA em certas disputas ‘meritocráticas’, ter tido a possibilidade de fazer uma pós-graduação de tamanho quilate com auxílio econômico (gracias, PPGH-UFRGS e CNPq!) faz a gente pensar que não temos o que TEMER, que precisamos continuar lutando para que o acesso à universidade pública e de qualidade possa ser uma realidade, e não somente um sonho de boa parte da população. Esse *fogo*, que ilumina e aquece nossas esperanças não pode (e não vai!) ser apagado.

Mas o *fogo* sozinho pode causar incêndios... Daí temos aquelas *bombeiras do conhecimento*, *injetando água*, fazendo fluir os pensamentos, levando-nos a lugares desconhecidos da nossa própria mente. Às professoras, minha gratidão e respeito. Por todas da minha trajetória. E aqui, em específico, às do Departamento de História da UFRGS. Principalmente agradeço ao Prof. Benito, que buscou filtrar minhas pesquisas iniciais, demonstrando caminhos para fontes mais cristalinas – e que caminhando um pouco mais (sempre é possível mais!) haverá uma nascente mais límpida. Gratidão também à orientação da Profa. Céli, que trouxe calma para mares revoltos, com incentivo na medida certa para não parar de nadar, mas também para não me afundar ou afogar. À Profa. Natália Pietra, sou muito grata pelas disciplinas que pude fazer: foi como estar a deriva e ver terra poucos metros à frente – muitas daquelas leituras estão presentes nesse trabalho. À Mônica, por tantas dicas, trocas; fontes que precisava beber e não me deixaste com sede. Ao GT Estudos de Gênero, sobretudo na pessoa *amiga-peixe* Elisa Fauth, que dividiu a coordenação comigo, formando quase um cardume *a duas*. Agradeço também à Marisângela Martins e Cássia Silveira, que nadaram comigo lá no início, me ajudando a fazer o Projeto de Mestrado, a Jaquet e todos/as

* ao falar no plural feminino, estou tratando do conjunto de pessoas que são leitoras, professoras, etc.

que ajudaram nos estudos para a prova (não foi fácil trabalhar, estagiar e conciliar disciplinas do bacharelado com a busca pela aprovação no Mestrado) e a todas que me indicaram bibliografias, que debateram comigo em Congressos, Simpósios, bares. E este trabalho não seria possível sem a ajuda, principalmente, de Santa Inèze (presidenta atual da ALFRS) e demais acadêmicas, sempre muito solícitas, que abriram os *mares* [acervo] para a pesquisa.

Eu sempre quis continuar voando por aí, mas sem *terra firme* para sustentar as quedas a gente não vai longe – ou melhor, a gente nem decola. Agradeço à ‘*Dona Hilda e Seu Avelino*’, por tantos sacrifícios para que eu e as *gurias* pudéssemos ter o que eles não tiveram. [Mãe, Pai, vocês podem pensar não ter sido tudo que queriam para nós, mas fizeram e são o melhor que poderiam, e o melhor que eu posso ter, pois, apesar de tudo, o amor venceu – e a força, os valores e o conhecimento de vocês são o exemplo que a falta de *estudo* não é sinônimo de ignorância: Obrigada!]. Milene e Rosana, minhas manas, continuam sendo uma base importante para essa caçula voadora: agradeço por toda a compreensão, respeito. Como já disse, e estendo a *vocês tudo, Família*, quando a gente se vê perdida no mundo, ter mãos e olhares fraternos como os de vocês a segurar nossa mão, a nossa dor, é como saber que há caminho, que a humanidade e os bons sentimentos ainda existem.

E como a gente vive sem *ar*? No meio dessa vida maluca que se leva, ter momentos para respirar profundamente, ou até perder o ar de tanto rir, é o que dá leveza para seguir. Amigas... Tem muita gente importante a arejar minha existência, vou citar quem esteve bem próxima nos últimos tempos. Agradeço: o grupinho do “Existe Amor no PPG” (Pedro, Bruna), que ajudaram muito no período do mestrado; à Larissa, desde a graduação seguindo no sufoco comigo, uma referência, literalmente (muito obrigada pela ajuda teórica nesse trabalho: confia, tu vais longe!); Marcello, eterno *Juca*, a distância não pode apagar tudo que já respiramos juntos; Carina (Cacá!), por tantos encontros que ajudam a desopilar; e *Ele*, aquele que entra ano, sai ano, continua fazendo vento comigo por aí a mais de 20! Alexandre, a nossa amizade-irmandade é ar em movimento, mas sabes que também é terra, sustenta a caminhada e ajuda a voar.

E nos últimos tempos teve alguém que é ar, terra, água e fogo na minha vida. É a união de todos esses elementos. Deu sustentação tão firme e ao mesmo tempo doce. Trouxe fluidez, fazendo correr lágrimas de felicidade. Ajudou a respirar em meio ao caos. E... Ascendeu sentimentos profundos. Laura, afinal, *o que cabe no nosso tempo?* Amar... e Mudar... nos interessa mais!

“Seja como for, não consigo parar de pensar, enquanto olho para as obras de Shakespeare na prateleira, que o bispo estava certo, ao menos nisso: teria sido impossível, absoluta e inteiramente, para qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare. Deixe-me imaginar, já que os fatos são tão difíceis de apurar, o que teria acontecido se Shakespeare tivesse tido uma irmã incrivelmente talentosa, chamada, digamos, Judith. [...]. Sua talentosa e extraordinária irmã, é de se supor, ficava em casa. Ela era tão aventureira, tão imaginativa, tão impaciente para conhecer o mundo quanto ele. Mas ela não freqüentou a escola. [...] Apanhava um livro de vez em quando, talvez um dos de seu irmão, e lia algumas páginas. Mas logo seus pais surgiam e ordenavam que fosse coser as meias ou cozer o guisado e não mexesse em livros e papéis. Talvez rabiscasse algumas páginas em um pequeno sótão, às escondidas, mas tinha o cuidado de escondê-las ou queimá-las [...]. Ela tinha uma ligeira inclinação, um talento como o do irmão, para a harmonia das palavras. Assim como ele, gostava de teatro. Estava às portas do palco; queria atuar, disse ela. Os homens riam na sua cara [...]. Concordo com o bispo, se é que era um: é impensável que qualquer mulher nos dias de Shakespeare tivesse tido o dom de Shakespeare. Porque um gênio como o de Shakespeare não surgia entre pessoas trabalhadoras, sem educação formal, servis. Não nascia na Inglaterra entre os saxões e os bretões. Não surge hoje entre as classes trabalhadoras. Como, então, poderia surgir entre as mulheres cujo trabalho começava [...] pouco antes de deixarem o berço, e ao qual eram impelidas pelos pais e obrigadas ao poder da lei e dos bons costumes? Ainda assim, gênios desse tipo hão de ter existido entre as mulheres, da mesma forma que hão de ter existido entre as classes trabalhadoras.”

Virgínia Woolf,

“Um teto todo seu” (1928)

“...Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da patria. Então eu dizia para a minha mãe:

- Porque a senhora não faz eu virar homem? Ela dizia: - Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem.

Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe:

- O arco-iris foge de mim.”

Carolina Maria de Jesus,

“Quarto de Despejo” (1960)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* (ALFRS), fundada em Porto Alegre no ano de 1943, e que segue em atividade na cidade até os dias de hoje (2016). Esta dissertação teve como questionamento central quais os pensamentos e práticas permeadas por *gênero* constituíram esta instituição de letras feminina, bem como suas transformações, ao longo das décadas de 1940 a 1970 em Porto Alegre. O recorte temporal abarcou o período da criação da ALFRS e seus trinta anos iniciais, englobando nas fontes utilizadas as Atas da instituição, de 1943 a 1973, seus estatutos, e a revista *Atenéia*, que circulou de 1949 a 1972. Através da categoria *gênero*, teve como horizonte rastrear quais discursos a transpassaram, seja internamente, através de suas Atas, seja externamente, por meio dos editoriais de sua revista. Primeiro, analisou-se os porquês da sua criação, para compreender como se estruturou esta academia de letras exclusivamente de mulheres e quais foram suas características iniciais, além das informações gerais do periódico, que foi o órgão de intercâmbio cultural e de defesa dos interesses da ALFRS. Posteriormente, três perspectivas orientaram a estrutura da narrativa: a “*Academia para dentro*” (estabelecimento, organização e transformações de práticas e posicionamentos da ALFRS internamente ao longo de suas três décadas iniciais – 1943-1973); “*de fora para dentro da Academia*” (temas e finalidades da ALFRS levados ao público externo nos editoriais de *Atenéia*) e, por fim, “*de fora para dentro da Academia e vice-versa*” (sentidos políticos de uma escrita aparentemente descomprometida nos editoriais de *Atenéia*).

Palavras-chave: Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) – gênero – mulheres – literatura – escritoras – Porto Alegre

ABSTRACT

This study has as an object the *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* (ALFRS), founded in Porto Alegre by the year of 1943, being still in activity in the city until the present day (2016). This dissertation has as a main question to understand what were the thoughts and practices permeated by *gender* constituted this feminine literary institution, as well as, its transformation from the 1940s to 1970s in Porto Alegre. The time frame clipping has embraced the ALFRS creation period and its first thirty initial years, encompassing the Institution meeting minutes in the sources used in this study from 1943 to 1973, its bylaws, and the *Atenéia* magazine, that had been published from 1949 to 1972. Through the category of *gender*, this study has had as an outlook to track back which speeches permeated the Academy, either internally, through its meetings minutes, or externally, by means of its magazine editorials. Initially, the reasons of its creation were examined, to understand how this women uniquely literary academy was structured and what were its first initial characteristics, further the journal general informations, which was the cultural cooperation executive body and acted in the ALFRS interests defence. Afterward, three perspectives guided the narrative structure: the “inward academy” (establishment, organization and ALFRS internally practices transformations and placements over the course of its first three decades – 1943-1973); “the outside in academy” (ALFRS themes and purposes taken to the external public by the editorials of *Atenéia*) and, finally, “from the outside in Academy to inward Academy and vice versa” (political senses from an apparently non-committal writing in the editorials of *Atenéia*).

Keywords: Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) – *gender* – women – literature – writers – Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I. O ANJO DO LAR, A RUA E UMA ACADEMIA DE LETRAS FEMININA: um percurso da leitura e da escrita de mulheres no Brasil	36
1. Leitura, escrita e <i>um teto todo seu</i>: práticas simbólicas e necessidades físicas	36
1.1 Lygia Moschetti: a benemérita escritora ítalo-brasileira	47
1.2 Aurora Nunes Wagner: uma dentista integralista em Porto Alegre.....	51
CAPÍTULO II. AS EVAS TAMBÉM QUEREM A SUA PRÓPRIA ACADEMIA (E REVISTA)	56
1. A fundação da ALFRS, a primeira a ser constituída no país	56
1.1 “Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura...”	61
2. Atenéia, o Órgão de Intercâmbio Cultural e de Defesa dos Interesses da ALFRS	66
2.1 Revista Atenéia: mapeamento geral.....	69
CAPÍTULO III. “ACADEMIA PARA DENTRO”	78
1. Das finalidades da ALFRS	78
1.1 As atividades desenvolvidas	85
2. Formas de ingresso e “não-ingresso” e de exclusões e permanências	90
2.1 Valores intelectuais e morais das acadêmicas: o Caso Ísis.....	92
2.2 O fechamento de um círculo literário: o Caso Lila	93
2.3 Caráter puramente literário da Academia: o Caso Maria	98
3. Aquisição e trocas de sede	99
CAPÍTULO IV. “DE DENTRO PARA FORA DA ACADEMIA”	104
1. REVISTA ATENÉIA e ALFRS: datas, comemorações, símbolos	104
2. Letras, Leitura, Literatura, Educação e Cultura: debates literários e legislativos	117

CAPÍTULO V. “DE FORA PARA DENTRO DA ACADEMIA E VICE-VERSA”	121
1. Mulher, Mulheres, Relações de Gênero: história(s), lutas, conquistas	121
2. Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional: momentos, debates políticos, tomadas de posição frente a conjunturas do mundo e do país	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	152
1. Lista de Fontes	152
1.1 Atas e Revista <i>Atenéia</i>	152
1.2 Compêndios Bibliográficos	152
1.3 Estatutos	153
1.4 Meio Eletrônico	153
1.5 Reportagens	153
1.6 Outros documentos, livros e revistas	154
2. Bibliografia	155
APÊNDICE A – PRESIDENTES DA ALFRS DE 1943 A 1974	165
APÊNDICE B – GESTÕES DE <i>ATENÉIA</i> DE 1949 A 1972	166
APÊNDICE C – VALORES DAS ASSINATURAS DA REVISTA <i>ATENÉIA</i>	167
APÊNDICE D – TABELA RESUMO EDITORIAIS	171
APÊNDICE E – QUADRO TRAJETÓRIAS DAS FUNDADORAS	184
ANEXO A – QUADRO ACADÊMICO 2015	186
ANEXO B – FOTOGRAFIAS DAS FUNDADORAS E PRESIDENTES DA ALFRS E DAS DIRETORAS DE <i>ATENÉIA</i>	195
ANEXO C – FOTOGRAFIAS	197

INTRODUÇÃO

I.

*Aos doze dias do mez de abril de 1943, nesta cidade de Porto Alegre, Rio G. de Sul, reuniram-se, as 16 horas na sala nobre da Ass: Rio G.se de Imprensa gentilmente cedida pelo seu director S.º A. Pasqualini, as intelectuais que atenderam ao apelo da S.ª D' Lydia Moschetti (...) (ACADEMIA, 1943, p.1)*¹

No encontro realizado no salão nobre da Associação Rio-Grandense de Imprensa, na Avenida Borges de Medeiros, Lydia Moschetti tomou a palavra na presença de outras seis mulheres – Stela Brum, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner, Áurea Pereira Lemos, Aracy Fróis e Beatriz Regina – e, falando dos porquês da reunião, explicitou o *objetivo principal*: a fundação de uma Academia Literária Feminina, “*a primeira a ser constituída no Paiz*” (ACADEMIA, 1943, p. 01).

No final daquela segunda-feira de abril de 1943, estava fundada uma nova instituição cultural em Porto Alegre, a *Academia Literária do Rio Grande do Sul*, “[...] para proporcionar a mulher intelectual um lugar de maior realce entre os valores contemporâneos e o merecido culto entre as gerações futuras” (ACADEMIA, 1943, p. 1). A *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* (ALFRS) tinha “reuniões semanais [inicialmente] na residência da poetisa Aura Pereira Lemos, localizada na Rua dos Andradas, nos Altos da conhecida casa de penhores denominada ‘Ao Belchior’”².

Os anos passaram e a ALFRS completou em 2013 setenta anos de atividades. Até então, parecia não ter um (*re*)conhecimento pela comunidade acadêmica não vinculada a ela, já que não há nenhuma pesquisa externa de maior fôlego a seu respeito até o momento. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História UFRGS – *A criação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul: projeto e campo de possibilidades* na Porto Alegre da década de 1940 (PETRÓ, 2012) – foi o início de pesquisas sobre a ALFRS e desta Dissertação Mestrado³.

¹ As transcrições realizadas são fiéis à grafia original, com os possíveis desvios do padrão da língua atualmente.

² A expressão “Ao Belchior” refere-se a uma modalidade de comércio (um “brick de antiguidades”). A sede atual localiza-se na Rua Sarmento Leite, 933, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil (CARRÉ, Toni, 1984, p. 118).

³ Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67204>. Acesso em 10 de março de 2015.

Segundo a revista atual da Academia, *Presença Literária* (FLORES, 1993), a entidade foi reconhecida como de “utilidade pública” pela Lei Municipal 4040/53. Também foi declarada (em 2007) Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul, pela Lei nº 12.772/2007⁴, o que demonstra sua legitimidade frente ao poder público estadual e também aponta para a importância desta instituição para certos grupos e/ou pessoas, ou talvez suas relações.

Esta Dissertação de Mestrado sobre a história da ALFRS é, portanto, uma contribuição para a historiografia, sobretudo a abordagem interdisciplinar apresentada, envolvendo as áreas da história e da literatura. Também é uma forma de colaboração aos estudos de gênero, história das mulheres e história dos intelectuais nas décadas de 1940 a 1970 em Porto Alegre.

Desta forma, no intuito de pesquisar a respeito de tal instituição, abordou-se a sua criação e as suas transformações a partir da análise dos posicionamentos da ALFRS na cidade de Porto Alegre nos diferentes períodos. Buscou-se, primordialmente, responder ao seguinte questionamento: **quais os pensamentos e práticas permeados por gênero constituíram esta instituição de letras feminina, bem como suas transformações, ao longo das décadas de 1940 a 1970 em Porto Alegre?**

A delimitação temporal, isto posto, abrangeu desde a criação da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, em 1943, ao início da década de 1970 – mais precisamente o ano de 1973 –, quando completou trinta anos de existência e igualmente teve como órgão de divulgação a *Atenéia*. O recorte de tempo foi pensado para abarcar o período da criação da ALFRS e seus trinta anos iniciais, englobando nas fontes utilizadas as Atas da instituição, de 1943 a 1973, seus estatutos, e a revista *Atenéia*, que circulou de 1949 a 1972.

No total foram lidas, transcritas e analisadas 415 atas de sessões da ALFRS, presentes em cinco Livros de Atas, com tamanho variável em sua maioria entre 01 e 03 páginas⁵. A utilização destas fontes teve como intuito buscar perceber melhor a dinâmica interna da academia, já que os estatutos demarcam como a instituição deveria funcionar e as atas trazem o registro das atividades e formas de participação – às vezes também pensamentos e posicionamentos das *imortais*.

⁴ Lei nº 12.772 publicada no Diário Oficial de 04 de setembro de 2007.

⁵ Algumas Atas tinham duas vezes o mesmo número, acompanhadas pela letra “A”, pois eram realizadas posteriormente a uma sessão de data anterior: Livro 1 – 1943 a 1946, 58 Atas – da Primeira à Quinquagésima Sétima Sessão; Livro 2 – 1947 a 1954, 138 Atas – da Quinquagésima Oitava à Centésima Nonagésima Quarta ‘A’ Sessão; Livro 3 – 1954 a 1966, 104 Atas – da Centésima Nonagésima Quinta à Ducentésima Nonagésima Terceira Sessão; Livro 4: 1966 a 1968, 42 Atas – da Ducentésima Nonagésima Quarta à Tricentésima Trigésima Quarta Sessão e Livro 5: 1968 a 1978, 73 Atas, da Tricentésima Trigésima Quinta à Quadragésima Terceira Sessão. Observação: do Livro 5 foram transcritas as Atas até o ano de 1973.

A Revista *Atenéia* circulou com um total de 55 edições⁶. Esta documentação periódica, muito rica em detalhes e extensa, necessita ainda de maior tempo de investigação, pois a problemática da pesquisa levou a abarcar as Atas da Academia, também uma fonte com grande quantidade de páginas e conteúdo. Por isso, somente os editoriais do órgão oficial da ALFRS foram incluídos na pesquisa⁷. A escolha pela análise dos artigos de fundo, entretanto, se fez pensando na importância intrínseca de seu teor opinativo, no que se refere a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais de maior relevância, segundo o *Dicionário de Comunicação* de RABAÇA e BARBOSA (2002).

Para o tanto proposto, dois objetivos gerais transpassaram esta pesquisa. Primeiramente, analisar a constituição e transformações da ALFRS, tendo em vista a dimensão de gênero e os espaços disponíveis para as práticas literárias dos/das escritores/as da cidade de Porto Alegre ao longo das décadas de 1940-70. Em segundo lugar, contribuir no que tange aos estudos de gênero, bem como de uma história dos/das intelectuais, a fim de enriquecer *uma* História da cidade que incorporasse a atuação de suas mulheres⁸.

Ademais, buscou-se identificar e problematizar o que foi a ALFRS através dos estatutos, das atas de reunião da instituição e das informações dos editoriais da sua revista de divulgação, a *Atenéia* (1949-1972), compreendendo parte das realizações e pensamentos daquelas mulheres. Tudo isto para pensar sobre a formação, a organização, as adesões e

⁶ As edições após o número 41 (do ano de 1965) passaram a ter dois números por publicação (42 e 43, de 1966; 44 e 45, de 1967; 46 e 47, de 1968; 48 e 49, de 1969; 50 e 51, de 1970 e, por fim, 54 e 55, de 1972). O tamanho inicialmente variava entre 120 e 100 páginas. Já neste período de dois números por publicação, chegou a ter cerca de 80 páginas.

⁷ Uma pesquisa mais completa e complexa deste periódico pode vir a ser realizada em um estudo posterior.

⁸ De antemão, um adendo: utilizou-se neste trabalho o “espaço para as práticas literárias” ao invés de *campo literário*, sobretudo após analisar a bibliografia sobre o tema, principalmente a partir de Pierre Bourdieu. Em linhas bem gerais, a noção de *campo* de Bourdieu, que estaria entre os dois pólos de análise (esse *universo intermediário*), designa nas suas palavras um *espaço relativamente autônomo*, um microcosmo dotado de leis próprias. É um mundo social, como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas, tendo uma autonomia *parcial*. Segundo o sociólogo, umas das grandes questões é o grau de autonomia que os *campos* e *subcampos* usufruem (BOURDIEU, 2004, p. 19). Neste sentido, poder-se-ia falar em um *campo literário* em Porto Alegre. No entanto, é necessário expor que não se pode partir de uma noção prévia de *campo*, na qual se introduz um indivíduo, grupo e/ou instituição. Pois, como Bourdieu explica, o *campo* é relativamente autônomo, com regras próprias – e tudo isto precisa ser primeiramente pesquisado para ser possível apontar a sua existência. No caso de Porto Alegre, o que poderia ser chamado de *campo político* acaba por se interpor a um *campo literário*, o qual não existe nos moldes propostos pelo pesquisador francês. Além disso, como aprofunda Coradini (1995) em artigo sobre formação de elites ligadas à medicina no Brasil, é preciso cautela ao se utilizar Bourdieu como referencial teórico, principalmente em função das sociedades que serviram de referencial empírico para seu trabalho. Os estudos de Bourdieu sobre a estruturação do *campo* têm um eixo básico, aponta Coradini, que está centrado em dois pólos: 1) agentes e suas bases capitais; 2) posição social, relações, etc., de consagração social, ou seja, os dois pólos que compõem a base do campo são estruturalmente interdependentes (CORADINI, 1995, p. 6). A dificuldade, portanto, é da objetivação do *ethos* específico de um *campo* no Brasil, pois o instrumento analítico não dá conta da realidade em sua especificidade social. Mesmo assim, é possível utilizá-lo como *ferramenta crítica/analítica*, pensando, então, em um *efeito de campo* – sem a tentativa de encontrar e fazer existir um *campo* nos moldes teorizados pelo sociólogo francês (ainda que a opção aqui tenha sido pela utilização de outra expressão, sem a referência a Bourdieu).

incorporações das acadêmicas à nova entidade ou, enfim, como aconteceu a construção e as transformações dos discursos da ALFRS em relação às diferenças históricas e políticas dos períodos de 1943-1973.

O tema, neste sentido, diz respeito às relações de poder político-institucionais, pois está relacionado justamente com a institucionalização de um local privado que, por sua vez, relacionou-se com outros espaços institucionais – como as outras academias literárias da cidade e outras instituições literárias ou não a nível regional, nacional e também internacional. Estas relações de poder têm implicações políticas⁹, já que a criação de uma instituição visa a algum objetivo e criar uma nova é demonstrar o sentimento de não pertencimento a outra, seja porque a entidade pretendida não existe, seja porque existe e não atende às expectativas de um determinado grupo e/ou pessoa.

II.

Uma academia literária, de modo geral, funciona com um quadro de sócios/sócias acadêmicos/acadêmicas, constituindo as chamadas *cadeiras*, das quais os/as escritores/as tomam posse – precisando, para isso, passar pelo julgo de quem já pertence à instituição, conforme os Estatutos das mesmas. Cada cadeira tem alguém (também literato/literata, na maior parte das vezes) que lhe *dá nome*: são os *patronos/patronas* da *cadeira* – uma homenagem póstuma para uma determinada pessoa, reconhecida pelos pares como de alto valor (o que pode ser entendido como valor literário, de história de vida... pois o capital simbólico se forma e acumula por diferentes frentes – também podendo ser reconvertido)¹⁰.

No caso da ALFRS, as sócias efetivas deveriam ser 20, número ampliado para 40 em 1948 segundo ata de maio daquele ano (havia também sócias correspondentes, sem um número fixo). Maria Josepha P. Motta, que escreveu o editorial da Coletânea acadêmica comemorativa do 40.º aniversário da ALFRS quando era presidente da instituição (*apud* CARRÉ, 1984), apontou que esta seguia a tradição histórica da *Académie Française*, criada em 1635 com 40 membros titulares (sendo que Louis XIV teria cedido uma sala no Louvre

⁹ O sentido de *político* aqui utilizado diz respeito, conforme Bobbio, a forma de atividade ou práxis humana ligada ao poder. Indica em um sentido moderno, posições, atividades que tem de alguma forma ligação com a esfera de referência do Estado (BOBBIO, 1998, p. 954).

¹⁰ Para exemplificar a explicação, é possível averiguar no site da Academia Brasileira de Letras a constituição dos seus membros, disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=540>>. E para exemplificar a constituição do quadro acadêmico da própria Academia Feminina do Rio Grande do Sul, seu site tem a listagem com pequenas biografias das patronas e acadêmicas, disponível em: <<http://www.alf-rs.org.br/academicas>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

para as reuniões). A Academia Francesa, salientou Motta, passou por reformas administrativas, porém manteve a composição original, servindo de modelo para “todas que se seguiram” (MOTTA *apud* CARRÉ, 1984, p. 12)¹¹.

Na pesquisa já realizada sobre a entidade (PETRÓ, 2012), começou a se formular o teor de seu *projeto* para a década de 1940. A criação da ALFRS, mesmo com a pretensão de um *caráter puramente literário* segundo seus estatutos, foi um ato político, como o é a fundação de qualquer outra entidade e, portanto, a política permeou suas relações – mesmo não sendo uma política explicitamente partidária. A busca por apoio *material e moral*¹² do governo demonstrava que a legitimação frente ao poder estadual era um fator visto como importante pelas acadêmicas para a consolidação do *projeto* pretendido por elas – e os valores concedidos, por sua vez, apontavam para a aceitação e incentivo por parte deste mesmo governo à nova instituição.

Também se observou ter havido repercussão da fundação da ALFRS no âmbito intelectual da sociedade porto-alegrense. Mesmo que certos literatos não quisessem expressar nitidamente suas opiniões relativas às mulheres escritoras (algumas bem depreciativas), o fato foi que, por ser uma nova academia de letras (ainda mais feminina), estas opiniões apareceram em cartas e matérias¹³.

Apesar disso, a ALFRS na década de 1940 não contrariou, ao menos de maneira frontal, os princípios vigentes daquela sociedade, pois, na medida em que sua estruturação se concretizou, houve o acolhimento das pretensões. Isto porque as *imortais* aparentavam legitimar certos pressupostos sociais quanto aos valores que as mulheres deveriam seguir. Um exemplo foi uma referência em ata de 1948 sobre a instituição de uma comissão para admissão de novas sócias, que tinha como intuito fazer uma sindicância prévia sobre “o valor moral e intelectual” das novas proponentes apresentadas (ACADEMIA, 1948, p. 12-verso).

¹¹ Não foram encontradas referências nas atas e/ou nos Estatutos a essa “tradição francesa”, no entanto, a menção é feita constantemente em históricos publicados pela Academia para explicar o aumento do número de sócias efetivas inicial. Além disso, existe no Acervo da Academia alguns hinos à ALFRS, e em um deles há a seguinte afirmação: “A Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, o modelo vem da França com devê-lo já alcança a amplidão do céu tão azul, dos quarenta tesouros nacionais, essa casa as glórias retém, e vão as sócias intelectuais, sempre mais alto sempre mais além [...]” (ACERVO DA ACADEMIA).

¹² Termos que elas usavam para se referir aos apoios.

¹³ Por exemplo, as seguintes matérias (nas quais constavam as cartas trocadas entre as academias literárias): *CONFUSÃO DAS ACADEMIAS*: Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura (CORREIO DO POVO, 1943), *CONFUSÃO DAS ACADEMIAS*: Cabe ao homem a tarefa sublime de guiar a mulher ao Eden das Letras (1943), *MESA REDONDA COM AS IMORTAIS* (REVISTA DO GLOBO, 1943) – que no decorrer desta Dissertação foram analisadas.

III.

Alguns pontos sobre a produção literária e seu espaço são relevantes para pensar os porquês deste estudo. Regina Dalcastagnè coordenou uma pesquisa intitulada “*Mapeamento de personagens do romance brasileiro: anos 1970, anos 1990*”, na Universidade de Brasília entre 2004 e 2006, com a problemática de como a condição feminina plural estava (e continua) presente na narrativa brasileira contemporânea. A intenção foi de se fazer um recenseamento de autores(as) e personagens, com a seleção de romances de grandes editoras. Esta triagem realizou-se a partir de alguns critérios que permitissem identificar obras *validadas* pelo campo literário brasileiro. Isto levou às casas editoriais, pois elas acabam sendo fiadoras da validade das obras que publicam, recebendo e transferindo prestígio para os autores/as, gerando efeitos no campo literário, diferente de obras de edições caseiras e de casas editoriais pequenas (caso da maior parte dos livros publicados pelas acadêmicas da ALFRS)¹⁴.

Na pesquisa acima descrita, de 1965 a 1979, selecionaram-se as editoras Civilização Brasileira e José Olympo, que somaram 131 obras; já de 1990 a 2004 foram as editoras Companhia das Letras, Record e Rocco, somando 258 títulos. Com um total de 242 autores/as (10 repetidos nos dois períodos), a pesquisadora constatou que, de forma geral, para os dois períodos, eles/elas eram “brancos, majoritariamente homens, de classe média, intelectuais, e moradores do Rio e de São Paulo” (DALCASTAGNÈ, 2010, p. 49).

Especificamente em relação ao sexo dos autores/as dos romances, no período 1965-1979, foram listadas 15 mulheres (17,2%), contra 72 homens (82,8%); e para o período de 1990-2004, foram 45 mulheres (27,3%), sendo 120 homens (72,7%)¹⁵. Além disso, a pesquisa também revelou serem as mulheres minoritárias nos romances também como personagens, ou seja, elas têm ainda menor “acesso à ‘voz’ – isto é, à posição de narradoras – e ocupam menos

¹⁴ Dalcastagnè diz que muitas vezes os estudos literários são avessos a métodos quantitativos, pois eles aparentam ser inconciliáveis com o caráter único das obras. Por isso a pesquisadora justifica e explica o porquê da escolha, dizendo que o tratamento estatístico permite “iluminar regularidades e proporciona dados mais rigorosos, evitando o impressionismo, que, facilmente contestável por um impressionismo em direção contrária, impede que se estabeleçam bases sólidas para a discussão” – ainda assim, garante que não nega o caráter único das obras, mas que de modo geral, os resultados apontam para “uma regularidade geral bastante significativa”, como a verificação de que 80% das personagens são brancas (DALCASTAGNÈ, 2010 p. 46).

¹⁵ Sem falar da homogeneidade racial encontrada. No período 1965-1979 *todos/as* os/as autores/as cuja cor pode ser identificada eram brancos/as (apenas 7% não tiveram a possibilidade de identificação). E mesmo para 1990-2004 a situação não é tão diferente: 93,9% dos autores/as (DALCASTAGNÈ, 2010 p. 48).

as posições de importância”, e a porcentagem é ainda menor quando o autor é homem (DALCASTAGNÈ, 2010, p. 52).

Os dados apresentados evidenciam o que se quer indicar: o *campo literário brasileiro* é um espaço marcadamente *masculino*. A “produção literária de mulheres”, segundo Dalcastagnè, “ainda é rotulada como ‘literatura feminina’, que se contrapõe à ‘literatura’ *tout court*, pois não julga necessário o adjetivo ‘masculina’ para singularizar a produção dos homens” (DALCASTAGNÈ, 2010, p. 40)¹⁶.

A posição feminina se alterou nas últimas décadas em diversos espaços sociais. A partir das estatísticas trazidas, bem como do estigma carregado pelas mulheres escritoras, é profícuo pensar, conforme Dalcastagnè (2012), nesse *território contestado* da literatura brasileira. Hoje, diferentes grupos sociais procuram se apropriar de seus recursos – e com todo o direito e legitimidade – como é o caso das mulheres, sobretudo quando se cruzam as categorias de classe social e raça (esta última, pensada socialmente).

A partir destas definições, é importante apontar que, segundo Ana Maria Colling, no livro *Tempos Diferentes, Discursos Iguais* (2014), a História sempre foi uma profissão dos homens escrevendo a história dos homens, sendo o *nós* (compreendido como universal) um *nós masculino* – os quais descreveram e foram porta-vozes das mulheres por muito tempo (COLLING, 2014, p. 12). Esta maneira androcêntrica de pensar e identificar a humanidade as[nos] teria enclausurado e as[nos] tornado invisíveis no discurso histórico. Colling (2014, p. 15) argumenta que incluir no discurso as mulheres não quer dizer *incluir a metade da humanidade*, pois a história das mulheres diria respeito à totalidade da humanidade e não a sua metade¹⁷.

Neste sentido, Margareth Rago (1998) já apontava a importância que o *gênero* teve para repensar sujeitos e objetos, pois eram vistos de maneira ahistórica, tomando um ente universal como uma personagem real. E esta universalidade era baseada na racionalidade, no unitarismo, no *ser masculino*, representando toda a humanidade, sendo que as mulheres acabavam por não ter história, excluídas pela figura de um Homem ficcional à imagem de Deus. As subjetividades ganharam importância e deixaram de ser vistas como naturais e determinadas biologicamente¹⁸.

¹⁶ O *campo literário* é um conceito utilizado pela autora.

¹⁷ No restante do livro, Ana Maria Colling apresenta a problemática dos vários discursos sobre a *natureza* da mulher (religioso, médico, psiquiátrico, psicanalítico) que se entrecruzam e fazem com que uma construção discursiva tenha se imposto com estatuto de verdade em relação ao feminino.

¹⁸ Claro que estas questões são colocadas a partir das reflexões anteriores do filósofo Michel Foucault e também Deleuze. A partir destes autores, entre outros/as pesquisadores/as, uma mudança epistemológica foi acontecendo,

Na área dos estudos feministas, pontua Rago, começou a existir uma preocupação central, mesmo havendo uma convergência de problematizações, de “questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não-discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras” (RAGO, 1998, p. 92). E, além disso, diz que a pretensão é mais ampla do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, é sim de “encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina”. Com isso, a discussão recaiu sobre os próprios homens, também excluídos do campo histórico, com uma construção de figura homogênea, distante de si, em uma interpretação que os colocava como deuses (RAGO, 1998, 92).

Os discursos da literatura e da crítica literária, portanto, também promovem certos apagamentos, pois formulam e mantêm espaços de exclusão das mulheres, mesmo estando elas presentes nas histórias ficcionais pelo olhar (masculino) do outro. Sabina Loriga ao tentar resumir a pesquisa feita para o seu livro “O Pequeno X – Da Biografia à História” (2011, p. 15), escreveu sobre a sua tentativa de realização: *recolher pensamentos para povoar o passado*. Desta forma, levando-se em conta o objetivo da historiadora italiana, talvez o que se buscou aqui foi *recolher mulheres para povoar o passado*, ainda que certas mulheres e não todas, já que a maior parte ainda está excluída do e no discurso histórico (e também do cânone literário), e não se pode – nem se deve – universalizar a categoria mulheres, com o risco de cair novamente em sujeitos ficcionais.

Em seguida a estas reflexões, que tiveram como função justificar a importância social e acadêmica desta pesquisa, são expostos e problematizados os referenciais teóricos com os quais se complexificou a análise a fim de escapar do *senso-comum*.

IV.

Um conceito importante no desenvolvimento desta pesquisa foi o de *discurso*. Como ele está envolto por muitas teorias, definiu-se a sua utilização no sentido com que Céli Pinto o pensa através, principalmente, de suas leituras de Ernesto Laclau e também Chantal Mouffe¹⁹.

com a necessidade de historicização do sujeito que já vinha sendo trabalhada, tendo reflexo nas pesquisas de muitas feministas em terras brasileiras, como aponta RAGO (1998).

¹⁹ Já que segundo Pinto (1999), existe um projeto teórico político comum deste filósofo e filósofa, além de ser no trabalho de 1985 de ambos (*Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*) que se encontram os fundamentos do conceito de discurso que são a base para todos seus trabalhos posteriores.

A principal referência é o livro “*Com a palavra o senhor Presidente José Sarney ou como entender os meandros do poder*” (PINTO, 1989), junto a alguns artigos posteriores da pesquisadora (PINTO, 1999a, 1999b, 2006). Salienta-se não ter havido uma utilização metodológica rígida da análise de discurso, e sim uma inspiração em alguns de seus princípios gerais.

É necessário destacar, embora rapidamente, a existência de muitas indefinições frente ao termo *discurso*. Às vezes visto como oratória, às vezes como ideologia, ele carrega em si o deslocamento da linguística ao ser tomado pelas ciências sociais, levando à desorganização de modelos teóricos definidos (PINTO, 1989, p. 17). A sua primeira enunciação no campo da linguística teria sido feita por Ferdinand Saussure, em 1974, na obra “Curso de Linguística Geral” e, de forma bastante ampla, *discurso* para ele são “as formas de apropriação pelo indivíduo falante do universo da fala” (PINTO, 1989, p. 17). Entretanto, como foi exposto, nas ciências sociais o conceito adquiriu outros significados a partir desse.

Primeiramente, não se deve confundir *discurso* com pronunciamento, texto formal, pois, dentro da Teoria de Discurso não há uma igualdade de significado entre estes termos (ainda que eles possam fazer parte de um); nem da noção de Teoria de Discurso com a de Análise de Conteúdo, que são coisas distintas (PINTO, 2006, p. 80)²⁰. Além disso, “todo o discurso é um discurso de poder”, segundo Pinto (2006), “na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc.” (PINTO, 2006, p. 92). Uma boa síntese é que:

O discurso pode ser inicialmente definido como uma bem sucedida, mas provisória, fixação de sentidos, daí que o conceito de discurso e a teoria do discurso partem do princípio que as verdades anteriores aos discursos não existem, isto dito de outra forma se coloca diametralmente na oposição a posturas essencialistas, que pensam em uma realidade pré-dada, que deve ser descoberta através da mediação da teoria. Para a teoria do discurso, a verdade é uma construção discursiva, afirmação que não pode ser confundida com a simplista idéia de que a verdade não existe (PINTO, 2006, p.80).

Para esta visão da Teoria do Discurso, a verdade é uma elaboração histórica. Além disso, segundo Laclau e Mouffe (*apud* PINTO, 1999b), nenhum objeto existe fora de suas condições de emergência (antes do discurso), e não há distinção entre os aspectos linguísticos e/ou comportamentais e a prática social – quer dizer, não há diferença entre

²⁰ “Análise de conteúdo é um método de análise de texto; análise de discurso é uma teoria dos sentidos, das significações” (PINTO, 2006, p. 80).

teoria/língua/discurso e realidade. O que ocorre é a diferenciação dentro da produção social de sentido, que é gerada dentro de uma totalidade discursiva (PINTO, 1999b)²¹.

Entretanto, estas afirmações nada têm a ver com algumas de suas críticas que afirmam não haver a possibilidade de verdade a partir destes pressupostos, pois, a “não-essencialidade” não equivale a “falso”, “mentira”, “manipulação”. O entendimento do social se faz através do discurso, que busca dar sentido ao real, tentando fixar sentidos. Contudo, esta fixação é sempre precária, ainda que exitosa. Primeiro: é precária porque não é essencial, ou seja, o real é apreendido no discurso, então ele existirá enquanto prática material, que não será anterior a nada; segundo: é exitosa pelo fato de haver continuidade histórica, mesmo sendo arbitrária, pois o efeito de fixação de sentido, quando bem sucedido, dá a impressão naturalizada de verdade (PINTO, 1989, p. 20-21 e PINTO, 2006, p. 80-81).

Outro ponto é que além dos objetos, os sujeitos sociais também são efeitos do discurso – desta maneira, não são nem a sua causa nem a sua origem (PINTO, 1989, p. 25). Ademais, eles são constituídos por uma intersecção de discursos que convivem em uma sociedade articulada em uma unidade às vezes contraditória que constitui o sujeito individual (no caso da pesquisa, de uma instituição).

Pode-se perceber que há uma multiplicidade discursiva no social, por isso, é preciso atentar para as suas condições de existência, que segundo PINTO (1989, p.39) são dadas pela resposta a um conjunto de questões: “quem pode falar o quê para quem em que lugar”. E o retorno a estas indagações certamente passará por uma palavra-chave, que é o *poder* (de alguém e/ou delegado a alguém, etc.). Com ele, discursos se institucionalizam ao construir “sujeitos de autoridade”, em uma luta pelo estabelecimento de verdades e exclusão de outros significados (PINTO, 1999a, p. 74). A ALFRS, por exemplo, seria um local de autoridade frente a outras academias – masculinas – já estabelecidas. As acadêmicas recriaram discursivamente as condições de emergência não-discursivas, os locais de enunciação, buscando a institucionalização de um novo discurso.

A Crítica Literária, por vezes, tem diferentes maneiras de pensar e estabelecer o estatuto do/a escritor/a, do/a leitor/a e do texto, entre outras questões pertinentes neste íterim. Ainda que sem a intenção de uma posição mais aprofundada nesta área, a proposta teórica de

²¹ O trabalho de significação de um *discurso* envolve, fundamentalmente, três princípios: *elemento*, *momento* e as *práticas articulatórias*. Na articulação, que é sempre contingente, acontece a relação entre *elementos* não articulados discursivamente que, passando a ter suas identidades modificadas por esta prática, se transformarão em *momentos*, que são posições diferenciais vinculadas dentro de um *discurso* – que será, portanto, uma *totalidade articulada*.

Jacques Dubois (apud GRAWUNDER, 1997) de *instituição literária* foi interessante na pesquisa. Segundo Maria Zenilda Grawunder, a literatura

como um domínio humano, ao utilizar-se de uma ordem de signos, vê-se ligada a um código de regras estéticas e circunstanciada por um código de regras do sistema literário. Esses códigos são estabelecidos por um conjunto de instâncias e, ao mesmo tempo, reproduzem e são transformadas pelo jogo das tendências literárias de cada época e espaço. Assim se constituiu o que Dubois chama de instituição literária ou instituição da literatura. É preciso deixar claro que o sistema literário, enquanto instituição, não pode ignorar o problema da articulação do seu sistema dentro do sistema social maior. Quem lê e quem escreve? Segundo que códigos? Em função de que determinações particulares? Eis questões reiteradamente colocadas pela teoria literária (GRAWUNDER, 1997, p. 29).

Nesta perspectiva teórica de Dubois, o considerado como sistema literário não está desarticulado do sistema social. E, segundo GRAWUNDER (1997, p. 35), a escrita, como um ato de comunicação, supõe um sujeito que enuncia, e este está inserido em uma cultura: “portanto, texto e contexto são igualmente importantes e estreitamente relacionados” – ainda que o estudo aqui proposto não se aprofunde nos textos propriamente literários das acadêmicas, e sim, nos termos de Dubois, no entendido como *contexto* da escrita da ALFRS.

Rita Terezinha Schmidt também é importante referência para se pensar em questões relacionadas ao cânone literário – os *centros* e as *margens* – na história da literatura. A pesquisadora afirma que refletir sobre a literatura passa necessariamente “pela compreensão do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora”, e que, portanto,

Investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras (SCHMIDT, 2010, p. 176 e 177).

A literatura e o campo literário precisam ser analisados a partir das estruturas de privilégio e exclusão, pois certos sujeitos têm monopólio da palavra ao enunciar, representar e interpretar (SCHMIDT, 2010, p. 176). Ou seja, é preciso refletir sobre como se dá o processo de construção das tradições literárias, quem as legitima; e que estas escolhas são, em última instância, *políticas*, envolvidas por *relações de poder*.

Neste sentido, a história da literatura acaba sendo uma narrativa que funda, por exemplo, uma nacionalidade em que o *gênero* constitui um dos meios de fortalecer o poder masculino. Por isso, investigar os textos de e a autoria feminina se torna uma importante tarefa histórica, pois foram excluídos ou suprimidos do campo de investigação literária (SCHMIDT, 2010, p. 183). Isto, pensando em termos de nação multifacetada e múltipla,

impossibilita a identificação e o reconhecimento através de imagens – neste caso da literatura – já que elas são fictícias: não dizem nada sobre as mulheres em termos literários da construção da identidade nacional (SCHMIDT, 2010, p. 183).

O *resgate*, portanto, tem uma função crítica importante em relação ao *valor estético*, estando aí muitas vezes uma das críticas mais contundentes – e rasas – para explicar a exclusão das escritoras do cânone literário. Rita Schmidt, escrevendo a respeito dos 20 anos do GT Mulher na Literatura da ANPOLL (SCHMIDT, 2006), salienta ser o resgate uma forma de “intervenção no campo literário e que diz respeito ao passado constituído e institucionalizado, mas sempre inacabado, pois ele se reconstrói incessantemente no presente por decisões de releitura e reinterpretação” (SCHMIDT, 2006a, p. 37). Com isso, faz considerações sobre essa lógica perante as tramas do valor estético que “referenciou os processos de formação canônica e [que] ainda operam, em larga medida, como forma de subestimar a produção literária de mulheres e de outros pertencimentos” (SCHMIDT, 2006a, p. 37).

Segundo Schmidt, dois princípios sustentariam a lógica do resgate. O primeiro apoia-se na lógica da inclusão, ou seja, alguns textos de autoria feminina foram esquecidos injustamente em razão da ordem patriarcal e do preconceito sobre a mulher e sua escrita. Sendo assim, bastaria integrar estas obras e escritoras ao cânone. O segundo considera a exclusão como algo que não tem correção e, desta forma, apoia-se em um contra-cânone, isto é, um modelo paralelo para reconstituir a história literária das mulheres (SCHMIDT, 2006a, p. 37-38).

A pesquisadora considera os dois preceitos do resgate atuantes no sentido de reforçar o cânone, pois a categoria do estético permanece como instância reguladora de valor. Não podendo ter uma posição alheia aos *valores* – toda escolha é valorativa – é preciso haver um deslocamento deste dualismo para pensar outro modelo de história da literatura, em que a historicidade dos textos não seja apreendida apenas “em termos da relação entre a forma e conteúdo, mas também da relação entre passado e presente, lugar onde se escreve os discursos que tecem a descolonização do imaginário nacional” (SCHMIDT, 2006a, p. 39-40). Esta pesquisa se pauta pensando nesta “relação entre passado e presente”, pois, mesmo que os textos literários “em si” das componentes da ALFRS não sejam analisados, a própria entidade é um exemplo da exclusão estético-valorativa de um cânone literário que lembra de muitíssimos homens brancos, de algumas mulheres brancas, de pouquíssimos homens negros e basicamente nenhuma mulher negra – onde a exceção confirma a regra – ligados a espaços institucionais, como a *Academia Brasileira de Letras* ou as próprias academias literárias que

existiam no estado.

Um exemplo citado por Rita Schmidt (2002) em relação a este trabalho de resgate foi a recuperação de obras relegadas pela tradição crítica, com a revelação de grande número de escritoras do século XIX com acesso à cultura impressa, ainda que sem um acesso à educação formal. Cita a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX* publicada pela Editora UNISC e Editora Mulheres, organizada por Zahidé Muzart com a colaboração de quinze pesquisadoras do país, trazendo ao público material biográfico e bibliográfico, resenha crítica e excertos da produção de cinquenta e duas escritoras (SCHMIDT, 2002, p. 124). Com isto, a pesquisadora afirma:

O legado desse enorme e eclético conjunto de produções, subtraído da memória de um período em que a literatura detinha um valor pedagógico na construção imaginária da nação, tem chamado a atenção para o quanto a exclusão é marca genérica da memória e como o gênero assume importância como categoria analítica para problematizar o lugar engendrado da história literária, lugar de institucionalização da memória nacional, cujo modelo vigente deixa bem claro a relação de cumplicidade entre aquilo que é e pode ser lembrado e posições de poder e autoridade. Desnecessário dizer que o questionamento desse modelo implica uma revisão dos discursos críticos e seus pressupostos valorativos, já que eles são responsáveis, em última análise, pela manutenção de uma certa definição de literatura que garante a legitimidade, não por coincidência as de autoria masculina (SCHMIDT, 2002, p. 110-111).

Esta *coincidência* leva ao questionamento: *a história da literatura tem gênero?* (SCHMIDT, 2013, p. 1). A pesquisadora vai desenvolver tal problemática apontando ter entrado em crise a algum tempo o paradigma da história da literatura, com um modelo de objetividade histórica, totalidades, sínteses, que fortaleceu a noção de gênio e de grandes obras consideradas *canônicas*. No campo das letras, Schmidt afirma que a autoridade literária a partir do século XVII foi sustentada pelo sujeito masculino, dominador das histórias da literatura com a institucionalização e valorização autoral. Esta autoridade “exerceu um poder regulador na produção, recepção e legitimação de obras literárias” (SCHMIDT, 2013, p. 6), então “não basta afirmar que a sexualidade é historicamente construída mas também, reconhecer que a história, ela mesma, é sexualmente construída” (SCHMIDT, 2013, p. 2). Desta forma, no rastro de M. Foucault, pensando em termos de construção discursiva das identidades, a prática social e cultural essencializou a diferença entre sujeitos construídos como masculino/feminino. Assim, o gênero teve (e tem) seu impacto enquanto conceito no campo literário com a exclusão da autoria feminina das histórias da literatura (SCHMIDT, 2013, p. 2).

O conceito de *gênero*, por conseguinte, ajuda a problematizar os vários pontos da produção literária de autoria feminina, as autoras e os textos das margens, que o centro insiste

em suprimir e excluir – como é o caso das imortais da ALFRS, praticamente desconhecidas na história da literatura, e de outras tantas escritoras. E o *gênero* atua nesse interím de forma bastante enfática.

Ao se pensar o *gênero* é importante reforçar seu caráter relacional. Sobre o grupo das ALFRS, as categorias “raça” e “classe” foram as que se apresentaram de forma mais evidente junto ao *gênero*. Desde a década de 1990, segundo SCHUCMAN (2012), os estudos sobre raça e racismo nos EUA (no Brasil na última década) começaram a se modificar, com novos enfoques e olhares das ciências sociais e humanas, (re)posicionando-se para pensar o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, um deslocamento do “outro” racializado (negro) para o branco (SCHUCMAN, 2012 p. 17). Steyn (*apud* SCHUCMAN, 2012, p. 17) faz analogia desse deslocamento com o dos estudos feministas, que considerando a categoria *gênero* relacional, incluíram nos estudos os homens, retirando das mulheres o foco problemático das desigualdades de gênero – mesma lógica utilizada com a heterossexualidade, a fim de questionar as suas normas, desmarginalizando a homossexualidade.

Os estudos críticos sobre *branquitude*, portanto, trouxeram para o debate o lugar do branco nas relações raciais. Vários pesquisadores e pesquisadoras, até mesmo no início do século XX, entrelaçaram os conceitos de raça com outros, a fim de tratar sobre as desigualdades de oportunidades e de direitos da população negra, demonstrando estar isto diretamente relacionado às vantagens e supremacia da identidade racial branca. A importância de pensar a branquitude se dá pelo menos por dois motivos. Primeiro, por desnaturalizar a ideia de quem tem raça é apenas o negro, enquanto o branco é naturalizado e tornado invisível, retirando com esta “falsa invisibilidade” a possibilidade de questionar os privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. A segunda é que entendendo a branquitude como uma posição privilegiada, ocupada por sujeitos com acesso material e simbólico advindos dessa posição (no Brasil, por quem tem sua aparência, *status* e fenótipo branco), a raça delimita muito mais as classes do que o contrário. E os privilégios materiais de brancos se refletem em situações de vantagens em relação aos não brancos – os relatórios anuais das desigualdades raciais no Brasil demonstram enfaticamente isso (SCHUCMAN, 2012, p. 22-25).

Em relação ao conceito de classe, sem pormenorizá-lo, pensou-se em termos de posição econômica na sociedade, de (re)apropriação, com as possibilidades que surgem a partir de novos usos. Vanessa Matos (2009) escreveu artigo tratando sobre as relações de gênero e classe, e diz que “podemos pensar a experiência de classe assim como a de gênero

como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciaram diferentemente essas experiências, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social” (MATOS, 2009, p. 69). Por isso, seria possível pensar as relações entre os sexos como “classistas”, assim como as de classe como “sexuadas” (MATOS, 2009, p. 70).

Na esteira dos estudos da branquitude, a classe aqui foi observada não para tratar da classe trabalhadora, mas sim como referência à *elite*. Ou seja, como maneira de demarcar a posição econômica, política, cultural, social da maior parte das acadêmicas, explicitando que este lugar privilegiado das *imortais* associou-se ao fator racial branco (analisando as fotos das acadêmicas no *site* e arquivo, todas elas aparentavam ser brancas), levando-as a ter um elevado *status* que ajudou (ou propriamente permitiu) a constituição da ALFRS. Entretanto, centrou-se no conceito de *gênero*, pois o desenvolvimento da problemática de pesquisa evidenciou que as relações de poder desiguais entre os *homens e mulheres de letras* também eram intra raça e classe, por assim dizer. O que se buscou aqui foi apenas descortinar possíveis “falsas invisibilidades”.

Neste sentido, dando continuidade às reflexões teóricas, tratou-se da categoria *gênero*, que estruturou este trabalho teoricamente, podendo ser considerado como integrante dos *estudos feministas*.

Joana Maria Pedro questiona sobre o significado de se falar sobre “relações de gênero”, pois, mesmo o utilizando, historiadoras e historiadores têm refletido pouco em relação ao conceito (PEDRO, 2005, p. 77-78). A pesquisadora explica que a escolha da utilização da palavra gênero ao invés de sexo pelos movimentos feministas e de mulheres nos anos 80 foi justamente “pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo [...]”. Buscavam, desta forma, “reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura” (PEDRO, 2005, p. 78).

No Brasil, antes da utilização massiva da categoria *gênero* na História (que por si só já é relacional), utilizavam-se as categorias “mulher” e “mulheres”. Primeiramente, todos estes conceitos têm uma trajetória difícil dentro do campo histórico, pois foi a área que mais tardiamente se apropriou deles. Isso aconteceu muito pelo fato de persistir a ideia de um caráter universal da categoria “homem”, que começou a se notar ser o homem branco,

ocidental e heterossexual. Esse questionamento foi progressivamente acontecendo em função de várias mudanças na forma de pensar, pesquisar e escrever a história²².

A preocupação com as identidades coletivas a partir da História Social, em sua revisão marxista, traz a pluralização dos objetos, incluindo a mulher como “sujeito”. Isto levou a um debate sobre as narrativas históricas, suas periodizações, já que a inclusão da mulher negava a universalidade do sujeito histórico e demonstrava mais uma vez a parcialidade do conhecimento da disciplina, marcado por um olhar masculino e não pela falta de fontes (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 286).

E aqui se trata da categoria *mulher no singular* por uma razão: a categoria era pensada em contraposição à palavra *homem*, considerada universal. A partir dela, principalmente no contexto norte-americano, outras mulheres – negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, entre outras – começaram a reivindicar a “diferença dentro da diferença”, pois algumas lutas das “mulheres” não tinham razão de ser para outras, e havia reivindicações que não estavam sendo pautadas por este mesmo motivo (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 287).

Acontecia, então, o apagamento e exclusão, fazendo com que o feminismo enquanto luta/pesquisa fosse marcadamente de/sobre mulheres brancas com poder econômico e/ou cultural. Por isso, progressivamente passou a se tratar de *mulheres* no plural, ou seja, como uma forma de atentar à pluralidade, fragmentando a essencialização da mulher, destacando as múltiplas diferenças dentro da diferença – mas, mesmo percebendo as diferenças entre as mulheres, não era [e não é] possível deixar de constatar as desigualdades e as relações de poder entre os sexos (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 287).

Esta não deixa de ser uma forma de contar a história, a qual foi e é a dominante no campo da teoria feminista. Clare Hemmings fez um debate em relação às *estórias feministas*, contadas pelas acadêmicas, a respeito do desenvolvimento da segunda onda da teoria do feminismo ocidental. Em seu artigo procurou identificá-las e analisá-las, recaindo sua crítica justamente na insistência das narrativas que vêem o pensamento feminista como uma marcha de evolução ou de perdas. Para ela, isso simplificaria a complexidade histórica do tema (HEMMINGS, 2009) – e isso se percebeu com a ALFRS justamente por trazer referências em seus pensamentos e/ou escritos de momentos que poderiam ser considerados temporalmente diferentes daqueles que estavam vivendo.

²² Digamos que uma História para além só de fontes administrativas e narrativas tidas como oficiais, mais preocupada com a “trama do cotidiano”, foi se tornando aceita, e até mesmo preferida, principalmente com o grupo dos *Annales*, na década de 1930, e com o próprio marxismo, que via as contradições de classe (ainda que as questões étnicas, sexistas, entre outras, pudessem ficar em um segundo plano), segundo Pedro (2005).

E as *relações de gênero*? Segundo SOIHET e PEDRO (2007), corroborado pela maioria de pesquisadores/as, o artigo de Joan Scott, de 1990, é considerado marco fundador da utilização massiva do conceito, e intitula-se: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Gênero* foi tomado da gramática e, nas ciências sociais teve uma outra conotação, significando “a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos” (SOIEHT e PEDRO, 2007, p. 288).

Segundo Joan Scott (1992) foi a partir da década de 1980 que houve um “desvio” nas narrativas convencionais com a utilização da categoria *gênero*. Ou seja, a partir do final do século XX aconteceu a emergência de uma preocupação teórica da utilização de gênero como categoria analítica.

A definição de gênero apresentada por Scott em seu artigo já clássico é pertinente para esta pesquisa. Primeiramente, gênero para a pesquisadora “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos”, mas também é “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Quanto a este segundo item, a historiadora norte-americana acrescenta ser melhor afirmar que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Scott articula a diferença entre os sexos com a noção de poder. Por isso, mesmo não sendo o único campo, o gênero é um elemento possibilitador da significação das *relações de poder* entre os sexos e demonstra a assimetria e hierarquia entre homens e mulheres, mas também entre os homens e entre as mulheres (PEDRO, 2005, p. 88). Portanto, se faz presente e influencia toda a sociedade, inclusive no âmbito literário, ao definir espaços sexualizados e hierarquias entre, por exemplo, as escritas de homens e mulheres.

Ainda segundo Scott (1995, p. 89), o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana”, pois este conceito legitima e constrói as relações sociais, já que teria uma relação recíproca com a sociedade. *Gênero*, portanto, não é sinônimo de *mulheres*, mesmo os *estudos de gênero* tendo sido por algum tempo identificados como *estudos de mulheres*, acarretando dificuldades na incorporação dos sujeitos masculinos (LEAL e BOFF, 1996). Para Joan Scott, as diferenças entre os sexos são construídas pela cultura e biologia²³; essas diferenças

²³ Contudo, isto que se apontou de a biologia ser pensada como categoria estável por Joan Scott, tem sua referência no artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*” (primeira versão americana é de 1986, disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015), já que, posteriormente, a autora fez revisões de suas teorias e análises, e em outros artigos alguns de seus conceitos são melhor explicados, não podendo se apreender a biologia como fator fixo. Por exemplo, em artigo de 1988

implicam necessariamente em relações de poder e estão articuladas com alguns fatores, tais como raça, classe, entre outros.

Piscitelli (2009) aponta para distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres, como se fossem resultado das diferenças “naturais”, o que também contribui à naturalização das desigualdades. Nesta perspectiva, o termo *gênero* teria sido uma forma de desmontar esse “duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas” (PISCITELLI, 2009, p. 119).

A categoria *gênero* inicialmente difundiu-se aludindo às diferenças e desigualdades que afetavam as mulheres. Atualmente seu sentido veio sendo reformulado, adquirindo novas problemáticas, além das distinções apenas entre homens e mulheres, masculino e feminino. Segundo a antropóloga Piscitelli, hoje o conceito de gênero “requer pensar em como as *construções de masculinidades e feminilidades* são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade”; e como essas noções se “embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens e mulheres” (PISCITELLI, 2009, p. 146). Entretanto, mesmo sendo reformulado, *gênero* continua se referindo a “diferenças” e a “desigualdades”, portanto, continua a ter um *caráter político*²⁴.

(publicado na Revista *Debates Feministas* em 1992), intitulado “*Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista*”, a historiadora apontou para a necessidade de teorias que nos permitam articular modos de pensamento alternativos sobre o gênero, nos fazendo ir mais adiante do que simplesmente reverter as velhas hierarquias ou confirmá-las, pois precisamos de teoria que seja útil e relevante para a prática política (SCOTT, 1998, p.87), ou seja, ir além da descrição e ter o poder de repensar os paradigmas históricos. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=igualdad1012.pdf&id_articulo=1012>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015. Além disso, diz crer no corpo teórico o qual se denomina pós-estruturalista como o que melhor enfrenta estes requerimentos, pois, mesmo não sendo a única teoria, é a que lhe fez encontrar uma nova maneira de analisar as construções de significado e as relações de poder, já que questionava as categorias unitárias e universais e historicizava conceitos que acabam sendo tratados como naturais (homens e mulheres) ou como absolutos (igualdade e justiça), além da conexão histórica entre os dois movimentos – pós-estruturalismo e feminismo contemporâneo –, ambos do final do século XX, e que compartilham certa relação crítica autoconsciente frente as tradições política e filosófica estabelecidas (SCOTT, 1992, p. 88). Judith Butler (2003) também vai além deste argumento da biologia como elemento estável, e salienta que, às vezes as categorias homem e mulher não são suficientes para definir algumas pessoas, pois existem as que estão além da coerência entre “sexo”, “gênero” e “desejo”. Para esta filósofa estadunidense, a anatomia não pode ser tomada como um referencial estático, pois também é fruto da linguagem discursiva. Então, desta forma, faz crítica ao substrato biológico da noção de identidade sexual. Com isso, a historiadora Linda Nicholson (2000), afirma que de um determinismo biológico, acabamos caindo em um “fundacionalismo biológico”, ou seja, que funda sobre a biologia aquilo que a cultura postula como personalidade e comportamento (que não deixa de ser uma crítica válida, ainda que totalmente reduzida aqui em sua formulação, tanto quanto a vasta produção de Judith Butler).

²⁴ É importante salientar que estas novas abordagens, tendo em vista que os estudos feministas (e as feministas), recebem diversas críticas pelos estudos denominados *pós-coloniais*. Gayatri Spivak, por exemplo, expressa que os estudos feministas do XX (e ainda hoje) continuariam a reproduzir o axioma do imperialismo, pois as críticas não romperiam com a lógica epistemológica colonialista – como a do binarismo, em que o *outro* entra em contraposição ao *um* que é visto como universal (SPIVAK, 2002). Spivak também aborda esta questão da *violência epistêmica* em seu livro “*Can the Subaltern Speak?*” (1988), traduzido pela UFMG como “*Pode o subalterno falar?*” (SPIVAK, 2010).

A história dos intelectuais²⁵, por sua vez, envolve estudos próximos das áreas da História, Sociologia e Política, principalmente ligada à Escola Francesa²⁶. Existe um amplo debate em relação às definições de *intellectual* por diferentes correntes teóricas, bem como sobre a operacionalização de sua noção para realidades diversas (como a brasileira) de sua origem francesa. Apenas para introduzir o tema, é relevante pensar nas reflexões de Gerard Leclerc, a partir de seu livro *Sociologia dos intelectuais* (2005), e Jean-François Sirinelli, a partir de seu artigo *Os intelectuais* (2003). Poder-se-ia dizer, sem adentrar nas especificidades de suas produções, que ambos os autores concordariam com o fato de que a categoria *intellectual* tem contornos vagos e é fluida.

A origem do termo *intellectual* aconteceu na história contemporânea a partir do Caso Dreyfus, por volta de 1894-99, em que a noção de *engajamento* (com os mais diversos significados, dependendo de qual teórico se utiliza) se torna primordial para estabelecer quem é ou não um *intellectual*. Ou seja, não se pode falar na figura do intelectual antes do final do século XIX – algo concebido como lugar-comum entre a maior parte dos especialistas, segundo Leclerc (2005, p. 9).

À vista disso, tratou-se de *intelectuais* em um sentido indutivo, não tendo por base a dedução a partir de um arcabouço teórico, mas sim levando em consideração os pressupostos do próprio grupo. No caso, a partir das atas analisadas da ALFRS, foi possível inferir que as acadêmicas utilizavam indiscriminadamente o termo *intellectual* como sinônimo de *escritora*, de pessoa ligada às letras e à cultura. Desta forma, quando se utilizou o termo *intellectual* e/ou *intelectuais*, se trabalhou com este critério.

V.

As fontes utilizadas requerem cuidados metodológicos específicos e objetivos diferentes. As atas e os estatutos da ALFRS, em que pese sejam documentos oficiais, tiveram também como função, a partir da abordagem realizada, (re)pensar a história institucional, demonstrando ser possível ir além de uma narrativa descritiva. A revista *Atenéia* e seus editoriais, por sua vez, levaram a (re)pensar a comunicação na História, não separando

²⁵ Esta pequena reflexão diz respeito ao Curso de Extensão “A História e os Intelectuais – Conceitos e Abordagens”, ministrado em 2013/2 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS pela Dra. Marisângela Martins e pela Doutoranda (na época, hoje Doutora) Cássia Silveira.

²⁶ Também existem pesquisas ligadas à Escola de Cambridge, com as contribuições de Quentin Skinner. Maiores informações em FERES JÚNIOR (2005): “De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner”.

discurso de prática, sem esquecer das características intrínsecas. Por isso, se fez necessário trazer informações e problematizações sobre os tipos documentais principais da pesquisa.

Carlos Bacellar, no texto *Uso e mau uso dos arquivos* (2006), apresenta informações gerais para a pesquisa em diferentes arquivos. Uma delas é que os documentos tinham uma finalidade e emergiram de um contexto quando foram produzidos: “acima de tudo, o historiador precisa **entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu**” (BACELLAR, 2006, p. 64 – Grifos do autor), e que é importante:

Avaliar as possibilidades de uma fonte documental [buscando] **perceber a qualidade das informações que ela pode ou não nos oferecer**, de acordo com a problemática de cada pesquisa. Documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender as necessidades específicas do momento (BACELLAR, 2006, p.68-69 – Grifos do autor).

Os documentos, portanto, são elaborados para “atender as necessidades específicas do momento” e elaborados conforme sua funcionalidade. Como indaga Silvia Lara, em seu artigo *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico* (2008), “qual o estatuto das fontes escritas na pesquisa histórica?”, já que “os documentos não existem para registrar a história [...]” (LARA, 2008, p. 17-18). Segundo a autora, o/a historiador/a precisa “inventar” suas fontes, ou seja, selecionar os documentos/textos interrogando-os de forma que forneçam informações sobre as ações de determinadas pessoas e/ou órgãos do passado.

As fontes são peça fundamental para pensar a História e suas pesquisas, por isso, o foco foi trazer alguns debates sobre atas de sessões e estatutos, bem como de periódicos e editoriais, especificamente, já que esses são os documentos aqui utilizados. Desta forma, apresentou-se a entidade-objeto desse estudo, *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, e também a sua revista, a *Atenéia*.

As atas e os estatutos têm algumas peculiaridades, pois foram documentos transformados em fontes, analisados no segundo capítulo para pensar a “academia para dentro”. Em relação às atas, Rosimar S. S. Esquinsani, em artigo sobre as atas de reuniões como fontes para a história da educação (2007), ressaltou:

As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações. Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental [...] (ESQUINSANI, 2007, p. 104).

Claro que enquanto historiadora não se pode considerar as fontes documentais como objetos *naturais*, ou seja, como algo neutro. Mesmo pretensamente sua fórmula e também os seus produtores colocando as Atas como *apenas* um registro oficial do que *de fato* aconteceu em uma reunião, buscando lançar as informações, em seu formato clássico, de maneira sucinta, objetiva e exata, muitas coisas podem ser omitidas ou escritas subjetivamente. Por isso, a utilização de outras fontes, como os Estatutos e os Editoriais da revista *Atenéia*, nesse caso no quarto e quinto capítulos, serviram para complementar, aprofundar e complexificar a análise²⁷.

Como ratifica Carina Martiny em artigo sobre as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí como fonte de pesquisa (2008), apesar da condição de registro oficial e de constituírem um suporte documental restrito ao âmbito político-administrativo (no seu caso), as atas são importantes como fontes de análise da dinâmica interna da sociedade (da associação, neste caso). Isto, sobretudo, quando se relacionam, entrecruzam-se e se confrontam as informações explícitas ou implícitas com outros tipos documentais ou bibliográficos. Ou seja, este tipo de registro, ao ser transformado em fonte documental, não deve ser o fim, mas um meio de se analisar, conforme Martiny, o seu caráter oficial. Por isso, a busca pelo cruzamento de informações deve ser realizada, bem como de seu conteúdo não explícito, mas nem por isso ausente.

Cláudio Batalha (1997) trata a respeito da utilização de atas e estatutos em artigo sobre a “vida associativa” e de como abordar a história institucional nos estudos sobre o movimento operário. Mesmo tratando-se de outro assunto e de outros tipos de instituições, suas reflexões acerca desses tipos documentais são pertinentes a esta pesquisa. Segundo o autor, os estatutos das sociedades operárias

Tendem – com certa razão – a ser considerados simples formalidades burocráticas visando cumprir as exigências legais do registro em cartório e obter, no caso da capital federal [na época o Rio de Janeiro, local por ele estudado], a aprovação do Chefe de Polícia. **Os estatutos, por mais burocráticos e redigidos seguindo uma fórmula pré-estabelecida que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação [...].** Além de todo estatuto trazer dados sobre a fundação da associação, frequentemente com o número de pessoas presentes à assembleia de fundação (o que permite ter uma ideia da representatividade) e os nomes que compõem a primeira diretoria eleita ou a comissão organizadora, costuma incluir também artigos sobre quem pode associar-se. (BATALHA, 1997, p. 96 – Grifos meus).

²⁷ Ainda que o formato clássico de realização de atas tenha como base a objetividade, com um olhar histórico posicionado nas entrelinhas é possível rastrear muito mais do que a descrição das sessões, aqui no caso das acadêmicas da ALFRS.

Já as atas têm a função de registro de um determinado evento (reuniões, posses...), das pretensões de ações e atividades realizadas. Além disso, quem as escreve pode ser mais ou menos sucinto quanto aos detalhes. Estes, entre outros fatores, devem ser avaliados na análise deste tipo de fonte. Comparativamente, como Batalha aponta,

Fontes como as atas têm uma nítida vantagem sobre os estatutos, pois possibilitam perceber a atuação da associação ao longo do tempo. **As atas fornecem elementos sobre o dia-a-dia da associação, o funcionamento das assembleias**, e, com alguma sorte, das discussões sobre questões candentes para a categoria [...]. (BATALHA, 1997, p. 97 – Grifos meus).

Conforme explicitado acima, as atas e os estatutos foram utilizados para investigar as pretensões na criação e a constituição da ALFRS. Para tanto, se fez necessário indicar *elementos do dia-a-dia da associação*, sendo isso possível através das atas, mesmo com suas limitações como documento, conforme a citação de Batalha (1997). O desenvolvimento da pesquisa teve como base, portanto, as Atas das Reuniões da instituição em pauta, os seus estatutos – tanto o extrato publicado no *Diário Oficial* de Porto Alegre, do dia 4 de agosto de 1943, quanto os rascunhos e versão completa datilografada – e também matérias jornalísticas.

A triagem nas fontes realizou-se tendo em vista o enfoque teórico da dimensão de gênero e de espaço das práticas literárias ao longo das décadas de 1940 a 1970, para que, assim, as falas e as ações aqui citadas fossem situadas temporal e historicamente, buscando pensar os porquês que possibilitaram suas existências. Desta forma, se tentou rastrear os discursos presentes na entidade em relação às mulheres (e aos homens), à literatura, às escritoras (e aos escritores), à história, à política, entre outros assuntos pertinentes para estabelecer o que se entendeu como prática e/ou pensamento da ALFRS no período estudado.

Não se pode, contudo, ignorar que as atas de qualquer instituição são registros realizados por uma pessoa que secretaria as reuniões. Esse dado é importante de ser lembrado, pois quem faz essa escrita, tem um estilo e capacidade de observação própria e, além do trâmite comum e legal, do limite da polidez que envolve as atas, acaba por organizar, resumir, enfim, faz escolhas ao colocar no papel o que foi falado por várias pessoas. Sem contar que muitas vezes as atas da ALFRS, por exemplo, foram feitas posteriormente às reuniões, ou porque a secretária não se fazia presente ou porque a mesma anotou itens para fazer o texto no livro posteriormente. Neste sentido, fatos podem ter sido omitidos, seja por convicção de não registrá-los, seja por negligência – ou ainda por avaliação pessoal ou coletiva de não haver necessidade. Portanto, de antemão houve a consciência de que muito provavelmente nem todos os fatos e falas foram alvo de apontamentos nos livros de atas, mas, de qualquer forma, é ainda uma das principais fontes para se buscar essas informações.

A escolha dos editoriais para a análise, dentre as tantas possibilidades que *Atenéia* proporciona, fez-se pelo que Cláudio Pereira Elmir (1995) utiliza como argumento em relação aos cuidados metodológicos das *armadilhas do jornal*. Segundo Elmir, a leitura realizada por aquela pessoa que lê deve ser diferente das que são historiadoras. As primeiras desenvolveriam uma *leitura extensiva*, já as segundas, precisam ler *intensamente*, procurando a qualidade da análise. Como não haveria possibilidade de realizar uma leitura *intensiva* de toda a extensão da revista para esta pesquisa, foi preciso fazer uma seleção, recortando uma parte específica para se debruçar. Os *editoriais* foram os escolhidos, como já se sabe.

Um dos fatores para a escolha foi dado pelo problema principal, que buscou pensar a ALFRS enquanto grupo querendo um reconhecimento como coletividade, pois, por ter diferentes pessoas publicando na revista (em sua maioria, acadêmicas), as opiniões obviamente poderiam ser – e eram às vezes – díspares. Por isso mesmo, na folha intitulada *Expediente*, logo na abertura das páginas, constava a relação completa da Diretoria de cada biênio e a seguinte declaração: “todos os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade dos próprios autores” (ATÉNEIA, 1949-1972) – algo costumeiro até hoje nos jornais e revistas.

Este aspecto da declaração de responsabilidade poderia ser utilizado para apontar a não representação do pensamento da ALFRS pelos Editoriais, já que em grande parte eles foram assinados por alguma acadêmica e, segundo o *Dicionário de Comunicação* (RABAÇA e BARBOSA 2002), um *editorial*, em seu significado, é um “texto opinativo, escrito de maneira impessoal e *publicado sem assinatura*, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais de maior relevância” (RABAÇA e BARBOSA 2002, p. 18 – grifos meus).

Entretanto, conforme Valeria Severina Gomes (2007), que analisou mudanças e permanências em editoriais de jornais pernambucanos em sua tese na área de linguística, os editoriais têm diferentes designações a partir de sua gênese, várias classificações que diferem dependendo de quem pesquisou e até mesmo de seu local (país, etc.). Diz que hoje, os artigos de opinião que dividem a página com o editorial têm autoria expressa, enquanto este dispensa assinatura por ser “o porta-voz da instituição” (GOMES, 2007, p. 111). No entanto, nem sempre foi esta a convenção jornalística, por exemplo. Até mesmo o nome *editorial* não era desde os primórdios da imprensa no Brasil a designação utilizada – teria passado principalmente de *artigo de fundo* para *artigo editorial*, para só posteriormente passar a ser chamado de *editorial*.

Por isso, mesmo muitos editoriais tendo sido assinados, os que têm autoria definida foram praticamente todos escritos por alguma das Diretoras ou designados como *A Direção*. Ou seja, não esquecendo que a Diretoria da Revista, assim como a presidência da ALFRS, era escolhida através de eleição/escolha, as opiniões e/ou assuntos deveriam representar os sentimentos e pensamentos das demais (ou ao menos as relações de forças internas). Este raciocínio pautou a escolha dos Editoriais como referência do pensamento das acadêmicas, e também tendo em vista a sua fórmula geral, devendo definir e expressar “o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista, etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio)” (RABAÇA. 2002, p. 18). Na verdade, tradicionalmente pensa-se o editorial sem assinatura no sentido de enfatizar o caráter institucional do texto (AMARAL *apud* GOMES, 2007, p. 111).

Além do exposto acima, um editorial está inscrito dentro de tradições editorialísticas, segundo Gomes (2007) e também vai atender a propósitos do suporte em que está inserido, podendo ter várias classificações de conteúdo e forma. O jornalismo impresso, por exemplo, teria pelo menos três tendências (GOMES, 2007, p. 91): *político-planfetária* (no contexto inicial da imprensa, função opinativa, marcada por polêmicas pessoais, violência física e verbal, linguagem e pontuação enfáticas); *literário-independente* (a partir da metade do século XIX, contexto de organização intelectual, temáticas culturais e científicas, conjunção entre os ‘homens’ de letras e a imprensa, propagação de acontecimentos sociais e linguagem composta de detalhes, figuras e poeticidade) e por fim a *telegráfico-informativa* (modernização tecnológica, superação da opinião pela informação objetiva, de uma imprensa romântica a uma mercadológica, o estilo simplista telegrafes deixa o detalhista literário para trás, com uma linguagem direta, com muitas afirmações e repetições reguladas).

Neste sentido, a Revista *Atenéia* esteve bastante de acordo com a segunda tendência, a *literário-independente*, mesmo não sendo um jornal daquele período. O que não é um problema classificatório ou atraso, pois, como salienta Gomes (2007), os estilos de escrita atuais vão se constituindo de uma tradição variável entre mudanças e permanências – assim como a própria História.

De modo geral, um editorial é tido como do gênero opinativo, dificilmente informativo. Ambos têm estratégias em sua constituição. Gomes apresenta várias em sua tese, dentre elas as da pesquisadora mexicana Gonzáles Reyna, que engloba o editorial *informativo*, o *explicativo*, o *interpretativo*, o *exortativo*, o *de campanha*, o *persuasivo* e o *de interesse humano* (REYNA *apud* GOMES, 2007, p. 107-109). Gomes ainda acrescentou, pelo levantamento histórico realizado, o editorial *de apresentação*, também conhecido como

prospecto e introdução. Apesar de corresponder muito à produção do México, a listagem tem muitos tipos editorialísticos brasileiros – obviamente com as peculiaridades devidas (GOMES, 2007, p. 109).

O que interessou aqui foi pensar nesse agrupamento como algo inacabado, com a possibilidade de novas inserções, segundo afirmação de Gomes, e que em *Atenéia* se tem especificidades, mas isso não impossibilita a utilização desses conceitos para abordar seus editoriais.

VI.

Na busca de respostas ao problema-questão, o desenvolvimento da pesquisa, antes de uma análise *propriamente dita*, teve dois capítulos introdutórios. Além disso, o restante do trabalho se baseou em três perspectivas. A primeira diz respeito à “*ALFRS para dentro*”, ou seja, aqui se busca mapear e analisar como se deu o processo de construção interno da academia. A segunda foi intitulada de “*ALFRS para fora*”, buscando rastrear questões internas de alguma forma expostas para o público. Por último, a “*ALFRS de fora para dentro e vice-versa*” teve como intuito perceber quais assuntos externos transitavam pela entidade, ou quais os pensamentos de parte das acadêmicas sobre esses assuntos, procurando perceber o retorno ao público. Com isso, a presente Dissertação foi dividida em cinco capítulos, com algumas subdivisões.

O primeiro capítulo, intitulado “*O anjo do lar, a rua e uma academia de letras feminina: um percurso da leitura e da escrita de mulheres no Brasil*”, diz respeito à escrita e leitura por mulheres, no geral, bem como de duas acadêmicas em específico. O segundo, “*As Evas também querem a sua própria Academia*”, tratou da criação e repercussão da *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul* (1943), bem como da *Revista Atenéia* (1949) e suas características.

O terceiro capítulo, com o título “*Academia para dentro*” foi o momento em que se buscou delinear como a academia acontecia: seu estabelecimento, organização e transformações de práticas e posicionamentos internas ao longo de suas três décadas iniciais (1943-1973). Ou seja, a transcrição e análise para formular uma interpretação dos registros nas Atas pelas respectivas secretárias, e outros documentos afins, como seus estatutos, a fim de arrolar temáticas recorrentes, teve como objetivo compreender as pretensões das *imortais*,

as novas sócias admitidas, os lugares das reuniões, enfim, os trâmites não publicizados, ainda que publicados, de uma instituição estabelecida ao longo da delimitação temporal.

O quarto capítulo, chamado “*De dentro para fora da Academia*”, teve seu conteúdo como um contraponto ao terceiro, abordando os temas e finalidades da ALFRS levados ao público externo nos editoriais de *Atenéia* (1949-1972). O sentido foi de perceber as discussões internas realizadas e os assuntos da entidade externados para o público mais amplo, comprador da revista e não somente membro da academia.

No quinto e último capítulo, intitulado “*De fora para dentro da Academia e vice-versa*”, tratou-se dos sentidos políticos de uma escrita aparentemente descomprometida nos editoriais de *Atenéia* (1949-1972). Foi projetado para se pensar os diferentes acontecimentos de lugares diversos que ‘*entravam*’ na ALFRS e eram novamente ‘*jogados*’ ao público externo, permeados pelas opiniões – políticas – das acadêmicas.

Por fim, é preciso ressaltar que o período de 1943 até 1973 é amplo; logo, vários (e diversos) momentos históricos, sociais, políticos o compuseram, pois, por exemplo, a realidade da mulher da década de 1940 difere da de 1950 que, por sua vez, sofre profundas transformações a partir dos anos de 1960. Entretanto, um dos pontos relevantes da apreciação foi de refletir as mudanças e as permanências históricas através do que elas, acadêmicas, referenciavam. Claro que às vezes houve evidências contextuais não citadas, e elas foram trazidas para a análise sempre que necessário.

I. O ANJO DO LAR, A RUA E UMA ACADEMIA DE LETRAS FEMININA: um percurso da leitura e da escrita de mulheres no Brasil

“[...] *a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção [...]*”
Virgínia Woolf²⁸

“[...] *Quererão que sejamos instruídas e sábias fechando-nos as Academias? [...]*”
Luciana de Abreu²⁹

“*A alma poética não é privilégio de classe, mas de inteligência, estudo e vocação.*”
Lydia Moschetti³⁰

1. Leitura, escrita e um *teto todo seu*: práticas simbólicas e necessidades físicas

Antes de tratar diretamente da ALFRS e sua história, é relevante tratar do período anterior a ela, quando em nosso país mulheres começaram a publicar livros. Neste sentido, o papel que a leitura desempenhou para uma possível produção escrita teve grande importância, mesmo os dados demonstrando o quão restrita esta leitura poderia ser, por exemplo, para o século XIX e início do XX no Brasil (sendo quase inexistente para o XVIII).

Alguns estudos utilizam a posse de bibliotecas listadas nos inventários *post-mortem* e/ou testamentos como forma de pensar a prática da leitura, pois ainda que estes documentos não forneçam em si dados sobre esse assunto, é uma forma de se pensar ao menos a circulação e posse dos livros. A partir deste ponto, passando depois por questões que envolvem a educação, se buscou chegar à escrita de mulheres no país.

Villalta e Morais (2010), em artigo sobre a posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais no período de 1714 a 1874, apontam que as cifras referentes à posse de livros

²⁸ Trecho do livro *Um teto todo seu*, originalmente de 1928 (WOOLF, 2014, p. 8).

²⁹ Trecho da preleção sobre a *Educação das Mães de Família* proferida por Luciana de Abreu no 6º Sarau do *Parthenon Litterário*, e que foi publicada em dezembro de 1873 na revista da entidade (ACADEMIA, 1993, p. 38). Luciana de Abreu é patrona da cadeira número cinco da ALFRS e, conforme SILVEIRA (2008), viveu em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, onde foi professora pública e teve atuação no *Parthenon* (associação literária sediada em Porto Alegre entre os anos de 1868 e 1885).

³⁰ Trecho do livro “*Histórico de minhas Fundações*” (1971?), de Lydia Moschetti.

em Mariana, Diamantina, Vila Rica, São João Del-Rei e São José demonstraram um perfil elitizado, sendo predominantemente constituído por pessoas livres, brancas, do sexo masculino, com destaque para os padres. Sinalizam que “a transferência da Corte e a Independência não trouxeram modificações sensíveis no que se refere à distribuição da posse de livros, que era diferenciada, assimétrica e socialmente elitizada” (VILLALTA e MORAIS, 2010, p. 408).

Contudo, mesmo com a uniformidade no perfil dos donos de bibliotecas, havia uma concentração de mulheres proprietárias nas localidades. Por exemplo, em Mariana, cerca de 8% dos inventários analisados tinham bibliotecas e, nestes, as mulheres donas somavam aproximadamente 11% – e os homens 89%, também com uma pequena posse por parte de pessoas, em sua maioria homens, de posição inferior na escala social.

Sobre as mulheres e a leitura no Brasil, o livro de Barbara Heller, *Da pena à prensa* (2006) é significativo em relação a esta prática no período de 1890 a 1920, quando as mulheres não tinham ainda pleno acesso à escola. A autora na busca das leitoras de *papel e tinta*, em seu primeiro capítulo, tentou mostrar o quanto à medida que as mulheres têm o usufruto do espaço privado da casa – ou parte dela –, tendem a se tornar leitoras mais competentes, pois têm um local adequado de trabalho, propiciando privacidade para a leitura e também para a escrita.

Heller buscou através de trechos de romances do final do XIX e início do XX, de alguns literatos homens e de uma mulher (Júlia Lopes de Almeida), mapear a disponibilidade de um espaço para elas, ou até mesmo a possibilidade do uso do espaço do marido (representado pelo escritório, marcadamente um recinto masculino na casa). A autora concluiu que “à medida que as mulheres vão se apropriando do espaço doméstico, as leitoras de papel e tinta abriram espaço na casa e na rua, passando a ter atitudes antes impensáveis para mulheres educadas” (HELLER, 2006, p. 37).

No Brasil a posse de livros, a leitura e, por conseguinte, a escrita, estavam atreladas a uma classe social bastante elevada e por consequência branca – tanto para homens, quanto para mulheres, mesmo que mais para estas do que para àqueles, devido às leis “jurídicas” e “simbólicas” da sociedade setecentista e oitocentista. Para ter acesso à educação, livros, tempo e conhecimentos, em uma sociedade ainda marcada pela escravidão e pela pouca atividade que poderia ser considerada como “intelectual”, o espaço de escrita para mulheres

era restrito, sendo o de publicações quase nulo e vinculado praticamente em sua totalidade à elite econômica, diferente, por exemplo, da realidade inglesa dos oitocentos³¹.

Retornando ao argumento de Heller, ele parece fazer eco a outro, *teórico-literário*, de Virgínia Woolf em *Um teto todo seu* (2014). No livro a escritora desenvolve sua “tese” a partir de um ensaio ficcional. Ela escreveu no século XX (primeira edição é de 1928), mas fez um panorama geral em relação às mulheres escritoras, salientando a importância da renda fixa para as mulheres, bem como de um espaço de dedicação à escrita: *um teto todo seu*. Nele, deveriam primeiramente conseguir matar o *Anjo do lar*³². Ou seja, como escritoras, deveriam conseguir ter opinião própria e crítica, pois não daria para fazer “nem mesmo uma resenha sem ter opinião própria, sem dizer o que a gente pensa ser verdade nas relações humanas, na moral, no sexo”, pois o *Anjo do lar* não permitiria às mulheres tratarem destes assuntos com franqueza, já que, se elas queriam se dar bem, “devem[riam] agradar, precisa[ria]m conciliar, precisa[ria]m – falando sem rodeios – mentir” (WOOLF, 2013, p. 13).

Estas questões relativas ao espaço da casa, a ter um lugar dentro deste local, e de uma opinião própria, levantam outra, que é a das esferas pública *versus* privada. De modo geral, podemos compreender a esfera privada como a do universo feminino nas classes altas, em contraste ao da atuação política e dos meios de produção, estabelecido como um domínio masculino. Pateman (*apud* COLLING, 2014) apontou que para algumas historiadoras esta seria uma característica universal, trans-histórica e transcultural à existência humana, e as críticas surgem justamente desta separação das duas esferas. Entretanto, a discussão atualmente se pautaria tanto mais na hierarquização existente nestes lugares, pensando na “produção da importância política ao espaço público”. A pauta seria “a genealogia da

³¹ Segundo Sandra Vasconcelos, em seu livro *A formação do Romance inglês* (2007), para pensar uma ascensão do romance *feminino* – escrito por mulheres – é preciso levar em conta as possibilidades destas. Em relação a isto, Vasconcelos alerta que as mulheres inglesas eram o público-alvo, as protagonistas e também suas produtoras, e que o novo gênero teria tido grande impacto e popularidade entre as leitoras, sendo personagens centrais na história e difusão do romance (VASCONCELOS, 2007, p. 124-142). A “nova ordem burguesa” teria obrigado homens e mulheres a se adaptarem às mudanças sociais. Segundo Vasconcelos, muitas atividades antes tradicionalmente femininas (como a fição, tecelagem, produção de alguns produtos caseiros) passaram a ser atividades industriais, o que acabava por fazer dos homens seu produtor nas fábricas. Com isso, se tem uma divisão entre público e privado, em que os homens sustentam a casa e as mulheres administram o lar – com a liberação das atividades extras das mesmas, proporcionando maior tempo livre, por exemplo, para a leitura de romances. Todavia, outro ponto relevante é que muitas das que escreviam estavam interessadas no retorno financeiro que poderiam obter – e este ponto é importante justamente por se diferenciar da realidade brasileira. Ou seja, a escrita dos romances não estava necessariamente ligada a uma classe social elevada na Inglaterra oitocentista. Pelo contrário, nas camadas médias não havia muitas chances de auto-suficiência econômica para as mulheres, pois não possuindo um dote para um bom casamento, e com o restrito acesso ao mundo do trabalho, muitas das mulheres escritoras tinham na publicação de romances uma forma de escapar às poucas tarefas fora do universo doméstico e das poucas profissões (costureira, criada ou prostituta) que estavam disponíveis no *campo de possibilidades* das mulheres no período (VASCONCELOS, 2007, p. 125).

³² Este conceito do *Anjo do lar* faz parte do texto intitulado *Profissões para mulheres*, lido por Virginia Woolf para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres em 21 de janeiro de 1932.

separação, a incorporação do saber e do poder em uma esfera e o desmerecimento e a desqualificação de outra [...]” (COLLING, 2014, p. 30)³³.

Enfim, mesmo com tantos perigos de simplificação, a escrita pode ser considerada um lugar de trânsito da palavra em um universo público considerado como masculino – ainda hoje em alguns aspectos. Sandra Vasconcelos (2007, p. 138) propõe que, no século XVIII, na Inglaterra, as mulheres assumirem a posição de escritoras já era por si só um desafio aos tradicionais papéis destinados a elas (lembrando que nem todas usavam pseudônimos, sendo esta estratégia utilizada tanto por homens, quanto por mulheres, ou seja, para além da opressão de gênero, havia uma estratégia editorial neste feito). Mesmo assim, desafiando as convenções e a subordinação reinantes, houve quem levantasse sua voz para protestar.

Em um período conservador em muitos aspectos no tocante aos regramentos da sociedade, o século XIX foi o “século do romance”, segundo Norma Telles, em seu texto *Escritoras, Escritas, Escrituras*. Ela ressalta o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, particularmente o romance, na “cristalização da sociedade moderna”, já que

Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações (TELLES, 2011, p. 401-402).

A “cultura burguesa”, aponta a autora, fundamentou-se em conceitos binários e oposições (“pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior”), (d)escrevendo os *papéis sociais* e, com isso, (re)definindo o papel da mulher nessa reconfiguração da sociedade. Sendo assim, a mulher deveria ser “a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o *anjo do lar*, ou o oposto, [que seriam] as mulheres fatais ou decaídas” (TELLES, 2011, p. 402-403 – Grifo meu). A partir desta dualidade, a mulher era vista como um ser inferior ou, no máximo, frágil, indefeso e despreparado para o mundo público, que deveria ser dominado ou guiado pelo homem, possuidor da “razão superior” – algo a ser visualizado a seguir, no próximo capítulo, com algumas falas do Dr. Walter Rosa, que, como bom cavalheiro, mesmo

³³ Não farei aqui um melhor refinamento deste esquema interpretativo, como sugere Mônica Yumi Jinzenji em seu livro *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX* (2010). Todavia, em sua introdução, há uma boa teorização a respeito desta dualidade muitas vezes simplificadora, que nos faz acabar formulando e/ou vendo universos separados no lugar de possíveis “interpenetrações”. Além disso, o artigo de Susan Moller Okin, “*Gênero, o público e o privado*” (2008), é uma boa referência para pensar sobre a dicotomia público/privado a partir de uma perspectiva de gênero – para ela, público/doméstico, pois buscou pensar a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal. Okin pensava haver uma negligência do gênero, com a perpetuação da ausência de reflexão sobre a dicotomia público/doméstico. Maiores informações ver OKIN, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>. Acesso em 12 de março de 2016.

em meados da década de 1940, concordava com isso, pois, não eximiu os homens desta *sublime tarefa de guiar suas companheiras ao “Éden das Letras”*.

A caracterização do feminino formulada desde antes do século XVIII, e que se colocou à sociedade burguesa, “definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*”, porém, ao aparentar ser “usurpadora” de “atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas”, foi definida como “*potência do mal*”. Mesmo assim, foi a partir dessa época (século XIX) que as mulheres começaram a escrever e publicar (TELLES, 2011, p. 403). O detalhe é a raridade das brasileiras “educadas” neste período, então, menor ainda era o número de escritoras (DUARTE, 1999, p. 90).

É necessário, entretanto, ter cuidado com as generalizações apressadas. As décadas que antecederam a criação da ALFRS, englobando a passagem do século XIX para o XX, foram marcadas por mudanças em relação ao papel da mulher na sociedade, que conjuntamente com a urbanização e a industrialização, causaram redefinições significativas na dimensão de gênero, sendo as classes urbanas (média e alta) as mais atingidas, conforme BESSE (1999).

Uma dessas mudanças advindas na metade final do XIX dizia respeito à educação da mulher. A primeira legislação referente à educação feminina foi de 1827, quando a lei passou a permitir o acesso de meninas à escola elementar, sendo somente a partir de 1879 aberto o ensino superior para as mulheres (HAHNER, 1999)³⁴. Entretanto, como alerta Besse (1999), os custos para obter a educação secundária necessária eram altos (sendo a pública incipiente), devendo-se também levar em conta o forte preconceito em relação a tal novidade. A educação básica prévia era difícil até de ser encontrada, quase sempre ainda com separação entre os sexos, pois havia diferenças no ensino voltado às mulheres e aos homens. Para elas o currículo deveria ter um direcionamento quanto aos seus papéis de *esposa* e *mãe*, incluindo costura e bordado, e para educar seus filhos de forma adequada (dentro da *moral* e dos *bons costumes*), e não como forma de alcançar o ensino superior e/ou a independência.

A restrição às mulheres, mesmo com poder econômico (caso da maioria das acadêmicas) era maior em relação às tarefas intelectuais em comparação aos homens de mesma classe, incluindo aí o esperado pela própria educação dedicada a elas. Mesmo assim, a *escrita*, dentre outros modos de contestar a “ordem estabelecida”, pode ser considerada como elemento de grande importância no processo de emancipação daquelas mulheres, sendo uma

³⁴ Somente a partir de 1879, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário, foi retirada a proibição de pessoas escravizadas não frequentarem escolas públicas. Com isso, é preciso ter em mente que quando se fala aqui em *mulheres*, trata-se daquelas livres. E mesmo posteriormente, quando se fala nos padrões definidos às mulheres, é sempre bom lembrar que são as de classe média e alta (e em geral brancas) o foco.

ferramenta utilizada progressivamente na virada do século XIX para o XX no Brasil, quando houve um aumento gradativo da alfabetização da população feminina – ainda que somente em relação às de classes elevadas e brancas.

Sobre essa questão do ensino, June Hahner (2003) apresenta os índices de alfabetização no Brasil. No *Recenseamento Geral do Brasil* de 1872, somente 19,8% dos homens e 11,5% das mulheres no país sabiam ler e escrever (HAHNER, 2003, p. 75). BESSE (1999) também apresenta uma tabela das taxas de alfabetização no Brasil para o período de 1872 a 1940. Em 1872, a porcentagem de alfabetizadas na população feminina total era de cerca de 11%, com oscilações para os anos posteriores, como Hahner aponta, e, mesmo em 1920, a porcentagem geral e a diferença entre os sexos persistiam, sendo 28,9% da população masculina alfabetizada contra 19,9% da feminina (HAHNER, 2003, p. 75). Já em 1940 este número em relação às mulheres cresceu até aproximadamente 34%, sendo que em geral as porcentagens femininas são quase 10% inferiores às masculinas (BESSE, 1999, p. 126).

A população do Rio Grande do Sul segundo os dados desse mesmo *Recenseamento* de 1872, fonte que Hahner e Besse utilizaram³⁵, girou em torno de 434.813 habitantes. Deste total, os homens livres corresponderiam a 191.022 e as mulheres livres 176.000; o total, portanto, era de 367.022 pessoas livres, ou seja, quem poderia acessar o ensino público (e teria dinheiro para participar do privado). Destas, segundo a mesma fonte, 38.341 mulheres sabiam ler e 137.650 eram analfabetas; logo, cerca de 20% da população feminina do estado tinha conhecimentos de leitura e escrita. Além disso, se pensarmos em termos de idade escolar, 7.947 meninas de 6 a 15 anos frequentavam a escola – contra 33.292 que não frequentavam (9.947 meninos frequentavam e 36.222 não frequentavam). Aproximadamente, portanto, 24% delas, nos anos correspondentes, estavam em uma escola – taxa com pequeno crescimento em relação à alfabetização da população feminina adulta que sabia ler e escrever para o ano (20%). Estava havendo, portanto, um aumento gradativo de alfabetização da população feminina e diminuição da diferença das taxas entre os sexos. Além disso, as porcentagens gaúchas são um pouco maiores da média brasileira³⁶.

³⁵ Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brazil 1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brasil%201872.pdf). Acesso em 2 de fevereiro de 2016.

³⁶ Estes dados não devem ser pensados em termos absolutos, tendo em vista que o próprio IBGE adverte que os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. Dados disponíveis em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016. Além disso, há outras pesquisas que entrecruzam dados de outras fontes obtendo números gerais um pouco diferentes, como é o caso de Thiago Araújo, em estudo sobre o peso da população escrava na província (2011).

Em uma pesquisa nos *Relatórios Provinciais do Rio Grande do Sul* têm-se mais alguns dados importantes referentes ao estado³⁷. Na Mensagem de 1927 enviada à Assembléia dos Representantes apontou-se o analfabetismo no Brasil, pelo recenseamento de 1920, como 75,5%, mas em alguns estados a taxa era mais baixa, como era o caso do Rio Grande do Sul. Aqui a porcentagem seria de 64,2% em 1920, sendo que em 1926 teria baixado para 63,20%, fato que pode ser visualizado pela maior frequência dos discentes e do alargamento do quadro escolar, com mais escolas, professores, verbas (MENSAGEM, 1927, p. 17-21). Já em 1930, segundo a Mensagem, “houve intensa e profícua actividade nos serviços concernentes à instrução pública”. Os números realmente cresceram, chegando a um total de 4.471 escolas (somando todos os níveis e tipos de ensino e tipos) e 240.031 matrículas e frequência de 206.879. Ainda assinalou-se em 1928 haver 4.098 escolas com 216.746 matrículas e frequência de 179.640 (MENSAGEM, 1930, p. 74-78)³⁸.

As datas de nascimento das fundadoras da ALFRS (Lydia Moschetti, Aura Pereira Lemos, Stella Brum, Alzira Freitas Tacques, Aracy Froes e Aurora Nunes Wagner) apontaram que seus estudos primários ocorreram no início do século XX³⁹. Neste momento, a educação feminina no Brasil começava a se tornar uma necessidade prática para as mulheres, e também para a sociedade brasileira como um todo, em razão do processo de urbanização e industrialização (BESSE, 1999, p.122). A educação era vista como forma de fomentar o progresso e, no caso das mulheres das classes média e alta urbanas, não deixava de ser um modo de prepará-las para o casamento e a maternidade, também provendo-as de habilidades

³⁷ A título de comparação, em 1866 (já que para este ano há mais dados disponíveis), existia, em quantidade, apenas o ensino primário no Rio Grande do Sul, sendo que o público deste nível contava com 140 escolas, destas 80 do sexo masculino e 60 do feminino, com 3983 alunos e 2310 alunas. Elas contavam com 77 professores contra 59 professoras. Além disso, havia contratados para o “ensino de alunos pobres” 8 professores e 2 professoras particulares, tendo sido celebrado igual contrato com mais 6 professores e 2 professoras para se “encarregarem do ensino da mocidade desvalida nos lugares onde se achão vagas as cadeiras creadas por lei”. Estas aulas tinham 543 alunos: 431 do sexo masculino e 112 do feminino. Sobre o ensino secundário não há dados por sexo, o que pode levar a crer que a pequena quantidade era apenas de alunos homens, pois sempre que havia mulheres havia a discriminação por sexo. Havia também o ensino particular, contabilizando 96 aulas e colégios particulares, frequentados por 3772 alunos, destes 2466 homens e 1306 mulheres (RELATÓRIO, 1866, p. 26-27). Os dados para 1872 são ligeiramente diferentes do Recenseamento de 1872. Consta no Relatório Provincial que estavam matriculados nas “aulas públicas” da *Província de São Pedro* (atual RS) 7.854 alunos, sendo 4.976 do sexo masculino e 2.678 do sexo feminino. Já nas “aulas particulares” existiam 4.343 matriculados, dos quais 2.459 eram do sexo masculino e 1.884 do feminino.

³⁸ Em 1930 (até 1945), é preciso lembrar, Getúlio Vargas, com apoio de oligarquias do Rio Grande do Sul e outros estados, passou a estar no comando do país e, em um momento de busca pela modernização, na tentativa de alcançar as potências mundiais, a educação ganhou espaço como um dos meios para o desenvolvimento. No primeiro governo getulista, a educação teve forte investimento, um deles foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, ou seja, momento em que se pensou em um sistema nacional e público de ensino, com reformas que se estenderam por muito tempo após a década de 1940.

³⁹ Ver quadro no Apêndice E. Lá constam informações das trajetórias das fundadoras da ALFRS.

básicas para “ganhar a vida decentemente” – isto se viessem a “passar por necessidades” (BESSE, 1999, p. 123).

A educação foi, conforme mencionado, atrelada à maternidade, visualizada como “pré-requisito básico do bem-estar nacional do Brasil”. Entretanto, era uma educação sem vistas à emancipação, pois, nessa perspectiva, as próprias mulheres deveriam assumir o papel de “guardiãs das relações sociais e de gênero tradicionais” (BESSE, 1999, p. 122). A meta do sistema educacional não era permitir a autonomia intelectual, econômica ou social feminina, mas sim ajudar na preservação das hierarquias de gênero, colocando ao alcance das mulheres os conhecimentos e experiências “adequados” (BESSE, 1999, p.142).

A valoração do trabalho das mulheres também foi redefinida, já que, a partir da década de 1910, cada vez mais as pertencentes às classes média e alta urbanas participavam com as consideradas “pobres” da mão-de-obra assalariada (BESSE, 1999, p. 143). O parasitismo passou a ser visto como “vergonhoso” e o trabalho como uma “ocupação útil na vida” (no século XIX o trabalho fora do lar acarretaria a perda de *status* para a mulher). Não obstante, como conciliar o emprego feminino e os deveres familiares das mulheres, preservando a divisão sexual do trabalho? A restrição ao ingresso em determinados tipos de atividades foi uma das formas de, segundo BESSE (1999), atenuar as contradições insolúveis no longo prazo. Outro ponto foi a instituição do emprego feminino como complementar ao masculino (com pagamento de salários muito mais baixos), não gerando independência (BESSE, 1999, p. 145-147).

Por fim, no século XX, o movimento sufragista levou à iniciativa de publicação de vários jornais editados por mulheres, reforçando a ideia da escrita como forma de contestação. Após a luta para adquirir o direito ao voto, conquistado em 1932, mulheres puderam candidatar-se, sendo que algumas foram eleitas para vereadoras, deputadas, ou seja, passaram a estar um pouco mais presentes no mundo público e político (na verdade ainda exceções)⁴⁰.

BESSE (1999) também indica ter sido mais fácil neste período para as mulheres com tendência – ou “vocaçãõ” – para as carreiras de escritora, poeta, jornalista e musicista, portanto no âmbito das artes, realizarem suas aspirações, pois essas atividades permitiam horários flexíveis, e também acabavam não sendo consideradas como “ameaçadoras”, pois dificilmente tinham uma remuneração “substancial ou constante”. Além disso, os homens viam tais mulheres como exercendo seu “caráter sensível e delicado”, enfim, “sua autêntica natureza de mulher” (BESSE, 1999, p.164-165).

⁴⁰ Ainda que o voto tenha se tornado inoperante com o golpe de 1937 de Getúlio Vargas, que instituiu uma ditadura no Brasil, o *Estado Novo*, bloqueando as eleições, portanto.

Por fim, BESSE (1999) vai além do argumento de HAHNER (2003) sobre a *emancipação do sexo feminino*. Mesmo existindo uma defesa da emancipação desde pelo menos a segunda metade do século XIX⁴¹, as vitórias femininas na luta pelos direitos da mulher, para BESSE, não teriam sido acompanhadas por mudanças nas relações de gênero. Pelo contrário, houve um enrijecimento quanto aos papéis estabelecidos e, “na verdade, esses novos papéis, criando uma ilusão de mudança, mascaravam – e com isso ajudavam a perpetuar – a dominação masculina” (BESSE, 1999, p. 223). A pesquisadora destaca, então, que, a partir de 1930, a “nova sociedade” promoveu uma *modernização* das relações entre os gêneros, mas *não a sua democratização*. No primeiro período varguista (1930-1945), portanto, mesmo com direitos conquistados, como o voto feminino (em 1932), os privilégios de classe e dos homens não foram extintos, pelo contrário. Ainda assim, não se deve menosprezar as conquistas em função delas não terem sido completamente como o desejo, tanto de quem lutava quanto de quem as estuda, pois aconteceram avanços (e isto recai como uma problematização ao próprio esquema interpretativo de Besse).

É interessante, contudo, pensar essa falta de *democratização* das relações de gênero apesar da sua *modernização*. As relações sociais se estabelecem por meio de conflitos, desta forma, a tentativa de bloquear a emancipação da mulher não foi simplesmente aceita. Várias mulheres desde o século XIX questionaram pontos relacionados aos seus direitos, principalmente os que envolviam educação, trabalho e voto. Enfim, no intuito de indagar sobre a sociedade portoalegrense em relação às relações de gênero e literatura, é pertinente apresentar exemplos de mulheres que utilizaram a escrita como ferramenta em prol de sua autonomia, individual e coletivamente, mesmo que de outros locais do Brasil e temporalmente anteriores à fundação e constituição da ALFRS – levando-se em conta serem as mulheres nessa época exceções como intelectuais e/ou escritoras.

Constância Duarte pesquisou a vida e a obra de “Nísia Floresta”, pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha. A norte-rio-grandense nasceu em 1810 e foi autora de vários livros que tratavam da problemática feminina de seu tempo (DUARTE, 1991, p. 178). Casou-se aos 13 anos, em 1823, e deixou o marido no ano seguinte, sendo repudiada por grande parte da família em função de tal atitude (TELLES, 2011, p. 405). Em 1832 publicou o livro “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*”, uma espécie de livre tradução do livro de

⁴¹ Defesa da emancipação atrelada, segundo June Hahner, à expansão e crescimento das cidades, que levou a um aumento do número de trabalhadores/as assalariados/as, entre outros fatores (HAHNER, 2003, p. 37-65).

Mary Wollstonecraft⁴². Ela teria utilizado várias de suas ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira: ela “usa[va] da escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres” (TELLES, 2011, p. 405)⁴³.

Na metade final do XIX, mesmo que raras, há mais mulheres *escrevendo*, ou seja, emitindo opinião sobre os mais variados assuntos, dentre os quais sobre a capacidade feminina para a vida cultural (ser escritora/intelectual) e política (direito de votar e ser votada)⁴⁴. DUARTE (1990), no entanto, adverte que os textos das escritoras neste momento ainda eram vistos como tendo, com exceções, um estatuto inferior em relação à literatura produzida por homens. Um comentário ilustrativo de tal fato citado pela pesquisadora é o de José Veríssimo (que junto com Machado de Assis, entre outros, fundou em 1897 a Academia Brasileira de Letras). O nobre escritor, em seu livro *Estudos de Literatura Brasileira*, lamentou que a língua portuguesa não fosse como a francesa, que não possuía o feminino para as palavras *autor* e *escritor* (VERÍSSIMO, 1971, apud DUARTE, 1990, p. 75).

Outra mulher importante de ser lembrada foi Luciana de Abreu. A patrona da cadeira número 5 da ALFRS, que nasceu em 1847, lecionou em escola pública, vivendo em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Foi também a primeira mulher a subir na tribuna do *Parthenon Litterario*⁴⁵. A escritora “apropriou-se de uma conjuntura favorável à discussão sobre a educação feminina”, em que a *esposa* e *mãe* passaram a ser vistas como tendo “competências naturais que as tornavam especialmente aptas para a educação” – educação esta atrelada à “garantia da boa formação dos futuros cidadãos da pátria” (SILVEIRA, 2008, p.109-110).

Em um espaço também destinado às mulheres cultas daquela sociedade (os *saraus*), Luciana proferiu um discurso no qual convidou as mulheres a pensarem sobre a sua condição, salientando que elas deveriam se instruir, e, se possível, ingressar no ensino superior, assim como o sexo oposto. Aos homens daquela *Sociedade* também interessava a educação

⁴² Mary Wollstonecraft, escritora e filósofa inglesa, publicou em 1792 o livro *Vindication of the Rights of Woman* (*Em Defesa dos Direitos da Mulher*). Nele a autora, de modo geral, defende principalmente que as mulheres não são inferiores por natureza aos homens, mas sim por não terem uma educação que as desenvolva (discute com Rousseau vários pontos) – alguns capítulos são bem enfáticos sobre o estado de degradação que as mulheres estariam reduzidas por causas diversas.

⁴³ Interessante destacar que Nísia Floresta chegou a morar em Porto Alegre a partir de 1838 com seu novo marido e filha e, como aponta TELLES (2011), sua obra teve grande repercussão, sendo mencionada por várias escritoras até o final do XIX. Quando residiu na capital gaúcha, portanto, pode ter entrado em contato com outras mulheres porto-alegrenses.

⁴⁴ A patrona da cadeira número 1 da ALFRS (cadeira da acadêmica Lydia Moschetti), por exemplo, é Delfina Benigna da Cunha, “poetisa cega” que escreveu redondilhas durante a “Revolução” Farroupilha (1835-1845) relacionadas aos partidários da separação, acusando-os de anarquistas (TELLES, 2011, p. 407).

⁴⁵ O *Parthenon Litterario* foi uma instituição de difusão da literatura, fundada em 18 de junho de 1868 no Rio Grande do Sul, que reunia um grupo heterogêneo de participantes ligados às *letras* (SILVEIRA, 2008, p. 16).

feminina, mas, como já salientado, *sem emancipação*; talvez por isso o discurso de Luciana tenha sido bem aceito.

O período estudado, portanto, era um momento de emancipação no que tange à educação e trabalho (entre outras coisas) das mulheres, mas as discussões sobre as relações de gênero não se pautaram, como ensina Besse, por uma *democratização*, pois essas foram apenas *modernizadas*, apesar, como se ressaltou, da ação de diversas mulheres que lutaram por autonomia e de muitas conquistas alcançadas.

O intuito de apresentar o processo de tal modernização foi o de delinear o momento anterior em que mulheres atuaram, bem como trazer alguns dados pertinentes às que fundaram a ALFRS. Focou-se na situação das classes médias e altas, pois, segundo a bibliografia analisada, são estas as camadas sociais em que estavam (e que podiam estar) as envolvidas com as práticas intelectuais – fato constatável também com os índices citados de alfabetização das mulheres, que mesmo na década de 1940, restringia-se a pouco mais de 34% da população feminina do Brasil.

Os exemplos esboçados demonstram que as fundadoras da ALFRS não foram as primeiras mulheres em busca de maior espaço de visibilidade entre os *homens de letras*. Entretanto, a criação de uma Academia Literária *Feminina* até então não havia acontecido na cidade (e no país de forma jurídica), o que, de certa forma, pressupõe uma busca institucionalizada de inserção no *campo intelectual*, ou seja, estar presente e ter reconhecimento perante outras/os intelectuais por meio da união de várias escritoras – garantindo, assim, maior peso para o grupo e, conseqüentemente, para as acadêmicas que individualmente poderiam não ser tão (re)conhecidas. A projeção por meio da entidade numa tradição de escrita feminina também “fecharia o círculo”, pois à Academia ficaria reservado o papel de legitimar a produção das literatas, tanto do presente, com novas sócias admitidas, como do passado, através das patronas escolhidas.

A criação da ALFRS demonstrou a insatisfação de um grupo frente ao que aqui se convencionou chamar de *espaços para as práticas literárias*. Só que este grupo não foi, nem poderia ser, da totalidade das mulheres, pois “um teto todo seu”, com tempo disponível para escrever o que a “alma poética” esboça quiçá em pensamentos, ainda era (e em parte, ou quase totalmente, ainda é) um privilégio de classe.

A *origem, a vida escolar e a pessoal*, portanto, bem como as *carreiras das imortais*, são variáveis importantes na análise da criação e na constituição da ALFRS. Estes dados (ver Apêndice E) indicam não ter sido *quaisquer* mulheres que tinham condições materiais e culturais para fazer parte da instituição: as “fundadoras”, por exemplo, pertenciam à elite

daquela sociedade, com trajetórias que apontaram para uma gama de relações sociais e, por conseguinte, de uma quantidade razoável de *capital social* acumulado⁴⁶. A circulação destas mulheres por diversos espaços públicos (estudo, trabalho, política) tem papel primordial na construção de suas relações sociais.

As relações sociais, portanto, permitiram a acumulação de capital social por parte de todas as fundadoras – umas mais, outras menos. A idealizadora da Academia possuía uma das maiores redes sociais entre elas, bem como Aurora Nunes Wagner, a grande responsável pela efetivação e continuidade da revista *Atenéia*. Por isso, abaixo se tratou de alguns pontos de suas trajetórias, vistos como importantes no que tange à construção da ALFRS e de discursos de *Atenéia*.

1.1 Lydia Moschetti: a benemérita escritora ítalo-brasileira

Lydia Bastogi-Gianonni, ou melhor, *Livia*, nasceu na Itália, em *Fucecchio*, uma pequena cidade, no ano de 1888⁴⁷. Sua mãe, Júlia Carli, de família humilde, segundo as palavras de Lydia, apaixonada pelo trabalhador e também humilde *Beppe* (Giuseppe Bertoncini), teria sido obrigada a se casar com Fabrício Bastogi Gianonni, filho da Condessa Catarina Bastogi Giannoni de Val di Chiana (MOSCHETTI, 1970, p. 13-15).

Conforme Lydia, em sua *Autobiografia* (1970)⁴⁸, durante a infância o pai era distante (para não dizer violento e machista), deixando o lar às vezes em necessidade – já que o

⁴⁶ E se realmente não se fazem poetas “*a muque ou por vontade*” (TACQUES, 1947), a “*espontaneidade*”, ou seja, o considerado dom e/ou inspiração, pelo menos naquele período, pareceu estar associado a uma determinada classe e a certas ligações dessa naquela sociedade. No Trabalho de Conclusão de Curso em História (PETRÓ, 2012) as trajetórias das fundadoras foram parcialmente analisadas, sendo que alguns dados sobre as elas podem ser visualizados no Apêndice E.

⁴⁷ Na reedição da sua *Autobiografia* (2008) a data de seu nascimento apontada por Hilda Flores é “1896(?)”, porém nas folhas avulsas encontradas no arquivo da ALFRS com pequenas referências biográficas das patronas e acadêmicas, consta o ano de 1890. Este ano, por sua vez, também é impreciso, visto que segundo o/a autora de tais dados (possivelmente a própria Hilda Flores), em 1968 Lydia confirmou seu ano de nascimento como sendo “1890”; contudo, em 1978, ela teria anunciado que faria “90 anos” em setembro. Mesmo assim, na primeira edição de *Autobiografia* (1970), ela dedica a obra ao seu irmão Atílio, “o único que sobreviveu à numerosa família que em 1907 veio ao Brasil”; ou seja, Lydia emigrou da Itália para o Brasil com a idade de entre 17 e 19 anos.

⁴⁸ Algumas ponderações relativas a esta fonte são necessárias, pois se fez a narrativa da trajetória de Lydia Moschetti a partir de um livro *autobiográfico*, escrito quando a escritora já teria aproximadamente 80 anos. Por ser um livro de memórias, em que é perceptível o caráter literário emanando de cada parágrafo, não se pode simplesmente tomar todas as suas informações como sendo os acontecimentos *tais quais* ocorreram. Janaína Amado, neste sentido, traz boas reflexões acerca da vivência e da memória. Essas, embora relacionadas entre si, “possuem naturezas distintas, devendo assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou

costume era de formação de grandes famílias de acordo com a tradição religiosa da época, e sua mãe teve 10 filhos. Durante muitas páginas de seu livro, Lydia apontou que a instrução das mulheres para as famílias de “sentimentos religiosos” não era bem vista, pois seria o meio propício para a “perdição eterna” e/ou o “desajuste social”. Como sempre teve ânsia pelo estudo (em suas palavras, o que não deixa de ser uma de demonstrar uma imagem de si heróica frente às dificuldades), disse ter regozijado o ato do Governo emitindo uma lei que obrigava todos os filhos “desde 7 anos a escola fornecendo ainda o material didático até o 4.º primário quando reconhecidamente pobre...” (MOSCHETTI, 1970, p. 1970).

Fabrício, seu pai, embarcou para o Brasil deixando a família na Itália. Neste meio tempo, enquanto continuou seus estudos após o primário, entrando e saindo do internato, a família foi ajudada por *Beppe* (que estava em boa situação material), pois seu pai não enviava dinheiro e ainda deixara dívidas. O primeiro amor de sua mãe ajudou Livia e sua família também com as passagens para o embarque em 1907 rumo ao Brasil – onde chegaram depois de 45 dias de viagem no navio *Sardenha*, “o melhor da época” (MOSCHETTI, 1970, p. 148). Seu pai os recepcionou em Santos, sem mudar muito sua forma distante e sem afeto (que Lydia justificou pelo casamento forçado de ambos, mesmo não compactuando com certas atitudes de seu pai e com a submissão de sua mãe).

A partir da chegada ao Brasil foi que *Livia* passou a ser Lydia, pois, segundo a escritora, chamavam-lhe de Oliva, significando em italiano “azeitona”. Com isso, sua mãe, inconformada, trocou o nome para Lydia – ficando esse pelo restante da existência.

De Santos, Lydia teria ido para São Paulo, alegando orientação médica em razão do clima. Foi nesta cidade que a posterior *imortal* começou a trabalhar, lecionando tanto em escolas, como em casas particulares, dando lições para os filhos de determinados casais – alguns dos quais conheceu no Instituto de Beleza onde também chegou a trabalhar, fazendo “perucas e manicure”. Também disse ter tido proposta para publicar em um jornal, o “*Fanfulla*” (italiano), recebendo por publicação. Mas o que interessa mais de perto na sua trajetória profissional foi sua carreira no teatro.

grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e elabora componentes da experiência [...]. A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado para o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que projeta o futuro”. (AMADO, 1995, p. 131-132). Ou seja, a memória é uma versão dos fatos, em que há uma seleção das experiências. Desta forma, a *Autobiografia* de Lydia é uma narrativa e, como qualquer outra, “possui uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose de ficção” (AMADO, 1995, p. 135). Por fim, é preciso ter cuidado na análise deste tipo de documento, pois, segundo Bourdieu, “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma *ilusão retórica* [...]” (BOURDIEU, 1998, p.185. Grifos meus). Então, cautela é preciso para não sucumbir a uma possível *ilusão biográfica*.

Segundo sua *Autobiografia*, Lydia foi soprano, substituindo Aça Di Lorenzi (que atuava no Teatro da República) no papel de Sususki na ópera *Butterfly*. Firmou então contrato com outro nome, mas os familiares, ao saberem do fato, pronunciaram-se contra tal escolha, inclusive com a reprovação explícita de sua mãe. Mesmo com a negação, continuou fazendo contratos com diferentes companhias, cassinos, etc., rodando o Brasil, bem como vários países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai), demonstrando ter sido bastante conhecida nos lugares por onde passou por pessoas públicas (e políticas) importantes destes lugares – mas mantendo sua “conduta moral”, diferente de muitas colegas artistas, segundo ela. Esse último argumento é interessante justamente por apontar sua construção de si.

Em diversos momentos da sua *Autobiografia*, a escritora referiu que as pessoas de modo geral não viam com “bons olhos” as artistas. Ela mesma disse que rompia com muitos contratos em função de *certas tentativas* de membros das companhias (e também quando era professora e solteira, os homens acabavam por querer *algo a mais*; por não ceder, acabava demitida por “falta de capacidade”).

Por volta de 1920 Lydiá e Luiz casaram-se. Foi então que nossa escritora passou a ser *Moschetti* e veio residir em Porto Alegre, local de moradia do referido engenheiro industrial, também de origem italiana, sócio (e posteriormente dono) de uma fábrica local. Sobre o fato de ter sido artista e de, supostamente, se vestir de forma extravagante em comparação com as mulheres da pequena Porto Alegre (usando maquiagem, por exemplo), ela disse o seguinte:

Naturalmente naquêle tempo as mentalidades estavam ajustadas ao atrazo do lugar. O conceito que a sociedade tinha sôbre arte e sôbre os artistas, era pior que se pode imaginar. É justo pois, reconhecer, a resistência que encontrei, não sòmente em não ser admitida nas famílias e na sociedade mas, impedir qualquer aproximação até nos ambientes sociais, enquanto que como artista era-me permitido até certas familiaridades com qualquer personalidade da Política, da Profissão e das Letras que me eram apresentados, aliás com muita honra. (MOSCHETTI, 1970, p. 229-230).

Assim, mesmo sofrendo preconceitos provindos de uma sociedade que não entendia uma mulher *artista*, Lydia diz ter tido expressivas relações com diversas pessoas das mais variadas atividades (política, literária, artística) dentro e fora do país. E, juntamente com Luiz Moschetti, teria uma ampla rede de sociabilidade, o que certamente ajudou na realização do sonho que lhe acompanhou desde a infância, segundo a literata: ajudar o próximo necessitado (e a caridade ainda muito ligado ao “feminino”), mas também em seus outros projetos – como a ALFRS.

As fundações de assistência social de Lydia, além da criação da ALFRS, foram ponto marcante de sua trajetória. Elas ajudam a entender um pouco mais a sua acumulação de capital social, já que a criação de cada instituição beneficente depende de uma gama de

relações pessoais. Em virtude da amplitude dos dados, serão citadas somente algumas fundações e atividades de filantropia realizadas até 1950⁴⁹: Escoteiros (1938) do Círculo Operário, com mais de 100 membros; Casa do Pequeno Jornaleiro (1939); Sopa Escolar (1940); Instituto Santa Luzia – Escola Profissional para Cegos (1941); Escoteiros e Bandeirantes (1943) – Santos (SP); Academia Literária Feminina (1943); Educandário São Luiz– para menores abandonados (1947). Foi co-fundadora das seguintes entidades: Pequena Cruzada (1935); Creche Navegantes (1935) do Círculo Operário; Amparo Santa Cruz (idealizado pela Sra. Luiza Aranha); Leprosário Itapoã (idem); Sanatório Belém (sócia fundadora); Liga de Defesa Nacional (sócia honorária) idealizada pelo Gen. Ignácio Rolim; Natal do Guarda de Trânsito (1935); Natal da Criança Pobre; Casa N. S. Medianeira (1940), ambulatório do Círculo Operário; Sopa para os Tuberculosos da Santa Casa (1937); Exposição do Livro Americano (1944), em Porto Alegre, com 4.000 volumes autografados.

Lydia publicou os seguintes livros: “*A Sobrinha do Cardeal*” (1940), “*A vida é um ponto de ?*” (1941), “*Um baile e uma vida*” (1944), “*No altar da caridade*” (1946), “*A morte das ilusões*” (1948), “*Delinquência infantil e sua recuperação*” (1955) “*Poesias Esparsas*” (1969), , “*Catálogo da Grande Exposição de Escritores e Poetas das Américas e Europa*” (1969), “*Autobiografia*” (1970), “*Conferências sobre as Sansões Italianas de 1935*” [19--], “*Histórico das minhas fundações*” (1971?) e “*Pensamentos Soltos*” (1971).

A italiana Lydia Moschetti, idealizadora da ALFRS, tinha um grau de influência notoriamente elevado. Sua trajetória englobou uma gama de relações estabelecidas antes da criação da entidade em estudo (dentro e fora do país), formando uma grande rede que, em Porto Alegre, uniu-se a de seu esposo, também italiano, o industrial Luiz Moschetti. As fundações de assistência social e as atividades filantrópicas realizadas reforçaram sua posição naquela sociedade, e mesmo tendo sido, segundo a própria *imortal*, julgada em relação ao seu passado e à forma de ser e de se apresentar, foi acima de tudo muito respeitada.

Além disso, Lydia obteve diversos títulos honorários, prêmios e diplomas concedidos pelo Brasil e países latino-americanos e da Europa. Desta forma, ainda que as outras fundadoras também tenham feito parte de outras entidades literárias, ganhando títulos, a quantidade e variedade das distinções recebidas por Lydia foi realmente muito grande. Por isso, a acumulação de prestígio pela escritora ítalo-brasileira foi analisada como um dos importantes pontos que facilitaram a criação e permanência da ALFRS. Entretanto, com o prestígio apontado de Lydia não se pretende diminuir a importância das demais fundadoras e

⁴⁹ Dados reproduzidos do livro *Histórico das minhas fundações* de Lydia Moschetti (1971?). Neste livro há uma listagem de três páginas de “Títulos honorários” recebidos por Lydia.

participantes, idealizando a trajetória da mentora da ALFRS. Até porque as próprias acadêmicas demonstravam saber da força que a presença de Lydia acarretava.

1.2 Aurora Nunes Wagner: uma dentista integralista em Porto Alegre

Aurora nasceu em Quaraí, RS, em 09 de agosto de 1889. Estudou o curso primário no Colégio Nossa Senhora do Horto, e o ginásio no Colégio União, em Uruguaiana. Os preparatórios para o vestibular fez no Ginásio Júlio de Castilhos, já residindo em Porto Alegre (migrou mais ou menos por volta dos 15 anos), ingressando posteriormente na Faculdade de Medicina, onde cursou *Odontologia* – formando-se em 1919 –, carreira menos valorizada na hierarquia das profissões médicas. Aurora fez parte das 1225 mulheres diplomadas em Odontologia no Brasil até a década de 1940⁵⁰. Também é preciso citar outro dado referente ao período em que teria concluído seu curso superior a fim de ressaltar a raridade relativa de sua trajetória profissional: apenas cerca de 20% da população feminina total no Brasil na década de 1920 era alfabetizada⁵¹.

Aurora foi professora universitária, sua produção, portanto, esteve mais atrelada a sua área de atuação profissional (Odontologia). Contudo, publicou em 1946 um livro de poesias: “*Prelúdios*”. Além disso, foi um exemplo da realização de concursos por mulheres visando ao ingresso no serviço público: em 1936, ela conquistou a “livre docência” na Faculdade de Medicina da capital e, conforme o *site* da ALFRS, foi “a primeira mulher, entre nós, a exercer o magistério universitário”, ingressando “em campo ‘majoritariamente masculino’, segundo Dr. Mário Badan, da Universidade Fluminense, sendo reconhecida por seu ‘valor científico e erudição’”⁵². A escritora em questão também se aperfeiçoou dentro e fora do Brasil e teria sido a primeira a tomar posse de uma cadeira da Academia de Odontologia do Rio de Janeiro, em 1951, além de lecionar em outras universidades gaúchas.

Um ponto interessante da trajetória de Aurora foi a sua tentativa, em 1934, de conquistar uma vaga na Assembleia Legislativa. E o detalhe significativo: sua candidatura se deu pela *Ação Integralista Brasileira* (AIB), fundada por Plínio Salgado, com o “Manifesto à

⁵⁰ Conforme a tabela “Diplomados no Brasil, 1940” (BESSE, 1999, p. 130).

⁵¹ Conforme a tabela “Taxas de alfabetização no Brasil, 1872-1940” (BESSE, 1999, p. 130).

⁵² <<http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=126>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

Nação”, lançado em 1932. A AIB tinha forte apelo fascista em suas práticas simbólicas, com conteúdo nacionalista extremado, associado a valores espirituais cristãos⁵³.

A AIB se estruturou a partir de vários pequenos grupos e partidos de extrema direita. Em linhas gerais, sua ideologia, organização e ação política evidenciavam um movimento de cunho fascista, conforme MAIO e CYTRYNOWICZ (2003, p. 41-42). O integralismo “era dirigido basicamente às classes médias urbanas na década de 1930, período em que o Brasil passava por importantes transformações urbanas”, pois, com o crescimento das cidades e a modernização, os novos setores sociais e econômicos careciam de representação política, conforme os pesquisadores citados⁵⁴. Para se ter ideia da grande adesão que a AIB teve, em 1936 o total de membros variou em torno dos 600 mil a um milhão de pessoas⁵⁵.

Aurora Nunes Wagner, posteriormente a grande patrocinadora de *Atenéia* (conforme salientado acima), fez parte do Partido Integralista, concorrendo a uma vaga na Assembléia Legislativa nas eleições do Rio Grande do Sul de 1934, segundo Monica Karawejczyk (2011, p. 55), a primeira a concorrer na cidade. Nesse pleito, o jornal *Correio do Povo* informou que a quantidade de mulheres alistadas para a votação teria sido de 2800 (ou 2300), cerca de 10% das pessoas eleitoras da capital (KARAWEJCZYK, 2011, p. 55).

Em 1936 as mulheres constituíam aproximadamente 20% dos militantes da ação/partido integralista, participando desde o início de suas ações (MAIO e CYTRUNOWICZ, 2003, p. 51). Contudo, mesmo colaborando ativamente na política e nas manifestações da AIB, o lema das mulheres integralistas deveria ser “crer, obedecer e preservar”, possuindo funções específicas no movimento, tais como:

Dedicar-se às suas famílias e lares contra o comunismo e educar as crianças cristãs e patrióticas, proteger os lares contra o comunismo e cultivar valores “femininos” como obediência, amor, sacrifício, pureza e espiritualidade, apoiando também os

⁵³ “O integralismo no Brasil fez parte de uma organização de viés fascista cujo líder principal, na década de 1930, era Plínio Salgado, um dos fundadores da Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Boris Fausto este “se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. [...] combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: ‘Deus, Pátria e Família’ era o lema do movimento. [...] negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. [...] A AIB identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional, em mãos dos judeus. [...] atraiu para suas fileiras um número considerável de aderentes. Estimativas moderadas, calculam esse número entre 100 mil e 200 mil pessoas no período do auge (fins de 1937) [...]”. (FAUSTO *apud* Karawejczyk 2011, p. 50-51).

⁵⁴ “Os membros da AIB eram funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, setores ainda não representados politicamente pelos partidos oligárquicos” (MAIO e CYTRUNOWICZ, 2003, p. 51).

⁵⁵ Dados disponíveis em [CPDOC-FGV: Anos de Incerteza \(1930 - 1937\) - Ação Integralista Brasileira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB), <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>. Acesso em 10 de março de 2016.

maridos na luta do movimento (DEUTSCH, 1997 apud MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003, p. 52).

Duas questões podem ser pensadas a partir da citação acima. Primeira: o fato de Aurora ter feito parte da AIB, junto ao de ter se formado no ensino superior, reforça seu pertencimento à classe média, provavelmente média alta. Segunda: as funções acima destinadas às mulheres pela AIB não englobavam uma candidatura, pelo contrário, a atuação delas deveria ser no *lar e apoiando os maridos*. Entretanto, Karawejczyk (2011) aponta para matérias de jornais que abordaram a criação de “seções femininas” e “universitárias” pelos integralistas por volta de 1934 (KARAWEJCZYK, 2011, p. 53)⁵⁶. Além disso, a própria Aurora Nunes Wagner trouxe em um discurso e manifesto publicados em dois jornais da capital, um pouco de como se dava a visão integralista em relação à mulher.

O *Diário de Notícias* de setembro de 1934, quando publicou sobre as seções femininas na AIB, trouxe texto dela dizendo de maneira geral que “o Integralismo muito espera[va] da Mulher – que foi, é e será, em todos os tempos, a grande civilizadora e moralizadora das nações ” (*Diário de Notícias*, 19/09/1934, p.5, apud KARAWEJCZYK, 2011, p. 56). O *Correio do Povo* publicou seu manifesto às mulheres brasileiras. Pela importância dessas palavras da imortal, segue abaixo seu teor quase na íntegra:

Minhas patrícias! Candidata da Ação Integralista Brasileira á deputação á Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, venho dizer-vos o significado da aceitação da minha candidatura e dirigir-vos um apelo em prol da campanha nobre e patriótica em que nos empenhamos. Antes de mais nada, cumpre dizer-vos que a candidatura do Integralismo às eleições é somente um meio de propaganda, pois combatemos a política partidária que desune as famílias, atíça a fogueira dos ódios e, de quatro em quatro annos, arranca dos lares os homens validos, para as guerras fratricidas. Visamos com nossas candidaturas justamente a oportunidade para chamar a vossa atenção para esse exercício de “camisas verdes” que corporificam a ideia nova de um Brasil melhor. Também nós, as mulheres integralistas, vestimos a blusa verde, com orgulho e convicção. Porque? Porque o “Integralismo” é um programma político-social que defende os sagrados interesses da mulher brasileira. E’ o que vos quero mostrar. Vós sabeis que, no actual regime – que intitula-se “democratico” – o Estado permite a propaganda communista, desde que os communistas não perturbem a ordem. Os partidos communistas estão até inscriptos nos Tribunaes Eleitoraes para disputar eleições! Nas Escolas Superiores, como a de Direito do Rio de Janeiro, pontificam communistas. Pois sabeis o que querem estes communistas, que fazem – ante a indiferença do Estado – a sua propaganda? Elles querem o amor livre! Querem escravizar a mulher aos seus instintos. Querem destruir o amor filial, substituindo as mães pelos asylos, considerando o amor materno como um sentimento vil. Esse Estado, que permite se propague a dissolução obrigatoria das famílias, é um Estado incapaz, desprezível e comparável somente ao marido que permittisse o aviltamento de sua esposa. Nós somos pela defesa effectiva da organização familiar christã. Eis o motivo porque o Integralismo merece noso formal apoio e o regime chamado “democrático” deve ser, por nós, combatido e repudiado. A família, porém, não repousa somente em laços de affeto. Ella precisa

⁵⁶ Lembrando que o voto feminino foi conquistado em 1932, mas a primeira eleição após a conquista foi no ano posterior, em 1933.

de meios materiais de vida. Ainda aqui, o Integralismo oferece às mulheres a defesa ampla dos seus interesses. Entende o Integralismo que o papel da mulher – na sua maioria – é o de mãe. E a mãe deve ficar no lar, na tarefa sublime da educação dos filhos. O Integralismo, por isso, no plano econômico, defende o lar, para que a mulher possa conservar-se nelle, para formar o carácter, o coração e a intelligencia dos homens de amanhã. Repugnamos a educação burocrática dos que querem fazer dos homens méro instrumento de trabalho. Queremos a formação da juventude no aconchego do carinho materno para a victoria de uma civilização fraterna e humana. E como pretende o Integralismo resolver essa questão magna? Como poderá a mulher ficar no lar, si os maridos não encontram trabalho, si o trabalho dos homens é mal remunerado e mal chega para a comida de uma bocca? O Integralismo modificará as condições do trabalho. O trabalhador não será pago como simples productor de trabalho, como se faz actualmente, mas como cooperador humano na produção das riquezas. Assim, o seu trabalho não será pago como critério do maior lucro do patrão. Mas em attenção á sua dignidade. Instituiremos o “Salário Familiar” e cada trabalhador ganhará o sufficiente para manter dignamente a sua família. [...] É necessário que o governo promova o bem estar das famílias; assegure a possibilidade de trabalho honrado e educação profissional das mulheres. Esse é o supremo interesse do nosso sexo. A ‘Ação Integralista Brasileira’ é legitima defensora dos nossos interesses. Por isto, vestimos com orgulho e convicção a nossa blusa verde e erguemos o braço bem alto, e os nossos corações, concitando-vos a brandar comnosco: ANAUÊ. Porto Alegre, 1 de outubro de 1934 (Correio do Povo, dia 06/10/1934, p.12)⁵⁷.

As *blusas-verdes* foram institucionalizadas, segundo Simões, “a partir do regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), aprovado em 10 de agosto de 1936, obedecendo aos princípios hierárquicos da agremiação” (SIMÕES, 2011, p. 6). Como se pode perceber, Aurora já falava nas *blusas-verdes* em Porto Alegre em 1934, o que demonstra que as mulheres dentro do Integralismo estavam presentes desde o início, e não eram só coadjuvantes – e a *imortal* foi um exemplo deste protagonismo feminino no Integralismo brasileiro⁵⁸.

As indicações do papel da mulher na sociedade no Integralismo, segundo Aurora Nunes Wagner, eram “em sua maioria” o de ser mãe, estar no lar, educando os filhos, cuidando do marido. Isso era visto como uma responsabilidade perante a Pátria. Entretanto, se Aurora disse “em sua maioria”, foi sinal de que existiam exceções aceitas, pois ela mesma não se encaixava nessa posição ‘caseira’, pois foi dentista, professora, atuava, portanto, no espaço público, político e também partidário, ao ser candidata à deputada em 1934. KARAWEJCZYK (2011, p. 56) analisou isso associando ao fato de que o Integralismo tinha, conforme Renata Duarte Simões (2011), o trabalho de divulgação da doutrina e de

⁵⁷ Agradeço à Mônica Karawejczyk por ceder o teor completo do manifesto.

⁵⁸ Lilian Tavares Bairros aponta justamente nessa direção em seu artigo sobre a bibliografia relativa ao tema: “autoras como, Lídia Maria Vianna Possas, Renata Simões Duarte e Virginia Mancilha, contrapõem a ideia de que a mulher integralista era submissa, afirmando serem antes mais protagonistas do que a imprensa noticiava, fugindo, portanto do estigma de membros que desempenhavam apenas papéis secundários. Eram oradoras, militantes ativas politicamente e escritoras em jornais como A Offensiva e o Monitor Integralista; e nas revistas Anauê e Brasil Feminino, entre outros” (BAIRROS, 2013, p. 2).

assistencialismo, e por aí poderia ser o enquadramento da figura de Aurora, além do magistério como função feminina, visto como um prolongamento das atividades do lar.⁵⁹

O intuito ao trazer mais desenvolvido este ponto referente ao integralismo de Aurora Nunes Wagner foi de fazer o registro de certo conservadorismo dessa *imortal*, especificamente, mas tendo em vista a possibilidade de ter sido uma posição mais geral da ALFRS, explicitada posteriormente em vários editoriais de *Atenéia*. Não por acaso Aurora, se verá, foi a maior provedora da revista, e mesmo tratando-se de distintos períodos históricos, uma hipótese é que pensamentos e práticas políticas podem seguir presentes no plano pessoal, sem, contudo, ser uma referência macro-histórica.

⁵⁹ E interessante notar que Aurora, como a primeira mulher candidata a um cargo eletivo em Porto Alegre teve 716 votos (menos de 3% dos eleitores), o que pode parecer pouco, mas como KARAWEJCZYK afirma (2011, p. 57), ela teve a mesma média de votos que seus companheiros de chapa.

II. AS EVAS TAMBÉM QUEREM A SUA PRÓPRIA ACADEMIA (E REVISTA)

“(...) *Não se fazem poetas a muque ou por vontade! (...).*”
Alzira Freitas Tacques⁶⁰

“*Atenéia, eis que surges sobranceira,
 Emergindo das ondas rendilhadas,
 Entre Afrodite, a excelsa companheira,
 E um cortejo de ninfas namoradas! [...]*”
Aurora Nunes Wagner⁶¹

1. A fundação da ALFRS, a primeira a ser constituída no país

Porto Alegre, 12 de abril de 1943. Mais um dia da cidade e de suas moradoras(es), com diferentes e diversos acontecimentos, dos quais um marca o início (ou a concretização) da criação de uma entidade específica: a reunião de um grupo de sete mulheres por volta das 16 horas da tarde, na sala nobre da Associação Riograndense de Imprensa. Horário e local em que, “tomando a palavra a escritora Lydia Moschetti explicou os motivos da reunião visando como objetivo principal”:

a fundação de uma Academia Literária Feminina, a primeira a ser constituída no Paiz, para proporcionar a mulher intelectual um lugar de maior realce entre os valores contemporâneos e o merecido culto entre as gerações futuras (ACADEMIA, 1943, p. 1)

⁶⁰ Trecho de “*Palestra com o leitor*” do livro “*Poemas da Meia Noite*” (1947). Alzira Freitas Tacques, em seu livro “*Poemas da Meia Noite*” (1947), escreveu uma espécie de introdução dirigida aos leitores “amigos ou hostis”, intitulada “*Uma Palestra com o leitor*”. Nesta “palestra”, ela recusou as possíveis críticas, dizendo que o “verdadeiro artista é o que se revela espontaneamente”, e como a arte vem da natureza, de uma instância superior ao ser que a produz, advertiu que “si abrires este livro com a mera intenção de crítica, aconselho-te a que mudes de idéia, jogando-o esquecido a um canto, ou presenteies a alguém que dele melhor saiba fazer uso. Primeiro, porque não creio que me interessa o julgamento de outrem [...]. Gosta-se ou não gosta-se! Não passas tudo de uma simples opinião pessoal sem consequências... ou possíveis influências sobre o ânimo do autor da obra em foco” (TACQUES, 1947, p. 5-8). Ou seja, mesmo escrevendo e sabendo que a sua produção poderia ser analisada por outros grupos de intelectuais, antecede o conteúdo do livro legitimando sua vocação para a escrita, já que o *artista se revela espontaneamente*, além colocar-se acima das possíveis críticas, pois não lhe *interessa o julgamento de outrem*.

⁶¹ Trecho de poema *Atenéia* (ATENÉIA, 1949, nº 1, out., p. 11).

Antes desta reunião, Moschetti encaminhou circular a “diversas poetisas e escritoras da capital, do interior do Estado e fora do Paiz” para científicá-las do projeto pretendido e consultá-las se adeririam ao movimento, “para que os nomes refulgentes de intelectuais gauchas que passaram ao olvido, possam[pudessem] voltar ao culto das gerações contemporâneas e futuras” (ACADEMIA, 1943, p. 1).

Naquele dia, seis mulheres participaram com Lydia da sessão. Foram elas: Stela Brum, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner, Aura Pereira Lemos, Araci Froes e Beatriz Regina. No final daquela tarde,

Após se manifestarem diversas escritoras, todas elas apoiando com entusiasmo a nova entidade que proporcionará à mulher em nossas letras um lugar de maior nota, ficou resolvido fundar nesta data: “*Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*” (ACADEMIA, 1943, p. 3 – Grifos meus).

Na sessão de fundação da ALFRS, a diretoria eleita contou com as presentes no dia 12 de abril, acrescidas dos nomes das correspondentes no país e fora dele: Hecilda Clark e Eunice Tavares, respectivamente. A eleição da diretoria ocorreu no dia da fundação e a presidente escolhida foi a propulsora da movimentação, a Senhora (escritora) Lydia Moschetti⁶², Aura Pereira Lemos, vice; a secretária-geral (costumeiramente quem escrevia as atas) foi a poetisa Stella S. Brum; Aurora Nunes Wagner, a primeira secretária; Araci Froes, a tesoureira e, por fim, Beatriz Regina como bibliotecária⁶³. As próximas sessões foram inicialmente realizadas na residência da poetisa Aura Pereira Lemos, “à rua dos Andradas, 899”, pois não havia uma sede física própria da recém criada Academia.

A segunda sessão (24 de abril de 1943) contou com a leitura dos estatutos “previamente elaborados”, que ainda foram discutidos em outras sessões. No dia 4 de agosto de 1943 constou na página 16 do *Diário Oficial* os extratos para publicação, bem como a “Certidão do Registro Especial” e, portanto, a “Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, achava-se desde aquela data, enquadrada na forma da lei pelo registro do extrato dos seus Estatutos” (ACADEMIA, 1943, p. 18). Nas reuniões seguintes à fundação, outras mulheres (poetisas, escritoras, professoras) começaram a aparecer nas fontes participando das sessões da Academia, além da diretoria eleita⁶⁴. Diversas manifestações de solidariedade por

⁶² Que somente saiu do cargo em 1947, logo após alguns atritos com Aurora Nunes Wagner, quando passa a presidência à Stela Brum (vice no período). Na eleição de 1948, Aurora foi eleita a nova Presidente e diversas homenagens foram prestadas à Lydia, que mais tarde recebeu o título de “*Presidente Honorária*” (ACADEMIA, 1947-1948).

⁶³ Beatriz Regina não apareceu nas demais atas e não tomou posse no seu cargo; somente foi citada na ata de fundação e aparece na fotografia da ocasião (por isso seus dados não constam na tabela das fundadoras anexa).

⁶⁴ As eleições, mais parecidas com escolhas, das diretorias ou presidências foram realizadas a cada biênio. Entretanto, pelo que se averiguou nas atas, no seu início houve uma continuidade de Lydia Moschetti no cargo

meio de correspondências foram enviadas, muitas em resposta à circular encaminhada por Lydia Moschetti⁶⁵.



Figura 1 Grupo presente na Fundação da ALFRS. Sentadas da esquerda para a direita: Aura Pereira Lemos, Lydia Moschetti e Aracy Fróes. De pé, na mesma ordem: Beatriz Regina, Alzira Freitas Tacques, Aurora Nunes Wagner e Stella Brum (ACERVO DA ALFRS)

A Ata de Fundação é reveladora dos propósitos que direcionavam oficialmente a constituição da entidade. Lydia Moschetti afirmou ter sido a instituição fundada a *primeira a ser constituída no país*. Este movimento precursor reivindicado por Moschetti precisa ser relativizado com base em outras fontes.

Segundo HOLLANDA (1992), a primeira agremiação literária feminina que se teve notícia foi a “*Liga Feminina cearense*”, fundada em 1904 por Alba Valdez. A “*Ala Feminina*” da Casa Juvenal Galeno, também do Ceará, foi uma Academia de Letras fundada em 1942 por

de diretora-presidente, sem constar eleições nas atas. E saiu de maneira um tanto confusa. Em uma das sessões da Academia, ocorrida em 16 de agosto de 1947, em meio a debates, Aurora manteve seu protesto em relação a uma decisão da presidente Lydia de sublocar a sede, mediante pagamento, para um “grupo de literatos” sem consultar as demais acadêmicas – ação diferente da forma empregada em situação semelhante, quando a própria Aurora propôs a sublocação à Sociedade Filatélica (ACADEMIA, 1947, p. 5-6). Logo após, Lydia, alegando muitas atribuições, abriu mão da presidência (ACADEMIA, 1947, p. 6-8). No entanto, tão logo saiu, homenagens lhe foram prestadas, e passou a ser *Diretora do Intercâmbio Cultural* na diretoria seguinte, com a presidência da mesma Aurora Nunes Wagner, eleita para o biênio de 1948-1950, o que demonstra, mais uma vez, o seu prestígio. Consta uma tabela dos nomes das diretoras-presidentes da ALFRS até 1974 no Apêndice A.

⁶⁵ Conforme Pasta de “Correspondência Enviada/Recebida” do Acervo da ALFRS.

Júlia Galeno. Porém, nos dois casos, não havia o termo *Academia* nos nomes das entidades. Quanto à “*Academia de Letras Feminina*” fundada por Adalzira Bittencourt no Rio de Janeiro, não foi encontrada a data de sua criação – somente a referência de que seria uma academia de letras feminina, sendo a primeira do estado do Rio de Janeiro. Contudo, a própria Adalzira esteve em Porto Alegre e visitou a ALFRS em 1945, sendo apresentada como “*Presidente da Academia Feminina Brasileira de Letras*” (ACADEMIA, 1945, p. 62). Ao que tudo indica, foi fundada praticamente concomitante à academia feminina gaúcha⁶⁶.

As demais academias encontradas foram fundadas posteriormente a ALFRS e, aparentemente, quando Lydia afirma ser esta “a primeira do País”, além de um recurso retórico para buscar apoio e demonstrar ainda maior relevância, também poderia estar se referindo ao fato de querer fundar uma *Academia* propriamente dita e assim registrada juridicamente, e não um *grêmio de letras* que funcionasse como Academia. O pioneirismo, assim, pôde estar atrelado ao fato de ser naquela época, segundo a *imortal*, “a única existente [e registrada] com personalidade jurídica em todo o país” (ACADEMIA, 1943, p. 21).

Por meio de pesquisa na *web*, o site *Academias de Letras no Brasil* apontou para algumas outras academias femininas, demonstrando que o período teve profícua criação de entidades literárias por mulheres. Por exemplo, a “*Academia Feminina Espírito-santense de Letras*” foi fundada em 1949; a “*Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*” em 1969; a “*Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil*” e a “*Academia de Letras do Paraná*” no ano de 1970; a “*Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiá*” em 1972 e, por fim, a “*Academia Feminina Mineira de Letras*”, em 1983⁶⁷.

Além do pioneirismo, Lydia Moschetti, ao contatar outras escritoras para o empreendimento, também escreveu sobre o objetivo de criar uma *Instituição Literária genuinamente feminina*: “dar tambien a la mujer intelectual el valor que ella merece y el hogar de destaque al qual tiene derecho entre los hombres de letras de las generaciones presentes y futuras”⁶⁸. Portanto, a proposta de uma Academia Literária *genuinamente feminina* se fez possivelmente pela falta de espaço de destaque ao qual as escritoras *teriam direito*. Este trecho em espanhol citado foi da “Circular Fora do País” presente na ata de fundação. Por ter

⁶⁶ No jornal *Correio do Povo* de 14 de abril de 1943, encontrou-se uma matéria intitulada “Academia Feminina de Letras – Fundada no Rio, nos moldes da Casa de Machado de Assis”. No início do texto há a informação de que o jornal já havia publicado sobre a fundação daquela academia; logo, inferiu-se ser ela do ano de 1943, provavelmente de abril, como a ALFRS. (CORREIO DO POVO, 14/04/1943. Arquivo do Correio do Povo). Adalzira Bittencourt (1904-1976) era advogada e escritora, segundo Shuma Schumacher (2000, p. 20).

⁶⁷ Disponível em: <http://www.academialetrasbrasil.org.br/academias_de_letras_no_brasil.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

⁶⁸ “Dar também a mulher intelectual o valor que ela merece e o lugar de destaque a qual tem direito ente os homens de letras das gerações presentes e futuras” – livre tradução (ACADEMIA, 1943, p. 3).

sido escrita em espanhol, inferiu-se que foi encaminhada para países vizinhos ao Rio Grande do Sul – dedução confirmada com as respostas encaminhadas, bem como pelo grande intercâmbio travado com a América do Sul, principalmente por parte de Lydia Moschetti.

Esta espécie de reivindicação foi colocada como um direito, e se estava sendo reivindicado, era porque não se cumpria entre os *homens de letras* daquela sociedade (ACADEMIA, 1943, p. 2). Além disso, homens realmente não eram admitidos como sócios efetivos ou correspondentes, sendo que, toda vez que houve alguma candidatura masculina, a negativa era por não haver justificativa na letra estatutária (ACADEMIA, 1943-1973)⁶⁹.

Este “sentimento de não pertencimento” pôde ser constatado levando-se em conta que em 1943, ano da criação da ALFRS, já existiam outras academias literárias em Porto Alegre. Segundo Moacyr Flores, havia a *Academia de Letras do Rio Grande do Sul*, fundada em 1910, entrando em recesso em 1924 e voltado a ter atividades em 1936. Além desta, em 1934, intelectuais do *Instituto Riograndense de Letras* (nascida em 1932, extinguida em 1934) e dissidentes da primeira academia citada fundaram uma nova, intitulada *Academia Riograndense de Letras* – mesmo nome de outra, fundada em 1901 e que teria tido “vida efêmera”. Portanto, em 1943, Porto Alegre tinha em funcionamento três academias literárias: a recém criada *Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*, a *Academia Riograndese de Letras* e a *Academia de Letras do Rio Grande do Sul*, aquela que voltou à ativa em 1936⁷⁰.

Tudo isto envolveu o momento de fundação da ALFRS, sugerindo certa repercussão desse fato em alguns meios, sobretudo entre as intelectuais porto-alegrenses e junto à rede que a nova presidente começava a implementar. Entretanto, nem todos foram solidários com a criação da entidade ora analisada. No próprio ano de 1943, a Academia Riograndense de Letras, filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil (no início esteve em parceria com ALFRS), entrou em atrito com a feminina após o envio de uma correspondência. Por isso, abaixo se tratou dessa querela entre as academias.

⁶⁹ Por exemplo, em 1953: “Exposta à Casa a pretensão do escritor Sr.? Garibaldi, residente em Figueiras, Portugal, de candidatar-se ao título de sócio-correspondente do novo sodalício, a assembléia opinou pela negativa, não obstante os méritos literários do candidato, por não mostrar justificativa na letra estatutária” (ACADEMIA, 1953, nº 185, p. 91).

⁷⁰ Entretanto, em 1944 a *Academia Riograndense de Letras* e a *Academia de Letras do Rio Grande do Sul* se fundem, fundando a *Academia Sul-Riograndense de Letras* – que em 1953, considerando-se “herdeira cultural da primeira academia”, retomou a denominação de *Academia Rio-Grandense de Letras* (a primeira, criada em 1901, mas que teve breve existência). Maiores informações podem ser acessadas nesta síntese histórica escrita por Moacyr Flores, disponível em: <http://www.arl.org.br/index.php/artigos/ensaios/40-sintese-historica-das-academia-de-letras-do-rs-moacyr-flores>. Acesso em 10 de março de 2015.

1.1. “Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura...”

O título desse subitem foi o da entrevista que Lydia Moschetti concedeu ao jornal *Correio do Povo* em 24 de agosto de 1943 sobre a missiva encaminhada pela Academia Riograndense de Letras, “assinada pelo seu Secretário perpetuo Sr Ary Martins” (ACADEMIA, 1943, p. 28-30). Segundo as acadêmicas, em *Sessão Geral Extraordinária*, na carta o “sodalício federalizado negava-se[negou-se], em termos claros e inabaláveis, em reconhecer a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul”, e, “indo além em sua deselegância, o Sr. Ary Martins” sugeriu:

Em nome de seus pares que, “para merecer o apoio da Academia Riograndense” – deveria a Academia Feminina – “se arregimentar não numa outra Academia, mas num simples grêmio de letras”; porquanto aquele cenaculo, “não quer fugir ao cumprimento do principio em que se firmou de não reconhecer a existência de qualquer grêmio de letras, no Estado, que se venha a [se] constituir com o título “Academia”, principio este decorrente de outro, já implicitamente aprovado desde fins de 1941, de que tudo se fará dentro da Academia Riograndense de Letras, para que desapareça do cenário intelectual do Estado essa pluralidade de academias que com razão, é tão acemente comentada e ridicularizada em todas as rodas” (ACADEMIA, 1943, p. 29).

A carta na íntegra foi divulgada na matéria referida⁷¹, citando quatro academias literárias que existiriam em Porto Alegre naquele momento: a Riograndense de Letras (única que era oficializada pela Federação das Academias de Letras do Brasil); a Academia de Letras do Rio Grande do Sul (“a mais antiga de todas”); a Sul Riograndense de Letras; e por fim a recém fundada Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.

A matéria possui um tom bastante irônico e sensacionalista ao abordar este atrito e, indo mais além na análise, *machista*. Por exemplo, a chegada da carta às acadêmicas foi tratada da seguinte forma: “a carta caiu como uma bomba em pleno *grêmio literário de saias*”. Ao se referir à recepção do conteúdo da missiva, o texto sugeriu que “como resultado, estabeleceu-se um animadíssimo ‘poligolo’”: espécie de conversação em que se empenham mais de duas mulheres, em que todas falam e ninguém se entende. A notícia desde o seu título (“*Adão não quer saber da concorrência da Eva na literatura...*”), ao seu conteúdo, em parte aqui citado, apresentou o assunto com certo menosprezo, indicando também não reconhecer a nova entidade como *Academia*, mas como um *grêmio literário de saias*.

Se a academia foi tratada com desdém, já o tratamento dispensado à Lydia Moschetti foi de grande respeito, demonstrando o seu prestígio naquela sociedade. Afirmaram sobre a escritora: “esqueceram-se que à frente da Academia Feminina estava Lidia Moschetti, quer

⁷¹ A referência à carta será, portanto, da matéria, local pelo qual se teve o acesso ao seu conteúdo.

dizer, uma senhora acostumada a levar a diante quantos empreendimentos tem empreitado e que havia feito, da novel entidade, a ‘menina dos seus olhos’”.

Seguindo a análise, segundo o texto da matéria:

A Academia das intelectuais gaúchas começou sob os melhores auspícios, isto é, contando coma simpatia cavalheiresca dos sodalícios varonis. Mas a verdade, parece, é que os “adões” não acreditavam muito no êxito das “evas” (CORREIO DO POVO, 24 de agosto de 1943).

O conteúdo da missiva evidenciou a ocorrência de um debate sobre o apoio da Academia Riograndense de Letras à nova entidade, pois aquela agiria “desde há muito” no intuito de unificação e, dessa forma, não poderia “paraninfar e nem mesmo reconhecer a criação de mais uma entidade desse gênero, embora exclusivamente feminina”. A carta de Ary Martins, segundo ele, expressaria as ideias de seus colegas, os quais defendiam já existir a Riograndense de Letras com apoio do Governo do Estado, e que seus quadros estavam, e sempre estiveram, “abertos para que neles se inscrevessem os verdadeiros valores femininos das letras gaúchas” – abertos para as escritoras frequentarem as sessões, como acontecia, mas aparentemente sem transformá-las em *imortais*.

Ary Martins escreveu, porém, que os membros da diretoria da Riograndense, argumentaram – como a própria Lydia Moschetti teria declarado em alguma de suas sessões⁷² – não estarem todos os “elementos que integravam a Academia Feminina [...] em condições, pela sua situação de moças que recém se iniciavam – algumas delas – no trato das letras, para fazer parte da Academia masculina”. Mesmo assim, os que “estavam em terreno oposto” explicaram não ser isto justificativa para a criação da academia feminina, e que

[...] esses elementos mais fracos, da nossa intelectualidade do outro sexo, poderiam de preferencia – caso desejassem o apoio da Academia Riograndense – se arregimentar não numa outra academia, mas num simples grêmio de letras (CORREIO DO POVO, 24 de agosto de 1943).

Colocado o tema em votação, venceu a proposta de ponto de vista contrário ao da Diretoria, pois, segundo Ary Martins, a Diretoria não era contra a criação da entidade feminina de letras, mesmo tendo se manifestado da maneira acima citada. Com isso, Ary ficou incumbido de informar a Lydia sobre a questão. O remetente salientou que a Academia

⁷² Essas “sessões” em que Lydia reiteraria a argumentação, segundo Ari Martins, da Diretoria da ARL, aparentemente são as que aconteciam naquela entidade, já que as acadêmicas eram convidadas e participavam de alguns de seus eventos. Isto pode ser constatado através da entrevista de Lydia ao *Correio do Povo*, pois a mesma disse que as acadêmicas não iriam mais comparecer aos serões literários promovidos por aquela Academia (na entrevista, ainda teria ironizado o fato de que, na última sessão pública da ARL, haveria apenas 20 pessoas, das quais 14 eram do seu grupo, e que não comparecendo mais aos serões, “queria ver onde eles iriam arranjar auditório”).

Riograndense de Letras estaria disposta a apoiar e cooperar com as componentes da Academia Feminina, caso essa tivesse outra designação, como “grêmio ou centro de letras”⁷³.

Lydia Moschetti, na entrevista ao *Correio do Povo*, disse que elas estavam “orgulhosas”, pois “si nos combatem, é porque nos temem. E temendo-nos, colocam-nos num grau de superioridade, porque não é lícito crer que se combata o que nada vale ou que não possa fazer sombra”. Ela ainda comentou da tentativa de aproximação com a entidade congênere, para ambas estarem em harmonia: “queríamos cultivar o intercambio cultural num ambiente de aproximação e compreensão”. No final da matéria, teria dito ao repórter, com “um sorriso em forma de V da vitória”: “isto vai ser um angu de caroço” (CORREIO DO POVO, 24 de agosto de 1943).

No dia 31 de outubro de 1943, outra matéria no *Correio do Povo* voltou à questão (esta série de questões tinha como subtítulo “*a confusão das academias*”). Nela constaram perguntas do jornal entregues ao presidente da Academia Literária Sul Riograndense, Dr. Walter Rosa, para se posicionar em relação às declarações da Academia Riograndense de Letras, identificando-o como o “*gentleman*” que salvaria a “reputação galante dos nossos intelectuais, inclusive a dos oradores de sobremesa especialistas em brindes à mulher gaúcha...”. Rosa então declarou apoio à nova academia e, quando indagado se no “terreno da competição intelectual” o homem deveria à mulher a mesma “gentileza e cavalheirismo que no trato social”, respondeu com a seguinte explanação:

Si, é bem verdade que à mulher está reservado “um lugar ao sol”, no cenário literário, não menos razoável será que ao homem esteja predestinado a sublime tarefa de guiar a sua eterna companheira ao “EDEN DAS LETRAS”, e nessa altura a inteligência e saber humano que não têm sexo, se confundem nos páramos da imortalidade. Daí não haver, nem de leve sequer motivos para que “ADÃO” se julgue superior a “EVA” (CORREIO DO POVO, 31 de outubro de 1943).

O referido “*gentleman*” posicionou-se dizendo “não haver, nem de leve sequer motivos para que ‘ADÃO’ se julgue superior a ‘EVA’”, mesmo “que ao homem [estivesse] predestinado a sublime tarefa de guiar a sua eterna companheira ao EDEN DAS LETRAS” (CORREIO DO POVO, 31 de outubro de 1943). Demonstrou, portanto, que o fato não era que “Adão não quer[ia] saber da concorrência de Eva na literatura...”, pelo contrário, deveria até mesmo *guiá-la* ao local sublime, o “Éden das Letras”. Ou seja, Rosa apresenta uma posição contraditória. Por um lado, disse que o homem não é superior à mulher; por outro,

⁷³ Posteriormente, em seu livro *Histórico das Minhas Fundações* (1971?), a escritora Lydia Moschetti relativizou a posição de Ary Martins na carta de protesto que este havia lhe enviado. Lydia informou que foi o próprio secretário da Academia masculina que, *gentilmente*, forneceu diversos nomes e endereços de poetisas porto-alegrenses quando havia resolvido criar a ALFRS. A *imortal* sugere, por fim, que talvez Ary dirigiu-lhe a carta “a contragosto”, já que sempre foi um bom amigo delas [das acadêmicas] (MOSCHETTI, 197[?], p. 111).

ressaltou que ele devia *guiá-la* a um local superior, o “paraíso” pela tradição bíblica. Este seria o espaço em que a mulher deixaria de ser mulher, pois se trata de um âmbito onde “a inteligência e saber humano [...] não têm sexo, [e] se confundem nos páramos da imortalidade”. Mas porque aos homens caberia esta função de guias se a literatura era assexuada? Como foi apontado anteriormente, o Dr. Walter Rosa nestas declarações pareceu concordar com certa *razão superior* do homem em relação à mulher.

Ary Martins (ou o grupo o qual representava como secretário da Academia Riograndense de Letras), por sua vez, aparentemente não estava disposto a ser *guia* de ninguém, pois salientou em sua carta endereçada à Lydia que nem todas as integrantes da Academia Feminina estariam em condições de “fazer parte da Academia masculina”; e os elementos “mais fracos da nossa intelectualidade do outro sexo” deveriam se arregimentar “não numa outra academia, mas num simples grêmio de letras”. Seu comentário posterior, entretanto, levou à reflexão se o problema foi a fundação de uma nova “academia de letras” (*feminina*), ou se o que causou aflição nos acadêmicos foi uma possível divisão de verbas, pois, como seus colegas alegaram, a ARL já tinha o *apoio* do Governo do Estado⁷⁴.

Um ponto interno à ALFRS importante ainda não mencionado foi a “eliminação” (ou a “saída”, dependendo do ponto de vista) de uma componente, chamada Diva Machado Pereira, em função da entrevista de Lydia concedida ao jornal *Correio do Povo*. Diva posicionou-se em carta de repúdio direcionada à presidente, dizendo ter tido “a mais desagradável surpresa” ao ler o *Correio do Povo* daquele dia e constatando a “falta de linha, essa linha que como mulheres, devemos[deveriam] nos[se] esforçar sempre em manter”:

Porque tal entrevista, além de escandalosa e ridícula, é extremamente depreciativa para nós, como mulheres e como “acadêmicas” que desejamos ser. Enquanto um membro da academia do sexo forte nos dirige uma carta em termos fidalgos, ainda que em essência essa carta diga coisas que nos desagradam, nós vamos para um jornal, que absolutamente NÃO É NOSSO AMIGO (disso temos provas suficientes), dizer algumas verdades, sim, mas que desaparecem entre muitas inverdades, entre coisas verdadeiramente tolas e pretenciosas (“não compareceremos mais aos serões literários que eles promoverem e quero ver onde é que eles vão arranjar auditório...”) [...]. a “ALF” atirou-se ferozmente, como um bando de ferasinhas excitadas, não podendo sofrer sosinha e com superioridade a negativa da “ARL” (CARTA DE DIVA MACHADO PEREIRA À ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA, NA PESSOA DE SUA DIGNA PRESIDENTE SRA. LÍDIA MOSCHETTI, *Correspondência Enviada/Recebida 1943-1950*, Acervo da ALFRS).

⁷⁴ Em 1949 houve menção em ata de uma palestra de Otelo Rosa, então presidente da Academia Riograndense de Letras, sobre a poesia feminina no Rio Grande do Sul, ou seja, as duas academias voltaram a fazer parcerias depois dos incidentes de 1943.

Diva completou seu pensamento dizendo que Lydia a veria como tola, ou pessoa de “sangue de barata”, porém acreditava ser deselegante a atitude da presidente, e finalizou afirmando:

Não sou puritana [...]. Mas, faço questão de permanecer mulher, tendo atitudes de mulher. Deixemos para o homem, que é rude, os gestos bruscos, as atitudes grosseiras. E eles mesmos, muitas vezes, são incapazes disso. Sou do parecer que podíamos responder aquela carta à altura (...) mostrando uma verdadeira superioridade e independência [...] (CARTA DE DIVA MACHADO PEREIRA À ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA, NA PESSOA DE SUA DIGNA PRESIDENTE SRA. LÍDIA MOSCHETTI, *Correspondência Enviada/Recebida 1943-1950*, Acervo da ALFRS)⁷⁵.

As expressões de Diva sobre como deveriam ser as atitudes das mulheres, em contraponto às do homem (rude, de gestos bruscos, grosseiras), demonstraram primeiramente uma visão do *ser mulher* muito vinculada às clássicas correspondências atribuídas de afabilidade, moderação, delicadeza, entre outras. Em segundo lugar, apontaram para uma constatação de certa forma óbvia: as acadêmicas podiam e tinham opiniões dispares em relação a temas controversos, a exemplo do que pensou Diva no que tange à entrevista de Lydia ao *Correio do Povo* – e, generalizando, às mulheres e seus comportamentos.

Em razão desta carta, Diva Machado Pereira foi “eliminada do quadro acadêmico”, pois discordou “das disposições tomadas pelo órgão administrativo do sodalício” e, segundo a ata de 20 de novembro de 1943, ficou “inflexível em sua opinião, em carta dirigida a Sra. Presidente” (ACADEMIA, 1943, p. 32). Posteriormente, Diva encaminhou outra carta falando sobre a sua “eliminação”, ressaltando que essa não teria razão de ser, pois teria dito na carta: ao não reconsiderar “certas coisas” ela mesma “deixaria a ALF”. Ainda atribuiu a necessidade de “eliminá-la” ao fato de haver chegado ao conhecimento da Academia sua visita à ARL, considerando a questão como infantil e fútil: “Quanta infantilidade! E, principalmente, quanta futilidade!” [CARTA À ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA, NA PESSOA DE SUA DIGNA PRESIDENTE SRA. LÍDIA MOSCHETTI, Acervo da ALFRS, 1943].

Em 1952, o plenário foi comunicado do desejo de Diva em reintegrar a Academia. Registrou-se haver sido “um desentendimento pessoal com a acadêmica Lydia Moschetti [...] o motivo do afastamento compulsório da então sócia efetiva [...]”, sendo que a Presidente da época, “dando mostras de elevado espírito de compreensão, nada se opôs a que se efetivasse o reingresso de D. Diva M. Kaastrup, com as prerrogativas que gozam as sócias efetivas” (ACADEMIA, 1952, p. 61). A partir de então, Diva voltou a fazer parte da ALFRS.

⁷⁵ No restante da carta, Diva também critica alguns pontos referentes ao “Concurso de Contos” e a escolhida como vencedora (assunto que para a argumentação ora em curso não tem relevância).

Importante também salientar que, em ata posterior ao reingresso de Diva, foram retificadas algumas expressões em relação a este fato. Ao invés de “manifestado o desejo”, Diva teria “demonstrado aquiescência”, e o “afastamento compulsório” teve o adjetivo retirado, porque essa teria sido a expressão “consoante com a verdade dos acontecimentos”, segundo as acadêmicas Stella e Aurora (ACADEMIA, 1951, nº 151, p. 63-verso). Ou seja, uma afirmação do afastamento como ato voluntário, e não ordenado, na tentativa, talvez, de retirar uma possível alcunha de perseguidora à entidade ou até mesmo à Lydia Moschetti.

Estes embates, tanto externos como internos, só aconteceram porque uma academia literária *feminina* se estabeleceu. E isto esteve ligado tanto às dimensões de gênero quanto aos espaços das práticas literárias da sociedade porto-alegrense daquela década de 1940. Ou seja, dois aspectos da vida da cidade que puderam ser visualizados nos pensamentos – machistas – dos *homens de letras* e das divergências entre as próprias imortais. Entretanto, ao longo das décadas seguintes, até 1973, muitas mudanças, com novas problemáticas culturais, sociais e políticas ocorreram no mundo e país, muitas vezes envolvendo a instituição.

2. Atenéia, o Órgão de Intercâmbio Cultural e de Defesa dos Interesses da ALFRS

Em dezembro de 1948 foram lançadas as bases para a publicação de uma revista que funcionaria como órgão de publicidade da ALFRS (ACADEMIA, 1948, p. 22). No mês de junho de 1949, este projeto foi designado como o foco do momento, sendo em outubro daquele ano “lançado à luz da publicidade o primeiro número de ‘Atenáia’” (ACADEMIA, 1949, p. 29). A partir disto, a frase do francês Littré, *Sempre mais acima, Sempre mais além*, passou a ser o lema da academia, demonstrando o seu objetivo-mor: nunca retroceder, buscando continuamente um lugar de maior destaque⁷⁶.

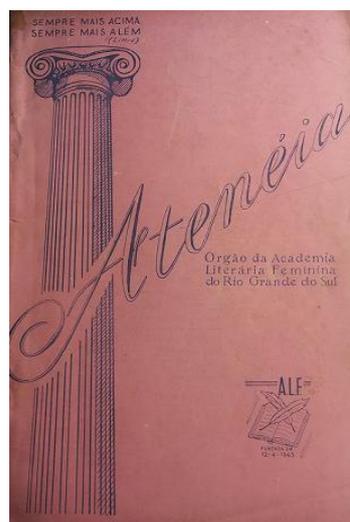
O título da Revista já é um discurso merecedor de análise, pois a escolha do nome *Atenáia* diz muito sobre os conhecimentos das acadêmicas e do ambiente da época, de utilizar, por exemplo, termos em latim e da mitologia grega (tanto nas atas quanto na revista em diversos momentos aspectos da cultura greco-romana foram citados). Na edição nº 1, Natércia

⁷⁶ Émile Maximilien Paul Littré (1801-1881) foi um filólogo, filósofo positivista que tem como seu trabalho mais importante o “Dicionário da Língua Francesa” (de 1863, 5 volumes). Em 1873 Littré foi eleito para uma vaga na “Académie Française” (Academia Francesa, criada em 1635), instituição essa que foi a tida como padrão na criação da própria ALFRS, ou pelo menos na instituição das 40 cadeiras que passaram a vigorar a partir de 1948. A função dessa academia era de pensar a língua e a linguagem francesas entre estudiosos. É interessante também pensar que o francês na época em que as primeiras acadêmicas estudaram era um idioma existente nos currículos escolares justamente por ser visualizado como de “cultura superior”, então não é de se estranhar o conhecimento de um personagem que escreveu um dicionário que era grande referência na área.

Cunha Veloso escreveu um artigo no qual justificou a escolha de *Atenéia* como o nome da nova publicação. Nele, ela disse que o mesmo se baseou em “Palas-Atena (ou *Atenéia*), a deusa da sabedoria e da guerra, das ciências e das artes, a ‘filha privilegiada do senhor do Olimpo’” (ATENÉIA, 1949, nº1, out., p. 10).

No *Dicionário de Mitologia Grega e Romana* (2008), Mario da Gama Kury explica que *Atena* saiu da cabeça de Zeus, tendo engolido Métis, pois prevenido por Urano e Gaia, tinha medo dela dar à luz a uma filha, pois esta teria um filho que lhe roubaria o trono. Atena teria pedido a Zeus para que pudesse se conservar virgem, ou seja, o ideal de pureza propagado alia-se neste caso ao fato de ter nascido da cabeça de um homem, o que pode ser interpretado como a maneira pela qual era respeitada e inspirava a bravura dos heróis. Esta Deusa favorecia as manifestações de inteligência, segundo as crenças, sendo considerada no mundo grego a “protetora das atividades filosóficas em particular e literárias em geral, a ponto de suplantar as Musas nesse âmbito”, mas também se atribuem a ela invenções úteis à guerra, como os carros de combate (KURY, 2008, p. 50-51).

Assim, pode-se ver a escolha da deusa Atena como título/símbolo da revista não só através da associação de sua figura como deusa da inteligência e do saber, como também através da associação de um feminino possuidor de protagonismo. Ela é a única deusa guerreira, uma das principais deidades do panteão grego, que conquistou o direito de não ter relações sexuais com os homens, pois foi um pedido seu se conservar virgem – o que pode ser entendido igualmente como o poder de uma *pureza* e/ou de *força* feminina, mesmo tendo sido originada de um homem.



ATENÉIA	
ORGÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL E DE ESCUTA DOS INTERESSES DA ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. REGISTRO Nº 1.547. DE 27/IV/1955	
ANO V	N.º 17
PORTO ALEGRE, JUNHO A AGOSTO DE 1955	
SUMÁRIO	
<p>Editora: JENYFF BRANCA DE SOUZA</p> <p>Directora-Geral: ADEURA FERREZ WAHNER</p> <p>Interventora Cultural: De Soberbo MATEUCIA ROSA VELOSO</p> <p>De Extrajornal: SÉLIA MOURA NETI</p> <p>Assessoria Editorial: ROSEMY VALLE ROSA</p> <p>Assessoria de Edição: SÉLIA ROSA</p> <p>Assessoria de Arte: ALEXIA FERREZ WAHNER</p> <p>Editorial: Sole de Adelaide L. Figueira Domingos e colaboradores de Atenéia</p> <p>ISSN 0001-8010 - 1.º vol. Rio de Janeiro, n.º 200 April 1955</p> <p>C. FONSEL, SNE PORTO ALEGRE Rio Grande do Sul - BRASIL</p>	<p>Editorial 1</p> <p>Relatório 2</p> <p>Notas 3</p> <p>Atenéia 4</p> <p>Atenéia 5</p> <p>Atenéia 6</p> <p>Atenéia 7</p> <p>Atenéia 8</p> <p>Atenéia 9</p> <p>Atenéia 10</p> <p>Atenéia 11</p> <p>Atenéia 12</p> <p>Atenéia 13</p> <p>Atenéia 14</p> <p>Atenéia 15</p> <p>Atenéia 16</p> <p>Atenéia 17</p> <p>Atenéia 18</p> <p>Atenéia 19</p> <p>Atenéia 20</p> <p>Atenéia 21</p> <p>Atenéia 22</p> <p>Atenéia 23</p> <p>Atenéia 24</p> <p>Atenéia 25</p> <p>Atenéia 26</p> <p>Atenéia 27</p> <p>Atenéia 28</p> <p>Atenéia 29</p> <p>Atenéia 30</p> <p>Atenéia 31</p> <p>Atenéia 32</p> <p>Atenéia 33</p> <p>Atenéia 34</p> <p>Atenéia 35</p> <p>Atenéia 36</p> <p>Atenéia 37</p> <p>Atenéia 38</p> <p>Atenéia 39</p> <p>Atenéia 40</p> <p>Atenéia 41</p> <p>Atenéia 42</p> <p>Atenéia 43</p> <p>Atenéia 44</p> <p>Atenéia 45</p> <p>Atenéia 46</p> <p>Atenéia 47</p> <p>Atenéia 48</p> <p>Atenéia 49</p> <p>Atenéia 50</p> <p>Atenéia 51</p> <p>Atenéia 52</p> <p>Atenéia 53</p> <p>Atenéia 54</p> <p>Atenéia 55</p> <p>Atenéia 56</p> <p>Atenéia 57</p> <p>Atenéia 58</p> <p>Atenéia 59</p> <p>Atenéia 60</p> <p>Atenéia 61</p> <p>Atenéia 62</p> <p>Atenéia 63</p> <p>Atenéia 64</p> <p>Atenéia 65</p> <p>Atenéia 66</p> <p>Atenéia 67</p> <p>Atenéia 68</p> <p>Atenéia 69</p> <p>Atenéia 70</p> <p>Atenéia 71</p> <p>Atenéia 72</p> <p>Atenéia 73</p> <p>Atenéia 74</p> <p>Atenéia 75</p> <p>Atenéia 76</p> <p>Atenéia 77</p> <p>Atenéia 78</p> <p>Atenéia 79</p> <p>Atenéia 80</p> <p>Atenéia 81</p> <p>Atenéia 82</p> <p>Atenéia 83</p> <p>Atenéia 84</p> <p>Atenéia 85</p> <p>Atenéia 86</p> <p>Atenéia 87</p> <p>Atenéia 88</p> <p>Atenéia 89</p> <p>Atenéia 90</p> <p>Atenéia 91</p> <p>Atenéia 92</p> <p>Atenéia 93</p> <p>Atenéia 94</p> <p>Atenéia 95</p> <p>Atenéia 96</p> <p>Atenéia 97</p> <p>Atenéia 98</p> <p>Atenéia 99</p> <p>Atenéia 100</p>

Figura 2 Capa e Sumário da edição nº 17 (Junho a Agosto de 1955)

Fonte: Revista *Atenéia* (ARQUIVO ALFRS)

A capa da revista na maior parte do tempo em que circulou (de 1949 a 1969) mudou apenas a cor geral, trazendo o título centralizado com uma coluna ao lado esquerdo. Essa coluna faz parte da *ordem jônica*, típica do século V, pois ela possui capitéis ornamentados com duas volutas, características principais do estilo (Figura 2 e 3). É uma arquitetura típica da cidade de Atenas, “amadrinhada” pela deusa que lhe deu nome, conhecida por ser um centro intelectual no período clássico.



Figura 3 Algumas das diversas capas da Revista Atenéia até 1969

Fonte: Revista *Atenéia* (ARQUIVO ALFRS)

Somente a partir de 1970, nas últimas três edições, o leiaute das capas se modificou (Figura 3 e 4). A mudança trouxe diferenciações tanto para a fonte do nome de *Atenéia*, quanto para as imagens, continuando basicamente com os mesmos elementos, que eram o

nome da revista, a frase de Littrè e o carimbo com livro e sigla da ALF (às vezes com os anos do periódico ou da entidade). A coluna jônica foi retirada e, com isto, junto à modificação da fonte, pareceu ter havido uma busca pela modernização, sobretudo gráfica, com a introdução de fotografias, abstendo-se das referências clássicas explicitamente⁷⁷.

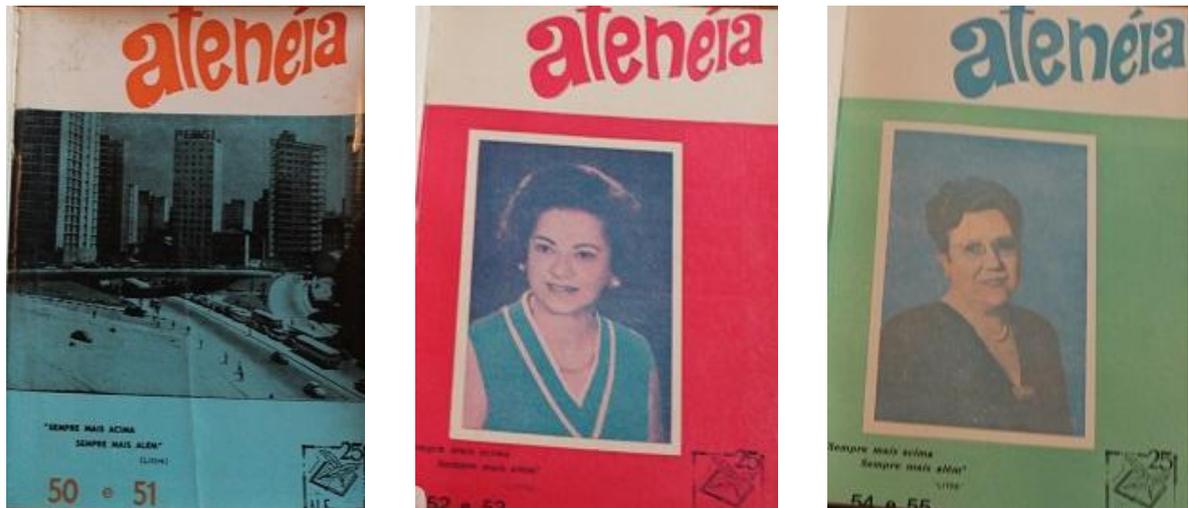


Figura 4 Capas das Revistas de 1970, 1971 e 1972, respectivamente, quando o design sofre mudanças
Fonte: Revista *Atenéia* (ARQUIVO ALFRS).

A seguir apontaram-se algumas informações sobre o periódico, para haver um melhor entendimento sobre este que era o *Órgão de Intercâmbio Cultural e de Defesa dos Interesses da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul*.

2.1. Revista *Atenéia*: mapeamento geral

A Revista *Atenéia* circulou de 1949 até 1972, compreendendo 55 edições, como já citado. No começo foi uma publicação trimestral, mas com as constantes dificuldades financeiras, relatadas nas atas de praticamente todas as sessões ordinárias, passou a semestral a partir do número 28 (1959), e as edições após a de número 41 (1965) passaram a ter dois números por publicação, de forma anual (42 e 43, de 1966; 44 e 45, de 1967; 46 e 47, de 1968; 48 e 49, de 1969; 50 e 51, de 1970 e, por fim, 54 e 55, de 1972).

O número de páginas de *Atenéia* teve grande variação, diminuindo progressivamente até 1965, com ligeiro aumento quando passou a ser anual, por ter dois números por impressão.

⁷⁷ Não houve registro em ata sobre esta mudança.

Inicialmente (quatro primeiras revistas) era maior (variou em torno de 120). Nas dez edições posteriores (1951-1954), o tamanho foi um pouco reduzido (variação entre 103 e 96 páginas). A partir da décima sexta edição (1955-1965) houve uma diminuição mais drástica, ficando na base de 56 a 64 páginas – redução esta que, pelas informações das Atas, teve relação com os altos custos para a impressão. De 1965 a 1972, variou de 76 a 104 páginas.

A revista *Atenéia* era utilizada para permuta com publicações de outras entidades e também foi comercializada externamente, não em bancas, mas sim no contato direto com a Academia ou acadêmicas, e seu preço foi mudando durante o período que circulou. Através da montagem de uma tabela de valores das assinaturas de *Atenéia* (ver Apêndice C), têm-se os preços correspondentes a cada local que buscasse ter uma assinatura anual, nos meses e anos em que aconteceram aumentos. O preço era diferente entre a *capital*, o *interior*, os demais estados do Brasil e países do *estrangeiro/exterior*, respectivamente do menor para o maior valor – além da edição avulsa, um pouco mais cara do que uma inscrição anual. Neste sentido, levando-se em conta quando aconteceram os aumentos e convertendo para moeda corrente, o preço avulso variou entre 1949 e 1972 de R\$ 7,88 (julho/1963 – Cr\$ 125,00) a R\$ 43,05 (dez/1972 – Cr\$ 10,00), com uma média geral aproximada de R\$ 18,00 (ver Apêndice C).

Ao levar em consideração quantos jornais do *Correio do Povo* eram possíveis de se comprar naqueles anos com o pagamento de um exemplar avulso de *Atenéia*, chegou-se a um mínimo de 5 jornais (1964) até no máximo 25 jornais (1968), com uma média geral de aproximadamente 13 jornais. Ou seja, a revista não era exatamente acessível economicamente para boa parcela da população. Entretanto, o jornal tinha circulação diária, já *Atenéia* teve sua periodicidade no máximo trimestral, o que em um comparativo acaba por não torná-la tão cara.

Ainda assim, percebeu-se ter sido um periódico de venda restrita a um círculo de pessoas envolvidas com a literatura, cultura e, principalmente, acadêmicas, pois nas Atas há muitas referências sobre novas assinaturas pleiteadas pelas *imortais*. Em 1950, por exemplo, Aurora Nunes Wagner (a seguir falaremos de sua grande participação como diretora da revista) apresentou proposta para a realização de uma campanha pró mil assinaturas de *Atenéia*, instituindo um prêmio a quem conseguisse maior quantidade (ACADEMIA, 1950, p. 38-verso).

A única informação quantitativa em ata sobre tiragem foi que a revista chegou a ultrapassar as 500 assinaturas, segundo informação de julho de 1952 (ACADEMIA, 1952, p. 66-verso). Para se ter uma idéia dimensionada, a *Revista do Globo*, após a II Guerra Mundial, chegou a ter uma tiragem entre 20 e 50 mil exemplares (DALMÁZ, 2002, p. 65), ou seja,

Atenéia aparentou ser uma revista de um círculo restrito – da ALFRS – para outros ligados a si. Mesmo assim foi um número significativo para época e tipo de publicidade.

No que tange à diretoria de *Atenéia*, os nomes que a compunham pouco mudaram de 1949 a 1972 (ver Apêndice B). Inicialmente a Direção coube a Natércia Cunha Veloso; a partir de 1951, Jenny Seabra de Souza assumiu o cargo, ficando até 1957, quando Cely Dal Pai de Mello passou a conduzir os destinos do periódico. Os outros cargos pouco ou nada se modificaram em relação às acadêmicas eleitas. Os cargos principais, que tinham relação com algumas publicações fixas, foram: 1) Intercâmbio Cultural – 1.1) no Brasil, Natércia Cunha Veloso; 1.2) no estrangeiro: Lydia Moschetti; 2) Seção Folclórica: Noemy Valle Rocha e 3) Apreciações e Leitura: Stella Brum e Alzira Freitas Tacques.

Durante todo o período da existência de *Atenéia*, Aurora Nunes Wagner esteve no cargo de *Diretora-Gerente*. A partir de 1958 só apareceu o cargo de *Diretoras*, com dois a três nomes, estando invariavelmente entre eles o de Aurora, que nem sempre pareceu estar em evidência, assinando Editoriais, por exemplo, porém era o nome principal na manutenção desse órgão de divulgação. Em Ata de 1955, o nome de Aurora Nunes Wagner foi exaltado:

Como é do conhecimento de todos, grande parte do lado econômico de “Atenéia” é suprido graças ao dinamismo e dedicação da dra. Aurora, que percorre o comércio e a indústria, angariando anúncios, assinaturas e auxílios para a revista. Saindo ela desta capital por várias semanas, essa campanha, que já constitui fato de rotina, ficaria interrompida e certamente a dra. Aurora levaria essa preocupação [...] (ACADEMIA, 1955, p. 26).

Tanta era a importância de Aurora que em 1973, quando faleceu, foi realizada uma sessão extraordinária a fim de eleger a sua substituta como Diretora (ACADEMIA, 1973, p. 56). Uma comissão foi formada; contudo, na sessão seguinte “foram debatidas as dificuldades encontradas nos últimos anos para manter a circulação anual devido à falta de verbas, falta de pessoal voluntário e colaborador, agravadas pelo falecimento de sua inspiradora e fundadora Aurora Nunes Wagner”. Por isso, acabaram decidindo em “suspender ‘sine-tempore’, a edição da Revista “Atenéia” (ACADEMIA, 1973, p. 56-verso). Era Aurora quem realmente mantinha a publicação, seja pela busca de recursos por meio de anunciantes, como foi salientado, seja por ela própria arcar muitas vezes com os custos. Esta hipótese foi aventada em função das referências em Ata de seus pedidos de dinheiro para as publicações, sendo que, após seu falecimento, *Atenéia* também deixou de existir⁷⁸.

⁷⁸ Em 1986 a ALFRS começou a publicar, em sistema cooperativo entre as acadêmicas, nova revista anual, a *Presença Literária*, que segue sendo publicada até hoje anualmente.

Ainda sobre informações preliminares, a revista teve muitas propagandas, dos mais variados estabelecimentos e pessoas. Os anúncios não eram somente voltados para o público feminino, mesmo havendo várias referências mais específicas. Às vezes, das próprias acadêmicas, de seus serviços, como no caso de Aurora Nunes Wagner, que foi dentista, ou de Virgínia Michielin, dona de uma *Casa de Modas*. Apareceram, de modo geral, além de *Guias Profissionais*, anúncios de bancos, previdências, seguros de vida, rádios, cortinados, tapetes, molduras, tecelagem, editoras (a própria Editora Globo), livrarias, persianas, lustres jóias, ópticas, roupas e calçados, drogarias, cerveja, água, refrigerante, médicos, empório de tecidos, cabeleireiros, faqueiros e talheres, relojarias, sapatarias, metalúrgicas, compotas de frutas, máquinas de costura, cozinhas de aço, geladeira, etc.

A título de exemplificação, alguns anúncios são emblemáticos sobre a *naturalização* do lugar/função das mulheres: a *Casa Kluwe*, a *casa dos bons tapetes*, apresentou a imagem de uma sala e duas mulheres noutro plano que comentam “São muitos lindos...! São da Casa Kluwe” (ATENÉIA, 1954, nº 14 – e outras edições); a propaganda da *Casa Hoffmann*, uma casa de louças, apresentou a imagem de uma mulher juntamente com copos e jarra (ATENÉIA, 1950, nº 4 – e outras edições); a *Geral* apresentou a imagem de uma mulher jovem sobre a marca, e abaixo está escrito que “*Geral é elegante, durável, perfeito, o Fogão da economia*” (ATENÉIA, várias edições); o *Varejo Bromberg*, se intitulou o *Palácio Encantado das Donas de Casas*, dispensando maiores comentários (ATENÉIA, várias edições).

As propagandas tinham em comum, no geral, a referência ao espaço da casa e seu trabalho e cuidado ligados à mulher de forma bastante automática. O que também podia estar relacionado ao pensamento vigente na época (e ainda atual) e/ou à necessidade de apoio financeiro, pois o teor de alguns editoriais, analisados posteriormente, deu mostras de um modo de pensar a mulher e suas atividades que vai de encontro às propagandas. Além disso, a revista, segundo o seu 18º Editorial, de set.-dez. de 1955, seria impressa *unicamente* através da propaganda comercial e de suas assinaturas, sem ônus para a ALFRS e sem *subvenções oficiais* (ATENÉIA, 1955, nº 18, set.-dez., p. 3). E levando em conta um balancete com os valores discriminados que constam em Ata de 1951 (ACADEMIA, 1951, p. 60), realmente os maiores valores são de *anúncios* e *fotografias* (Cr\$ 13.854,00) –, seguidos pelos donativos (CR\$ 4.900,00) e pelas *assinaturas* e *venda avulsa* (Cr\$ 3.636,00).

A questão financeira era emblemática. Desde 1953 Jenny Seabra tinha proposto após o pagamento da *casa própria*, que as *subvenções* fossem divididas numa proporção de 50% entre a Academia e *Atenéia*, pois a publicação a cada dia se tornava mais custosa – proposta

aprovada (ACADEMIA, 1953, p. 5). Já em março de 1955 houve um registro em Ata, onde Aurora Nunes Wagner, principal responsável pelos balancetes financeiros, apontou novamente para as dificuldades de manutenção da revista, pedindo a concessão de uma ajuda pela Academia – também aprovada. A ALFRS deveria repassar Cr\$ 300.00 para cada número, além de reduzir despesas com *clichês*, para, além da economia monetária, “dar à revista um caráter mais de acôrdo com as suas finalidades, que são[eram] exclusivamente literárias e culturais e não sociais” (ACADEMIA, 1955, p. 14-15). Este valor não era exatamente uma grande quantia, levando-se em conta as despesas apresentadas, por exemplo, em 1951: ao retirar o saldo em caixa, os valores para realização de *Atenéia* variavam em torno de Cr\$ 22.000,00 (ACADEMIA, 1951, p. 60).

Neste sentido, em julho de 1955, um valor maior (Cr\$ 1.465,00) foi ofertado por acadêmicas e pessoas amigas para Aurora, como auxílio na tiragem do número posterior (exatamente o de set.-dez.). No entanto, esta quantia foi definida como contribuições de algumas acadêmicas em função de uma viagem ao *Velho Mundo* por parte de Aurora Nunes Wagner. Ficou explícito, além do papel principal de Aurora na publicação da Revista, que a busca pelos auxílios tinha como mote o fator econômico, deixando talvez de lado outras questões com relação aos anúncios que eram feitos. Mesmo assim, deveriam existir outros pontos, desde a proximidade com as acadêmicas, até questões *morais*, não sendo possível definir quais.

Em relação ao conteúdo impresso em *Atenéia*, através da leitura dos Sumários foi perceptível a manutenção de algumas seções nas publicações no decorrer dos anos, o que pode ser conferido através das funções constantes no Apêndice B⁷⁹. Foi o caso do *Intercâmbio Cultural*, presente desde a criação do periódico, em 1949, com a função de relato sobre cartas recebidas ou permutas de livros com o Brasil e países estrangeiros, entre outros contatos de divulgação realizados pela ou com a ALFRS. A partir do 2º trimestre de 1950, passou a constar a *Seção ou Página Folclórica*, sempre sob a responsabilidade de Noemy Valle Rocha, pesquisadora dessa temática. Já no 3º trimestre de 1954 passou a constar as *Apreciações de Leitura*, com Stella Brum e Alzira Freitas Tacques, onde apresentavam algum livro, fazendo a crítica literária. A *Consultoria Jurídica*, feita pela Dra. Maria Von B. Cesar ao iniciar o segundo semestre de 1963, aparentemente voltava-se para questões internas do periódico, pois não consta artigo regular para esse assunto.

⁷⁹ Nessa tabela há os cargos permanentes de algumas acadêmicas, as quais sempre escreviam sobre o assunto referente ao posto.

A Revista era composta de modo geral por algumas colunas fixas, que se mantiveram ao longo das décadas em que *Atenéia* circulou. Até 1952 a palavra *Editorial* não apareceu designando o texto inicial; entretanto, estas palavras de entrada, de cunho mais opinativo e com assuntos diversos, estiveram presentes desde o primeiro número. No nº 1, por exemplo, consta um *Preâmbulo*, seguido de um texto intitulado *Justificando o título*, trazendo referências sobre a nomeação da revista.

Costumeiramente *Atenéia* continha artigos sobre as comemorações da Academia, posses, mas também conteúdo propriamente literário (poesias, contos) e artigos de cunho político sobre uma gama de assuntos (infância, lar, mulheres, literatura, proteção de animais, Deus, eleições, entre muitos outros); além de páginas destinadas a homenagens (a pessoas externas ou às próprias acadêmicas), entrevistas, intercâmbio cultural, folclore, livros e correspondências recebidas. A lista é longa; entretanto, com os itens apontados se tem uma mostra da variedade de assuntos tratados – e, com isso, da diversidade de pontos de vista congregados.

A divisão para a análise dos editoriais (capítulos IV e V) não foi realizada com base em uma possível técnica utilizada. Buscou-se, primordialmente, rastrear assuntos interligados de alguma maneira, tendo relação entre si pelo conteúdo abordado. Com isso, houve uma divisão em cinco grandes grupos, conforme Tabela 1. Alguns dos editoriais estão presentes em mais de um tema, pois muitos deles se entrecruzaram, porém, foi com essa partição que se organizou a disposição das linhas que seguem, a fim de melhor apresentar os resultados.

Os temas selecionados a partir da análise dos editoriais, portanto, foram: 1) *Revista / ALFRS*, que trata de datas específicas, comemorações e/ou símbolos que dizem respeito ou a própria *Atenéia* ou a ALFRS; 2) *Mulher, Mulheres e Relações de Gênero*, item que agrupa história(s), lutas, conquistas, questões internas e externas no que tange às mulheres, ou alguma mulher específica, incluindo debates que chegam a estar no que se pensa ser o *gênero*; 3) *Letras, Leitura, Literatura, Língua e Educação*, ponto que inclui vários debates literários, lingüísticos e/ou legislativos; 4) *Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional*, em que há abordagem de momentos e/ou debates políticos, tomadas de posição frente a conjunturas mundiais ou nacionais; e 5) *Assuntos Diversos*, onde foram agrupados os editoriais que não tinham uma relação direta com os conteúdos acima, e nem relevantes para obterem uma categoria separada.

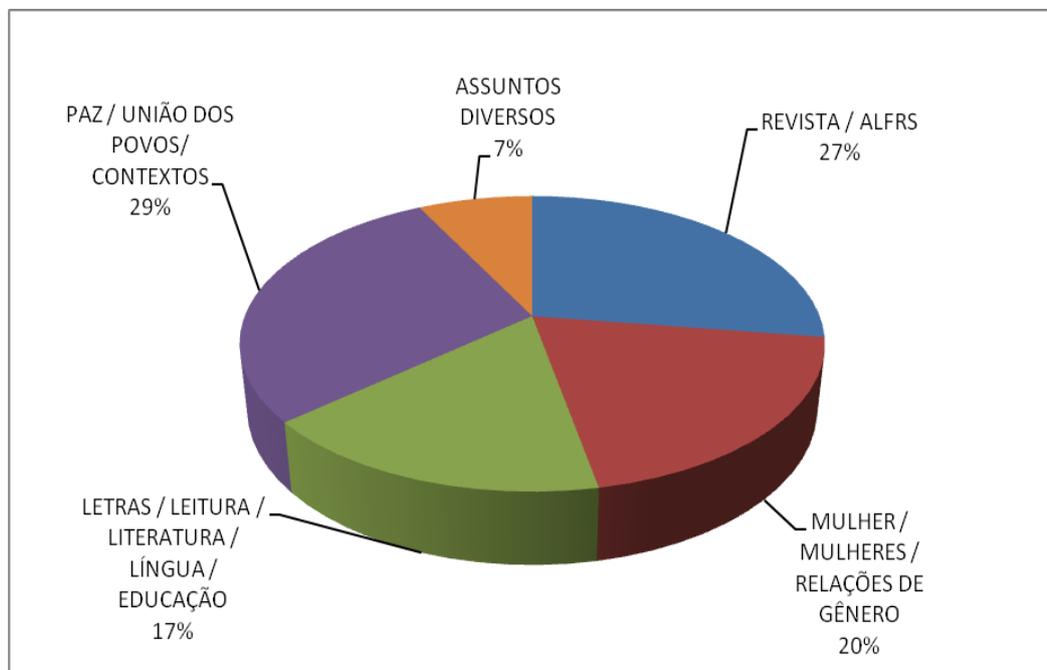
Tabela 1 Editoriais da Revista *Atenéia*: divisão por categorias

CATEGORIAS	EDITORIAIS
REVISTA / ALFRS Datas, comemorações, símbolos	1 – Preâmbulo (1949) 2 – Ad Astra... (1950) 3 – Hermaida (1950) 4 – Ephemerides (1950) 5 – Direção de “Atenéia” (1951) 7 – 29 de Outubro (1951) 10 – O Terceiro Aniversário de “Atenéia” (1952) 11 – O Décimo Aniversário da Academia Literária Feminina do Rio Gr. do Sul (1953) 13 – EDITORIAL - sem outros títulos (1954) 14 – EDITORIAL - sem outros títulos (1954) 15 – O Primeiro Lustrro de “Atenéia” (1954) 18 – EDITORIAL - sem outros títulos (1955) 29 – Aniversário (1959) 32 – Um Sonho Realizado (1961) 35 – Salve! Atenéia! (1962) 36 – Vinte Anos (1963) 39 – Saudemos o Natalício de Atenéia! (1964) 41 – Uma Mulher – Uma Acadêmica – Uma Lei (1965)
LETRAS LEITURA LITERATURA LÍNGUA EDUCAÇÃO Debates literários e legislativos	9 – Uma Notícia Alviçaleira (1952) 16 – EDITORIAL -sem outros títulos (1955) 17 – EDITORIAL - sem outros títulos (1955) 19 – EDITORIAL - sem outros títulos (1956) 20 – As Antologias estão na Moda (1956) 21 – EDITORIAL - sem outros títulos (1956) 24 – O Brasil e o Analfabetismo (1957) 28 – Educação e Cultura (1959) 32 – Um Sonho Realizado (1961) 35 – Salve! Atenéia! (1962) 42/43 – A Juventude (1966)
MULHER MULHERES RELAÇÕES DE GÊNERO História(s), lutas, conquistas Questões internas e externas	6 – O Amor (1951) 8 – A Mulher Moderna (1952) 11 – O Décimo Aniversário da Academia Literária Feminina do Rio Gr. do Sul (1953) 15 – O Primeiro Lustrro de “Atenéia” (1954) 21 – EDITORIAL - sem outros títulos (1956) 31 – Direitos da Mulher (1960) 34 – A Mulher e o Mundo Atual (1962) 37 – A Mulher e a Situação Nacional (1963) 39 – Saudemos o Natalício de Atenéia! (1964) 41 – Uma Mulher – Uma Acadêmica – Uma Lei (1965) 46-47 – Valorização da Mulher (1968) 54-55 – A Mulher Brasileira e o Sesquicentenário (1972)
PAZ UNIÃO DOS POVOS CONTEXTOS MUNDIAL E NACIONAL Momentos, debates políticos, tomada de posição frente a conjunturas mundial e nacional	11 – O Décimo Aniversário da Academia Literária Feminina do Rio Gr. do Sul (1953) 19 – EDITORIAL - sem outros títulos (1956) 25 – Satélites e Nações (1958) 27 – A Paz (1958) 28 – Educação e Cultura (1959) 29 – Aniversário (1959) 30 – Brasília (1960) 33 – “Mensagem” (1961) 35 – Salve! Atenéia! (1962) 37 – A Mulher e a Situação Nacional (1963) 38 – O Exército Nacional (1964) 39 – Saudemos o Natalício de Atenéia! (1964) 41 – Uma Mulher – Uma Acadêmica – Uma Lei (1965) 42-43 – A Juventude (1966) 44-45 – A Paz (1967) 48-49 – EDITORIAL - sem outros títulos (1969) 50-51 – EDITORIAL - sem outros títulos (1970) 52-53 – O Sesquicentenário da Independência do Brasil (1971) 54-55 – A Mulher Brasileira e o Sesquicentenário (1972)
ASSUNTOS DIVERSOS	12 – EDITORIAL - sem outros títulos (1953) 22 – EDITORIAL - sem outros títulos (1957) 23 – Brasil - Portugal - <i>Craveiro Lopes</i> (1953) 26 - Caxias – “A Pérola” (1958) 40 – À Gloriosa Caxias do Sul - No centenário de sua colonização (1965)

Fonte: Revistas *Atenéia* de 1949 a 1972 (Acervo da ALFRS)

A partir desse desmembramento em temas, percebeu-se em vários momentos acontecimentos políticos mundiais e nacionais influenciando os assuntos que eram abordados. Além disso, montou-se um pequeno gráfico percentual (Gráfico 1) da quantidade de manifestações de cada categoria – lembrando novamente que alguns editoriais estão presentes em mais de uma, conforme Tabela 1. Para além de visualizar quais assuntos estiveram mais presentes ao longo dos vinte e três anos de circulação de *Atenéia*, o gráfico revelou um pouco sobre a relatividade da regra estatutária da ALFRS de não tolerar *política* na entidade, pois mesmo interpretando essa *política* como *política partidária*, esta última também foi (in)diretamente manifesta.

Gráfico 1 Porcentagem de editoriais por categoria definida



Fonte: Tabela 1, Revistas *Atenéia* de 1949 a 1972 (Acervo da ALFRS)

A categoria da *Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional* teve a maior porcentagem, com 29% do total, seguida de *Revistas / ALFRS* (27%) – que tem todo o sentido em seu elevado número, já que editoriais costumam tratar de assuntos do momento, e *Atenéia* foi um órgão de divulgação da ALFRS. Essa primeira porcentagem citada corroborou com o fato de haver *política* na ALFRS, como nas demais academias de letras, a exemplo da ABL, entre outras, diferente do estabelecido nos estatutos. Nessa categoria estão editoriais que trataram diretamente de questões históricas importantes, delicadas, às vezes com tomada de

posição frente a pontos controversos, sem a abordagem de assuntos afins à literatura, mas sim de situações *políticas* gerais e específicas, do mundo e do Brasil.

As categorias *Mulher, Mulheres e Relações de Gênero e Letras, Leitura, Literatura, Língua e Educação* tiveram, juntas, 37% do total, demonstrando ter havido certa importância dessas temáticas. Ainda assim não se pode deixar de apontar que nos dois casos houve uma dimensão política fortíssima, tanto com reivindicações de direitos, como de críticas à situação de (certas) mulheres na sociedade, bem como questões relativas ao poder legislativo em relação a leis, entre outros.

A apresentação e análise dos editoriais nas categorias nos capítulos IV e V foram realizadas por ordem cronológica e/ou assuntos próximos. Salienta-se que alguns não foram analisados, tendo em vista a relevância perante a totalidade e a pertinência para a argumentação – lembrando que há uma tabela no Apêndice D com um pequeno resumo de todos editoriais. O tema *Assuntos Diversos* não foi analisado, pois que o teor dos editoriais que o compõem não justificou a criação de novos temas, nem estavam presentes nos demais delimitados.

III. “ACADEMIA PARA DENTRO”

“[...] *É difícil ser poeta e ser mulher / É difícil cantar sem revelar
Pode o poeta contar o segredo / mas a mulher o seu deve guardar [...]*”
Lila Ripoll⁸⁰

“*Não./ Não irei sem grito./ Minha voz nesse dia subirá./
E eu me erguerei também. Solitária. Definida. [...]*”
Lila Ripoll⁸¹

1. Das finalidades da ALFRS

A ALFRS tinha como finalidade, conforme o artigo segundo do seu estatuto, “congregar as mulheres de letras do Rio Grande do Sul”, procurando “por todos os meios ao seu alcance, colaborar para o alevantamento e aprimoramento da inteligência da mulher Brasileira”. No decorrer dos anos apareceram queixas em relação ao não cumprimento estatutário, como foi possível visualizar na fala de 1947 (quatro anos após a fundação) da vice-presidente Stella Brum:

Entretanto é também digno de nota o fato de ter ela perdido no âmbito local muito de seu prestígio e estar fugindo inteiramente à finalidade para qual foi fundada, isto é congregar e unir as mulheres que possuem os dons de escrever para estímulo na sua vida literária. Diz que a Academia, longe de unir as literatas de Porto Alegre, dispersou o pequeno número que reuniu no início. Pede, então, à casa, sugestões para sanar êste estado de cousas (ACADEMIA, 1947, p. 7).

Em um determinado momento, portanto, as próprias acadêmicas perceberam que a ALFRS estava deixando a desejar em alguns dos seus aspectos organizacionais. Fato concluído mais precisamente pela listagem de itens resolvidos após debate das presentes para tentar contornar tal situação.

Dentre estes pontos da lista de resolução de problemas estava fazer uma “campanha de prestígio” da ALF em Porto Alegre, “por meio de publicidade séria e sem sensacionalismo”, bem como uma campanha de alistamento de novas associadas, e também atividades para o

⁸⁰ Trecho do poema Primavera, do livro *Poemas e Canções* (1957).

⁸¹ Trecho do poema Grito, do livro *O coração descoberto* (1961).

desenvolvimento da Academia, “pondo em execução especialmente o círculo de valorização de mulheres de destaque na sociedade portoalegrense”. Os outros itens eram relacionados justamente a questões organizacionais do quadro acadêmico: extinção do quadro de “aspirantes”, por ser “inoperante”, e “uma revisão no quadro atual das acadêmicas, pela sua classificação, em diplomadas; eleitas, não diplomadas, e correspondentes”, sendo que esta revisão deveria ser publicada em notícia nos jornais da cidade (ACADEMIA, 1947, p. 7-8).

Em sessão cultural de entrega de diplomas de um Curso de Oratória, realizado em 1955, foi salientado ser ele um dos vários objetivos da Casa, e que só naquele momento, após treze anos, pôde surgir como “compensadora realidade”. Isto porque, possuindo a sede, livres de compromissos, poderiam “cuidar da realização das finalidades da Academia”, pois ela não consistia em “uma torre de marfim e que o desejo de tôdas é[era] ainda aprender, aprender sempre mais, para um maior aperfeiçoamento” (ACADEMIA, 1955, p. 24).

Entretanto, no ano de 1968 foi citado que a presidente Lydia Mombelli da Fonseca iria procurar recursos imediatos junto aos Poderes Públicos para maior expansão e projeção da Academia, pois, no seu entender, a Entidade mantinha-se “concêntrica, sentindo então urgência em providenciar meios para maior divulgação, tornando-se assim mais ampla e aberta ao consócio das classes culturais” (ACADEMIA, 1968, p. 18-18-verso). Ou seja, a constituição da Academia teve diferentes momentos e opiniões em relação a estar ou não no caminho que tinha como pretensão na sua criação e elaboração de seus Estatutos – algo podendo ter ligação com quem estava no comando, por exemplo.

No que tange à natureza da instituição, o artigo nº 1 dos extratos dos seus Estatutos estabelecia que a ALFRS era “*uma entidade de caráter puramente literário*, constituída de Socias Acadêmicas, socias Titulares e socias Correspondentes, cujos direitos e deveres e responsabilidades, são[eram] regidos pelos presentes Estatutos” (ESTATUTO, 1943, Arquivo da ALFRS). Isto podia ter relação com o Decreto-Lei nº 37 de 02 de dezembro de 1937 que proibia partidos políticos, bem como arregimentações partidárias registradas ou organizações auxiliares de partidos políticos⁸². Entretanto, a intencionalidade pareceu estar além dessas questões burocráticas.

Cássia Silveira (2008), em sua dissertação sobre o *Parthenon Literário* (instituição bem anterior à Academia), aponta para o fato de que aqueles literatos também tinham a pretensão de criar uma entidade com *caráter puramente literário*, pois “não viam com bons

⁸² Decreto-Lei nº 37 de 02/12/1937, feito pelo Presidente da República Getúlio Vargas (início da ditadura do Estado Novo). Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103167>. Acesso em 07 de agosto de 2016.

olhos” a ligação da política com a literatura, já que aquela tiraria a “pureza” dessa última. Estas duas dimensões eram vistas como opostas pelos seus membros, mesmo o *Parthenon Literário* não tendo sido, segundo a historiadora, um local de consagração apenas *literário*.

De forma semelhante, RODRIGUES (2001) analisou as relações entre literatura e política na Academia Brasileira de Letras no período de 1896 – ano de sua fundação - até 1913. Ele demonstra que a proposta daquela instituição de limitar-se ao “cultivo das letras e a preservação da língua portuguesa” foi o modo pelo qual os acadêmicos gostariam que os víssemos – mesmo atualmente (RODRIGUES, 2001, p. 26).

O objetivo da Academia Brasileira de Letras era de ser “[...] uma instituição apolítica, onde reinava a cordialidade, sem divisões internas, sem fraturas e sem momentos críticos, imagem esta que é até hoje proposta pela ABL” (RODRIGUES, 2001, p. 29-30). Apesar disso, o pesquisador aponta que as divisões internas existiam. Seus membros, por exemplo, não tinham as mesmas posições em relação à República, há pouco estabelecida, pois entre eles existiam monarquistas e republicanos. A busca pela aparência de uma instituição desvinculada da política igualmente tinha como meta não comprometer um possível apoio estatal, com auxílio material e reconhecimento – que inicialmente foi negado.

Isso também vale para o caso aqui estudado, pois é preciso atenção para não adotar o discurso da entidade como a sua prática, pois como o autor ressalta:

Incorremos na necessidade de ficarmos atentos para o fato de que, em uma instituição literária – ou em qualquer outra –, é impossível escapar à análise do seu jogo político interno, mesmo se ela procura eliminá-lo. É preciso aceitar que se forma, muitas vezes à revelia do discurso, uma prática mais fluida e dinâmica do que as aparências nos fazem imaginar [...] (RODRIGUES, 2001, p. 29).

Além disso, ter como objetivo a criação de uma academia de letras de *caráter puramente literário* também é um objetivo político, sendo, por conseguinte, *impossível escapar à análise do seu jogo político interno*, pois haverá decisões a serem tomadas frente a situações específicas, portanto, escolhas por “este” ou por “aquele” caminho. Por fim, a fundação desse tipo de instituição já pode ser considerada um ato político, pois não deixa de ter como função a reivindicação de um espaço de visibilidade – e poder – na sociedade.

Esta ligação da política com a literatura, embora negada oficialmente, foi face importante do processo de constituição da ALFRS, pois permeava as suas relações. Vejamos alguns pontos neste sentido.

Em dezembro de 1946, Lydia Moschetti fez uma comunicação sobre o convite que havia recebido do Partido Social Progressista “para entrar na chapa dos candidatos à deputação estadual, como representante da Academia Literária Feminina” (o que reitera a

repercussão da entidade e também seu “peso simbólico” – bem como também o de Lydia Moschetti); porém

Ela declina do convite declarando que a Academia, sendo uma *associação de caráter puramente literário* não poderia assumir qualquer compromisso de caráter político. A casa concorda com a solução dada pela sra. presidente e louva a sua atitude (ACADEMIA, 1943, p. 92 – Grifos meus).

Apesar desta reiteração do caráter puramente literário da Academia três anos depois de sua fundação, é necessária ponderação na análise. Mesmo a ALFRS não tendo um cunho partidário explícito, a política esteve presente desde o seu início e continuou ao longo das décadas seguintes. A busca de subvenções, realizada por necessidade segundo as atas, já que as fontes de renda da academia se restringiam aos valores de associação das *imortais* e doações, foi um bom exemplo de como ela fazia parte do dia-a-dia da entidade, através de contato constante com figuras dos poderes executivo ou legislativo.



Figura 5 Lydia Moschetti e outras acadêmicas com Getúlio Vargas em 1943

Fonte: Moschetti, 1971(?), p. 105.

Um exemplo foi um encontro de Lydia Moschetti e outras acadêmicas, em 1943, com Getúlio Vargas, o então presidente-ditador do Brasil. Em seu livro “*Histórico das Minhas*

Fundações” (1971?), consta uma fotografia (figura 5) registrando o momento. Na legenda, o seguinte comentário:

No palácio Piratini, Lydia Moschetti, aproveitando a homenagem ao Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, pede-lhe visitar a Academia Literária Feminina de recente fundação na Casa dos Jornalistas (ARI) no que foi atendida brindando à prosperidade das “intelectuales” com uma simples taça de “Guaraná” – 1943 (MOSCHETTI, 1971?, p. 105).

O prestígio daquelas mulheres, ou sua gama de relações, era bastante grande, já que várias delas conseguiam livre acesso em uma homenagem do estado ao presidente da república. Esse fato também demonstra uma das formas de busca por *apoio*: a proximidade e aproximação com a elite política do estado e país.



Figura 6 “Comissão de Acadêmicas em visita a S. Excia. Sr. Governador do Estado GAL. Ernesto Dornelles”.

Fonte: Cópia de fotografia do Acervo da ALFRS (fotografia sem data, porém a Ata de 5 de setembro de 1943 cita este encontro como tendo ocorrido no mês anterior do mesmo ano).

O Secretário de Educação e Cultura, “Dr. Coelho de Souza”, exemplo posterior, sempre era convidado para as solenidades; agradecia, comparecia ou encaminhava representantes. O próprio Interventor Federal no Estado, Ten. Cel. Ernesto Dorneles, também. A este último solicitaram, em setembro de 1943, uma audiência, na qual uma comissão da entidade ia lhe apresentar “a *cordialidade das intelectuales gaúchas*” (ACADEMIA, 1943, p.

22 – Grifos meus). No dia 23 do referido mês e ano, uma comissão do “*sodalício feminino*” (como se intitulavam) foi ao Palácio do Governo reunir-se com ele:

a quem foi levar o cumprimento de cordialidade e **solicitar apoio moral e material para a grandiosa obra cultural a que se propôs**; tendo S. Excia demonstrando grande simpatia e prometido amparar, na medida do possível a esta novel entidade (ACADEMIA, 1943, p. 24 – Grifos meus).

Além da ajuda material, estas relações demonstrando *cordialidade* também envolviam uma busca importante de *apoio moral*, ou seja, de reconhecimento naquela sociedade por meio de figuras conhecidas, com influência e poder, junto aos espaços para as práticas literárias.

Ainda no que tange às relações da ALFRS com personagens do cenário político, as demandas de auxílio material nas atas foram aumentando no decorrer do período estudado (1943-73), pois as menções às dificuldades financeiras começaram a ser reiteradamente relatadas. Em 1946, por exemplo, a Presidente informou à casa das medidas tomadas na tentativa de obter subvenção do governo – o que de fato aconteceu oficialmente em 1948, com o ato do Governo Federal “pelo qual foi concedido à Academia Literária do Rio Grande do Sul o subsídio anual de dois mil cruzeiros”. Sua presidente recém-empossada, Aurora Nunes Wagner, “salientou que essa subvenção muito desvanece[desvanecia] a Academia, pois tais favores somente são[eram] concedidos a entidades de reconhecida utilidade publica” (ACADEMIA, 1948, p.12).

Em praticamente todas as Atas de sessões ordinárias constou a necessidade de angariar fundos por meio de auxílios governamentais, ou seja, independente do regime político, estavam sempre buscando ajuda financeira do estado – e conseguiam muitas vezes, conforme registros. Para resumir este aspecto, a sugestão referida em 1967 foi emblemática:

A sra. Presidente sugere que sejam feitas visitas a s. Excia. o sr. Governador do Estado, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, *pois a Academia precisa estar em permanente contato com os poderes públicos para obter cooperação para as suas atividades*. Fica deliberado que se organizarão comissões para êsse fim (ACADEMIA, 1967, p. 18 – Grifos meus).

A *cooperação* referida dizia respeito à concessão de subsídios econômicos para o andamento das pretensões e objetivos da ALFRS. Contudo, as acadêmicas não estavam dispostas a aceitar toda a ajuda em quaisquer termos, como se poderia imaginar.

Em 1968, um representante da Assembleia Legislativa (não consta o seu nome) prometeu doar uma determinada verba em benefício da academia feminina, “contanto que, uma parte da mesma, fôsse entregue à acadêmica Odete Terezinha para a solução de um

compromisso adquirido com a publicação de um livro”. O caso teria sido debatido, “notando-se o repúdio geral àquela proposta”, pois, conforme anotação do ponto de vista da acadêmica Ana Luiza Bueno Simas, a Academia deveria ser contrária a qualquer doação que determinasse uma pessoa beneficiada. Para ela, só a Diretoria deveria dar destino à verba recebida, mas esclareceu que “não discorda[va], entretanto que a poetisa em questão, seja[fosse] beneficiada porque, encontra[va] na mesma, muita altura poética, mas que esse benefício não venha[viesses] pré-estabelecido pelo doador”. Aurora N. Wagner, por sua vez, corroborou com esta idéia, pois “se a verba fôsse aceita com a condição proposta seria abrir precedente que iria contra os dispositivos dos Estatutos da Entidade”. Após apreciação do tema, ficou assentado que esta modalidade de doação não seria aceita pela ALFRS (ACADEMIA, 1968, p. 17).

O aspecto destacado sobre a doação de recursos com utilização pré-determinada, com a negação da ALFRS, demonstrou a tentativa de manutenção de sua autonomia, apesar das necessidades econômicas. Ou seja, não eram bem vistas certas interferências externas nas ações realizadas pela Academia – mesmo para isso tendo que recusar valores monetários muito úteis na manutenção da entidade.

Também acontecia uma dupla troca em relação às doações, pois as atividades desenvolvidas com base no “Programa Cultural Estatutário” também tinham desdobramentos em função dos apoios materiais e morais citados. Este programa previa que a Academia deveria realizar: sessões públicas, com conferências de sócias sobre “figuras de valor das letras femininas do Rio Grande do Sul”; comemorações de datas cívicas; recepções a personagens ilustres que transitassem por Porto Alegre (mulheres intelectuais, das mais variadas áreas); realização de concursos literários para moças; e, por fim, o intercâmbio cultural (uma atividade que se desdobrava em várias ações, por exemplo, as trocas de correspondências entre entidades ou escritoras diretamente).

O intercâmbio cultural foi um ponto marcante da atuação da ALFRS. O conteúdo das atas apontou para a quantidade de redes sendo estabelecidas por meio de correspondências e ofícios, vindos do estado, do país e também do exterior, principalmente de países da América do Sul, mas também dos Estados Unidos, Portugal, Itália, entre outros. As manifestações foram diversas, desde palavras de solidariedade até doações de livros e revistas por parte de seus autores/as e/ou entidades. Essa grande quantidade de contatos estava atrelada, sobretudo, à figura de Lydia Moschetti. O que permitiu levantar esta hipótese foram as várias correspondências direcionadas diretamente a ela, pois Lydia era quem, de forma geral, fazia os envios de correspondências e conhecia tais pessoas e/ou instituições. Mesmo após seu

afastamento da presidência, passou, pouco depois, a integrar a diretoria, no cargo que tratava justamente do *Intercâmbio Cultural*, além de ser sempre considerada a *Presidente Honorária*.

1.1. As atividades desenvolvidas

Outra maneira de refletir sobre as finalidades da academia foi levando em conta as atividades desenvolvidas pela entidade. A fim de captar pensamentos sobre assuntos diversos, buscou-se analisar os títulos/teor das palestras, as datas comemorativas selecionadas, as homenagens e quem era homenageado/a. Isto apontou para princípios, doutrinas, costumes e/ou normas.

Inúmeros eventos foram realizados e/ou tiveram a participação da ALFRS de 1943-73. Os mais comuns diziam respeito a datas comemorativas, como os dias de aniversário da academia e da revista; dia das mães; semana da pátria; homenagens (muitas, para as próprias acadêmicas ou personagens políticas). Também eventos sobre as mulheres vinculadas ao desejo de paz (ONU); palestras referentes aos mais variados assuntos; ciclos; cursos. Pela gama de possibilidades de análise, alguns foram selecionados, tendo em vista a relevância para se pensar o que foi exposto acima.

Um primeiro evento a ser indicado foi a fala de Lydia Moschetti na Sessão Pública de Abertura da Exposição do Livro de 1947. Entre outras coisas, a escritora falou, segundo Ata de setembro daquele ano, da necessidade de se promover o intercâmbio cultural, mas também de um movimento de “boa vontade em prol da paz mundial”. Além disso, existiria uma necessidade das mulheres “que são as maiores vítimas da guerra se unirem e formar[em] um bloco de resistência moral e espiritual contra este terrível mal”, pois a mulher “é o veículo mais eficaz na propagação da ideia da paz”, já que ela possui “dons e capacidades que a habilitam a ser a construtora do mundo futuro em bases diferentes das que tinha a sociedade que está[va] passando por esta crise” (ACADEMIA, 1947, p. 5-6). Este discurso era próximo a outro anterior, da década de 1930, presente na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF – de 1922), que tinha à frente Bertha Lutz, com reivindicações ligadas à busca pelo direito ao voto feminino, mas também relacionadas ao *pan-americanismo* (KARAWJCZYK, 2013)⁸³.

⁸³ O *pan-americanismo* referido não era o latino, ligado ao desejo de colaboração continental da América de Simón Bolívar (1783-1830), mas sim do que ficou conhecido como *Doutrina Monroe*. James Monroe (1758-1831) era presidente dos EUA e defendia a autonomia das Américas, sobretudo em função da colonização da

Essa construção da mulher como promotora da paz apareceu várias vezes, sobretudo a partir do final da década de 1940, quando foram feitas menções nas Atas à Organização das Nações Unidas (ONU). No dia 30 de outubro de 1954, por exemplo, foi citada uma Sessão Pública em comemoração à passagem do Dia das Nações, com o registro de uma fala da presidente. Ela teria dito que “as mulheres em geral devem ter apreço a ONU, não só pelo seu trabalho intenso em favor da paz no mundo, mas também pela atenção que a ONU tem dispensado à mulher”. Também disse ter sido a ONU “a primeira organização no mundo a reconhecer a igualdade de direitos, dando assim à mulher o lugar que lhe compete[ia] em face do mundo [...]” (ACADEMIA, 1954, p. 8)⁸⁴.

Nas Atas constaram algumas referências a esta temática dos direitos femininos e posição da mulher na sociedade – algumas delas versavam sobre este aspecto em específico, ainda que a maioria das palestras realizadas pela ALFRS dissesse respeito à Mulher e a

Europa. Entretanto, esta autonomia tinha como perspectiva o monitoramento, ou hegemonia, estadunidense. A frase “*América para os americanos*” resume um pouco a lógica dessa doutrina. A designação do *pan-americanismo* aos poucos se tornou oficial, com marcação nominal nas conferências internacionais da América.

⁸⁴ A ONU foi fundada em outubro de 1945, e é uma organização internacional, formada por países que se voluntariaram para trabalhar pela paz e desenvolvimento social. Maiores informações ver: <https://nacoesunidas.org/conheca/>. Acesso em 15 de setembro de 2016. A ONU (1945), por sua vez, tem representação no Brasil desde 1947. A sua presença varia em cada país de acordo com as demandas apresentadas pelos governos ante à Organização, segundo informações de seu *site*. Os princípios de igualdade das mulheres e da não discriminação baseadas no sexo estão presentes desde a *Carta da ONU* (1945), e também na *Declaração dos Direitos Humanos* (1948), demonstrando talvez o porquê dessa ligação da ALFRS com a Organização. A *Carta da ONU*, em seu preâmbulo, salienta que os povos das Nações Unidas estavam resolvidos a preservar “as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” (CARTA DA ONU, 1945 – Grifos meus). Além de tocar na igualdade de direito dos homens e das mulheres, no artigo 1º, sobre os propósitos e princípios da ONU, houve referência ao respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, “sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (CARTA DA ONU, 1945 – Grifos meus). De igual forma, no capítulo 3, sobre os órgãos, segundo o 8º artigo, não haveria restrições quanto à “*elegibilidade de homens e mulheres* destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários” (CARTA DA ONU, 1945 – Grifos meus – disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 07 de setembro de 2016). A *Declaração dos Direitos Humanos* (DDH) seguiu o direcionamento da *Carta da ONU*, tratando de reafirmar a igualdade entre mulheres e homens: “considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948 – Grifos meus). E a igualdade entre os sexos também foi referida em relação ao casamento na DDH, com o artigo XVI - “Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948 – disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2016). Desta forma, a *Carta da ONU* e a *Declaração dos Direitos Humanos* cumpriram um papel importante na História, já que, além de propiciarem uma base legislativa para muitas constituições, as pessoas e/ou grupos oprimidos tiveram com elas uma voz autorizada falando da necessidade de igualdade. E nesse ponto incluem-se as mulheres e, por conseguinte, as acadêmicas, que poderiam estar ‘*antenas*’ a estes pontos, tendo em vista, principalmente, o teor dos editoriais de *Atenéia*.

Literatura, com variáveis nesse tema. Por exemplo, em 1962 a Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, *Dra.* Berta Lutz, encaminhou uma mensagem pela qual recomendava “a atenção e atuação da A.L.F. naquêlo campo qual seja a reforma de certos dispositivos e artigos expressos no Código Civil Brasileiro, incompatíveis com o ritmo e necessidade da vida atual da mulher brasileira [que,] quando entra no campo de ação profissional, praticamente lhe é[era] vedado”⁸⁵. Essa proposta de Berta, registrada em ata, encontrou receptividade na Academia, porque já teriam chegado até elas os “ecos de vozes isoladas em repúdio principalmente aos artigos do Código regulador da matéria onde coloca[va] a mulher casada em paridade com os silvícolas e incapazes”. Por isso, na sessão ficou resolvido “enviar uma mensagem de solidariedade àquela Federação” (ACADEMIA, 1962, p. 98)⁸⁶.

⁸⁵ Trata-se aqui do *Estatuto Civil da Mulher Casada*, de 1962 (Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962). A questão da incapacidade da mulher casada era uma luta travada desde a década de 1930 pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com Bertha Lutz à frente. Antes desse Estatuto, a mulher casada era regida pelo Código Civil de 1916 e dependia de autorização de um responsável, normalmente pai ou marido, por ser tutelada (“protegida”), para poder trabalhar, fazer compras a crédito ou receber herança. O Estatuto foi fruto das lutas de mulheres pró-equiparação de direitos, muitas delas feministas, no sentido de anular várias normas discriminadoras, que afirmavam a incapacidade feminina. Esta lei amenizou as discriminações, e apesar de manter a chefia masculina da sociedade conjugal, reconheceu a mulher como “colaboradora do marido” na direção da família. Ao admitir a capacidade civil plena da mulher, abriram-se possibilidades legais para uma maior autonomia feminina (BARSTED e GARCEZ, 1999, p. 22).

⁸⁶ Um adendo se faz necessário em relação à *Organização das Nações Unidas* (ONU), pan-americanismo e Bertha Lutz. Recentemente a *Carta da ONU* foi alvo de várias matérias jornalísticas em função das pesquisas de Elise Dietrichson e Fatima Sator que averiguaram o protagonismo de uma diplomata brasileira, essencial para a incorporação da igualdade de gênero no documento fundador da ONU. Trata-se de Bertha Lutz. Bióloga brasileira, Lutz teve sua trajetória marcada pelos movimentos feministas – de um feminismo *bem comportado*, segundo PINTO (2003) – com os quais travou contato na Europa e EUA. Teve ligação, também, com o movimento e Conferências *Pan-Americanas*, sobretudo em relação às mulheres (KARAWEJCZYK, 2008). Ela esteve, em 1945, na Conferência de San Francisco (EUA) e, com a ajuda de delegadas de Uruguai, República Dominicana e Austrália, enfrentou oposição até mesmo das mulheres das delegações norte-americana e britânica para incluir a menção à igualdade entre os sexos na carta. Levando-se em conta a pequena participação feminina no evento (3% dos 160 participantes), a presença e realização de Lutz ganha ainda maior proporção (informações retiradas da matéria publicada no site da ONU-BR. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>. Acesso em 9 de novembro de 2016. Esta informação da participação de Lutz com a inclusão da igualdade de gênero na Carta da ONU também consta no artigo de Maria Margaret Lopes (2008). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/04.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016). Bertha Lutz chegou a enviar carta à ALFRS em 1962, conforme descrito anteriormente. Talvez antes da década de 1960 houvesse o conhecimento das *imortais* dos movimentos *pan-americanos*, feministas e/ou de mulheres, possivelmente ligados à Bertha Lutz no Brasil. Além disso, Bertha Lutz foi por Noemy Valle Rocha indicada (e aceita) como sócia correspondente da ALFRS em outubro de 1953 (ACADEMIA, 1953, p. 89-verso). Este dado é importante, pois Noemy participava da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) desde 1932, quando ainda não havia diretório da FBPF no Rio Grande do Sul – o que acontece em 1934 (KARAWEJCZYK, 2008, p. 227). Ou seja, muitas ideias da ALFRS eram bastante próximas às da Federação, talvez porque Noemy tenha feito parte da organização; não por acaso foi ela, Noemy, que fez a ligação da ALFRS com Lutz, já que a conheceu pessoalmente, quando da fundação do Diretório estadual da FBPF, conforme a Ata de Fundação (Fonte: Fundo FBPF, Entidades Filiadas, Caixa 6, Pacote 2, Arquivo Nacional – RJ. Referência de maio de 2010, em pesquisa no setor de documentos privados, acesso restrito, antes da nova catalogação). Isto demonstra que a ALFRS possivelmente estava articulada com pensamentos e práticas do restante do país e do mundo.

Já em outubro de 1968, seguindo nas atividades desenvolvidas, em sessão de caráter festivo e público para promover a inauguração do Ano dos Direitos Humanos, a acadêmica Ana Luiza Bueno Simas foi convidada a saudar a visitante (Dra. Betty Brognoli Borges Fortes, que iria palestrar no dia da sessão em que se promoveria tal efeméride) e dissertou sobre “os Direitos da Mulher no mundo moderno interrogando se, a mulher, pela sua serenidade, sensibilidade e amor, estaria preparada para tomar posição de igualdade junto ao homem” (ACADEMIA, 1968, p. 16-verso). Além disso, em vários outros momentos existiu e reforçou-se o papel da mulher como agente do lar e cuidadora dos filhos. Todos os anos havia uma Sessão de comemoração do *Dia das Mães*, sendo instituída a designação da *Mãe-Acadêmica* a partir de 1959, quando, no período de um ano, a *imortal* eleita e/ou sorteada representava simbolicamente “a mãe das acadêmicas”⁸⁷.

As falas em relação ao *ser mãe* pouco se modificaram no que foi averiguado nas Atas no período estudado. Por isso, selecionou-se uma delas para exemplificar o pensamento que permeava a entidade sobre a maternidade. Foi no ano de 1956, quando Maria Isaura Gameiro “de improviso” falou da “grandeza do amor materno que se tem conservado puro através dos séculos, pois a mãe de hoje é[era] a mãe de mil anos atrás”, sendo que ““toda mulher é sempre mãe’ num certo sentido, mesmo a mulher solteira tem esse sentimento maravilhoso de aconchegar a si as criancinhas” (ACADEMIA, 1956, p. 39)⁸⁸. Ou seja, *ser mãe* seria algo inato à mulher, pois ela poderia ser solteira – visto como sinônimo de não ter a possibilidade de engravidar, pois não tinha um esposo –, não necessitado dar a luz e/ou cuidar de outro ser para ter simbolicamente esta designação e o seu sentimento.

Outro ponto foram as homenagens realizadas pelas acadêmicas ou por outras entidades que eram por elas aderidas. Claro que isto não dizia respeito apenas aos *valores morais* da Academia e de suas integrantes, pois tanto para pedir auxílios, quanto para agradecer aos concedidos, esta era uma forma de dar publicidade aos nomes de personagens da política, comerciantes, etc., que contribuía com a entidade, trazendo, talvez, mais ofertas de *apoios* (recursos). Ainda assim, estas atitudes não deixavam de estar inculcadas de uma valoração moral.

Para exemplificar a referência às homenagens, em 1944, uma solicitação enviada por Hecilda Clark (que morava no Rio de Janeiro, capital federal no período) em relação a uma homenagem que seria prestada a Getúlio Vargas teve a adesão da ALFRS. Esta última enviou

⁸⁷ Inicialmente a acadêmica era escolhida através de eleição anual, passando no decorrer dos anos a ser sorteada entre todas.

⁸⁸ Interessante notar que não apareceram referências a comemorações pela passagem do *Dia dos Pais*. Apenas uma vez apareceu a lembrança que o dia posterior seria o “Dia do Papai” (ACADEMIA, 1968, 9-verso).

um telegrama àquela escritora gaúcha, sócia correspondente, aderindo ao movimento por ela encabeçado em prol do evento a ser prestado ao “egrégio chefe da Nação, por ocasião do aniversário natalício S. Exia., pelas mulheres intelectuaes do Brasil” (ACADEMIA, 1944, p. 35). Além disso, a ALFRS também prestou homenagem ao *Dr. Getúlio Dorneles Vargas* pela sua morte em 1954 (ACADEMIA, 1954, p. 1)⁸⁹.

Outrossim, atividades como o “Ciclo de Valorização da Mulher”, que consistia em homenagens “às mulheres de valor social em Porto Alegre” (ACADEMIA, 1946, p. 78), eram realizadas e, entre outras mulheres selecionadas para receber a distinção, esteve a Primeira Dama do Estado “Exma. Sra. D. Ana Jobim” (esposa do “Digníssimo Governador Walter Jobim”), que foi homenageada “pelas suas obras de filantropia” (ACADEMIA, 1948, p. 13-15)⁹⁰. No mês de dezembro de 1949, novamente “tratou-se da homenagem a ser feita a Exma. Sra. Ana N. Jobim, no dia 12 do referido mês, data de seu aniversário natalício [...]”.

Além destas homenagens, algumas outras atividades estiveram presentes desde o início da história da ALFRS. A *Semana da Pátria* foi uma delas, que após o ano de 1964 apareceu com maior ênfase nas páginas dos Livros de Atas. A título de ilustração, a sessão cívica de 1970 teve uma “oração” de Maria Isaura Gameiro bastante pertinente sobre o momento histórico-político pelo qual o Brasil passava, bem como com opiniões sobre o racismo e exortação ao nacionalismo. Abaixo, trechos que constam na Ata nº 371:

Tecendo considerações sôbre o milagre da unidade brasileira não para o auditório, mas sim com o auditório. Disse haver coletado dados pois, segundo pensa, nem sempre a palavra de cada um é autorizada. Referindo-se à ascendência que temos de três raças tristes: o índio, o branco colonizador e o negro, disse estar o Brasil fadado a ser a grande nação pacifista do mundo, pois somos pacíficos e amorosos por índole, nesta terra onde brotam os poetas e poetisas da mesma forma que nos campos brotam as flôres vermelhas e amarelas. Disse que temos as portas abertas para todos que vêm para cá e citou o exemplo comungando conosco nos mesmos ideais. Afirmou que quem uniu esta terra não foram as guerras, mas o grande sentimento de humanidade que existe nos corações dos brasileiros [...]. Salientou a grandeza das conquistas brasileiras, sempre pacificamente, sem guerras; não temos fronteiras conquistadas pela fôrça ou tomadas de ninguém. Nossos problemas sempre foram resolvidos através da pena. Referiu-se também à glória e ao orgulho de podermos nos reunir e falar da nossa Pátria sem o remorso de havermos espoliado alguém. Traçou paralelo entre o Brasil e outros países, como os E.E.U.U., onde existe o problema da discriminação racial enquanto entre nós o termo “negrinho” é uma forma carinhosa de tratar as pessoas. Nossa democracia permite que o operário de hoje possa, no futuro, vir a ser um Presidente da República. Em palavras vibrantes de entusiasmo referiu-se a oradora à atuação de Rio Branco nos assuntos brasileiros e sulamericanos. Confessou sua fé no futuro da pátria brasileira, que será,

⁸⁹ Outro fato é o envio de correspondência ao Presidente Juan Peron, transmitindo as condolências da Academia pelo falecimento de Eva Peron em 1952 (ACADEMIA, 1952, p.68).

⁹⁰ Após a queda de Getúlio Vargas (que dirigiu o país entre 1930, quando tomou o poder, até 1945 – sendo que de 1937 até 1945, governou por meio de uma ditadura, o “Estado Novo”), em outubro de 1945, o Ten. Cel. Ernesto Dornelles, que era o Interventor Federal no Rio Grande do Sul até então, saiu do seu posto. Walter Sá Jobim foi o governador eleito e tomou posse em 1946 (GERTZ, 2005, p. 39-40).

no futuro, uma das maiores democracias do mundo e citou uma prova eloqüente do espírito ordeiro dos filhos desta Terra [...]. E após breves comentários sobre seu discurso com legítimo fecho de ouro: Disse não desejar aplausos para suas palavras. Pediu para que, todos juntos, meditassem sobre a data e tivessem um pensamento para honrar as mulheres, as crianças, os doentes, os homens, o governo deste país, pois isto é nacionalismo [...] e dessa forma pudessem os presentes, naquele justo instante em que em outro local de comemoração estaria sendo cantado o Hino Nacional, dizer com êles: Pátria amada, salve! salve! (ACADEMIA, 1970, p. 34-35).

O *jogo político* estava presente nas ações da ALFRS, pois, mesmo sem um caráter diretamente partidário, ela tinha aproximações com os governos, seja estadual, seja federal, como no caso das comemorações e homenagens citadas. Além disso, as atividades no geral desenvolvidas e as falas registradas nas Atas demonstraram um pouco mais sobre certos *valores morais* que estavam presentes na entidade de forma não oficial, mas que certamente tinham um peso nas sindicâncias de entrada para novas sócias.

2. Formas de ingresso e “não-ingresso” e de exclusões e permanências

A disposição organizacional das sócias, segundo as primeiras versões dos Estatutos manuscritos e datilografados – pois em sua maior parte a referência consta em ambos os documentos –, era feita com a divisão em quatro categorias: efetivas, titulares, correspondentes e aspirantes⁹¹.

As sócias acadêmicas efetivas ocupariam uma cadeira e deveriam residir em Porto Alegre; acadêmicas titulares, as “intelectuais gaúchas” ocupariam uma cadeira, mas residiriam fora da capital; as correspondentes não ocupariam cadeira e poderiam ser gaúchas ou “não gaúchas”, e também residentes em qualquer país Sul Americano (essa menção consta somente na versão datilografada), pertencentes a outras academias (consta na versão manuscrita apenas) e que deveriam manter intercâmbio com a ALFRS (ambas as versões); e, por fim, as sócias aspirantes, que não ocupariam cadeira, mas que (segundo versão manuscrita), sem “credenciais”, desejassem “encaminhar-se na carreira literária e receber incentivo e ensinamentos úteis frequentando as sessões da ALF”, ou (segundo versão datilografada) que tivessem demonstrado aptidões para escritoras. Ou seja, havia uma

⁹¹ Entrementes, no Extrato dos Estatutos publicados no Diário Oficial de 04 de agosto de 1943, apenas três categorias foram mantidas: as sócias acadêmicas, as titulares e as aspirantes. Esta última foi abolida, por inoperância; já as titulares, na verdade, acabaram por ser sinônimo de efetivas, pois escritoras não residentes em Porto Alegre não podiam ocupar cadeira na versão final, poderiam ser apenas sócias correspondentes, o que só será alterado posteriormente, aparentemente como forma de congregar mais mulheres, tanto pelo intercâmbio quanto pela ajuda financeira (estas novas versões dos Estatutos não foram encontradas, apenas foi possível observar as referências em Atas sobre as mudanças).

tentativa implícita de “fechar o círculo” em torno da ALFRS, pois a própria Diretoria era quem avaliaria os trabalhos das aspirantes, medindo a *capacidade literária* das demais (Estatutos manuscritos e datilografados, Arquivo da ALFRS). Por fim, as sócias efetivas deveriam pagar mensalidade e ser em número de 20, o que foi ampliado para 40 em 1948, segundo ata de maio daquele ano⁹².

Em relação ao acesso à *imortalidade*, de modo geral, as sócias eram indicadas pelas acadêmicas (inicialmente pelas fundadoras) ou pessoas próximas, o que demonstra, novamente, a importância dos laços pessoais neste processo. No ano de 1948 foi deliberado que as proponentes, antes de fazer uma indicação, realizassem uma “**sindicância sobre o valor moral e intelectual de suas apresentadas**”. Para tanto, constituiu-se uma comissão para “**examinar as respectivas credenciais**” (ACADEMIA, 1948, p. 12-13 – grifos meus). Em 1952, esta recomendação foi reforçada em proposta de Aurora para “submeter sempre, previamente, a uma comissão de sindicância todas as propostas de sócias, ainda que correspondentes, para que se lhes aquilate[aquilatasse] o mérito intelectual, bem como outras credenciais que as capacitem a fazer parte dos membros do sodalício” (ACADEMIA, 1952, p. 64).

A grande questão sem uma resposta direta foi sobre quais valores *morais e intelectuais* eram avaliados nas candidatas, no *curriculum vitae* (também solicitado) e na produção escrita. Uma das formas de levantar hipóteses para obter respostas foi observando os pedidos negados. Uma justificativa para negar a entrada de uma escritora foi oficializada em Ata de junho de 1955. A poetisa Natércia Veloso, na qualidade de presidente da Comissão Julgadora dos Trabalhos apresentados por Diva Conrad, justificou à Casa:

Analisando os trabalhos da poetisa Conrad, opinou que a candidata deve procurar maior aperfeiçoamento, pois embora a sua poesia apresente lirismo, idéias construtoras sãs, resente-se da ausência de versificação e necessita um maior aperfeiçoamento da língua. Diante disso, ficou resolvido que seria comunicado verbalmente a interessada, que deverá aguardar mais algum tempo, procurando evoluir no terreno poético (ACADEMIA, 1959, p. 19).

No caso acima registrado, a negativa ocorreu apenas em função dos *valores intelectuais*, ainda deixando-nos sem o conhecimento sobre o que viria a ser considerado como *valores morais*. Entretanto, com a leitura das Atas em sua totalidade de 1943 a 1973, nas entrelinhas, foi possível constatar a relação dos *valores morais* com os aspectos esperados

⁹² A possível explicação sobre este aumento consta na Introdução. Este *sul americanismo* ao que tudo indica foi fruto dos contatos das acadêmicas, sobretudo de Lydia Moschetti, por ter viajado por vários países da América Latina no período em que atuava no teatro. Além do *sul americanismo* e *pan-americanismo* já citados, ligados, principalmente, à Bertha Lutz.

e cobrados socialmente da conduta de uma mulher de classe média e alta, bem como de seus posicionamentos políticos, entre outros fatores⁹³. Para exemplificar a resposta à hipótese aventada, foi tratado abaixo o que se convencionou chamar de *O Caso Ísis*.

2.1. *Valores intelectuais e morais das acadêmicas: o Caso Ísis*

No ano de 1952, a acadêmica Noemy Valle propôs como sócia efetiva a “jovem poetisa Ísis Freitas Tacques, filha da fundadora e consocia Alzira Freitas Tacques” (os laços pessoais colaborando para uma possível associação à entidade...). Essa proposta teria suscitado diversas considerações, mas ressaltando “o mérito da ‘quase menina’ poetisa [ela] foi aceita”. Porém, com a seguinte ressalva: “sócia efetiva, quando a beletrista Isis completar[sse] 18 anos”, pois teria ficado evidente a ausência nos estatutos da ALFRS de uma cláusula que inibisse a aceitação das candidatas a uma cadeira antes de alguma idade pré-estabelecida.

Por isso, naquela assembléia de 1952 acabou resolvendo-se pela inclusão “naquela honra legal [de] um item que estabeleça[estabelecesse] a idade de 18 anos para o ingresso efetivo na Academia” (ACADEMIA, 1952, p. 64-verso). Posteriormente, em junho de 1955, ao tratarem do ingresso de novas acadêmicas, registrou-se uma conversa com Isis Freitas Tacques, “filha da brilhante poetisa e sócia fundadora da A.L.F., [a presidente Déa R. F.], quando foi informada que a jovem escritora está[va] providenciando a organização de trabalhos seus para provavelmente no próximo ano assumir sua cadeira na Casa” (ACADEMIA, 1955, p. 19-20).

Os trâmites pareceram estar encaminhados para que Ísis assumisse como sócia efetiva na ALFRS. Entretanto, em abril de 1962, na assembléia geral para eleger a nova Diretoria do biênio de 1962-64, aclamou-se a Presidente Déa Rodrigues Figueiredo em uma segunda reeleição – ainda era preciso eleger o restante dos cargos. Surgiram duas proponentes: a Sra. Maria Isaura Gameiro apresentou uma chapa; a sra. Miguy Noronha, três cargos. Na chapa de Gameiro teria constado o nome de Isis Freitas, “presente na reunião como sócia efetiva, não empossada, mas com direito a voto como é[era] de praxe na A.L.F.”.

Contra este direito ao voto e disputa, uma dúvida foi suscitada pelas senhoras Noemy Valle Rocha e Aurora Nunes Wagner, que alegaram não ser a Senhorita Isis membro da

⁹³ A análise dos Editoriais da Revista *Atenéia* deixa um pouco mais evidente estas relações.

A.L.F. porque “na ocasião que fora esta proposta para integrar o quadro dos membros do sodalício fora rejeitada devido a sua pouca idade, pois constava naquela ocasião com quinze anos mais ou menos”. Outras acadêmicas explicaram a decisão da entrada de Isis Freitas Tacques logo “[que] atingisse a maioria, [quando] automaticamente ficaria sendo considerada membro integrante desta[daquela] Academia” (ACADEMIA, 1962, p. 100).

A chapa apresentada por Maria Isaura Gameiro foi vitoriosa. Conhecida a decisão da Assembléia, “a sra. Miguy Noronha procurou impugnar o nome da sta. Isis Freitas Tacques sob a alegação de não poder esta interpor os quadros da A.L.F. por ser ‘*comunista*’”⁹⁴. Pela Casa e pela própria acusada, “o pretexto invocado pela sra. Noronha crivado di ‘*animus injuriandi*’” foi rejeitado (ACADEMIA, 1962, p. 100-101 – Grifos meus). Após estes atritos, Ísis não assumiu o cargo de secretária-geral, bem como não realizou a posse em cadeira alguma, e a sua presença na ALFRS não foi mais citada nas Atas até o final de 1973.

A intenção em relatar o caso acima foi a de notar que, alguns aspectos da vida de uma escritora candidatada a uma cadeira nada tinham de relação com a sua produção literária. Nota-se: a acusação de *comunismo* foi negada por Ísis e demais acadêmicas, ou seja, caso a jovem poetisa assumisse ser *comunista* (e será que realmente não o era?), a Casa poderia ter acatado o argumento de Miguy Noronha para a impugnação de seu nome? Neste caso, os *valores morais* também eram *valores ideológicos* – não podendo esquecer de todas as questões históricas e políticas que envolveram os anos a partir do final da década de 1950 em relação ao comunismo na América e no Mundo, especialmente no Brasil.

2.2. O fechamento de um círculo literário: o *Caso Lila*

Ainda sobre o ingresso (e não-ingresso) de escritoras à *imortalidade*, um ponto importante era o do fechamento de um grupo. Cabem algumas reflexões acerca dessa tentativa de “fechar o círculo” da Academia.

Marisângela Martins (2012) aponta em sua tese sobre as relações entre escritores e o Partido Comunista do Brasil (PCB) em Porto Alegre, um episódio em que Lydia Moschetti atacava as *panelinhas* literárias, indicando a *Revista do Globo* como a “pior de todas”, pois “uns elogiam os outros e todos se fecham para os demais”. Este apontamento da escritora

⁹⁴ Aliás, a Sra. Noronha também teria aproveitado a ocasião para apresentar restrições à ação da presidente e secretária da casa por terem elas consentido no patrocínio da A.L.F. a uma palestra proferida pela poetisa Beatriz Brasileira e que segundo a sra. Noronha viera a “ferir preceitos estatutários da A.L.F.” (ACADEMIA, 1962, p. 102) – o que foi negado pelas acadêmicas envolvidas.

poderia ser, segundo a historiadora, “o indicativo do caráter opressor que o domínio do grupo do *Globo* infringia sobre aqueles que produziam textos literários não condizentes com os critérios de classificação e legitimação impostos pela Livraria e Editora Globo” (MARTINS, 2012, p. 218). Se a grande imprensa realmente não reconhecia seus talentos, a forma encontrada de buscar visibilidade foi “fechando um (novo) círculo” – ou melhor, constituindo um círculo próprio⁹⁵.

Para refletir sobre isto, abordou-se o que se convencionou chamar de *O Caso Lila*.

Primeiramente, quem foi *Lila Ripoll*? Foi professora, escritora e, segundo MARTINS (2012), iniciou sua militância no PCB nos anos 1930. Contudo, no período do regime estadonovista ocupou um cargo público no Gabinete da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, mesmo o Secretário sabendo que ela era considerada *subversiva*, “nem ligava”, pois respeitava a ideologia de seus auxiliares, esperando deles lealdade e dedicação⁹⁶.

A ALFRS encaminhou felicitações quando o nome de Coelho de Souza foi confirmado para o cargo de Secretário de Educação, e, posteriormente, ele era convidado para diversas solenidades da entidade. Nas atas apareceram referências aos telegramas de agradecimento do “Dr. Coelho de Souza” (José Pereira Coelho de Souza) pelas referidas felicitações e pelos convites oficiais que lhe eram enviados, bem como a sua presença ou representação (por exemplo, “Sr. dr. Salvador Garcia Carraveta”, em 1944) em várias solenidades da entidade (ACADEMIA, 1943, p. 23; 1944, p. 51; 1945, p. 58; 1948, p. 15-16). Ou seja, Lila Ripoll, desenvolvida de um trabalho nas letras muito admirado na época, chegando à “glória” quando lhe foi concedido o Prêmio Olavo Bilac, pela Academia

⁹⁵ Apenas como reforço, vale à pena referir que Moschetti esclarece alguns pontos em seu livro “*Histórico das minhas fundações*” a respeito da falta de espaço para a publicação perante os editores. A escritora supõe que por não ser conhecida dos editores, eles deveriam pensar que não sabia escrever o português (pois sua nacionalidade e sotaque levavam à dúvida em relação a isso), deixando, então, o manuscrito encaminhado para análise “jogado em alguma prateleira, ficando lá a dormir o sono do esquecimento a mercê das traças e baratinhas...?...” (MOSCHETTI, 1971?, p.105). Salienta também que este pouco valor e importância que davam às produções literárias femininas foi o que lhe fez pensar se, unidas num sodalício cultural, elas [as escritoras] poderiam se impor com mais força às autoridades. Nas suas palavras: “Não é a união que faz a força? Pois então, disse eu, farei essa união”. (MOSCHETTI, 1971?, p. 106). Este fato, por sua vez, está ligado, segundo a *imortal*, às publicações como um negócio, que fazia com que passassem pela análise de um funcionário da livraria (possivelmente *Livraria do Globo*). E este funcionário, ironiza Lydia, supostamente seria um “escritor competente”. Por fim, justificando a fundação de um sodalício feminino, escreveu que “a alma poética não é privilégio de classe, mas de inteligência, estudo e vocação” (MOSCHETTI, 1971?, p. 106). Um adendo: o livro *Histórico das minhas fundações* não possui ficha catalográfica, entretanto, no seu início há comentários de 1971 sobre a sua *Autobiografia* de 1970; então, aqui se convencionou como 1971 o ano provável de sua publicação.

⁹⁶ O fato de ser comunista e ocupar um cargo no Governo, segundo a pesquisadora, pode causar estranhamento à primeira vista, não somente pela aceitação por parte do Governo, que neste período tentava realmente cooptar os intelectuais, mas também por parte da escritora. Entretanto, Martins interpreta que, sendo Lila professora e solteira, a função remunerada junto ao Gabinete da Secretaria de Educação, além de lhe proporcionar um salário, também poderia garantir-lhe “visibilidade positiva e prestígio, recursos importantes para quem pretendia se lançar na carreira literária” (MARTINS, 2012, p. 213).

Brasileira de Letras em 1943, em algum momento deve ter tomado ciência da existência da Academia Literária Feminina, fundada em Porto Alegre, pois fazia parte da Secretaria de Educação.

Em julho de 1943, Lydia Moschetti emitiu opinião sobre a escritora Lila Ripoll à *Revista do Globo*, numa mesa redonda promovida pelo periódico. A partir do teor da matéria, pôde-se supor que Lila Ripoll não despertava a admiração de Lydia Moschetti. O que levou ao surgimento dessa suposição foi uma fala desta última reproduzida da *Revista do Globo* por MARTINS (2012). Assim, um fato aparentemente “dado” precisou ser problematizado. A presidente da ALFRS encerrou os trabalhos da entidade no dia 24 de julho de 1943 para que a Academia Literária Feminina:

Comparecesse incorporada a homenagem que seria realizada na sede da Associação Riograndense de Imprensa, e levada a efeito pelos intelectuaes gauchos a Senhorinha Lila Ripol, poetisa laureada com premio “Olavo Bilac” pela Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA, 1943, p. 15).

Até o momento da leitura desta Ata, entendia-se que Lila Ripoll era admirada pelas componentes da ALFRS, já que iriam à solenidade e não houve nenhum comentário negativo a seu respeito. Entretanto, MARTINS (2012) rastreou através da *Revista do Globo* algo que não estava explícito no documento analisado⁹⁷. No mês e ano da homenagem, Lydia disse a esse periódico, na reportagem *Mesa Redonda com as Imortais*, do dia 22 de julho de 1943, que Lila representava “coisa muito fraca, fraquíssima”.

A opinião da presidente da ALFRS sobre Lila não ser boa escritora deve ser contextualizada. Na reportagem, representantes da *Revista do Globo*, que supostamente não conseguiram disfarçar o embaraço por “desconhecerem em absoluto as acadêmicas”, disseram que essas últimas sentiam-se prejudicadas pela *grande imprensa*, que não reconhecia seus talentos e não admitia que “muitas vezes escreviam melhor que os homens” (MARTINS, 2012, p. 218). Outras senhoras teriam reclamado da falta de espaço para publicação e das recusas de editoras e de jornais da capital e, noutra reportagem (*Um Jantar com as Imortais*, do dia 14 de agosto de 1943), Lydia acusou fortemente a *Revista do Globo*, dizendo que havia *panelinhas literárias*, e que na *Globo* existiria “[...] uma rasgação de seda cretiníssima. Uns elogiam os outros. E todos se fecham para os demais [...]. Todos fechados... Todos se elogiando”⁹⁸.

⁹⁷ O que reforça a ideia sobre as fontes não dizerem “o que aconteceu”, mas sim fornecerem elementos para o seu entendimento. Os documentos, além de serem produzidos para um fim específico e conforme sua funcionalidade, e não para registrar a história, fornecem (como as atas utilizadas) *elementos* para a compreensão, mas não a compreensão em si.

⁹⁸ Ambas as matérias estão presentes no Arquivo da ALFRS e foram analisadas na íntegra.

Além desta falta de espaço reclamada pelas acadêmicas, Lila Ripoll foi aceita neste “círculo” da Livraria e Editora do Globo, que era formado predominantemente por homens, e a crítica à escritora pode não ter sido relativa à qualidade da sua poesia, mas também a sua inclusão num domínio que, para as acadêmicas da ALFRS, era opressor, pois fechava o mercado aos que *se elogiavam*, ligando-os, e excluindo quem não tinha uma gama de relações pessoais e/ou políticas próximas daquele grupo. Neste sentido, estar presente na homenagem prestada a Lila poderia ser, igualmente, uma forma de dar visibilidade às acadêmicas, bem como à *Academia Literária Feminina*, com aproximadamente apenas três meses. Outro fator foi que Lila Ripoll, sendo comunista, não deveria ser vista com *bons olhos* pelas acadêmicas, tendo em vista os *valores morais (ideológicos)* que posteriormente apareceram nos registros de atas e de *Atenéia*.

Para encerrar *O Caso Lila*, é indispensável referir que Ripoll passou a integrar a ALFRS após sua morte, em 1967. Associada à Academia Riograndense de Letras (nesta altura já em parceria com a Academia Feminina) e ao Centro de Poesia e Artes do Rio Grande do Sul, a academia feminina realizou uma sessão de homenagem póstuma a Lila Ripoll – oportunidade em que se declarou a deliberação de a saudosa poetisa patrocinar uma Cadeira da Casa. Foi ela então escolhida como patrona da cadeira número 26 por Aracy Dantas de Gusmão Perillo, em abril de 1969 (ACADEMIA, 1967, p. 21).

Antes de tratar deste fato, alguns pontos da trajetória de Ripoll são importantes de serem acrescentados: ela chegou a se candidatar em 1950 à deputada no Rio Grande do Sul pelo PCB. Sentiu a forte reação conservadora, segundo Schmidt (2006b, p. 21), quando em Quaraí, cidade natal, acompanhando a comitiva da Frente Popular, recitou poemas no comício enquanto jogavam pedras em sua direção (SCHMIDT, 2006b, p. 21)⁹⁹. Acabou não sendo eleita. Em 1964, logo após o Golpe Civil-Militar, em decorrência de suas atividades políticas, foi presa para interrogatório e libertada com brevidade, pois estava em estágio avançado de câncer (SILVA, 2009, p. 26)¹⁰⁰.

Além da militância partidária comunista, muitos dos escritos de Lila Ripoll estão envoltos por temáticas políticas atreladas ao contexto e sua ideologia, e também feministas

⁹⁹ Disponível em:

<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=197&path%5B%5D=201>. Acesso em 13 de março de 2016.

¹⁰⁰ Estas informações também constam no site do PCB, disponível em:

http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3688:lila-ripoll-poeta-e-comunista&catid=1:popular; e do Arquivo *Delfos*, da PUCRS, disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=lila>. Acesso em 13 de março de 2016.

em algumas análises¹⁰¹. Um exemplo para sentir suas críticas, foi o poema *Rosas*, de 1965, publicado no livro *Águas Móveis*, sobre quando estava no Hospital, com a ditadura recém instaurada:

*Rodearam-me de rosas
e o quarto branco do hospital
transfigurou-se.*

*Rosas vermelhas,
vermelhas rosas,
bandeiras amotinadas
a machucar o silêncio.*

*Rodearam-me de rosas
e um frêmito vermelho
sacudiu a quietude.*

*As rosas, as bandeiras
amotinadas, invadiram
o quarto.*

*Minha cabeça não consegue
pousar no travesseiro.*

*Porque elas, as rosas,
as bandeiras amotinadas,
são um toque de levantar
(RIPOLL, Lila. *Rosas*, in: *Primavera*, 1965).*

Com todos esses fatos associados à trajetória de Lila Ripoll, e com o apoio ao golpe de estado pela ALFRS através de *Atenéia*¹⁰², estranhou-se a vontade de associar a entidade *puramente literária* ao nome dessa escritora *comunista*, sobretudo como *patrona*, alguém por quem se tem alguma forma de admiração, pessoal e/ou literária.

A questão foi que, por diferentes e diversos motivos, Lila não participou do *círculo* da ALFRS em vida. Mesmo assim, pôde-se concluir haver o entendimento das *imortais* de seu peso simbólico enquanto escritora, pois ao *desaparecer do plano material*¹⁰³, teve seu nome vinculado à entidade. Os *valores intelectuais e morais* teriam mudado? As opiniões sobre Lila refletiam apenas o pensamento de Lydiá Moschetti e não da totalidade das acadêmicas? Como hipótese, inferiu-se que o peso simbólico acumulado em vida por Lila poderia legar muito à

¹⁰¹ Um exemplo de análise que referencia como de cunho feminista alguns de seus poemas é o artigo de Cinara Ferreira Pavani (PAVANI, 2007, p. 1-9). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/5071/2911>. Acesso em 13 de março de 2016.

¹⁰² Este ponto é assunto do último capítulo.

¹⁰³ Importante destacar essa formulação, pois uma pessoa *imortal* não morre; logo, desaparece do plano material, como elas registravam, mas continua presente no plano simbólico, com sua obra – no caso de uma academia literária, a literatura.

ALFRS ao associá-lo a si – e isso pode ter sido considerado mais importante que certas *valorações morais (ideológicas)*, pelo menos após a sua morte¹⁰⁴.

Antes de encerrar esta parte dos “Casos” com base nas Atas, retornar-se-á ao *caráter puramente literário* defendido, atrelando a isso o aspecto da literatura ligada à política. Para tanto, se completou a série de *Casos* (de *Ísis* e *Lila*) com o de *Maria*.

2.3. *Caráter puramente literário da Academia: o Caso Maria*

O *Caso Maria* é breve, mas com uma significação complexa. Maria Isaura Gameiro é o nome dela – já citada, que apresentou uma chapa para concorrer à Diretoria da ALFRS em 1962, na qual a poetisa Isis Freitas Tacques (aquela acusada de ser *comunista*) estava presente concorrendo para o cargo de secretária.

Em agosto de 1963, foi lida uma carta da então secretária Maria Isaura Gameiro, na qual solicitava afastamento temporário do sodalício, “até que ce[ssa]ssem os motivos que a isto a obriga[va]m”. A presidente declarou que o motivo era a candidatura da signatária à vereança de Porto Alegre. Disse ainda que em obediência ao Regimento Interno, que exigia tempo determinado para tais afastamentos, resolveu conceder-lhe o prazo de 90 dias, que poderia vir a ser renovado se fosse necessário. Porém, salientou que “a academia, em virtude de seu caráter apolítico se absteu[absteve] de qualquer manifestação de solidariedade, mas registra[registrou] o fato, sentindo-se honrada por ter uma de suas componentes sido escolhida para figurar entre os candidatos à vereança” (ACADEMIA, 1963, p. 113)¹⁰⁵.

Posteriormente, no ano de 1966, houve referência à presença de Maria nas atividades da ALFRS. Entretanto, em junho de 1967, uma questão foi levantada pela secretária sobre

A irregularidade de se conservarem afastadas acadêmicas empossadas e que são legítimos valores, por questões de ideias. Lembra[ou] que os Estatutos rezam que não são admitidos elementos com ideologias contrárias às leis do País, mas que o caso das acadêmicas empossadas é fato consumado, além disso, **a Academia Brasileira de Letras, que é entidade padrão, acolheu, solenemente, o comunista**

¹⁰⁴ Ainda poderia ser levantada a possibilidade de que Lila não quis fazer parte daquela associação enquanto pôde escolher. Além disso, como hipótese mais geral, pode-se pensar que, chegando ao ano de 1967 ainda sem a cotação completa das quarenta cadeiras de patronas e acadêmicas, as novas sócias aceitas indicavam o nome para a sua patrona e, sendo Lila Ripoll uma escritora conhecida e valorizada em muitos círculos, resolveu-se incluir seu nome, para além de questões políticas, aproveitando para homenageá-la – *desaparecida do plano material*, não iria legar a alcunha de suas práticas *comunistas* à ALFRS.

¹⁰⁵ Não constou o partido e se realmente se candidatou nos documentos analisados. Maiores informações sobre Maria Isaura Medeiros Gameiro estão disponíveis em: <http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=119>. Acesso em 04 de novembro de 2013.

Jorge Amado. No caso presente, a pessoa visada é a profa. Maria Isaura Gameiro, que não é comunista. Declara não ser propriamente amiga da sra. Isaura e precisamente por esse motivo sentir-se á vontade para debater o assunto. O caso político, a seu ver, não prejudica em nada a entidade se não for praticado envolvendo o nome da mesma (ACADEMIA, 1967, p. 22-verso – Grifos meus).

Primeiro ponto relevante a observar foi quem apontou a tal “irregularidade”: Diva M. P. Kaastrup, acadêmica afastada no primeiro ano de existência da ALFRS, sendo posteriormente readmitida. O segundo foi a sua fala em relação aos Estatutos não admitirem “elementos com ideologias contrárias às leis do País”, pois nada consta sobre isso nos Extratos publicados no Diário Oficial de 1943, nem nas versões manuscritas e datilografadas encontradas no acervo, sendo esta a única referência em Ata a respeito desse suposto artigo.

Não se pode afirmar que em alguma das reformas estatutárias este artigo sobre não aceitar pessoas com ideologias contrárias às leis do país não tenha sido incluso nos Estatutos (o que não foi encontrado de fato). De igual forma, foi expressivo no ano de 1967, momento em que a Ditadura Civil-Militar Brasileira se encontrava instalada, constar esta referência a não admissão de pessoas com tais ideologias. Ou seja, fazendo ou não parte do Regimento, se estava escrito em Ata e não houve registro que o contrariasse, este era um fator levado em consideração na admissão de novas sócias, mesmo não estando oficialmente em sua legislação interna. Não se conseguiu estabelecer, entretanto, se este fator foi constante desde 1943. Inferiu-se, sobretudo com o teor dos editoriais, que o momento político atravessado pelo país influenciou nas relações internas da ALFRS.

3. Aquisição e trocas de sede

O assunto final deste capítulo são as várias questões envolvidas pela aquisição e trocas de *sede*. Após a fundação, como já referido, a ALFRS ainda não tinha uma sede própria. As sessões foram sendo realizadas na residência da vice-presidente, poetisa Aura Pereira Lemos.

As sedes provisórias mudaram várias vezes de local durante a primeira década. Sessões solenes muitas vezes foram realizadas no “Salão de Festas da Associação Riograndense de Imprensa” (ARI), ou no “Salão de Conferências do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” (IHGB), que eram “gentilmente cedidos”.

Algumas sessões ordinárias realizaram-se em sala contígua ao consultório da Dra. Aurora Wagner sito no Ed. Sul América – 3º andar, em 1945, depois na residência da escritora Lydia Moschetti, “à Rua Fernando Gomes 156”. Posteriormente, a ALFRS passou a

ter uma sala enquanto sede social sita no Edifício da “Casa do Jornalista”, na Av. Borges de Medeiros, 915. Até 1948, o local citado como “sede provisória” era no edifício da Associação Riograndense de Imprensa (Av. Borges de Medeiros), passando a ser, também provisoriamente, em casa da acadêmica Dra. Noemy Valle Rocha, na Rua Sarmiento Leite, 933 (casa em período posterior doada à ALFRS, sendo até hoje a sede da entidade).

As *gentilezas* em ceder espaços para as reuniões da recém fundada ALFRS indicavam certo reconhecimento por parte destes grupos – IHGB, ARI, principalmente – em relação às pretensões daquelas escritoras. Ao mesmo tempo, podiam estar atreladas às redes de relações que muitas delas, mulheres da elite econômico-social portoalegrenses, tinham, a partir de seus laços pessoais e políticos, travados para além da literatura, educação ou cultura.

Contudo, desde o início, ter uma sede própria foi um dos objetivos das imortais, mas o registro deste informe sempre vinha acompanhado das dificuldades financeiras para tal aquisição, pois não tinham recursos fixos do governo, somente subvenções esporádicas, segundo as atas. Em março de 1951, Aurora Nunes Wagner fez uma proposta de mudança da sede acadêmica e da redação de *Atenéia* para uma sala do Edifício Grau, à Rua dos Andradas – o que não foi aceito, por acarretar ônus. A gerente da Revista, Aurora, tomou para si os custos com a locação da sala, onde passou a funcionar a redação de *Atenéia*, e a sede provisória da entidade continuou à Rua Sarmiento Leite (ACADEMIA, 1951, p. 43-verso). Havia sessões nessa sala do periódico, também nas casas de acadêmicas e em outros locais onde conseguissem acesso, como a Associação dos Antigos Alunos de Odontologia – curso de Aurora N. Wagner.

As sedes provisórias continuaram por pouco tempo, pois em março de 1952 efetivou-se a compra de uma sala, mais banheiro e cozinha, no terceiro andar de um prédio localizando na Rua General Vitorino (nº 300), em construção pela Pryne Salgado e Cia (ACADEMIA, 1952, p. 55-verso). A inauguração aconteceu no final do ano de 1953. Neste meio tempo entre a compra e a entrega, a ALFRS foi considerada de utilidade pública¹⁰⁶; registros constantes da busca de subvenções municipais e estaduais foram relatados, além de campanhas (como os *Legionários Pró-Sede*) com o intuito de arrecadar fundos para o pagamento do apartamento.

Com os valores devidos quitados, em maio de 1954 começou a ser pensada a compra de uma sede maior, para abrir mais possibilidades de realização de eventos culturais. Todavia, ainda que constantemente citada a sua necessidade, esta troca demorou quase dez anos, sobretudo pela alegação da falta de verbas. O novo imóvel adquirido em 1963 localizava-se

¹⁰⁶ Conforme Lei 1040 de 30 de abril de 1953. Disponível em: <http://leismunicipa.is/uhfkm>. Acesso em: 20 de março de 2015.

na Av. Júlio de Castilhos (nº 440, 6º andar, apto. 61), e seu valor era de um milhão e quinhentos cruzeiros¹⁰⁷ negociados em algumas parcelas com o proprietário (ACADEMIA, 1963, p. 112).

Alguns anos após esta nova substituição de sede, em 1968, Lydia Moschetti foi citada sugerindo nova troca para um local mais central (ACADEMIA, 1968, p. 15). Por fim, em 1972 houve uma proposta de doação por Noemy Valle de seu prédio sito à Rua Sarmento Leite nº 933 – sede atual –, mediante compromisso de pagamento de uma pensão mensal fixa de setecentos cruzeiros vitaliciamente (ACADEMIA, 1972, p. 52-53)¹⁰⁸. A proposta foi aceita, só que, para honrar o compromisso estabelecido, precisaram vender a sede social da Av. Júlio de Castilhos, bem como um terreno na Praia Oasis (Orla Atlântica), doado à Academia pela acadêmica Déa Rodrigues Figueiredo e por seu esposo, o Professor Samuel Figueiredo¹⁰⁹.

Para além do esclarecimento das localizações de funcionamento físico da ALFRS, interessou pensar a relação do capital econômico das acadêmicas envolvido com o simbólico, utilizado na captação destes recursos. As subvenções sempre pleiteadas com os governos municipal, estadual, federal nas pessoas do prefeito, vereadores, governador, deputados, presidente, ministros e senadores, têm uma ligação intrínseca com a política e com os *homens políticos*.

A declaração de *utilidade pública* em 1953 exemplificou o trânsito daquelas mulheres, já que ela explicitava uma organização de interesse geral à sociedade, sem interesses ou fins lucrativos. Conforme a lei federal nº 91 de 1935¹¹⁰, por exemplo, para obter tal status, necessitava-se de personalidade jurídica, estar em efetivo funcionamento, servindo desinteressadamente à coletividade, com cargos não remunerados. Segundo esta lei, nenhum benefício do Estado seria concedido em função do título, entretanto, o poder público muitas

¹⁰⁷ Cerca de R\$ 130.085,94 reais – conversão de janeiro de 1963 para novembro de 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

¹⁰⁸ O documento “Instrumento particular de constituição de pensão alimentar” falou em setecentos e cinquenta cruzeiros (Arquivo da ALFRS) Atualizando esse valor através do Índice Nacional de Preços (IGP-DI), atualmente corresponderia a R\$ 3.316,69 reais. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 02 de dezembro de 2016. Noemy faleceu em 1978; logo, a pensão alimentar foi paga de 1972 a 1978.

¹⁰⁹ Em 1973 foi registrada a Certidão de compra e venda da sede atual, o prédio nº 933 da Rua Sarmento Leite, Cidade Baixa, Porto Alegre – no documento consta o valor do título de c/venda em Cr\$ 24.000,00 (cerca de R\$ 104.474,20 reais, conversão de janeiro de 1973 para novembro de 2016, disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 02 de dezembro de 2016). A princípio, por ter sido um valor menor do que o mercado cobrava, a pensão veio como forma de um auxílio (ACERVO da ALFRS).

¹¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm. Acesso em: 13 de março de 2016.

vezes ajudava monetariamente entidades, além de comodato e doações de prédios, como se verá a seguir – e nesses casos as *relações e títulos* talvez ajudassem.

As doações das acadêmicas, por sua vez, indicam pelo menos dois pontos para a análise. O primeiro era a (boa) condição econômica das participantes da ALFRS, que podiam doar quantias monetárias à entidade – algumas, altos valores sempre, como é o caso de Lydia Moschetti. O segundo era o peso da academia para muitas delas, significando muito mais de que trabalho. Isto não pode ser ignorado, pois, a grande importância interna da ALFRS se refletia também nas doações (e/ou buscas por doações) externas, fruto de relações e investimento econômico e pessoal de muitas daquelas escritoras portoalegrenses.

Além disso, as doações, ou enfim, as entradas que uma instituição como a ALFRS foi recebendo, tinham um objetivo maior/mor: a compra de uma sede própria. A primeira vista pode parecer algo óbvio e, por isso, sem grande relevância. Entretanto, ter um local físico, particular e exclusivo foi/é um desejo generalizado de associações, movimentos, entidades das mais variadas áreas. E isto se constatou em breve pesquisa na *web* sobre diferentes tipos de instituições, levando à percepção de uma constante repetição da sede própria como um *sonho*, ou que já virou realidade ou ainda como meta a ser alcançada.

Dois exemplos sobre este *sagrado do sonho da sede própria* podem ser, justamente, de academias literárias. A *Academia Brasileira de Letras* (ABL) esteve bastante atrelada ao governo federal e, fundada em 1897, conseguiu em 1904 uma ala de um prédio governamental. Em 1923, o governo francês doou à ABL um prédio, réplica do *Petit Trianon* de Versalhes; primeira sede própria, onde funciona até hoje reuniões, sessões solenes comemorativas, posses¹¹¹. Já no Rio Grande do Sul, a conterrânea *Academia Rio-Grandense de Letras* (ARL), de 1901, não teve sede própria por décadas, com as reuniões realizadas em sedes de outras instituições. No ano 1992, em comodato, o governo estadual cedeu um conjunto à Rua dos Andradas (Edifício Santa Cruz, 1234, cj. 1002) – anos mais tarde o conjunto foi doado à entidade. Atualmente, a ARL diz fazer esforços para conquistar uma nova sede, “mais ampla e condigna com as atividades que se propõe realizar [...]”¹¹².

Nos dois casos citados torna-se explícito o grau de importância na aquisição de uma sede própria, tanto que são informações figuradas em seus *sites*, para acesso público e irrestrito, fazendo parte de um histórico institucional. A ideia talvez seja da sede como um lugar que dá materialidade ao simbólico representado por essas academias; é o *monumento*,

¹¹¹ Informações disponíveis em: <http://www.academia.org.br/academia/petit-trianon>. Acesso em 13 de março 2016.

¹¹² Informações disponíveis em: <http://www.arl.org.br/index.php/academia>. Acesso em 13 de março 2016.

para usar uma expressão de Le Goff (1990), *um lugar de memória*, com valor situado na intenção de perpetuação das entidades. É como se a existência da sede física desse *corpo ao rosto*: situa no espaço, acarretando a presença mais real ao público externo, e a continuidade interna. Além disso, uma sede assegura melhores condições para as atividades desenvolvidas, e a ampliação das mesmas. No caso da ALFRS, nove anos após a fundação, em 1952, foi efetivada a compra de um apartamento para sede; posteriormente, recebeu a doação de uma casa, mais ampla, como era o desejo. Isto demonstra o poder econômico, as relações, as intenções daquelas mulheres e a importância que davam à entidade.

IV. “DE DENTRO PARA FORA DA ACADEMIA”

“[...] *Igualmente distante
de desalientos como de arrogancia,
con la frente serena,
voy camino adelante...*”
Amado Nervo¹¹³

“*dieu me pardonnera; c'est son métier*”
Heine¹¹⁴

1. *REVISTA ATENÉIA* e *ALFRS*: datas, comemorações, símbolos

A revista *Atenéia* era identificada como o *órgão de intercâmbio cultural e de defesa dos interesses da Academia*; logo, vários editoriais trataram de apresentar e reafirmar sempre que possível o papel e os objetivos da entidade que representava – tanto que os primeiros sete números, com exceção do sexto, contêm esse tema. Além disso, era uma maneira de se colocar no espaço da prática literária, buscando construir uma nova fixação de sentidos, dando outra forma à realidade na qual queriam demonstrar estarem presentes.

O texto inicial da primeira revista foi intitulado de *Preâmbulo*, e começou com um questionamento sobre a necessidade de *uma palavra de apresentação*, o que foi respondido dizendo ser apenas o *preenchimento de velha praxe*, pois era *mais uma revista que se propunha à divulgação das letras* (*ATENÉIA*, 1949, nº1, out., p. 3). Em seguida trouxe uma citação de um pensador latino (não informando seu nome) afirmando que “a imprensa é a grande mestra da opinião”, e desde muito tempo ela vem “divulgando opiniões, dirigindo mensagens aos povos, ligando pela inteligência os países mais longínquos do mundo”

¹¹³ Trecho do poema *Camino Adelante*, do livro *Serenidad* (1909-1912) de Amado Nervo (1914) – pseudônimo de Juan Crisóstomo Ruiz de Nervo, poeta mexicano (1870-1919). Este poema foi citado no editorial nº 2 (*ATENÉIA*, 1950, nº 2, jan.-mar.), no sentido de um “rigoroso exame de consciência” de *Atenéia*, que repetiria o mesmo ato de contrição de Nervo em seu escrito.

¹¹⁴ Escrito designado como pensamento de Heine igualmente no editorial nº 2 (*ATENÉIA*, 1950, nº 2, jan.-mar.). O sentido foi se caso houvesse falhas na ‘arrancada’ de *Atenéia*, ela voltar-se-ia para o além, na fidelidade de seu tema, penetrada por este pensamento de Heine.

(ATENÉIA, 1949, nº 1, out., p.3). Posteriormente se declarou ser a revista um anseio antigo e uma *prestação de contas ao compromisso de posse*, contudo, os objetivos estavam além da divulgação, trocas culturais e defesa da ALFRS, havia também o intuito opinativo e, quem sabe, de influenciar quem a lesse.

Nesses primeiros editoriais são feitas citações em espanhol, comparações com histórias de deuses e deusas gregos e romanos, citações em francês, em latim, como o próprio título do editorial da segunda edição, *Ad ostra*. No primeiro, por exemplo, existe uma referência a ter “a coragem e a tenacidade de Sisypho”, lembrando que o trabalho desenvolvido por elas equivale “a levar a montanha acima a pedra legendária”. Ou seja, assim como Sísifo (na mitologia enganou a morte e teve como punição divina rolar uma pedra morro acima pela eternidade, pois quando chegava ao cume ela caía de novo ao ponto de partida), as *imortais* tinham uma atividade de grande esforço a ser realizada. Isto pode ser interpretado na maneira como se viam: mulheres com uma *tarefa superior*, e independentemente de ser algo condenado ao fracasso pelas dificuldades enfrentadas, necessitava delas o trabalho incansável – do qual não poderiam desistir ou recusar, pois o *engrandecimento das letras femininas e a ascensão da Academia* era uma missão (ATENÉIA, 1949, nº 1, out., p. 3)¹¹⁵.

No segundo editorial, intitulado *Ad ostra* (ATENÉIA, 1950, nº 2, jan.-mar., p. 3), novamente falou-se sobre a criação da revista, dos empecilhos que precisaram destruir para vencer os obstáculos na busca de ser uma *parcela útil para o bem espiritual da humanidade*. Fez-se um comentário sobre a revista ser bem recebida em solo gaúcho, bem como pelo Brasil afora, utilizando novamente referências à mitologia:

“Atenéia” vem pela 2ª vez ao público, trazendo em seu interior, qual a cornucópia de Amalthea, (com restrições a quem isso afirma), mais um abundante florilégio espiritual, frutos coloridos dos vergeis do pensamento, a que prestam colaboração uma plêiade de damas riograndenses, porfiadas no sucesso de tão difícil tentame (ATENÉIA, 1950, nº 2, jan.-mar., p. 3)

¹¹⁵ Interessante lembrar que a morte era um grande dilema para os gregos (algo muito trabalhado na literatura – poética e filosófica – e também nos discursos da assembléia). A morte era/é o esquecimento. Sendo assim, havia duas formas de um homem (humano) se perpetuar na história e, de alguma forma, se tornar *imortal*: através da procriação, pois filhos, netos, levariam a memória dessa pessoa adiante por mais algumas gerações; ou através de grandes feitos; esses sim, mais possíveis de eternizar de fato a imagem, a história e a existência de um homem. Porque se a morte é o esquecimento ou o nada, ser lembrado é uma forma de continuar vivo. A perpetuação da memória através dos filhos, no entendimento grego, se dava pelos filhos *homens*, que podiam, por exemplo, vingar a memória do pai, conforme SOARES (2016, p. 113), pois as mulheres casavam muito jovens, e depois do casamento passavam a fazer parte da família do marido, sob a sua tutela (SOARES, 2016, p. 40). Por isso, a *imortalidade* alcançada por quem passa a fazer parte de uma academia literária não deixa de estar mais associada aos *grandes feitos*, já que as *imortais* não morrem, elas desaparecem do plano material, continuando na memória no plano espiritual. Desta forma, não se nega a morte do corpo: afirma-se a continuidade da vida pela literatura que permanece.

Na mitologia grega, Amaltéia (uma ninfa possuidora de uma cabra, ou em algumas variações, a própria cabra) teria cedido leite a Zeus recém-nascido, amamentando-o. Por isso, quando Zeus se tornou rei dos deuses, concedeu um poder especial ao chifres de Almatéia, e, então, a *cornucópia* ficou conhecida como um símbolo de prosperidade e abundância, representada por um chifre oco, que geralmente aparece cheio de frutas, grãos, dinheiro. No caso das acadêmicas, ela trazia em seu interior o que se entendeu como uma *coleção de flores do espírito, frutos coloridos dos jardins do pensamento*, ou seja, houve uma adaptação do mito levando em consideração os fatores vistos como importantes para a escrita e para a *plêiade de damas riograndenses* em questão.

Além disso, neste mesmo editorial houve uma referência a Platão, tratando novamente da luta que empreendiam com a Academia e/ou revista:

Animadas pelo culto das letras e do Belo, as intelectuais deste recanto pátrio, que engalanam com o seu estro e a sua imaginação criadora as páginas de “Atenéia”, participam da luta em que se empenharam os filósofos desde Platão, para que se corporifiquem as formas do seu idealismo metafísico (ATENÉIA, 1950, nº 2, jan.-mar., p. 3).

Este trecho teve relação com as dimensões de mundo sensível e mundo inteligível que Platão teria defendido, ou seja, que as ideias ou formas estão separadas do que pode ser considerado concreto. Desta maneira, a arte era vista como inferior, consistiria em uma imitação do real, pois a percepção humana não captaria o objeto e/ou a sua ideia de maneira perfeita, em função dos sentidos enganadores dos homens, e assim a reprodução da realidade – e a própria arte – também estaria comprometida.

Interpretou-se que as acadêmicas queriam dar *forma física* ao seu *ideal espiritual* com a referência a Platão, elevando os nomes das escritoras do Rio Grande do Sul, e Brasil, através da ALFRS e de suas acadêmicas, pois elas *adornavam* com a sua *inspiração poética* a revista *Atenéia*. Neste sentido, as *imortais* tinham como ideal a perfeição, mesmo sendo a arte imperfeita e a sua tentativa de corporificação inalcançável. Novamente houve um reforço do trabalho condenado ao fracasso, tal qual *Sisypho*, sobretudo pela grandiosidade que o circunda, mas que, mesmo assim, deveria ser realizado, pois era uma *missão* – e uma *missão elevada*; portanto, só poderia ter como combustível a *força universal* que é o *amor*¹¹⁶.

¹¹⁶ “E apelam [elas, as acadêmicas] para a fôrça universal que é o amor, ‘em cujas asas a alma se eleva até o princípio do Bem’, como doutrinava o grande sábio eginense. O amor traduzido em compreensão, bondade e justiça, o amor – ‘fôrça que prende a ordem do mundo’, no dizer do velado e obscuro Empédocles; o amor-esperança, que é o perene ‘sonho do homem acordado’, na imortal asserção de Aristóteles” (ACADEMIA, 1950, nº 2, p. XX). O amor seria a força que impulsiona para o bem. Além disso, Empédocles foi quem teria proposto as forças do amor e ódio, sendo o amor o poder da união, e o ódio o da separação, da revolta.

O título do editorial nº 3 (ATENÉIA, 1950, nº 3, abr.-jun., p. 3) foi composto a partir do nome de um deus grego: *Hermaida*. Nele, o significado atribuído estava presente no próprio texto:

Em honra a Hermes, deus do comércio, da eloquência, da navegação e das relações pacíficas, celebram-se, na antiga Grécia, as festas ginásias da “Hermaidas”. Hermes, ou o Mercúrio dos romanos, é um símbolo de arte e civilização. Atribuem-se-lhe, entre outros dons, a invenção da lira, o aprimoramento e a harmonia da frase, a criação dos primeiros caracteres da escrita e a formação de uma língua exata e regular. Não há de se estranhar, pois, que uma revista literária, na revivescência de antigas tradições, consagre loas a tão virtuosa personagem lendária [...]. A influência de Mercúrio se perpetuou até nós, através de um nome da semana: quarta-feira (de “mercuriidies” – “mercredi”) (ATENÉIA, 1950, nº 3, abr.-jun., p. 3).

Um dos principais significados atribuídos a Hermes é ser o *deus do comércio*. Por isso, elas pedem desculpas por um dos pecados da lenda, *a arte maléfica do roubo*, atribuída pelos antigos a ele, pois elas queriam mesmo era *louvar o comércio*, que este deus teria patrocinado e desenvolvido com *argúcia magistral*. No decorrer do texto, houve um *louvor* ao comércio, apontando para a sua importância desde o período antigo, Idade Média, às grandes viagens através de muitas invenções, como a bússola.

Segundo Kury (2008, p. 195), Hermes aparece nas lendas principalmente como um “mensageiro de Zeus e das divindades infernais”, e igualmente como o “protetor dos comerciantes e dos ladrões, e [que] guiava os viajantes”. É no penúltimo sentido que recaiu o objetivo mais geral do editorial, pois as *imortais* queriam citar “o COMÉRCIO das letras e das musas e As ocupações literárias” [grifo no original], aludindo aos tantos sinônimos de expressões referentes ao comércio que as enciclopédias traziam. A partir desses conceitos que nasceu, nas palavras do editorial citado, “esta simbólica ‘Hermaida’, cuja finalidade é[era] homenagear, através das páginas de uma revista cultural, os comerciantes da nossa terra, que prestigia[va]m as letras, favorecendo-lhe o surgimento e a prosperidade contínua”, terminando com “Salve, Comércio, expoente de pujança e grandeza dos povos!” (ATENÉIA, 1950, nº 3, abr.-jun., p. 3).

Uma comparação entre certo significado atribuído às festas em honra a Hermes e à *Atenéia* foi feita. Em última instância, fizeram um apelo em relação àqueles ‘ajudantes financeiros’ às *ocupações literárias* das acadêmicas. E, levando em conta o forte apoio monetário que as propagandas comerciais davam à impressão da revista, não deixava de ser

um agradecimento e ao mesmo tempo um incentivo ao *apoio* de outros estabelecimentos e pessoas¹¹⁷.

O editorial nº 4 foi intitulado de *Ephemerides*¹¹⁸. Nele, as acadêmicas disseram o seguinte: “entre as versões do vocábulo que escolhemos por título dêste editorial, figura a seguinte – ‘*Notas sobre os acontecimentos do dia, nos precedentes e no ano em que se escreve, nas publicações periódicas*’” (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p. 3). A partir desta significação, explicou-se que a pretensão era de ressaltar as *Tábuas dos Fastos Romanos*, em reminiscência à separação dos dias em *fastos* e *nefastos*, nos quais *pontífices prediziam vitórias ou derrotas*. A partir dessa explicação, o objetivo era enquadrar o dia 29 de outubro como um “legítimo dia FASTO [sic] para a Academia Literária Feminina do R. G. do Sul”, pois nesta data se comemorava o surgimento de *Atenéia*, que em breve completaria um ano (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p. 3).

Como destacado anteriormente, houve um constante engrandecimento tanto da fundação da ALFRS quanto da criação de *Atenéia* nos editoriais. E no que diz respeito a esta última, mesmo sendo um trabalho coletivo, através de “boas vontades em torno de um ideal”, ressaltou-se a necessidade, de forma que fosse “lícito, como um preito de justiça”, de marcar o nome de *Aurora Nunes Wagner*, pois era “a presidente operosa e infatigável que a tódas ~~nes~~ contagiou com o seu entusiasmo incandescente”, por isso lhe cabia “a glória incontestável de ver surgir ‘ATENÉIA’ em sua produtiva gestão”. E mesmo outros nomes a sucedendo na presidência da ALFRS, essa honra conquistada por Aurora brilharia sobre seu rosto, como “a grinalda florida da ninfa helênica” (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p. 3).

As *ninfas helênicas* eram consideradas divindades gregas secundárias, com aparência de mulheres jovens e belas, personificando vários elementos, como fontes, rios, lagos, montanhas, árvores; elas não eram imortais, contudo, possuíam atributos divinos, como o da profecia (KURY, 2008, p. 284). Ou seja, a *glória* de Aurora foi comparada à *coroa* usada

¹¹⁷ Entretanto, interessante lembrar do papel de Hermes como *patrono da erudição*. Ele é o Deus patrono dos historiadores e, junto à musa Clio, está bastante ligado ao mundo intelectual, pois era muito sagaz e tinha como função levar mensagens dos deuses, ou seja, detinha conhecimento. Hermes e Atena são os deuses considerados mais inteligentes do Olimpo.

¹¹⁸ A palavra *ephemerides* deriva originalmente do grego, *ephemerís*, e designava a tábua astronômica para registrar a posição dos astros no céu, passando a indicar outros acontecimentos previsíveis, pois os gregos costumavam marcar nesta espécie de *caderno*, fatos importantes ocorridos e compromissos de um dia, como pagar contas. Os romanos já tinham o *calendarium*, que marcava o primeiro dia de cada mês, também de pagamento de contas (SILVA, 2014). Neste dia, anunciavam-se os acontecimentos *fastos* e *nefastos* do período, que tinham relação respectivamente com os dias em que se podiam fazer atividades jurídicas, legislativas e negócios públicos e os dias em que somente se podiam realizar atividades religiosas (informação disponível em: <https://deplatin.files.wordpress.com/2012/02/calendario-romano-teorc3ada-y-ejercicios1.pdf>. Acesso em 28 de março de 2016). Popularmente, as variações de sentido dessas expressões dizem que os dias *fastos* são os dias em que tudo corre bem, dias favoráveis, felizes, sendo os *nefastos* dias de domínio do azar, negativos, infelizes.

pelas *ninfas*, sendo associado a isso talvez o fato de *Atenéia* ter iniciado em sua gestão e, prestes a completar apenas um ano em circulação, a acadêmica homenageada foi quem teve o poder da *profecia*, de antecipar, com seu trabalho e entusiasmo, bons presságios à revista que tinha começado a existir¹¹⁹. Isso tudo só reitera a relevância de Aurora na construção do periódico.

Além desses pontos, o quarto editorial também voltou a tratar da *imprensa*. Entretanto, não de qualquer tipo de imprensa. Primeiramente, elas indicaram o desejo de que *Atenéia* fosse “um órgão construtivo, semeador de idéias sãs, leira proveitosa onde não medrem as raízes da corrupção e os pensamentos deletérios”. Depois, afirmaram serem desta combinação “das armas pacíficas da imprensa” que se aprimorariam os espíritos, alentariam as coragens *rareantes* “na defesa de nobres e lídimas aspirações”. A partir disso, falam da luta nos “torneios difíceis das palavras” pelas quais prosseguem adiante para o futuro “disseminando idéias, socializando espíritos, graças à prodigiosa invenção de Gutenberg”, propiciadora da “divulgação dessa fôrça miraculosa que é a Imprensa” (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p. 3). Um poema resume o sentido desse editorial:

*Salve, Imprensa, um fator de luz e de progresso,
Almenara irradiante, a fulgir pela estrada,
Das artes, porta-voz que conduz ao sucesso,
E permite subir da ciência a escalada*

*Tu, que fazes do livro uma coisa perene,
E a rapidez do raio inoculas na idéia,
Vem dar nobre assistência a êste instante solene,
E em teu seio recebe a estreante ATENÉIA!*
(ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p.3)

Tem-se novamente, portanto, o enaltecimento do nome de Gutenberg¹²⁰ e da imprensa – na qual *Atenéia* estava inclusa. Ou seja, apesar das acadêmicas em sua maioria serem escritoras (para além de outras atividades que desenvolviam extra-ALFRS), e de terem no livro seu objeto final de trabalho, este era *coisa perene*. Por isso, seria através da assistência dessa outra forma de propagação da arte, a imprensa, mais veloz em conduzir as ideias, que

¹¹⁹ Hipótese que pode ser de certa forma confirmada com um trecho posterior deste editorial: “reproduzimos essas palavras retrospectivas, pois que elas se nos figuram hoje inspiradas, então, pelos PROGNÓSTICOS dos deuses, impregnadas das ADVINHAÇÕES NATURAIS que as lendas mitológicas referem. Sim, *elas significavam um movimento interior, um presságio do espírito que anteviu*, como o faziam os ‘Augúrios’ pela observação do vôo e do canto dos pássaros, o momento propício para a arremetida inicial de nossa arrojada empresa” (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p. XX – grifos meus).

¹²⁰ Johannes Gutenberg (1398-1468), inventor e gráfico alemão que tem na sua invenção mecânica por tipos móveis para impressão um ponto importante na chamada *Revolução da Imprensa*, processo interligado com a posterior Renascença, Reforma, Revolução Científica.

Atenéia mostrava um de seus objetivos maiores: o auxílio para a divulgação da ALFRS, das obras literárias e das próprias *imortais*.

No encerramento deste quarto editorial, uma última referência. Ao ressaltar o “presságio do espírito que anteviu [...] o momento propício” para o início da “arrojada empresa” que era a criação de *Atenéia*, foi apontado um porquê: “é que nos movia um IDEAL, que é ‘luz e fôrça’, na afirmação de Riboulet” (ATENÉIA, 1950, nº 4, jul.-set., p.3). Um *ideal* que as movia faz parte do insistente argumento da *missão elevada* e da demonstração de esforço e trabalho empreendido na entidade e revista, ou seja, *luz e força* na busca pela concretização de *arrojada empresa*¹²¹.

Neste momento, seria possível perguntar se realmente havia tantas motivações nas comparações utilizadas e nos recursos lingüísticos rebuscados – ou ainda, retornando aos marcos teóricos definidores da pesquisa, o que existia de *gênero* nisso tudo. O editorial nº 5 (ATENÉIA, 1951, nº 5, jan.-mar., p. 3) respondeu um pouco a esses questionamentos. Ao tratar da saída de Natércia Cunha Veloso da direção de *Atenéia* por motivos de saúde, homenageando-a, além de ressaltar seu valor e eficiência como diretora da revista – “[...] prometeu pouco e fez muito” – afirmou-se que:

Através da leitura de “Atenéia”, quem não sentiu a inteligência, a habilidade, o idealismo com que [Natércia] conseguiu orientar uma revista de tanta responsabilidade, *num meio culto, como é o nosso, mormente, em se tratando de uma iniciativa feminina?* (ATENÉIA, 1951, nº 5, jan.-mar., p. 3 – grifos meus).

¹²¹ O curioso é que não é qualquer *luz e força*, mas sim as afirmadas por *Riboulet*. Louis Riboulet (1871-1944) foi membro da Congregação Marista, professor de filosofia e pedagogia no Instituto Notre-Dame de Valbernoite, na França. Teve muitos livros publicados, sendo vários traduzidos no Brasil durante a primeira metade do século XX, segundo BASTOS (2008, p. 13). Desde o XIX os *manuais escolares* são muito utilizados, sobretudo os de pedagogia na Escola Normal, que serviam para iniciar os discentes nos valores do sistema público de instrução, que estava sendo implantado no país (BASTOS, 2008, p. 1). Neste sentido, consta na história da educação brasileira, o nome de Theobaldo Miranda Santos, que escreveu o livro “Noções de História da Educação” (1945). Nele, há muitas aproximações textuais e significativa similitude, para além das citações, segundo Bastos, com a obra “L’Histoire de La Pédagogie”, de Riboulet (1927, traduzida em 1935 para o Brasil). Como o autor francês teve ligação com o catolicismo (era Irmão Marista), algumas de suas traduções no Brasil estiveram relacionadas à Igreja Católica, bem como o teor delas – ainda que no seu prefácio, André Baudrillart diga que a “formação religiosa não comprometeu sua obra”, já que teria sabido se conservar “juiz imparcial” (RIBOULET *apud* BASTOS, 2008, p. 5). Por tudo isso, Riboulet era um autor possivelmente bastante conhecido no círculo das acadêmicas, em função dessa literatura pedagógica na qual estava inserido e da ligação com a religião católica – algo que nos editoriais começou a aparecer, com referências a valores e pessoas cristãs. No entanto, a questão do *ideal*, que interessa aqui, aparentemente foi tratada de forma mais específica no livro *Conseils sur le Travail Intellectuel: aux Étudiants et aux Jeunes Maîtres*, 1928 (“Conselhos sobre o Trabalho Intelectual: aos estudantes e aos jovens mestres” – livre tradução). traduzido por Maurice Treisseire e Antônio da Fraga para o Brasil como *Rumo à Cultura*, pela *Edições A Nação*, P. Alegre, no ano de 1946. Nessa obra, Riboulet aponta que *conquistar um ideal é um dever*, pois seres racionais não poderiam viver sem indagar-se sobre qual é a *missão* que lhes foi destinada, ou seja, a vida sem ideal é uma vida falha. Além de tratar da importância psicopedagógica do ideal, entre outras coisas, ele também diz que para se sobressair na ciência é preciso concentrar o espírito em um assunto apenas, como *Littré* fez na preparação de seu *Dicionário* (de língua francesa). *Littré* também tinha um *ideal* – e como as acadêmicas lhe atribuem a frase *sempre mais acima, sempre mais além*, não é estranho visualizar a associação dessas referências.

Dois pontos principais foram grifados. O local de circulação da revista foi considerado *culto*; logo, inferiu-se que não se usaria uma forma de comunicação qualquer. Em um meio tido como *erudito*, a linguagem também o deve ser, talvez demonstrando *inteligência, habilidade e idealismo*, uma grande responsabilidade (ou até mesmo uma *missão*), pontos demonstrados por Natércia em sua orientação de *Atenéia*.

Além disso, esta responsabilidade de orientar uma nova revista foi tanto maior *principalmente* por ter sido uma *iniciativa feminina*. Essa segunda informação, trazida ao texto como um questionamento-afirmativo, não havendo necessidade de uma resposta por parte do/a leitor/a, deixou escapar nas entrelinhas que o *nosso* [portoalegrense e/ou brasileiro] *meio culto* do período fazia referência a sua composição predominantemente masculina, dos *homens de letras*, e/ou que cobrava mais, ou levava ao sentimento de maior cobrança, de um empreendimento literário realizado por mulheres.

Não pareceu ter sido um problema esta suposta cobrança de conhecimento, pois Natércia tinha uma *sólida cultura, elevado senso de estética* desde a juventude “sob a influência das Musas amando a Arte e sabendo compreendê-la na plenitude de sua beleza, ela encarava tôdas aspirações da A.L.F. para a realização do seu máximo ideal” (ATENÉIA, 1951, nº 5, jan.-mar., p. 3). Analisou-se tal fato a partir da necessidade delas mostrarem os muitos conhecimentos de Natércia como *mulher*, e algo além do proporcionado pelos estudos formais: “*elevação intrínseca*”, que desde jovem a acompanhava, influenciada pelas *Musas*, ou seja, alguma coisa interna, de si, independente até de uma *sólida cultura* (que é externa, depende dos estudos) e outra superior, de entidades que lhe inspiravam – com tudo isso, não se deveria ter dúvidas que ela, como analogia de *Atenéia*, podia estar presente naquele ‘meio literário’¹²².

O raciocínio realizado sobre a *iniciativa feminina* também teve como base o teor dos editoriais da categoria *Mulher, Mulheres, Relações de Gênero*. Alguns estão presentes também neste tema ora analisado, como é o caso, por exemplo, do nº 11, *O Décimo Aniversário da Academia Literária Feminina do Rio Gr. do Sul* (1953), e o nº 41, *Uma Mulher – Uma Acadêmica – Uma Lei* (1965). Mesmo com o distanciamento temporal entre eles, foi interessante perceber o uso de uma data e de uma pessoa simbólicas (aniversário da ALFRS e acadêmica propulsora da criação da entidade, respectivamente) para tratar de outros

¹²² Ainda assim, Natércia teria dito “*Atenéia* tem[tinha] de continuar sua tarefa vitoriosa”, ou seja, o *máximo ideal* era superior e precisava que continuar, pois é a sua dimensão de *missão*. Então o editorial termina demonstrando que a acadêmica mesmo com tantas qualidades e dedicação apontadas, humildemente deu o aviso da continuidade da revista.

assuntos: uns mais gerais, como a reivindicação de espaço, que não deveria ser somente masculino, e outros mais específicos, como a Lei do Pátrio Poder¹²³.

Os editoriais nº 7 (ATENÉIA, 1951, nº 7, ago.-dez., p. 3) e nº 10 (ATENÉIA, 1952, nº 10, set.-dez., p. 3) destacaram o aniversário de início e término do terceiro ciclo de publicação de *Atenéia*. No sétimo, intitulado *29 de outubro*, a cidade de Porto Alegre foi exaltada, estando naquele período, ano de 1951, tornando-se a “moderna e dinâmica capital do Rio Grande do Sul”, em função da multiplicação de seus prédios *arranha-céus*, as emissoras, que *traduziam Civilização*, os aeroportos, que *encurtavam as distâncias e aproximavam os homens*. Com este sentimento perante um momento de industrialização, êxodo rural e crescimento urbano, *Atenéia* estaria percorrendo o Brasil e também chegando a outras repúblicas da América, além de se voltar ao Oriente e *abraçar Portugal*.

O editorial nº 15, *O Primeiro Lustrro de “Atenéia”* (ATENÉIA, 1954, nº 15, out.-dez., p. 3), além de comemorar os cinco primeiros anos da revista, com todo o velho trâmite de enaltecimento histórico, das dificuldades de uma publicidade ininterrupta, também apontou lugares por onde ela estaria percorrendo:

“Atenéia” é um veículo de solidariedade entre os países do continente americano. Nas asas da poesia correm, a amizade pelos nossos correspondentes, a nossa admiração pela Arte, pelo progresso dos demais países da América. Dessa América que devemos ter no coração como temos o Brasil. Mas queremos confraternizar não só com o nosso continente, como com o Velho Mundo. Por isso “Atenéia”, qual gentil e fiel mensageira, sulca serenamente os mares, percorre quilômetros e quilômetros aéreos, para contar aos povos como vivemos aqui. Nas ilustrações de nossas festas vai muito de nossa vida social. Que todos saibam que somos um povo civilizado, que desejamos contar algo do que se passa entre nós e saber muito do que ocorre nos países de vida mais longa que a do Brasil. Nas asas da poesia “Atenéia” leva a paz e o carinho a quem quer que viva de nós distanciando. E nas asas da correspondência trocada recebemos preciosas que guardamos carinhosamente no coração (ATENÉIA, 1954, nº 15, out.-dez., p. 3).

O aumento gradativo de população nas cidades, dos níveis escolares e também de possíveis círculos que cada nova acadêmica e/ou sócias abriam à ALFRS levaram a crer em novas assinaturas da revista. E mesmo as permutas executadas com outras instituições¹²⁴, as viagens para outros estados, países, continentes realizadas pelas próprias *imortais*, pessoas

¹²³ O editorial nº 11 foi um pouco mais analisado no último capítulo.

¹²⁴ No editorial nº 18 [sem título], a permuta fez parte de um comentário, alertando sobre a sua realização: “Alegre e serena, ela vai irradiando por toda a parte o pensamento da mulher rio-grandense, que envia a todos sua mensagem de confraternização. E que encantamento nessa permuta espiritual entre pessoas desconhecidas e povos afastados pelas distâncias e idiomas! Dissemos permuta, porque as sobras das assinaturas são enviadas, em intercâmbio, a vários países continentais e extra-continentais” (ATENÉIA, 1955, set.-dez., p. XX).

próximas ou correspondentes, faziam-se levando *Atenéia* como doação. Com isso, podiam estar expandindo os lugares aos quais esse órgão chegava¹²⁵.

E se pareceu haver uma necessidade em reforçar a capacidade delas como mulheres escritoras, isso se comprovou com outra parte desse mesmo 15º editorial:

Uma tal revista atravessar um lustro de publicidade ininterrupta, numa época que a todos assoberba pelo encarecimento geral da vida, não é nada comum. *Não nos cabe assim falar, mas quem dirá nossa coragem senão nós mesmas? Queremos provar com isso a capacidade administrativa da mulher.* Ela está sempre alerta, sempre pronta a comprimir despesas, a equilibrar orçamentos e, finalmente, a chegar nos fins que lhe proporcionem o que precisa ou o que lhe agrada possuir (ATENÉIA, 1954, nº 15, out.-dez., p. 3).

Nesse caso, a defesa disse respeito à *capacidade administrativa da mulher*. Houve um esforço em demonstrar as suas habilidades e eficiências, não dizendo respeito somente a elas, mas a todas as mulheres. Ao mesmo tempo em que se certificaram qualidades até hoje muitas vezes negadas às mulheres, como é a *boa administração*, tem-se uma visão naturalizada da mulher, de características gerais de composição, negando em certa medida a sua pluralidade.

“O terceiro aniversário de ‘Atenéia’” foi o título do décimo editorial (ATENÉIA, 1952, nº 10, set.-dez, p.3). Nele tratou-se das dificuldades enfrentadas, de como começou a circular, sobre um *concurso de assinaturas* que estavam realizando, pois mesmo elas aumentando número a número, os gastos ainda eram maiores – enfim, várias reafirmações já feitas e aqui citadas. Uma em especial chamou a atenção: *Atenéia* era a primeira revista feminina que surgiu no estado – informação em 1964 novamente reafirmada, explicitando *Atenéia* como a “1.a revista literária feminina circulando no Brasil” (ATENÉIA, 1964, nº 39, jul.-dez., p.3).

Em pesquisa bibliográfica sobre a imprensa feminina no Rio Grande do Sul, chegou-se à conclusão de que a informação procede em parte (BONILHA, 2010). Antes da revista *Atenéia*, existiram por jornais, não por *revistas*, como o *Corimbo* (1883-1943), de Revocata Heloísa de Mello (1860-1944) e Julieta de Mello Monteiro (1863-1928), e o *Escrínio* (1898-1909), de Andradina América Andrada de Oliveira (1878-1935). O primeiro tinha seu objetivo bem próximo à *Atenéia*: era dedicado ao *progresso das letras*; o segundo, não muito distante das pretensões acadêmicas: tinha a intenção de incitar à mulher rio-grandense, como

¹²⁵ Não foi encontrada uma listagem com as assinaturas da Revista, e nas Atas não há esta informação. Entretanto, no editorial nº 39, *Saudemos o Natalício de Atenéia*, de 1964, consta a informação sobre uma carta de uma escritora portuguesa correspondente da ALFRS, Sra. Luiza Pacheco Martins, comunicando que em uma viagem de turismo na Noruega, conheceu dois casais brasileiros de Minas Gerais, e ela fez propaganda de *Atenéia* a eles, angariando outras duas assinaturas (ATENÉIA, 1964, jul.-dez., p. XX).

um convite a romper o *denso casulo de obscuridade*, trazendo sua inteligência ao jornalismo – ambos tinham publicações em prosa e verso (VIEIRA, 1997, 153-154).

Entretanto, ao buscar referências a nível nacional, encontrou-se a *Revista Feminina*, de São Paulo, publicada por Virginia de Souza Salles, que circulou de 1915 a 1936 segundo BONILHA (2013, p. 1). Buitoni, afirma ter sido esta a primeira grande revista feminina brasileira, sendo um exemplo perfeito de vinculação da imprensa / indústria / publicidade, com uma bem-montada sustentação comercial muito eficaz para a época (BUITONI, 1986, p. 43). Duarte (2003, p. 158) afirma, por sua vez, que a revista *A mensageira*, de Presciliana Duarte Almeida, circulou na capital paulista de 1897 a 1900, com ampla distribuição.

Por isso, não se pode afirmar que *Atenéia* foi a primeira revista feminina *literária* do estado. O sentido dessa conclusão foi a existência de outras revistas anteriores, contudo, elas não eram somente literárias, como as acadêmicas identificavam a da ALFRS. Mesmo assim, outros meios de comunicação impressos com intenções próximas às das *imortais* porto-alegrenses, os quais elas conheciam, pois, além das três escritoras citadas serem patronas de cadeiras da ALFRS, em um editorial dez anos mais tarde, o nº 35 (ATENÉIA, 1962, nº 35, jul.-dez., p.3), quando comemoraram treze anos de seu *órgão oficial*, afirmou-se o seguinte:

Foi assim que tomando como exemplo Maria Josefa Barreto Pinto, a primeira mulher jornalista no Rio Grande do Sul, Andradina de Oliveira e Revocata de Mello, fundadoras das revistas literárias “Escrínio” e “Corimbo”, respectivamente, surgiram a idéia do lançamento de uma revista acadêmica, veículo de expansão cultural levando aos recantos da Pátria e além o pensamento da mulher brasileira (ATENÉIA, 1962, nº 35, jul.-dez., p.3).

No entanto, a designação mais correta é que *Escrínio e Corimbo* foram *periódicos* por *jornais* e não por *revistas*, como já explicitado; logo, uma hipótese mais geral pode ser lançada: as acadêmicas, ou as integrantes da direção de *Atenéia*, não reconheciam em 1952 os periódicos citados como *revistas femininas* e sim jornais. Desconhecendo a existência de outras, como *A mensageira* e a *Revista Feminina* (algo difícil, visto que esta última, por exemplo, foi bastante conhecida na época no Brasil), proclamaram-se a *primeira* como uma forma de alçar visibilidade ao projeto empreendido. Quem escreveu também pode não ter lembrado, e caso tivesse revisão, passou despercebido pelas demais. Ou ainda terem em mente a não existência de uma revista feita por mulheres versando apenas de literatura.

Independente desses apontamentos anteriores, é relevante ter havido no Rio Grande do Sul mulheres lendo, escrevendo e publicando desde o século XIX, e até mesmo no final do XVIII, e que a ALFRS e *Atenéia* não foram um primeiro movimento. As revistas femininas brasileiras ganharam espaço no século XX, principalmente para divulgação de literatura e

moda (BONILHA, 2013, p. 1-2). A entidade e revista em questão estavam, portanto, dentro de um processo muito maior e anterior de busca por reconhecimento de literatas, não só no Rio Grande do Sul. E por continuarem nessa procura, era sinal (e ainda é) que não haviam conseguido chegar totalmente aos objetivos pretendidos – contudo, isto não era sinônimo de não haver antecessoras; então, tratar *Atenéia* como a primeira talvez tenha sido um recurso retórico de afirmação da nova revista que surgia, e não uma verdade incontestável pela qual *de fato* era a pregressa.

Os últimos editoriais analisados referiram-se a realizações ou planos para atingir os objetivos *superiores* da ALFRS e *Atenéia*. Como já apontado, a *perfeição* permeava os textos como uma busca empreendida constantemente. No editorial nº 13, sem título, de 1954 (ATENÉIA, 1954, nº 13, jan.-mar.), comemorativo do quarto aniversário da revista, uma vontade: “levar ao mundo a palavra da mulher rio-grandense [...] levar mais do que sua palavra. Levar seu ideal de Perfeição” (ATENÉIA, 1954, nº 13, jan.-mar., p.3). Entretanto, logo em seguida se afirmou ser muito pouco ambicionar somente a *perfeição literária/artística*, pois elas queriam mais, almejavam que *Atenéia* fosse portadora de ideais mais significativos:

Queremos ver a mulher elevada ao nível que lhe compete pelas suas qualidades de espírito e de coração. Pela sua energia, e destemor ante os percalços da vida pelo seu dinamismo irrefutável. Queremos vê-la vitoriosa não só nas letras, nas artes, nas ciências como em sua vida social, moral e material. Daí a razão que nos levou a criar o “Círculo de Valorização da Mulher”, instituição de a. l. f. muito se orgulha (ATENÉIA, 1954, nº 13, jan.-mar., p. 3).

Além das qualificações femininas e de uma busca pela libertação, que demonstram um pouco mais sobre a visão delas em relação a um *ser mulher*, algo muito importante de se pensar, pois, ultrapassa a própria academia e o espaço das práticas literárias¹²⁶, foi exaltado o *Círculo de Valorização da Mulher*. Já citado no capítulo anterior, esse *círculo* ou *ciclo* consistia em homenagear mulheres de *valor social* de Porto Alegre (ACADEMIA, 1946, p. 78). Esta informação dada no texto inicial da revista demonstra a importância de levar ao conhecimento das pessoas que a Academia estava em pleno funcionamento e tinha uma funcionalidade *superior*, não sendo uma instituição de *fachada*¹²⁷.

¹²⁶ Inclusive, esse editorial compõe também a categoria *Mulher, Mulheres, Relações de Gênero*. Por esse motivo, não se fará aqui maiores análises nesse momento.

¹²⁷ O editorial posterior (nº 14, 1954) tratou do estabelecimento da *Flor Simbólica*, que servia para celebrar atos solenes, entregue a pessoas para agradecer, louvar méritos, ou para datas festivas. Enfim, um símbolo incorporado pela Academia no intuito de estabelecer ritos, sendo uma flor associada à sensibilidade feminina, ainda que no texto e no poema de Natércia Cunha Veloso feito sobre ela, outras analogias foram ressaltadas.

Esse mesmo editorial nº 13 trouxe à ciência do público leitor a segunda realização da ALFRS: a inauguração da sede própria (a primeira foi *Atenéia*). Este aspecto foi tratado no capítulo anterior, com as atas, porém, também se fez presente na publicidade externa da entidade, tamanha foi sua relevância para as *imortais*. Por isso, salientaram ser pelo *ideal* que trouxeram essas informações:

Não nos parece falta de modéstia ressaltar essas duas importantes realizações. Fazêmo-lo pelo prazer de rememorar o labor que passou para manter viva a chama do ideal [...]. Seguindo êsse plano de trabalho já vamos a meio caminho de um empreendimento maior – “A Casa da Mulher Intelectual”. Analisando êsse objetivo com meticuloso cuidado, temos de convir que não será menor o esforço a empregar para atingi-lo, na plenitude de sua intensidade e eficiência. Mas as obreiras estão a postos e “Atenéia” pronta a levar seus vôos espirituais “sempre mais acima sempre mais além” (ATENÉIA, 1954, nº 13, jan.-mar., p. 3).

A *Casa da Mulher Intelectual*, este empreendimento maior, não se concretizou, e tampouco foi esclarecido nas atas até 1973 ou noutros editoriais de que se tratava. Em 1955, no editorial nº 18, sem título, (ATENÉIA, 1955, nº 18, set.-dez., p. 3) afirmaram não ter a *Casa da Intelectual*, um de seus anseios, mas que possuíam a sede própria, já com *valor duplicado*, onde faziam as sessões e festas íntimas¹²⁸. Como hipótese, esta *Casa* podia estar relacionada a um projeto que extrapolasse a ALFRS, no intuito de compor um lugar mais amplo para apoiar as mulheres escritoras.

Outra pretensão foi a *Editora da ALFRS*. Desde o último editorial citado se apontou a busca pelo papel necessário às edições de *Atenéia*, e que a ALFRS em breve se tornaria editora de suas obras (ATENÉIA, 1955, nº 18, set.-dez., p.3). Em 1961, o editorial nº 32, intitulado de *Um sonho realizado*, trouxe justamente a informação do registro oficial de uma *Editora Acadêmica*, para poder editar seus próprios trabalhos. Ressaltaram ter, a partir daquele momento, *credenciais*; ainda faltavam oficinas impressoras; entretanto, com os direitos conquistados, acabavam de vencer mais uma etapa dos seus grandes projetos (ATENÉIA, 1961, nº 32, jan.-jun., p. 3). Na documentação consultada não foram encontradas notícias do estabelecimento físico dessa editora, nem livros no acervo que pudessem comprovar a sua existência.

Enfim, uma gama de elementos apareceu neste tópico, que articulados apontam para um constante esforço em prol da demonstração de erudição das acadêmicas, algo relacionado talvez ao tipo de educação que tiveram (fins do século XIX e início do XX) em escolas secundárias, ligada a um ensino elitista e classista oriundo do desejo da elite pela “alta cultura”, influenciada pelos preceitos franceses – e nesse tipo de cultura escolar, as

¹²⁸ No sentido de festas mais reservadas, com as pessoas íntimas, e não pública.

humanidades eram apanágio de distinção social (ARRIADA, 2007, p. 14-36). O que reforça a hipótese de um pleito junto ao espaço literário portoalegrense mais amplo, sustentando que tinham capacidade intelectual para reivindicar e ter um lugar de destaque.

2. Letras, Leitura, Literatura, Educação e Cultura: debates literários e legislativos

Os próximos editoriais analisados dizem respeito às letras, leitura, literatura, educação e cultura relativas a debates literários, em que muitos na verdade eram legislativos e, em uma dimensão mais ampla, políticos. Foram averiguadas algumas manifestações no que tangem a estes assuntos, e eles são pertinentes para complexificar o que foi a ALFRS no período estudado, levando em conta o que pensavam as suas integrantes ou parte delas.

A primeira expressão relativa a esta categoria foi no Editorial nº 9, “*Uma notícia alvissareira*” (ATENÉIA, 1952, nº 9, mai.-ago., p. 2), que versou sobre um projeto de lei transitando no Senado, com o objetivo de publicar as obras completas de Machado de Assis, a fim de serem vendidas “em volumes avulsos e preços cômodos, o que levaria um maior número de brasileiros a tomar conhecimento da obra de ‘nosso maior romancista’” (ATENÉIA, 1952, nº 9, mai.-ago., p. 2). A medida foi considerada uma boa notícia, e além de aplaudi-la, por ser “acertadamente pleiteada”, a intenção em falar sobre ela era a de salientar a importância das bibliotecas públicas, dos clubes de leitura, das associações do livro, etc., pois:

O ensino primário deve[ria] girar, não resta dúvida, em torno da leitura, mestra consumada que abre aos indivíduos tôdas as portas do conhecimento humano e que, por isso mesmo, deve[ria] ser dirigida com perícia. Portanto, para que, dia a dia, aumente[sse] o número de leitores que saibam[soubessem] apreciar o valor das obras machadianas e de outros escritores brasileiros do passado e do presente, devemos[deveríamos] dar maior importância à disseminação das bibliotecas públicas em todos os recantos de nosso País. A LEITURA É O MAIOR VEÍCULO DA CIVILIZAÇÃO HUMANA E, COMO TAL, MERECEDORA DA DEVIDA ATENÇÃO DOS POVOS (ATENÉIA, 1952, nº 9, mai.-ago., p. 2 – Grifos no original).

O projeto de lei em questão pelo ano aparentou ser o nº 19 do Senado de 1950. Nele, o Senador Ferreira de Sousa encaminhou a seguinte ementa: “declara de interesse social os direitos autorais das obras do escritor Machado de Assis e providencia sobre a sua

desapropriação e sobre uma nova edição das mesmas”¹²⁹. Tal medida foi em 1953 rejeitada, entretanto, interessa pensar o argumento em torno da importância das obras machadianas e da leitura de forma geral. Dar esse alto valor às bibliotecas e as capacidades de interpretação de livros não deixava de ser uma forma de demonstrar a importância delas mesmas, como escritoras, e por consequência da ALFRS.

Em 1955, mas no editorial nº 17 (ATENÉIA, 1955, nº 17, jun.-ago., p. 3), o assunto tratado foi a notícia vinculada na imprensa local da cogitação de se voltar ao problema ortográfico no Brasil. Jenny Seabra, que assinou o texto, criticou o fato, pois, em suas palavras, o país não deslizava em um mar de rosas e também tinha assuntos de maior interesse a tratar de que rever o acordo ortográfico de 1945. Salientou ainda ter o acordo entre Brasil e Portugal só gerado confusão, menosprezando a reforma de 43, quando já se acostumavam a escrever conforme ela. Além disso, ter a pretensão de uma escrita no Brasil consoante à pronúncia portuguesa era um absurdo dos tantos que a época comportaria. Conclui, por fim: “não traduz [como] desconsideração ou desafeto à Pátria de Camões ambicionar que o ‘português’ falado no Brasil esteja de acôrdo com a pronúncia brasileira” (ATENÉIA, 1955, nº 17, p.3)¹³⁰.

O Brasil baseava-se pelo Acordo Ortográfico de 1943, quando em 1945 uma convenção estabeleceria normas para a ortografia portuguesa a todos os territórios com a utilização do português. O texto foi aprovado, mas nunca ratificado pelo Congresso Nacional, e, em 1955, retornou-se a essa questão, quando definitivamente foi revogado. O pertinente nisso se deu pelo fato de haver a exaltação de Portugal em vários editoriais, ou de seus imperadores no Brasil, e neste se fazer o contrário, uma exaltação de um “falar brasileiro” em discordância do português de Portugal. Além disso, o texto teve um teor opinativo sobre tema legislativo, mas que se referia a algo bastante pertinente a uma academia de letras, que era a língua do país.

Em relação à literatura, em 1955, no editorial sem título nº 16 (ATENÉIA, 1955, nº 16, jan.-abr., p. 3) lembrou-se do nome de Lacyr Schettino, encontrada por acaso “em uma lista de literatas do País e na qual figura[va]m elevados expoentes da literatura feminina”. Schettino era sócia correspondente da ALFRS, porém o principal foi a opinião sobre a “escola modernista e futurista”, as quais são criticadas por ter havido violência, mesmo que não

¹²⁹ Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/24482>. Acesso em 10 de março de 2016.

¹³⁰ Em 1956, o editorial nº 21 também tratou de assunto legislativo: Projeto de Lei sobre a Reforma da Lei de Imprensa. Como seu teor tem mais relação na argumentação estabelecida com a categoria “Mulher, Mulheres, Relações de Gênero”, sua análise será realizada a seguir, no próximo capítulo.

deixassem de ter razão, pois “queriam abraçar as nossas letras”. Salientou-se um clamor posteriormente abrandado, mesmo sem desaparecer, e que antologias da nova poesia brasileira e dos modernistas já recebiam prêmios, como foi o caso da poetisa de Barra Mansa citada (ATENÉIA, 1955, nº 15, out.-dez., p. 3).

Novamente a questão do que era “nosso” foi exaltado e, assim como a língua, houve um posicionamento favorável a uma literatura “abrasileirada”, que foi a visão registrada sobre o movimento modernista. Sem contar que o próprio movimento modernista tem profundas relações com o nacionalismo e uma valorização da cultura do país, do indígena, da volta ao “original” em algumas de suas vertentes (o que pode ser averiguado pelo teor dos vários manifestos que foram lançados na época, alguns alinhados à política de esquerda, outros de direita).

Esse elogio ao modernismo esteve atrelado ao das publicações de antologias, que foi o teor do editorial nº 20, de 1956, “*As Antologias estão na Moda*” (ATENÉIA, 1956, nº 20, mai.-ago., p.3). Tratou-se como foco nesse texto dos livros que Alzira Freitas Tacques, acadêmica, estava organizando de escritoras e poetas do estado – algo que os estatutos da ALFRS preceituavam. Primeiramente Alzira faria um só livro, resolvendo fazer dois para incluir as intelectuais de todo o país (por fim o trabalho viria a ter mais volumes, também com escritores e poetas homens). No restante do editorial, outras antologias foram citadas, já que se falou, desde o título, de um “momento das antologias”.

E qual seria a importância de uma antologia como as que a *imortal* fez? Uma antologia é uma coleção que traz trabalhos literários, bio-bibliográficos, agrupados por temática, período e/ou autoria. E era nisso que residia sua profunda relação com uma academia de letras: a antologia salvaguarda em um livro a memória literária e pessoal, enquanto que uma academia realiza esta função através da própria entidade – no caso de uma academia de letras feminina, de escritoras ou “intelectuais”, como elas se nomeavam.

O interesse pela história da literatura e pela possibilidade de publicações também apareceu – sendo esse um dos objetivos centrais da ALFRS ao se considerar seus estatutos e falas das acadêmicas. Por exemplo, a criação de uma “Editora Acadêmica” como um “sonho realizado” em 1961 (ATENÉIA, 1961, Nº 32, jan.-jun., p. 3) demonstrou a importância dada à possibilidade de elas terem recurso próprio para trazer ao público suas obras. E em 1962, o elogio aos treze anos de *Atenéia* foi só mais uma demonstração do quanto publicar e circular as ideias vinculadas à ALFRS era algo relevante para as *imortais*¹³¹.

¹³¹ Esses dois editoriais serão um pouco mais analisados no próximo tema.

O tema do Editorial de 1957 (nº 24) foi o analfabetismo. Intitulado “*O Brasil e o Analfabetismo*”, Cely Dal Pai de Mello disserta no texto sobre a “a triste idéia de permitir o voto dos analfabetos”. O argumento colocado dizia respeito não ser possível transformar em lei algo que faria o Brasil retroceder muitos passos no terreno da cultura e da alfabetização nacional, pois se o analfabeto tivesse as mesmas possibilidades daquele que sabia ler e escrever, não precisaria mais preocupar-se com o seu próprio aperfeiçoamento e o dos seus filhos.

A ligação disto com a ALFRS realizou-se no texto através da luta que a Revista *Atenéia* enfrentava, mesmo com as dificuldades da época, para continuar fiel aos seus ideais de “difundir as letras gaúchas, levando a todo o país e ao estrangeiro a palavra da mulher intelectual dêste Estado”. Na conclusão, houve uma exortação para o analfabetismo não ser ajudado, dizendo que “a mulher intelectual clama[va] contra êste projeto desanimador” (ATENÉIA, 1957, nº 24, set.-dez., p. 3).

A preocupação com a educação apareceu em alguns outros editoriais com associações políticas. Em 1959, o nº 28, intitulado de “*Educação e Cultura*”, tratou desses assuntos associando-os aos problemas que a “pátria” estava passando. Nesse sentido, além da disciplina mais rígida, era preciso de uma orientação moral e religiosa para que o espírito da mocidade fosse lapidado (ATENÉIA, 1959, nº 28, jan.-jun., p. 3), e esta função cabia sobretudo às mães, segundo o editorial já de 1966, “*A Juventude*” (ATENÉIA, 1966, nº 42-43, p. 1)¹³².

Este tema teve menor quantidade de editoriais e, por conseguinte, menores análises, demonstrando um pouco que a auto-identificação da ALFRS como instituição *puramente literária*, não deixou de trazer assuntos como os direitos da mulher, e assuntos políticos, por exemplo, até mesmo em bem maior quantidade e crítica de que outros referentes às letras, literatura, língua especificamente.

¹³² Maiores informações e análise desses dois editoriais estarão presentes na categoria “Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional”, no último capítulo.

V - “DE FORA PARA DENTRO DA ACADEMIA E VICE-VERSA”

“*Que esta – Hora Histórica – desperte em todos os brasileiros o desejo sublimado de Servir. E que:*
 – *Quem plantava, plante mais;*
 – *Quem criava, crie mais;*
 – *Quem ensinava, ensine mais;*
 – *Quem estudava, estude mais;*
 – *Quem pregava o Evangelho da Paz e do Amor e do Trabalho e Ordem, pregue mais*”.
Anita R. Gonzales¹³³

“*Quando elas querem e podem são como os homens e mais do que os homens, porque ainda ficam mulheres*”
Afranio Peixoto¹³⁴

1. Mulher, Mulheres, Relações de Gênero: história(s), lutas, conquistas

“*Mulher, Mulheres, Relações de Gênero: história(s), lutas, conquistas*” congregou muitos editoriais presentes também em outros temas, e tem uma importância grande ao tratar especificamente de pontos que dialogam de forma direta com o referencial teórico da pesquisa. O *gênero*, portanto, pauta discursos mesmo quando aparentemente não trata de ‘problemáticas específicas’.

O primeiro editorial selecionado na categoria foi o nº 6, intitulado o “*Amor*” (ATENÉIA, 1951, nº 6, mai.-jul., p. 3). Jenny Seabra disse ser ele (o amor), entre os sentimentos, o mais avassalador do coração humano, o mais forte, impetuoso, o mais belo, o mais sublime. Notou-se certa equivalência com a *força universal do amor* (ACADEMIA, 1950, nº 2, mai.-jul., p. 3), que era o combustível para a execução da *missão* da ALFRS. Para

¹³³ Trecho do editorial nº 38 de 1964, intitulado “*O Exército Nacional*”, assinado por Anita R. Gonzales (ATENÉIA, 1964, nº 38, jan.-jun.).

¹³⁴ Frase que encerra o editorial nº 54/55, “*A Mulher Brasileira e o Sesquicentenário*”, da última revista *Atenéia* a circular, em 1972.

além do entendimento de como poderia ser percebido aquele *amor*, o texto apresentou a expressão de uma visão de mulher, ligada a esse sentimento:

Despótico e inflexível êle [o amor] reina a despeito de todos os brados da razão. Soberano e universal, a que se curvam os outros sentimentos e a que se abrem todos os corações! E ai daqueles, em cuja porta se esquecesse de bater... Mas, onde encontra êle mais acolhedora e persistente guarida é, sem dúvida nenhuma, no coração da mulher. Frágil e emotiva por natureza, ela se rende, quase sem relutância, a seu jogo prepotente, tirando da própria fragilidade força e coragem para conservá-lo, muitas vezes, pela existência tóda. Sol que enflora a mocidade, o amor tudo transforma e a tudo empresta um colorido vivo, cheio de beleza e ilusão, fazendo-nos julgar o mundo um paraíso... E no perpassar dos anos, réstea de sol que se desfaz em luz e nos permite ainda divisá-lo, através de suas múltiplas manifestações (ATENÉIA, 1951, nº 6, mai.-jul., p. 3)

A mulher foi referida como aquela *essencialmente* frágil e emotiva, e por isso o amor seria acolhido e sempre teria abrigo – uma reprodução do senso comum e sexista em relação à fragilidade feminina. Ao mesmo tempo, para conservar o amor era preciso *força*, então como a mulher consegue acolher permanentemente esse sentimento sendo frágil por natureza? A resposta foi que ela conseguia tirar força da fragilidade para conservá-lo, ou seja, fragilidade e força não foram colocados em pólos opostos, ainda assim, a mulher não tinha muita escolha, nem muita racionalidade: o *amor comanda*. Isso é importante por serem atributos destoantes dos quais de forma geral se tem em mente de uma *boa administradora*.¹³⁵

O Editorial da edição nº 8 (1952) intitulou-se “A Mulher Moderna” (ATENÉIA, 1952, nº 8, jan.-abr., p. 3-4). Também assinado por Jenny Seabra, o assunto foi a emancipação da mulher e as falsas aparências nela congregadas. Esse editorial falou diretamente de relações de gênero e das mudanças dos papéis da mulher burguesa na sociedade moderna. Pela sua riqueza de detalhes, segue seu conteúdo na íntegra:

¹³⁵ Essa introdução sobre o amor nesse editorial foi realizado por Jenny Seabra para dizer que pensou nisso através da leitura de um conto – O Poder de Deus – de autoria da escritora Emilia de Marsilac Fontes, viúva do poeta Joaquim Fontes. Diz que se comoveu pelo seu grande amor ao esposo; fala sobre o roseiral que o poeta cultivava, já que pensar em rosas é pensar em poesia, que após a morte do poeta, sua esposa costumava visitar o roseiral, e que precisava seguir com suas duas missões: educar os filhos e cuidar das rosas – fala também do livro que ela escreveu, intitulado *Joaquim Fontes, o Jardineiro e as rosas do Brasil*, de 1941 (ATENÉIA, 1950, nº 2, jan.-fev., p. 3). Emilia Rosa de Marsilac Fontes (1907–1953) era de Sergipe, depois de casada passou a morar em São Paulo. Ela era sócia correspondente da ALFRS desde maio de 1948 (ACADEMIA, 1948, p. 12/13). Averiguou-se que dois anos após a sua morte, em 1955, ela passou a ser patrona da cadeira nº 29 da ALFRS. Essa escritora sergipana tem vários livros escritos, e muitas pesquisas foram realizadas sobre sua autobiografia, tratando das *escritas de si*. Quem publicou essa autobiografia foi o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sendo a única feminina publicada na revista. Interessante pensar que essa revista tinha rara participação feminina, segundo Albuquerque (2007), em função de ideias maçônicas, e que uma hipótese seria o fato de seu esposo ter sido maçom, além de tratar-se de uma mulher “ajustada” socialmente (ALBUQUERQUE, 2007, p. 25), ou seja, talvez também atributos dos *valores morais* que as acadêmicas analisavam para a entrada de novas sócias, patronas, etc. Maiores informações, no site da academia e no artigo de Samuel Albuquerque. Disponíveis em: <http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=35>, <http://www.ihgse.org.br/revistas/36.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2016.

A emancipação da mulher é um fato concreto para quem se deixa levar apenas pelas aparências. Basta, porém, uma análise superficial dessa tão propalada emancipação para chegar-se à conclusão de que a mulher que emprega sua atividade fora do lar é, na atualidade [em 1952], duplamente escrava. Deixemos as diferenças de caráter entre os dois sexos, seus instintos individualistas e sociais para indagar a proveniência dessas diferenças e acharemos logo que nem tôdas são inatas em cada um dos sexos. Querem alguns que o intelecto no homem seja mais profundo, mais lúcido que na mulher. Não resta dúvida poderia ser isso uma condição inerente a êle. Entretanto, a experiência tem provado a igualdade de nível intelectual nos dois sexos. Essa diferença aparente, essa agilidade de pensamento, êsse modo de agir e de tomar resoluções provém, da diferença de educação entre um e outro. Dessem à mulher a liberdade de que gozou o homem em todos os tempos e em tôdas as nações civilizadas e ela demonstraria o mesmo desembaraço, o mesmo nível intelectual daquele que aprende, na rua, na vida, no trato com seus semelhantes, muitas vêzes mais do que ela na clausura do lar. Mas isso não constitui novidade, pois é assunto demasiadamente debatido pelos filósofos. Deixemos tais problemas para êles e voltemos à nossa finalidade precípua, isto é, analisemos as razões que nos induzem a afirmar que a liberdade da mulher moderna constitui maior escravidão. Com o advento dos tempos modernos pensaram as mulheres, principalmente as letradas: precisamos adquirir direito ao voto. Não é justo que um analfabeto qualquer, a quem, às pressas se ensinou a desenhar garatujas, em que dificilmente se decifra seu nome, goze de um direito que nos é vedado. E assim pensando, começaram a trabalhar em prol dêsse direito. Chegou o dia em que o alcançaram, não pelo trabalho desenvolvido em torno dêle, mas por circunstâncias que não vem ao caso narrar. Eva fica radiante e “candidamente” corre a levar às urnas o seu voto para o elemento masculino... Mas, se acontece figurar em uma ou outra chapa eleitoral um nome feminino, é certa a derrota na maior parte das vêzes. Com o evoluir do tempo é lógico que a mulher logrará melhor posição, pois o preparo que lhe oferecem as Universidades e o desembaraço natural que lhe advém dos cargos que exerce lhe trarão, dia a dia, maiores possibilidades. Isso, porém, não basta a que continue a desempenhar *dupla* tarefa. Para as fábricas os próprios industrialistas visando pagar menores salários, já as haviam “bondosamente” levado, desde o século passado. Entretanto, a mulher continuava a dizer: “Precisamos conquistar outros lugares; queremos entrar para as repartições públicas, queremos lugares nos cartórios, nos escritórios comerciais, aqui, ali, em tôda a parte”. E, nesse afã, concorre com o sexo oposto e já vai conseguindo igualdade de classificação. Digo igualdade para ser modesta, pois algumas vêzes o tem superado. Hoje, a mulher troca, sem vacilar, a escravidão doméstica, pela servidão dos cargos, tão veementemente pleiteados. Mas a sua condição feminina continua a impor-lhe as exigências do lar. Não podendo desampará-lo, seu trabalho torna-se *duplo*. Mãe, precisa atender os filhos; esposa, julga-se na obrigação de atender o marido. E, se fôssemos enumerar exemplos, outros muitos nos ocorreriam, todos comprovando que a mulher moderna, apesar das prerrogativas alcançadas e da liberdade de que goza atualmente, é mais escrava no presente do que o foi no passado. J. S. (ATENÉIA, 1952, nº 8, jan.-abr., p. 3-4).

A crítica mais geral foi que as conquistas de direitos pelas mulheres no espaço público e político não foram acompanhadas por melhorias em relação às atividades consideradas tipicamente femininas. O *sexo frágil* tinha na *liberdade moderna* as bases para uma dupla escravidão, pois, além da *servidão dos cargos*, sua *condição* impunha as *exigências do lar*. Ou seja, os argumentos biológicos se sobressaíram, mas, nas palavras de Jenny, a *experiência* teria provado sobre a igualdade de intelectos. A diferença, na verdade, dizia respeito à dessemelhança da educação entre um e outro – portanto, pôde-se inferir que existia um conhecimento e defesa de que eram as condições sociais e culturais que estruturavam certas desigualdades entre homens e mulheres.

As dessemelhanças entre os sexos advinham da construção da diferença educacional – cultural, portanto –, pois as *diferenças de caráter entre os dois sexos, seus institutos individualistas e sociais*, não eram todas *inatas*. Ou seja, existem características inatas, e isso indica uma visão a respeito de homens e mulheres: pessoas que têm referências nas suas personalidades tanto a partir do *gênero*, cultura, sociedade, quanto do *sexo*, biologia, como ciência fixa.

Além disso, o editorial começou com a questão da *dupla escravidão*, e ao fazer essa digressão sobre igualdade de nível intelectual, abriu-se um momento de crítica a algo estruturante de certo pensamento da época (e hoje ainda), tocando em muitos dos problemas centrais do feminismo em relação à situação da mulher. Assim, rapidamente se afirmou *não consistir novidade* tudo aquilo, sendo assunto muito debatido pelos filósofos, por isso deixariam para eles tais problemáticas. Entretanto, se algo é totalmente conhecido, não precisaria ser debatido, muito menos comentado; logo, se houve o comentário foi por se pensar na necessidade de expor essas questões para o público, em sua maioria composto de mulheres.

E o subterfúgio não acabou na desigualdade de nível intelectual. A primeira razão apresentada não dizia respeito ao trabalho, mas a direitos políticos: tratou-se da luta pelo voto feminino. Interessante notar dois pontos. Primeiro, da injustiça de um analfabeto, que desenharia só umas *garatujas*, poder votar e as mulheres não. Aqui novamente o argumento da superioridade ligado à *intelectualidade* foi acionado, o que, por sua vez, ligou-se ao estudo formal – no caso elas, intelectuais, fariam melhores escolhas eleitorais¹³⁶. Segundo, já com o direito conquistado, fez-se ironia ao voto das *Evas*, que de *maneira ingênua* votavam em homens, enquanto as mulheres dificilmente se elegiam¹³⁷.

A *bondade* dos industrialistas foi outra ironia utilizada, afirmando que desde o século passado eles começaram a contratar mulheres, mas com o intuito de pagar menores salários. Em seguida, apontou-se a continuidade das reivindicações por outros locais de trabalho, como escritórios, repartições públicas, cartórios, e nesse labor já estavam conseguindo igualdade de

¹³⁶ Assim como no editorial “O Brasil e o analfabetismo” (ATENÉIA, 1957, nº 24, set.-dez., p. XX), já analisado no tópico anterior, em que há o argumento de que a permissão do voto para os analfabetos faria com que eles deixassem de se preocupar com a educação dos filhos, ou seja, um bom voto dependeria do estudo formal. Além disso, percebe-se uma constância argumentativa sobre o tema *analfabetismo*, tanto para refletir sobre o passado (em 1952, sobre a luta pelo voto feminino que aconteceu desde o outro século) quanto para o futuro (em 1957, sobre uma possível mudança na lei eleitoral a ser realizada).

¹³⁷ Importante também é a afirmação de que não foi o trabalho desenvolvido em prol do direito ao voto que garantiu a conquista, mas sim “circunstâncias que não vem ao caso narrar”. Neste sentido, a tese de KARAWJCZYK (2013) traz boas reflexões para pensarmos sobre um discurso que ainda vigora em relação ao voto feminino ter sido concedido por Vargas, e não conquistado pelas mulheres através de muitas lutas, algo que torna invisível um capítulo importante da História, que foi a luta pelo direito de sufrágio feminino no Brasil.

classificação, até superando os homens em algumas vezes. Se no parágrafo anterior o tempo verbal estabelecia melhor condição no futuro à mulher¹³⁸, aqui se afirmou já estar sendo obtida, no presente, a conquista¹³⁹.

Além de demonstrar que as mulheres ainda tinham o que buscar para que a igualdade fosse alcançada, também existia o entendimento de algumas já estarem logrando resultados. Muitas delas, acadêmicas, trabalhavam naqueles lugares citados (repartições públicas), mesmo não sendo as mesmas do século passado com necessidade de trabalho em fábricas. Na argumentação, foi relevante a visão relacional da dimensão de luta e de conquistas no caso da busca de trabalho e de igualdade de condições. Isso demonstra não serem coisas vistas como um benefício *bondosamente* cedido.

Em 1956, no Editorial nº 21, a mesma ‘estratégia digressiva’ (recurso presente no editorial nº 8 de se afastar do assunto principal e divagar sobre outro), foi utilizada por Jenny Seabra de Sousa ao tratar do “Projeto de Reforma da Lei de Imprensa”. Ela salientou que elas [as acadêmicas] não esperavam fazer referências a tal conteúdo, debatido pelos “ilustres parlamentares políticos”, pois apesar de se tratar da Imprensa, não era assunto delas, mas dos políticos e “como a A.L.F. não admite[admitia] política em seus estatutos”, não lhes cabia “manifestações a respeito” (ATENÉIA, 1956, nº 21, set.-dez., p. 3). No entanto, o mais interessante foi o argumento utilizado a respeito da invalidação da opinião feminina sobre estas temáticas, algo para além das razões estatutárias. Nas suas palavras:

Além disso, de que caberiam os comentários femininos sôbre tão importante questão? Ainda não nos consideramos políticas e não o seremos enquanto não organizarmos um partido feminino brasileiro: enquanto não formos votadas para os cargos que até agora são apanágio do elemento masculino! Somos apenas votantes e nessa qualidade bem pouco aprêço seria dado às nossas sugestões (ATENÉIA, 1956, nº 21, set.-dez., p. 3).

Uma digressão foi feita a partir do assunto principal (Projeto de Reforma da Lei de Imprensa) tratando da representatividade das mulheres na política, da necessidade de um partido feminino no Brasil. Com isso, afirmou-se sobre a necessidade de serem de fato votadas e eleitas para cargos do Legislativo, pois, sem isso, suas *vontades* pouco interessariam; era sabido que não receberiam estima pelas manifestações referentes aos assuntos dos *políticos*.

Uma divisão rígida de função era pensada: assuntos que envolviam a política do país não seriam para qualquer cidadão ou cidadã, e sim dos escolhidos para representá-los/las.

¹³⁸ “Com o evoluir do tempo é lógico que a mulher *lograr*á melhor posição [...]”.

¹³⁹ “E, nesse afã, concorre com o sexo oposto e *já vai conseguindo* igualdade de classificação. Digo igualdade para ser modesta, pois algumas vêzes o tem superado”.

Além disso, pleiteou-se um partido feminino como resolução do problema de representação política das mulheres, ou seja, um *partido exclusivo* foi visto como alternativa de participação, assim como uma academia literária *feminina* foi a forma pensada de inclusão daquelas escritoras no espaço literário portoalegrense.

A solução apresentada para a participação política e literária das mulheres, portanto, foi igual para ambos os casos: a exclusividade – revestida muitas vezes pela exclusão, pois tanto em uma academia quanto em um partido há seleção, velada ou não, de seus componentes¹⁴⁰. De igual forma, temas ligados a modificações na legislação foram objeto de vários Editoriais, como os citados que trataram dos Direitos das Mulheres, Código Civil, Ortografia, entre outros, contradizendo a própria observação constantemente reafirmada pelas *imortais* de a ALFRS *não admitir política em seus estatutos*.

Importante também, retornando ao editorial “*A mulher moderna*” (ATENÉIA, 1952, nº 8, jan.-abr., p. 3-4), foi a visão das mulheres como um bloco *uno* (em comparação aos homens), sendo a sua imagem o reflexo das próprias acadêmicas – algo que aparece reiteradamente noutros editoriais. Analisando o material, a *mulher brasileira* era aquela conhecida por algum feito, como reforça o editorial nº 11, desempenhando “desde a formação histórica do nosso País [...] o papel de inspiradora dos mais nobres ideais” (ATENÉIA, 1953, nº 11, jan.-mar., p. 3).

Esses *nobres ideais* femininos, causadores de inspiração, diziam respeito ao concebido pelas *imortais* como tal. Para supor um pouco de que se tratavam, os nomes citados nesse mesmo texto servem como exemplos. Os salões de Bárbara Heliadora, segundo o editorial nº 11, teriam esboçado o papel *da mulher brasileira*, bem como em acontecimentos anteriores, onde demonstrava seu valor e inteligência, com Clara Camarão, Rosa Maria de Siqueira, Maria de Souza, a poetisa Ana do Amaral Rangel “e outras mais são figuras, cujos nomes o Brasil guarda carinhosamente” (ATENÉIA, 1953, nº 11, jan.-mar., p. 3).

Estas mulheres citadas têm relação com alguma ‘façanha’, e figuram dentro do que se pode conceber de um tipo de ‘História das Mulheres’. Bárbara Heliadora ou *Eliadora* (c.

¹⁴⁰ Essa ideia de *exclusividade* não deixa de fazer parte de uma discussão teórica dentro da política, da questão da presença das mulheres no campo político. A partir de algumas teóricas, Céli Pinto identifica quatro cenários em relação à presença feminina e pensamento feminista na arena política: 1) Com ideia, mas sem presença; 2) sem ideia e sem presença; 3) sem ideia, mas com presença; 4) com ideia e com presença (PINTO, 2010, p. 18). Para a cientista política, os dois últimos são os que lhe importam, por pensar que a presença no espaço político é necessária, ainda que ‘sem ideia’ (ou seja, sem uma perspectiva de pensar questões femininas e/ou feministas). No caso das acadêmicas e de seu *partido exclusivo*, o quarto cenário foi o que pensavam ser a solução, já que um partido serve para se colocar como alternativa (física) no pleito eleitoral e, além disso, sendo ele *feminino*, teria pautas, em tese, especificamente sobre as mulheres (podendo ser pautas liberais ou conservadoras – não necessariamente feministas).

1759-1819) foi uma poetisa e mártir da Conjuração Mineira (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 95)¹⁴¹. Clara Camarão ou Clara *Felipa* Camarão (séc. XVII) foi uma índia potiguar, considerada heroína, estando a frente de batalha na guerra contra os holandeses, junto a Felipe Camarão – por isso o nome (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 160-161). Rosa Maria de Siqueira (1690-?) é considerada a *heroína dos mares*, pois em viagem a Portugal, a sua esquadra foi atacada por piratas. Ela dirigiu a resistência ao ataque e, seguindo viagem, seus feitos foram reconhecidos pela Coroa portuguesa (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 486-487). Maria de Souza/Sousa (séc. XVII) era de Pernambuco e também teria sido um ‘símbolo’ da luta contra os holandeses (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 381). Já Ana do Amaral Rangel deve ser *Ângela* do Amaral Rangel (1725 -?), uma poetisa cega do Rio de Janeiro no século XVIII; de família de posses e com proteção do governador *Bobadela*, sabe-se que participava da *Academia dos Seletos*, um salão literário da cidade (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 75).

Nesse sentido, além do conhecimento de personagens femininas da história brasileira de tempos coloniais, observou-se que as *imortais* se viam enquanto mulheres seguidoras desses mesmos *nobres ideais*, sejam eles de cunho coletivo ou individual. Por isso, a ALFRS e a *Atenéia* faziam o papel dessas *proezas*, nesse caso para combater o *movimento literário rio-grandense* do século XX, *representado pelo sexo forte*, estando as mulheres ainda *enclausuradas no âmbito restrito do lar*. Tanto que a escritora citada como pioneira foi Delfina Benigna da Cunha, a *jovem cega*. Ela publicou um livro de poesias em meados do século XIX, e a publicação foi apontada como “o marco inicial da emancipação literária feminina em nosso Estado, onde já haviam chegado revérberos do desenvolvimento literário do País” (ATENÉIA, 1953, nº 11, jan.-mar., p. 3). Não por acaso ela é patrona da cadeira de nº 1, de Lydiá Moschetti, a considerada precursora da movimentação para a criação da academia.

O Editorial nº 11 (ATENÉIA, 1953, nº 11, jan.-mar., p. 3) ainda tratou da mulher atrelada à literatura e a alguns processos históricos, como a Primeira Guerra Mundial, que mesmo tendo acontecido na *distante* Europa, teria tido reflexos espalhados por todo o mundo. Um deles, o reconhecimento da capacidade feminina, em função das contingências.

¹⁴¹ A princípio é sobre ela que se referem, pois também poderia ser Heliadora Carneiro de Mendonça, conhecida como Barbara Heliadora (1923-2015), que foi uma ensaísta, tradutora e crítica de teatro, chegou a ser diretora do Serviço Nacional de Teatro em 1964, após o Golpe Militar. Acredita-se que seja a primeira opção porque as outras mulheres citadas são de períodos bem anteriores a essa Bárbara, tendo mais relação à questão dos *salões* o momento de vida do século XVIII e XIX. Maiores informações a esse respeito: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1614815-morre-aos-91-anos-a-critica-teatral-barbara-heliadora-no-rio-de-janeiro.shtml>, http://www.iar.unicamp.br/pesquisas/Claudia_braga/biografia.php. Acesso em 10 de março de 2016.

Percebendo a inteligência e dinamismo da mulher, que não era só *graça e vaidade*, e seu espírito não abrangente só das coisas frívolas da vida, o mundo foi vindo nela [na mulher] a possibilidade de substituição do homem em vários setores da atividade mundial¹⁴².

Novamente houve um reforço de um grupo de mulheres unívoco, pois, não se pode afirmar que todas as mulheres eram consideradas por todos somente *graça e vaidade*, dedicadas às *frivolidades*. Nisso deve haver a referência à classe social, pois as que pertenciam a posições menos elevadas já trabalhavam fora do lar desde muito antes da década de 1950. Entretanto, dentro da realidade *burguesa* das acadêmicas, por assim dizer, há uma importância em ver esses posicionamentos referentes à igualdade por parte delas na década de 1950, momento anterior a uma maior efervescência dessas ideias, sobretudo em Porto Alegre, cidade que não era um centro político-cultural do país.

Em 1960 o Editorial nº 31 teve o seguinte título: “*Direitos da Mulher*”. Tratou do Estatuto da Mulher Casada, assunto da “Campanha Feminista pró-equiparação dos direitos civis da mulher”. Direitos estes “solapados num injusto e anacrônico parágrafo do Código Civil Brasileiro”. Novamente, pelo grau de importância, abaixo consta transcrito seu teor na íntegra:

Toma vulto no Brasil, uma campanha feminina, tão nobre, tão importante, tão elevada, que seria impossível deixar de mencioná-la. Trata-se da “Campanha Feminista” pró equiparação dos direitos civis da mulher, solapados num injusto e anacrônico parágrafo do Código Civil Brasileiro. As incríveis circunstâncias e as delicadas conjunturas do mundo atual, com seus cruciais problemas e constantes reclamos, equiparam a mulher ao homem, em todos os ramos e setores de atividade humana. Legislações de países mais adiantados, já deram à mulher do nosso tempo, plenos poderes civis, que libertaram da situação degradante e inferior a que ainda está condenada pelas leis brasileiras. Casada, perde todos os direitos, vivendo à sombra dos atos soberanos do marido. Não estamos pregando a rebeldia, nem a desmoralização da autoridade masculina no lar conjugal, mas sim a conquista dos mesmos direitos civis, numa legislação que ainda considera a mulher equiparada aos menores, aos débeis mentais e aos selvícolas. Com esta triste condição de ser inferior perante a lei, já não podem mais conformar-se as esposas e mães brasileiras, esclarecidas, educadas e capazes. Resolveram por isto, intensificar as atividades em favor das ambicionadas conquistas, formando núcleos femininos em diversos Estados da Federação, a fim de propugnarem junto às autoridades competentes, a reforma de um Código indigno das nações civilizadas e sobretudo obsoleto. Estamos solidários com estas damas de alto caráter e de surpreendente coragem, resolvidas a enfrentarem os casmurros fazedores de leis, para que atendam as justas reivindicações que serão propostas. Lancem elas os seus anátemas contra a jurisprudência arcaica que está aviltando a mulher brasileira, tolhendo-lhe a personalidade e privando-a de sagradas liberdades inerentes a todo ser humano. A Campanha Feminista está em plena expansão e será difundida em todo o país. Em Pôrto Alegre vem sendo orientada por elementos expressivos e competentes da melhor sociedade. Conquistados os primeiros direitos, as nobres aspirações voltar-

¹⁴² Essa é uma visão persistente na História mesmo atualmente, ainda que hoje caricata já na própria historiografia, em relação às Guerras Mundiais e a ‘saída’ das mulheres do âmbito doméstico para o mundo público do trabalho.

se-ão para outros setores, que constituem verdadeiras chagas na ordem social e educacional deste País. Esperamos que seja bem compreendidas pelas autoridades e pelos homens em geral, que encontrarão em mulheres livres e cômicas dos seus deveres, as companheiras ideais para estas épocas atribuladas. A mulher brasileira não pode continuar à margem dos seus direitos, muitas vês explorada e espoliada nas cousas mais comuns. Deve ser considerada e elevada ao mesmo nível dos direitos masculinos, para dispôr do que lhe pertence, exercendo então os seus altos ministérios, pois sua inteligência e possibilidade de trabalho já estão sobejamente provadas, equivalendo perfeitamente aos dotes e capacidades dos varões. Avante feministas! “Talento e eficiência. Não é sexo” é o vosso lema. Evocando-o, com fé e decisão, havereis de triunfar. A mulher brasileira precisa obter as mesmas prerrogativas que já conquistaram suas irmãs de outros países mais afortunados. Sòmente desta forma, a sociedade hoje abalada em seus mais fundos alicerces, talvez consiga sanar-se, sobreviver e prosperar. Cely Dal Pai de Mello (ATENÉIA, 1960, nº 31, jun.-dez., p. 3).

Temas típicos das lutas feministas pautaram as reflexões da ALFRS. O apoio à *Campanha pró-equiparação dos direitos civis da mulher*¹⁴³ foi acompanhado por um discurso presente desde os movimentos na década de 1920/30: demonstrar que a reivindicação por estes direitos não tinha relação com a pretensão de competir com o sexo masculino. Como Cely de Mello afirmou, as autoridades e os homens deveriam compreender que as mulheres estando *livres* seriam as *companheiras ideais*. Desta forma, as críticas às desigualdades de gênero não pautavam uma ruptura com a estrutura das mesmas, mas sim modificações – não deixava de ser uma estratégia no sentido de estabelecer alianças pelas mudanças, quebrando com a ideia de que as mulheres, o feminismo e suas pautas eram contra os homens¹⁴⁴.

No ano de 1961, o Editorial nº 34 novamente colocou em evidência questões femininas, tratando da “*Mulher e o Mundo Atual*” (ATENÉIA, 1961, nº 34, jan.-jun., p. 3). Cely Dal Pai de Mello citou a mulher como o “termômetro, pelo qual se mede a temperatura do progresso, da cultura e da qualidade moral de um país”, e que “a finalidade de uma mulher intelectual, não era apenas o seu recreio, ou a satisfação pueril de uma vaidade”, ou seja, ela estaria revestida de “valores superiores”. Abaixo uma seleção de trechos mais relevantes para pensar a ALFRS:

A mulher do mundo atual despiu os seus atavios de bonecas decorativa; quebrou também os seus grilhões de escrava; rasgou os códigos arcaicos que a qualificavam de ser inferior e surgiu triunfante, dos meio dos seus brocados e das suas rendas inúteis; das suas panelas e dos seus fogões acolhedores; dos seus berços e das suas alcôvas ou da mais humilde condição doméstica, para galgar altos postos de administração e trabalho público; importantes cargos e difíceis cátedras; heróicas

¹⁴³ Trata-se do movimento em prol da mudança no Código Civil de 1916, que levou ao Estatuto Civil da Mulher Casada de 1962 (conforme nota 89).

¹⁴⁴ Não há referências nos editoriais ou nas atas de que a ALFRS ou acadêmicas eram ou tinham pautas feministas. Ainda assim, pôde-se perceber que várias manifestações sobre direitos, lutas, conquistas das mulheres têm relação profunda com o movimento, sobretudo com o liderado por Bertha Lutz, a qual conhecia Noemy Valle Rocha da FBPF e a ALFRS, pois, conforme já referido, foi sócia correspondente da academia por indicação justamente de Noemy.

missões e douradas cadeiras acadêmicas, relevantes papéis, enfim, nos mais variados setores da trepidante vida moderna. E a mulher triunfou. Venceu em tôda a linha, lado a lado, com o seu companheiro de jornada, o homem, que é seu filho, seu marido, seu irmão; seu defensor e protetor, com o qual ela deseja colaborar e não rivalizar; unir forças as qualidades e a indiscutível capacidade de que é dotada e não, desbancá-lo, nem prejudicá-lo, nem prejudicá-lo nas suas importantes atividades. A mulher moderna, não é Amazona, nem Walquíria; é aliada e conselheira [...]. De escravas lacrimosas, passamos a sorridentes libertas, alforriadas pelo nosso próprio sacrifício, pela nossa própria luta e pela nossa persistência, coragem e capacidade de lutar e de vencer. Hoje temos lugar assegurado na moderna sociedade, mas não esqueçamos, que o momento é de atividade e de persistência, para conservarmos os nossos postos e as nossas elevadas conquistas. Emancipadas, sejamos dignas da nossa posição (ATENÉIA, 1961, n° 34, jan.-jun., p. 3).

O texto teve um tom otimista, salientado que antes as mulheres tinham uma triste condição de *animaizinhos de luxo, de prazer ou de serventia doméstica*, ocasionada pela falta de oportunidade. Entretanto, no final do texto lembrou-se que a feminilidade e a sensibilidade, entre outros atributos da mulher, não deveriam ser perdidos. Ao mesmo tempo, houve a crítica da visão anterior e superada do que era ser uma, além de destacar que a *alforria* alcançada foi através de suas lutas e persistências, ou seja, as conquistas não foram apenas concessões.

A condenação do modo de vida colocado às mulheres no *antigo mundo* (já que o *mundo atual* naquele momento – 1961 – era o *moderno*) foi acompanhada pelo apaziguamento no que tange às reivindicações. A vitória da mulher se deu *lado a lado* com o seu companheiro de jornada, o homem, que tem na figura do filho, marido, irmão, o defensor e protetor. O intuito com a liberdade adquirida pela *quebra dos grilhões de escrava* dizia respeito à colaboração com o outro sexo, e não à rivalidade; à união de forças, e não o sobrepujar ou lesar, pois a *mulher moderna* não era nem *Amazona* nem *Walquíria*¹⁴⁵ e sim *aliada e conselheira*. Ou seja, houve uma harmonização no que tange à estrutura das relações de poder baseadas no *gênero*, buscando *pacificar* o que poderia ser entendido como uma guerra declarada às desigualdades culturais estabelecidas – ou ao próprio homem – em função das diferenças sexuais.

E esse argumento *reivindicador pacificado* do gênero percorreu a Academia e *Atenéia* desde a década de 1940 até 1970. O último editorial da revista, “*A Mulher Brasileira e o Sesquicentenário*” (1972), além da exaltação de fatores envolvidos pelo contexto ditatorial brasileiro, analisados no próximo tema, apontou a mulher brasileira como liberta do “complexo de inferioridade”, tomando posição ao lado do homem “para participar da arrancada do Brasil gigante”. Também lembrou que na batalha por lugares de destaque em vários locais, a mulher não estava completamente equiparada ao homem, apesar das

¹⁴⁵ Com algumas variações, amazonas e walquírias são espécies de representações de espíritos guerreiros femininos na mitologia grega e nórdica, respectivamente.

conquistas, como o “direito ao voto, igualdade de salário, legislação de trabalho e mais reivindicações asseguradas pela Constituição Federal”. Precisava, ainda, reivindicar direitos para se nivelar a ele em diversos campos de atividades, porém ao olhar para os sessenta anos passados, acompanhando o processo educacional feminino, era nítido o quanto a mulher estava se libertando dos “preconceitos e absurdas restrições” (ATENÉIA, 1972, nº 54 e 55, p.1).

As acadêmicas em *Atenéia* não pensavam que as mulheres haviam conquistado tudo o que necessitavam para atingir a igualdade com os homens, pelo contrário, majoritariamente as suas expressões diziam ainda não haver (e há?) equiparação. Entretanto, a luta deveria ser empreendida *ao lado* do homem, não atrás, muito menos acima ou à frente. Essa *reivindicação pacificada*, esse recurso de não se colocar em um embate político que poderia ser associado a outras convicções políticas diferentes das quais seguiam, por convicção ou medo, associava-se um pouco a visão de mulher que elas demonstravam ter¹⁴⁶.

Segundo PINTO (1999, p. 17-18), na década de 1970 aconteceram manifestações feministas, mas o regime militar não as via com “bons olhos”, pois entendiam as feministas como “política e moralmente perigosas”. Este pode ser um argumento para as acadêmicas não se intitularem *feministas*, ainda que tivessem várias pautas próximas do movimento. Sem falar que as *imortais*, e a ALFRS, por conseguinte, estavam mais ligadas aos pensamentos e práticas da primeira fase do feminismo, fortemente personalista, ligado a alguma mulher ou grupo “excepcional”, que se colocava no mundo público na busca pelo reconhecimento e de defesa de novos direitos (em uma de suas vertentes lideradas justamente por Bertha Lutz). Esse tipo de feminismo não apresentava alterações nas relações de gênero, em mexer com a posição do homem, mas sim tinha a pretensão da inclusão como cidadãs, mas como um “complemento para o bom andamento da sociedade” – por isso, a pesquisadora nomeia de fase *bem-comportada* do feminismo brasileiro, pois não sugere rupturas (PINTO, 2003, P. 14-15).

¹⁴⁶ Interessante apontar que os pensamentos das acadêmicas não eram iguais sobre o papel feminino nas conquistas. Por exemplo, no editorial de 1952, nº 8, intitulado *A mulher moderna*, Jenny Seabra escreveu sobre o voto feminino, dizendo que ele foi alcançado não pelo trabalho desenvolvido pelas mulheres, mas por circunstâncias que não vinha ao caso narrar. Entretanto, em 1961, no editorial nº 34, *Mulher e o Mundo Atual*, Cely Dal Pai de Mello destaca que foi a luta da mulher que levou à vitória, bem como o de nº 46 e 47, *Valorização da Mulher*, de 1968, s/ assinatura, onde se apontou que foi a própria mulher que provou ter seu intelecto tão desenvolvido quanto o masculino. Em 1952 Jenny Seabra era diretora da revista junto de Aurora Nunes Wagner, diretora-gerente; em 1961, tinha-se uma tríade composta por Aurora Nunes Wagner, Cely Dal Pai de Mello e Maria Isaura Gameiro; em 1968, uma dupla, Aurora Nunes Wagner e Cely Dal Pai de Mello (ver Apêndice B), ou seja, a diferença de meados da década de 1950 para a de 1960 em relação ao papel das mulheres nas conquistas, como espectadoras e/ou protagonistas, talvez tenha relação com as mudanças na direção da revista, pois, ainda que o nome de Aurora tenha permanecido em todos os momentos, outros nomes saíram e entraram, e na maioria dos casos, Aurora não assinou editoriais.

Ainda que se trate de editoriais de *Atenéia* de período posterior ao feminismo *bem-comportado*, é preciso lembrar dos ensinamentos de Clare Hemmings sobre as *estórias feministas*, ou seja, que os movimentos de mulheres e/ou feministas não seguem uma caminho evolutivo, e ao tratarmos de um grupo específico, como o da ALFRS ou de parte de suas componentes, seus posicionamentos não estavam obrigatoriamente conforme uma leitura teleológica da história. Elas podiam estar nas décadas de 1960 e 1970 com pensamentos e práticas consideradas das primeiras décadas do século XX.

A última referência de maior relevância nesse item foi o Editorial nº 46/47, de 1968, intitulado “*Valorização da Mulher*”. Começou se referindo à emancipação da mulher como “uma das etapas da evolução social, que mais significado teve para o mundo”. Os códigos arcaicos que a consideravam inferior ao homem teriam sido rasgados, e a mulher vinha, assim, conquistando “pouco a pouco e somente após muitas e corajosas lutas, a posição destacada que hoje ocupa no cenário mundial”. Também salientou que:

Foi Jesus Cristo quem primeiro ensinou que a alma de uma mulher vale tanto como a de um homem. E a própria mulher, foi quem provou que o seu intelecto é tão desenvolvido como o masculino. A falta de oportunidade é que a tornava aparentemente menos dotada. Hoje, galgando postos elevados na administração pública, no magistério, nas artes e nas letras, a mulher demonstrou sua aptidão de equiparar-se ao sexo oposto, auxiliando-o, colaborando com êle, secundando-o em todas as atividades, em prol do desenvolvimento das comunidades e das nações, a fim de que o mundo moderno possa atingir o mais alto grau de civilização (ATENÉIA, 1968, nº 46 e 47, p. 1).

Além disso, ressaltou-se que para chegar à situação ideal de “congruamento intelectual” – afirmando ser essa a finalidade dos movimentos femininos – era preciso desenvolver ao máximo a cultura feminina, pois seria necessário um “elevado padrão intelectual” para atingir grandes metas.

A conclusão foi um pedido para que se conclamassem as mulheres brasileiras “para a obra de redenção, emancipação e glorificação do belo sexo”, pois “somente unidas e coesas em favor de um grande ideal serão[seriam] atingidos objetivos como estes: o bem comum; a paz mundial; a saúde, a higiene mental; a elevação da moralidade; e união das religiões”, portanto, a “consequente felicidade dos seres humanos, hoje assoberbados de magnos problemas e de grandes preocupações”. Por fim, ainda se reforçou que “fazer feliz a humanidade [...] é[era] o fim de todo o movimento feminino de emancipação, de trabalho e de fé nos altos destinos da pessoa humana” (ATENÉIA, 1968, nº 46 e 47, p. 1).

“*A mulher e a situação nacional*” foi o título do Editorial nº 37, de 1963. Assinado por Cely, ela observou que *Atenéia* muitas vezes se referiu ao papel da mulher moderna perante a situação do mundo daquele momento. Ao analisar o texto, associando-o ao seu contexto

temporal, notou-se a referência da acadêmica ao período político mundial e brasileiro ao *comunismo*. Por acreditar nesses casos em uma discussão mais profícua pensando nas questões históricas e políticas que as envolvem, seus desdobramentos participarão do próximo tema¹⁴⁷.

A busca por referências de pensamentos sobre a temática da *mulher/relações de gênero* foi a intencionalidade a partir da qual se apresentou a primeira parte desse capítulo. Muitas vezes, os diferentes editoriais não tiveram uma posição declarada politicamente sobre os pensamentos a respeito do papel e função da mulher na sociedade, por exemplo. No entanto, isto também correspondeu talvez às posições de comando, de quem escrevia os editoriais, com uma fórmula de escrita dos textos, na tentativa de não deixar evidente uma denotação política/partidária ou ainda aos distintos discursos referentes a períodos diferentes. Na sequência, a partir do último tema, ficou um pouco menos nebuloso alguns sentidos em relação ao papel da mulher que era pensando por parte das acadêmicas em *Atenéia*.

2. Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional: momentos, debates políticos, tomadas de posição frente a conjunturas do mundo e do país

Por último, neste tema incluíram-se os editoriais envolvidos por uma gama de assuntos, mas com um fundo contextual e de tomada de posição política como ponto principal. Já observado anteriormente, os temas se entrecruzam, sobretudo com esse. Mesmo assim, aqui foram selecionados os Editoriais de *Atenéia* que mais precisamente tiveram relação com questões e situações conectadas com momentos históricos que o mundo e o país passavam.

As décadas de 1950 e 1960 estiveram nas primeiras linhas de *Atenéia* muito associadas com um tema geral: a *paz*. Este desejo apareceu ora explicitamente, circunscrito na própria palavra, chegando a ser título de dois editoriais (nº 27 de 1958 e nº 44-45 de 1967) ora a partir de outras expressões equivalentes. E o sentido disso pareceu estar totalmente

¹⁴⁷ O mesmo acontece com o editorial nº 39, *Saudemos o Natalício de Atenéia*, do segundo semestre de 1964, que tem no seu teor motivos para estar presente em três categorias: *Revista / ALFRS, Mulher, Mulheres e Relações de Gênero e Paz, União dos Povos, Contextos Mundial e Nacional* (o editorial nº 34 está presente nessas duas últimas). Entretanto, por conter informações basicamente já presentes noutros editoriais aqui apresentados, não se tratará mais desse nº 39.

interligado a certo “clima” da época, seja no Brasil seja em outros países do mundo. Quanto mais os editoriais se aproximaram do final dos anos de 1950, mais nítido se tornou que a atmosfera pairando sob *Atenéia* era a da *Guerra Fria*, com a bipolaridade ideológica pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA) – “capitalismo *versus* socialismo/comunismo” – e tudo o que isso acarretava em termos políticos de convicções, dúvidas, valores pessoais e coletivos.

Um assunto presente intensamente nas páginas dos Editoriais de *Atenéia*, portanto, foi o *comunismo*. Na verdade não houve uma expressão direta, como nas atas, mas a partir da análise das datas e de seus conteúdos, constatou-se que vários refletiam uma imagem de acontecimentos em relação a ideais antagônicas da época. Além disso, em um dos textos de abertura da revista abordou-se o Golpe Civil-Militar Brasileiro, apoiando declaradamente o Exército Nacional, além de constar homenagens aos “Presidentes” [*Ditadores*] do período de 1964-72. Abaixo segue a seleção de alguns desses artigos de fundo mencionados.

“*Satélites e Nações*” foi o título do Editorial nº 25, de 1958. Cely Dal Pai de Mello abordou o assunto dos dois “Sputinik” que “assombraram o mundo, trazendo dúvidas temores para alguns e satisfações íntimas para simpatizantes da causa soviética” e dos “Exploradores” porque “também as pequenas luas “iankees” tinham os seus “admiradores ansiosos”¹⁴⁸. Com isto, interrogou sobre qual conclusão a respeito poderiam chegar. Respondeu que os lançamentos no espaço sideral “provaram definitivamente que o mundo político se divide[ia] em dois grandes campos de ciência e de inventos destruidores, bem como em correntes ideológicas” e também da equivalência da potência bélica de ambos (ATENÉIA, 1958, nº 25, jan.-abr., p. 3).

Cely, ao falar sobre as pretensões dos governos de chegarem a um padrão definitivo de conduta, disse que eles teriam enveredo por dois rumos diferentes, e “ao falharem as conversações diplomáticas, não falharão[falhariam] [...] os terríveis mísseis e o clarão sinistro das bombas nucleares”. Desta forma, venceria quem atingisse com maior violência, “lavando a humanidade em sangue e talvez em destruição completa”. Na conclusão não houve um lado escolhido abertamente: cada cidadão esclarecido estava escolhendo seu satélite artificial, entre o “Sputinik” e o “Explorer”. O texto foi finalizado com a idéia de que o mundo deveria servir

¹⁴⁸ *Sputinik* significa satélite em russo, e foi o primeiro satélite artificial enviado à órbita terrestre em 1957 pela União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas. Este fato colocava a URSS em vantagem na corrida espacial em relação aos EUA que, entretanto, no início de 1958 enviou o satélite *Explorer* (explorador, em inglês) à órbita – mesmo ano de criação da NASA, a agência espacial desenvolvidora do projeto Apolo, que possibilitou a descida do homem à lua em 1969. Os conhecimentos da área estavam interligados à tecnologia militar e a produção de armamentos, acirrando ainda mais a corrida armamentista da Guerra fria.

aos “dois senhores”. Isto é, a manutenção de uma “*coexistência pacífica* entre diferentes ideologias” era o “caminho mais acertado”, pois “dando tempo ao tempo” os sábios talvez pudessem encontrar a verdade comum, a fim de tranquilizar os povos (ATENÉIA, 1958, nº 25, jan.-abr., p. 3 – grifo meu).

No que tange à Ditadura Brasileira, o Editorial de 1964 – ano do Golpe no país – explicitou a posição da ALFRS a respeito daquele momento político. “*O Exército Nacional*” foi o título dado por Anita R. Gonzales ao texto inicial da edição de nº 38. Segundo ela, o Brasil devia mais uma vez ao Exército a sua integridade nacional, salientando que:

É justo que, neste momento histórico, em que todos se rejubilam pela Paz e pela Ordem, restauradas em a nossa querida Pátria, se lembrem de agradecer e de honrar às Forças Armadas. Forças estas que tiveram a paciência e a coragem de – esperar – numa clarividência milagrosa, o momento preciso de atuar, de maneira decisiva, na defesa da Democracia Brasileira, ameaçada pela demagogia e pela ambição de muitos. Rejubilemo-nos pela salvação do Brasil. E levantemo-nos velhos e moços, para uma maior atividade construtiva, qualquer que seja o nosso setor profissional, para trabalhar pela Pátria, cooperando com o Exército, na reconstituição moral e material do país. Que esta – Hora Histórica – desperte em todos os brasileiros o desejo sublimado de servir [...] (ATENÉIA, 1964, nº 38, jan.-jun., p. 3).

Houve o apoio ao golpe (ou *atuação do Exército*, em suas palavras) via órgão de divulgação da ALFRS a seu público externo. Apoio corroborado na página seguinte, onde constou uma foto-homenagem ao “Exmo. Mal. Humberto Castelo Branco, M. D. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil” rogando “graças dos Céus por um Brasil maior e mais feliz” (ATENÉIA, 1964, nº 38, jan.-jun., p. 3)¹⁴⁹.

No meio tempo entre esses dois editoriais (1958-1964), e pouco antes também (1956) o que se teve foi uma postura cautelosa, de busca pela intermediação, sem uma tomada de posição mais firme e declarada. Contudo, como já salientado, a *paz* era o desejo, o que por si demonstrava haver o entendimento da existência de uma *guerra*, ou pelo menos de um momento hostil em curso – sem esquecer que a calma, a mediação de conflitos são características muitas vezes associadas (e até requisitadas) a posturas femininas. E esse período foi realmente de grande tensão. Em 1962, por exemplo, a crise dos mísseis em Cuba, com outros tantos acontecimentos da *Guerra Fria*, quase levaram a 3º Guerra Mundial.

No editorial nº 19, de 1956, sem título, Jenny Seabra de Souza tratou sobre o recebimento de uma revista, “La Educacion”, editada pela União Panamericana, organização de 1890 cujo fim era “fomentar relações de ordem econômica, social e cultural entre as vinte e

¹⁴⁹ No Editorial de 1972 (nºs 54 e 55), novamente consta uma homenagem a um ditador, desta vez o foi ao “grande Presidente Gen. Emilio Garrastazu Médici” (ATENÉIA, 1972, nºs 54 e 55). O apoio civil ao golpe já foi bastante pensado na historiografia. Para ver mais sobre o golpe e seus apoios, Daniel Aarão Reis traz uma boa síntese no livro *Ditadura e democracia no Brasil* (2014).

uma repúblicas americanas, e promover o intercâmbio amistoso e a paz dentro do continente” (ATENÉIA, 1956, nº 19, jan.-abr., p. 3). Após lembrar um trabalho didático sobre História da América realizado para o Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal Flores da Cunha, quando lá lecionou, encerrou o texto falando da colaboração em prol de algo maior:

O ideal de intercâmbio amistoso, o desejo da família americana de manter a paz no Continente, dentro deste mundo conturbado e sofredor, empolgou-me o espírito [por isso acabou tratando de ‘assunto próprio’]. Portanto, com esta pequenina parcela do meu labor, não sirvo os meus anelos, mas os ideais da nossa grandiosa América. Seja pois, o Editorial deste número com um mero reflexo dos ideais americanos e como eco das atividades da União Panamericana e suas decorrentes – a UNESCO e a OEA (ATENÉIA, 1956, nº 19, jan.-abr., p. 3).

Algumas expressões (“intercâmbio amistoso”, “manter a paz no Continente”), davam um tom bastante otimista em relação ao mundo “conturbado e sofredor”. E ainda mais, falou na existência de uma “família americana”. Ou seja, todos os países da América teriam algo em comum: manter a paz. Ainda que como qualquer família talvez também houvesse problemas, os “ideais americanos” eram os mesmos, tais como os das organizações citadas, com objetivos relacionados diretamente à paz¹⁵⁰.

E esse não foi o único editorial a tratar da *paz* e conjuntura internacional. Em 1958 o texto inicial se chamou “A Paz” (ATENÉIA, 1958, nº 27, set.-dez., p. 3), onde, além de Maria Isaura Gameiro dizer ser ela um “velho anseio da humanidade”, deixou mais explícito que se tratava do conflito e possíveis desdobramentos da Guerra Fria:

A paz deve ser conseguida não só coletivamente mas individualmente. A paz não deve repousar no temor às nações fortes e no terror dos povos fracos. A paz deve ser a suprema conquista da razão e do amor. E, felizmente, há um generalizado repúdio a idéia de nova guerra que dispõe agora, de tremendos engenhos destruidores e, devido às peculiaridades da organização política mundial, envolveria oriente e ocidente, num abraço maligno e fatal, arrastando a atual civilização para rumos e conseqüências ignoradas. Por isso, urge a mobilização de todos os pacifistas e de todas as criaturas de boa vontade para num esforço comum e fraterno proscreever para sempre a guerra e implantar permanentemente a PAZ! “Bem-aventurados os pacificadores porque eles serão chamados filhos de Deus” S. Mattheus 5: 9 (ATENÉIA, 1958, nº 27, set.-dez., p. 3).

Além do trecho citado, citou também a Organização das Nações Unidas (ONU), criada após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de “proteger as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes no espaço ~~de nossa~~ [da] vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade” (ATENÉIA, 1958, nº 27, set.-dez., p. 3). Entretanto, até aqui não houve explicitamente uma opinião formal sobre os fatos trazidos aos textos, isto é, uma

¹⁵⁰ Sobre a União Panamericana e OEA, ver: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp e http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp; UNESCO ver: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

demonstração aberta em relação a um lado tomado naquela configuração de pólos político-econômicos opostos – não tardando a aparecer, contudo.

Com o título “Educação e Cultura” (ATENÉIA, 1959, nº 28, jan.-jun., p. 3), a edição seguinte a de nº 27 de 1958, o editorial tratou da responsabilidade de intelectuais, educadores e governantes na orientação de uma renascimento de cultura sã na mocidade, para haver um futuro risonho e tranquilo; que ainda era tempo de corrigir os erros para “traçar um roteiro seguro para a juventude desorientada” da época. A cultura era vista como o alicerce, e a educação o escudo contra os vícios, torpezas e fraquezas humanas. Tudo isso em função do momento que a “Pátria” atravessava e da discussão da educação e da cultura no estado – e *Atenéia*, como a “mais fina cultivadora dos dotes intelectuais femininos do Estado”, sentiu-se autorizada a opinar:

E’ coisa sabida e fora de qualquer dúvida, que a nossa Pátria atravessa no presente momento, uma delicada situação financeira, moral e política. Os imperativos do progresso, as transições sociais, *as doutrinas extremadas, o delicado e perigoso desenrolar dos acontecimentos mundiais*, assoberbam os governos. Em meio a tal estado de coisas, em que nenhuma instituição, ou lei, parece bastante sólida, é muito sadio e oportuno, o interêsse pelo assunto educacional da infância e dos adolescentes (ATENÉIA, 1959, nº 28, jan.-jun., p. 3 – Grifos meus).

A partir de então as referências ficaram mais diretas, mesmo assim, não foram citadas quais eram as “doutrinas extremadas”, mas pelo teor do editorial “*Satélites e Nações*” (1958), e dos argumentos e expressões utilizados, sabe-se (e sabia-se na época) de que se tratava: *comunismo*. E isso ficou mais evidente ao analisar os demais editoriais, vendo as analogias feitas, como da religiosidade cristã contraposta a essa outra doutrina, não sendo a que estava em curso, e sim quem vinha buscando espaço¹⁵¹. O momento dessa mudança sugeriu que os desdobramentos de acontecimentos mundiais, como a Revolução Cubana, por exemplo, entre outros fatores, cada vez mais estavam influenciando os posicionamentos a respeito da divisão mundial.

Em 1961, a “paz” foi novamente o título e o teor de um editorial, no caso o de nº 33 (ATENÉIA, 1961, nº 33, jul.-dez. p. 3). Cely Dal Pai de Mello afirmou que a sobrevivência da humanidade dependia dela; falou do Natal e da mensagem dos cristãos, que mesmo alcançando os quatro cantos da terra, não atingiria todos os corações humanos, pois “a

¹⁵¹ O editorial posterior a esse, que tratou do aniversário de dez anos de *Atenéia*, em determinado momento ressaltou sobre essa revista literária ser uma “bandeira de vitória, um símbolo da ilustração feminina brasileira”, em tempos de “apreensões, de ceticismo e de falências de tantos empreendimentos nobres” (ATENÉIA, 1959, nº 29, jul.-dez., p. 3), ou seja, mesmo em um momento de comemoração específica, há um parêntese sobre o momento político para salientar a posição da revista em relação a ele. Já no editorial após este, que falou da inauguração de Brasília em 1960, houve o enaltecimento da figura de Juscelino Kubitschek e de seu grande feito, que foi a interiorização da capital, mas não teve comentário no que tange ao período político mais amplo, mundial e nacional (ATENÉIA, 1960, nº 30, jan.-jun., p. 3).

multidão enorme dos ateus, dos semi-ateus, dos materialistas, dos céticos e dos ignorantes em assuntos espirituais e religiosos, é[era] avassaladora e não conseguirá[consequiria] ser totalmente alcançada” (ATENÉIA, 1961, nº 33, jul.-dez. p. 3). A partir disso, tratou-se da situação do mundo – em perigo eminente de destruição catastrófica –, afirmando que os brasileiros não deveriam ir por esse caminho. Criticou também o “exagerado nacionalismo, o bairrismo primitivo e cego; o exacerbado espírito partidário e ideológico; o contrasenso e a imprudência dos políticos e governantes do País”, que ao invés de levar o país ao progresso, estavam “ameaçado e solapado os alicerces da nossa estrutura nacional” (ATENÉIA, 1961, nº 33, jul.-dez. p. 3).

O teor político-conservador dos comentários demonstrava haver uma necessidade de tomada de posição, seja pelo extrato social (elevado) das acadêmicas seja pelo peso dos acontecimentos que iam se sucedendo e da resistência a eles; ou até mesmo de um referencial ideológico geral compondo o ambiente da ALFRS como grupo. Ainda assim, o discurso de “instituição apolítica” continuava a vigorar, como se pode perceber nesse trecho:

Há bem poucos dias, beiramos uma sangrenta revolução. Não iremos aqui analisá-la, porque não tratamos de política. Advertimos apenas, de que o perigo que nos ameaça e que esta [na] incompreensão, hostilidade e leviandade que vem dominando as camadas dirigentes do nosso Brasil, excluem o alto espírito do cristianismo, da concórdia e do amor à ordem e a paz (ATENÉIA, 1961, nº 33, jul.-dez. p. 3).

A “sangrenta revolução” não descrita e analisada consta no período da renúncia de Jânio Quadros e da *Campanha da Legalidade* de em agosto 1961 – esta última protagonizada por Leonel Brizola para João Goulart assumir a presidência, já que era o vice. Esse período foi bastante conturbado, quando quase teria acontecido um ataque militar para não permitir a posse de Goulart, ou seja, uma antecipação do que veio a ser o golpe, com o seu desfecho em abril de 1964.

No restante desse editorial, rico em detalhes, pregou-se o cristianismo, o civismo, a moral, o pacifismo, entre outras coisas, como solução através do exemplo de um grupo (“nós”), da qual as acadêmicas faziam parte, para outro, os “transviados” (“eles”), para que estes pudessem voltar ao primeiro, voltar a ser e estar entre “nós”. O catolicismo esteve presente no período pré-golpe, com as críticas ao comunismo a partir do que seriam suas doutrinas. Nisso, a “paz” foi um argumento comumente utilizado em relação ao momento político daquele período, bem como nos termos de nomeação para quem não estava incluso na busca do desejo da paz.

A partir de então, em todos os anos, salvo o de 1968, demarcou-se posição frente à conjuntura mundial e/ou nacional nos editoriais, mesmo naqueles sem relação com a temática.

Por exemplo, em 1962, o de nº 35, anteriormente abordado, tratou do aniversário de treze anos de *Atenéia*. Ao lembrar o ano de 1949 e a mensagem que o Dr. Walter Jobim, governador da época, de que a revista era investida da tarefa/lugar de “porta-voz dos ideais femininos propugnando pelo primado do espírito, pregando a paz, o amor e a confraternidade intelectual”, sem demora afirmou-se que se era verdade elas não terem “cores partidárias, políticas ou religiosas”, também era a não tolerância a “doutrinas exóticas, materialistas ou malsãs, capazes de corromper a juventude” (ATENÉIA, 1962, nº 35, jul.-dez., p. 3).

O reforço de posição passou a ser constante, chegando ao ápice de apoio no elogio aqui já registrado ao Exército Nacional em 1964 e aos “presidentes-generais”. Em relação a esses, Humberto Castelo Branco em 1964 foi elogiado, chegando a ter uma página com a sua foto¹⁵². Em 1972, no editorial “*A mulher brasileira e o sesquicentenário*” (por sinal, o último número de *Atenéia*) foi a vez do “grande presidente Gen. Emílio Garrastazu Médici”, ao qual foram dadas graças à direção, pois, em função disso, do “Amazonas ao Chuí, ressoavam as vozes triunfantes, conclamando as forças vivas da nacionalidade para um departamento sem precedentes” – que era o sesquicentenário da Independência do Brasil, momento envolvendo em “entusiasmo e exaltação cívica” o povo brasileiro (ATENÉIA, 1972, nº 54-55, p. 1).

Esse agradecimento ao presidente-ditador Médici dizia respeito ao seu “espírito patriota”, pelo qual buscou transladar os restos mortais de Dom Pedro I, o “nosso imperador”. Isso apareceu no editorial anterior, intitulado “*O Sesquicentenário da Independência do Brasil*” (ATENÉIA, 1971, nº 52-53, p. 1-2). O teor desse texto, em que pese tratou de assunto estranho a argumentação ora em curso, trouxe à tona uma interpretação sobre o momento político atravessado pelo Brasil de 1964 a 1985, a partir da visão histórica sobre Portugal e a Independência do Brasil.

Para as acadêmicas, o grito de “Independência ou Morte”, feito há 150 anos, salvou a pátria dos “grilhões portugueses”, dando ao Brasil a liberdade almejada – assim como, talvez,

¹⁵² Em 1966, Castelo Branco também foi citado. Lidia Moschetti em ata de abril de 1966 comunicou sobre a aprovação pelo Presidente da República da lei nº 4655 que retirava o pátrio poder da mãe que abandonava o filho e assegurava os direitos de adoção ao casal que recebia a criança. Na ata ainda consta que “era êste um velho anseio da sra. Lidia que há algum tempo solicitou do Dr. René Avila um anteprojeto de lei nesse sentido, o qual foi encaminhado ao Congresso pelo deputado Adylio Martins Viana e após as devidas discussões foi aprovada em 2 de junho passado e posteriormente referendado pelo Mal. Castelo Branco e sr. Milton Campos. A sra. Lidia Moschetti foi vivamente cumprimentada pelo acontecimento” (ACADEMIA, 1966, p. 178-179). Ou seja, as relações das acadêmicas, pelo menos de Lydia, eram muito próximas de políticos, com quem tinha acesso a pedidos como esse. Em tempo, Lydia Moschetti tinha um vasto trabalho social, na época visto como caridade. Essa lei talvez ajudasse justamente no “Lar do Bebê” que fundou em 1963, para a qual doou sua própria residência ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (*Pupileira*). Segundo o *site*, até 1982, “a instituição atendeu crianças em regime de internato e gestantes solteiras, como também exercia serviço de adoção, caso a mãe não pudesse criar o filho”. Disponível em: <http://pupileira.redesagradosul.com.br/historia/>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

o Exército Nacional em 1964 tenha salvado o país e a sua democracia. Ou seja, uma proteção que na verdade foi um golpe militar, com apoio civil, para a manutenção da liberdade, a qual entendiam estar ameaçada por um golpe comunista, ou nas suas palavras “pela demagogia e pela ambição de muitos” (ATENÉIA, 1964, nº 38, jan.-jun., p. 3)¹⁵³. Esta ideia de “salvaguarda do Brasil” pelos militares foi um argumento popularizado como justificativa para o ato de abril de 1964 e posterior instalação de uma Ditadura, não somente Militar, pois teve o apoio da população civil – e isso pôde ser constatado nos editoriais de *Atenéia*.

No seguimento desse item, foram selecionados alguns dos editoriais mais relevantes sobre o lado tomado progressivamente perante a conjuntura política mundial e nacional, reforçando a posição da revista e, por conseguinte, da ALFRS – não necessariamente de todas acadêmicas.

Nesse sentido, o editorial nº 37, de 1963, “*A mulher e a situação nacional*”, praticamente foi uma introdução para o posterior (“*O Exército Nacional*”, 1964), pois, associou à *mulher*, tema versado constantemente, a como deveriam ser suas atitudes frente ao que o país passava. O editorial iniciou com forte apelo, dizendo falar da mulher brasileira à mulher “sugerindo-lhe uma atitude sábia e resoluta, diante da onda avassaladora de incompreensões dogmáticas, políticas, sociais e religiosas que agita[va]m a nossa Pátria, criando-lhe uma situação de insegurança e desconforto permanente [...]” (ATENÉIA, 1963, nº 37, jul.-dez., p. 3). Analisando o restante do texto, associado ao seu contexto temporal, percebeu-se que a acadêmica se referia ao momento político mundial e também ao brasileiro, pois falou dos “desvairados” inclinados ao erro e ao desgoverno, expondo a terra natal “aos ataques vorazes dos cupins destruidores da liberdade humana, que são os inoculadores das doutrinas totalitárias no coração ingênuo das nações menos desenvolvidas” (ATENÉIA, 1963, nº 37, jul.-dez., p. 3).

No desenvolvimento de sua argumentação, disse igualmente que *Atenéia*, em uma atitude “cristã e conciliadora”, conclamava as filhas do país a se unirem em uma frente comum pela liberdade democrática, ameaçada em todo mundo pelas “tendenciosas e atrevidas pretensões totalitárias dos agentes internacionais semeadores de doutrinas exóticas e completamente antagônicas aos ideais de fraternidade do povo brasileiro” (ATENÉIA, 1963, nº 37, jul.-dez., p. 3). Além disso, escrevendo no plural, ou seja, colocado-se como uma representante da coletividade, salientou que:

¹⁵³ No restante do editorial sobre o sesquicentenário da Independência houve a exaltação da figura de Dom Pedro, juntamente com a contagem de trechos de sua biografia e da História do Brasil a partir do “Dia do Fico”.

Possuímos nossos códigos de ética cristã e temos no grande trinômio de *Deus, Pátria e Família* o alicerce mais firme da nossa grandiosa nação. Como poderemos permitir que se destruam as nossas prerrogativas de povo pacífico e empreendedor e se façam atentados diários rogativas contra a paz e harmonia da família brasileira, representada por tôdas as camadas sociais, favorecidas e menos favorecidas pela fortuna e pela educação? Queremos a melhoria e a felicidade de todos. Direitos iguais, já os temos e não desejamos que êles sejam suprimidos. O que nos falta, são oportunidades iguais... para que todos possam adquirir um padrão de vida condigno e correspondente aos anseios de todo o ser humano que conhece os benefícios da civilização [...]. Sabemos que a virtude e a fé cristã sob o apanágio das leitoras de ATENÉIA e de tôdas as damas brasileiras, hoje chamadas a uma grande e vital responsabilidade, escolher entre a liberdade dentro das normas da lei de Deus, ou a escravidão abominável, dentro da forja medonha do materialismo ateu (ATENÉIA, 1963, nº 37, jul.-dez., p. 4 – grifos meus).

O teor da citação trouxe a posição que a revista *Atenéia* e a ALFRS tomaram. O “trinômio *Deus, Pátria e Família*”, por exemplo, remete às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceram entre março e abril de 1964, antes desse editorial, portanto. As marchas foram atos públicos organizados principalmente por setores católicos da classe média e alta urbanas em várias cidades brasileiras, com impulso de organizações empresariais e de mulheres (CODATO e OLIVEIRA, 2004, p. 273). As marchas foram fruto de uma conjuntura anterior, a expressão mais evidente do anticomunismo e antipopulismo iniciado de modo geral desde o final da Segunda Guerra Mundial, com a bipolarização política, e, no Brasil, principalmente após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e as querelas que a sucederam.

Nos encaminhamentos finais do 37º editorial, ressaltou-se quererem “a felicidade e a redenção do povo brasileiro, em harmonia com os conceitos da cristandade e da liberdade democrática”, sendo ao “lado dos defensores da legítima democracia que lutarão[lutariam] sem trégua e sem medo”. Na conclusão: “DEUS é VERDADE. DEMOCRACIA é a LIBERDADE. O BRASIL deseja ser livre, progressista e feliz” (ATENÉIA, 1963, nº 37, jul.-dez., p. 4 – Grifos no original). Ou seja, o apelo religioso esteve presente pouco antes de se efetivarem as Marchas de 1964 pelo Brasil, com o mesmo tom presente nelas.

Em 1967, retornando ao tema geral, o editorial nº 44/45, também teve o título de “*A Paz*”. Ainda mais explícito sobre qual “guerra” se tratava, o texto apontou que a humanidade ia lutando pela paz, e para garanti-la as nações estavam se organizando de várias maneiras, inclusive se “armando ferozmente, numa competição bélica aparatosa, a fim de imporem respeito umas as outras, concretizando a célebre frase: ‘Si vis pacem para belum’. – Se queres a Paz, prepara a guerra” (ATENÉIA, 1967, nº 44 e 45, p. 1).

Além dessa divulgação sobre o porquê do título, o editorial nº 44/45 trouxe referências a deuses, o que esteve muito presente nos primeiros artigos de fundo, dizendo que a Paz era

representada por uma divindade filha de Júpiter e de Themis, do “tempo do paganismo” – “suas insígnias eram o caduceu, o ramo de oliveira e um archote deitado por terra” –, sem esquecer de citar “Jesus”, que teria deixado a herança da paz com seu sofrimento e morte na cruz (ATENÉIA, 1967, nº 44 e 45, p. 1). Importante perceber o reforço à dimensão religiosa por trás das posições políticas tomadas, em que o cristianismo era o que levava àquela luta, que dentre as frentes esteve o apoio ao Exército, justamente com a função de pacificar o país, segundo o posicionamento de *Atenéia*.

O editorial de 1967 prosseguiu com a seguinte interrogação: “por quê não lutarmos pelas artes, pela instrução, agricultura, saúde pública, ciências, cristianismo, fraternidade e moralização dos costumes? [...]”, pois a Paz era “a herança que Jesus nos deixou ao sofrer e morrer na cruz, por nós. Quando subiu aos céus Êle disse: -‘Deixo-vos a minha Paz. A minha Paz vos dou’” (ATENÉIA, 1967, nº 44 e 45, p. 1). A partir dessa visão, o Exército, ao tomar o poder em 1964, não deixava de ser um fiel discípulo de Cristo – e com isso, a posição aparentemente seria neutra, pelo “bem comum”, sendo que o cunho religioso apagaria o tom político que o apoio ao golpe teria (e teve)¹⁵⁴.

Em edição posterior, de 1970, a questão das diferentes ideologias voltou a compor o texto de abertura do nº 50/51. Ao tratar sobre os astronautas do Apolo 13, das dificuldades enfrentadas, apontou-se que muitos rezavam por eles, porém

Infelizmente, não foi[era] o mundo inteiro que rezou nesta[naquela] difícil conjuntura, pois êste mundo todo não tem a mesma fé, não professa a mesma crença, não possui a mesma esperança, a mesma finalidade, o ideal, a doutrina, ou a religião. Somos um planeta de gente oposicionista, de anti-irmãos, de inimigos confessos, de adversários permanentes, de sêres divididos e movidos por vontades e pensamentos antagônicos. Não rezamos todos juntos; não amamos, não cremos, não vivemos em comunhão. Em nosso próprio meio temos sempre os anti-Pátria e os anti-Deus; os contra o bem e os contra a felicidade e a realização humana. É uma lástima vivermos e morreremos num planeta assim, ameaçado pelas guerras, pelas dissensões e pelo aniquilamento da espécie (ATENÉIA, 1970, nº 50/51, p. 2).

¹⁵⁴ As Marchas da Família com Deus pela liberdade tinham um cunho conservador ligado a setores católicos da classe média urbana, além de políticos conservadores, elite empresarial e movimentos femininos, que tinham o anticomunismo e o antipopulismo como argumento político de legitimação da intervenção militar (CODATO e OLIVEIRA, 2004). Entidades femininas e religiosas católicas (alto clero, principalmente) foram um braço forte no movimento pró-intervenção em diferentes estados. Além disso, o catolicismo teve forte influência em relação a busca de controle sobre a vida feminina no período até a década de 1970 (pelo menos), no sentido que seus representantes não aceitavam uma nova postura da mulher que, mesmo aos poucos, pós década de 1920, vinha buscando encontrar seu espaço na sociedade urbana (AZZI e GRIJP, 2008, p. 129). As recomendações de cartas pastorais, as determinações de sínodos e das cúrias episcopais, portanto, insistiam na educação familiar que a mulher deveria ter, no modo de levar a vida, de se vestir e comportar na sociedade. E esse esforço em manter o domínio sobre o mundo feminino dizia respeito à “inclinação para a vaidade e sedução”, bem como a “fragilidade estrutural da mulher” (AZZI e GRIJP, 2008, p. 129). *Atenéia* tinha como posição vários argumentos religiosos ligados ao catolicismo, isso explica talvez o posicionamento de distanciamento da palavra *feminismo*, ao mesmo tempo em que demonstra a ligação de seu apoio à intervenção militar em 1964.

Os discursos em relação aos “anti-Pátria” e aos “anti-Deus” nestes anos são basicamente associados a quem tinha críticas ao governo militar instaurado em 1964. Nas campanhas havia um forte apelo ao amor à pátria, como na expressão muito difundida na época “*Brasil: ame-o ou deixe-o*”. Tudo isso associado ao fator religioso, evidenciou a existência de um lado das pessoas querendo o “bem”, acreditando em Deus, ou seja, estavam de certa forma do “lado certo”, enquanto existiam outras do “lado errado”, pois eram “oposicionistas”, “adversárias” de quem rezava pela difícil conjuntura – e quem tinha certa (e não qualquer uma) fé, crença, esperança, finalidade ideal, doutrina e religião, só poderiam ser as pessoas “corretas”; as outras eram erradas, portanto.

Em 1958, ao tratar dos satélites americano e soviético, não houve uma preferência, pelo contrário, foi apontado talvez ser possível o mundo “servir a dois senhores”. Pois bem, em 1969, o editorial nº 48/49, sem título, abordou a “conquista da lua”, e nele não houve mais tantos resquícios desta (tentativa de) neutralidade.

No texto de 1969, além de ovacionar os astronautas americanos pelo feito (chegada à lua em julho de 1969), dizendo ser ele uma das ambições maiores dos sábios da época, que era a inauguração das viagens interplanetárias, salientou-se de forma interrogativa se as pessoas – inclusive elas – estariam preparadas para esses eventos futuros. Com isso, introduziram o que veio a ser o posicionamento em relação ao momento internacional da *Corrida Espacial* entre EUA e URSS (entre 1957-1975):

Estaremos preparados convenientemente para êstes eventos? Urge que reexaminemos os nossos conhecimentos científicos, as nossas idéias políticas e religiosas, os nossos propósitos e padrões de moral, a fim de nos certificarmos se de fato êles poderão adotar-se à nova éra. O Homo-Sapiens, habilita-se de um momento para o outro ao título de Homo-Sideralis. Quantos poderão merecê-lo e mesmo desejá-lo, uma vez que implica numa total mudança e reavaliação [...].Festejando a data histórica da primeira descida na Lua, a nossa ATENÉIA faz-se presente ao côro daqueles que ovacionam os valentes e bem treinados astronautas norte-americanos; os técnicos e funcionários que os prepararam; o Govêrno e o povo que financiou os custosos projetos; os jornalistas e radialistas que fizeram a entusiástica e perfeita cobertura, bem como a todos os povos livres que acompanharam a saga maravilhosa [...]. *Fazemos votos de que a conquista da Lua seja um motivo de paz e de compreensão entre os governos e os povos dêste mundo atribulado, já agora no limiar do infinito, mas ainda assoberbado pela fama dos mais diversos problemas locais [...]. Dentro dos postulados da fé cristã e dos mais altos ideais da civilização em marcha, procuremos edificar o mundo do futuro, de cidades doiradas e maravilhosas e de astronaves fulgurantes, onde os seres humanos já libertos de suas condições inferiores, possam sentir-se realizados e seguros, com suas mentes povoadas de belos e felizes pensamentos, e limpas, das visões torturantes que até hoje nos tem mantido acorrentados a um destino cruel, mas não de todo irreversível. Diante das conquistas da éra espacial, certamente cairão os últimos bastiões do erro e da maldade [...]* (ATENÉIA, 1969, nº 48-49, p. 1 e 2 – grifos meus).

Como se pode perceber, principalmente pelos trechos selecionados e pelos grifados, todos os argumentos que foram elencados nesse tópico apareceram com força. Desde a paz, o enaltecimento de determinado país (EUA) na pessoa de seus astronautas, presente no lado contrário dos “bastiões do erro e da maldade”, até a tentativa de neutralização do posicionamento, através da base argumentativa fundada sobre os “postulados da fé cristã”. Esses fatores estiveram presentes de modo geral nos editoriais, sejam antes ou pouco depois de 1969, e reiteraram o quanto a política esteve ‘orbitando’ na entidade e órgão de divulgação, sobretudo nesse tópico que englobou conjunturas mundial e nacional. E esta órbita nunca foi neutra: às vezes esteve apenas no ar, é verdade, mas em muitos momentos foi pé cravado na terra – ou na lua, poderia assim se dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *imortalidade* é um ponto chave para pensar o que levou a fundação de uma academia literária *feminina* por sete mulheres de Porto Alegre em abril de 1943. O poeta Amado Nervo falou sobre *a Inmortalidad* tempos atrás, em forma de poesia:

“*Nosotros que no más somos fantasmas,
queremos perdurar en la memoria
de outro fantasma: la posteridad,
[...]
Pedimos un esfuerzo a los humanos
para que nos recuerden
[...]
hacer queremos
que los demás escuchen nuestra historia,
que repitan siquiera nuestro nombre
una vez, entre aullidos de congoja...
Y es está, amigos, la celebridad!
Esta es, inmortales, vuestra gloria!*”
(NERVO, Amado. 1920-1)

A permanência das pessoas foi e é uma busca constante, desde os tempos antigos. Entretanto, é preciso ter alternativas para continuar existindo, sabendo da inevitabilidade da morte. Livros são uma das maneiras de continuar ‘vivo’, no caso pela leitura de outrem – e isso envolve, por exemplo, o início da noção de autoria. Uma das formas pleiteadas por algumas escritoras portoalegrenses, portanto, foi *perdurar na memória* com seus livros e indo além, com o prestígio que lhes seria creditado por uma *Academia de Letras*, a exemplo da *Academia Brasileira de Letras*.

Que façam um *esforço para recordar*; que *escutem nossa história*: eis, poeticamente, os intuitos da *imortalidade*. Desaparecer somente do *plano material*, físico, mas continuar presente no *plano espiritual*. O poema “Conjunturando”, do livro *Poemas da Meia Noite* de Alzira Freitas Tacques, também dá pistas em relação a esse objetivo de *perdurar na memória*:

“*Quando eu fechar as pálpebras cansadas,
fugindo dêste mundo a áspera trilha,
para o silêncio das regiões sonhadas...
afôra os meus, a minha filha,
faces em lágrimas banhadas,
que olhos, acaso, chorarão por mim?*

*Que olhos, talvez, que desconheço,
se aljofrarão de pranto,
pelo meu fim?*

*Tudo na vida é desencanto,
Nada merece aprêço!
Das cousas sobressai, sómente, avesso,
o lado ruim...
Do princípio ao comêço,
do berço ao cemitério,
apenas o mistério!*

*Quem saberá da malquerença ou simpatias
que adquire, inconsciente,
no caminho onde cruza tanta gente?
É por isso que assim, no tumulto dos dias,
eu me interrogo sem resposta:
- Alguém será que gosta
um bocadinho, do meu “eu” terno e afetivo?
No marasma em que vivo,
será difícil uma afirmação...
Quem pode dizer: - sim?!
Mais fácil será um “não!”
E quando, envôlto em crepes e setim,
já não me bata o coração
que de emoções aos poucos se consome,
quem irá evocar ainda o meu nome?
- que olhos, acaso, chorarão por mim? ...”
(TACQUES, Alzira Freitas. 1947)*

Que olhos, além dos de entes próximos, chorarão por nós? Como pessoas desconhecidas podem vir a sentir a nossa falta? As indagações de Alzira F. Tacques talvez dêem pistas de que a *trajetória* e/ou *obra* eram e são pontos primordiais para a existência ultrapassar a morte e alcançar a eternidade. E neste sentido, a ALFRS teve seus objetivos ligados a essa máxima, com um adendo tão importante quanto o conteúdo principal: uma academia de letras buscando a imortalidade *feminina*.

Neste trabalho se buscou responder quais os pensamentos e práticas, principalmente permeados por *gênero*, constituíram a ALFRS, fundada em abril de 1943 em Porto Alegre, e que segue em atividade na cidade, levando em conta os espaços para as práticas literárias que estavam disponíveis. Para fazer esta abordagem e responder ao problema-questão, as fontes primárias principais foram as Atas da instituição (1943-1973) e a Revista *Atenéia* (1949-1972).

Inicialmente realizou-se uma discussão em relação à teoria literária, demonstrando que historicamente houve um apagamento e exclusão das escritoras do espaço literário, sendo a produção literária de mulheres rotulada como singular, em contraposição a outra, masculina e universal. Este debate vai ao encontro dos históricos, pois, por muito tempo os sujeitos tinham como base uma universalidade baseada no ser masculino, uma figura de Homem ficcional. Com a utilização do *gênero*, sem esquecer de outras variáveis como raça e classe, implicou-se analisar o passado com outro olhar sobre as fontes, percebendo as relações sociais a partir das

divisões construídas em torno das diferenças entre o que se consideram ser homens e mulheres – e nesse ínterim, o *poder* é o elemento articulado que demonstra as hierarquias e assimetrias existentes.

Com base nessas discussões teóricas, entre outras citadas, criou-se um esquema-interpretativo para apresentar as possíveis respostas ao questionamento previamente elaborado. Como o assunto trabalhado acabava por ter uma ligação mais ampla com a leitura, a escrita e publicação por mulheres, e as diferenças dessas quando comparadas com a realidade dos homens, iniciou-se retornando bastante no tempo para tratar, através de uma ótica, quais foram algumas de suas possibilidades.

De maneira geral, considerou-se que a (boa) situação econômica foi um (não o único) fator preponderante nas oportunidades de estudo para as mulheres, mesmo já no período de vida escolar das primeiras acadêmicas da ALFRS. As precisões físicas (econômicas), entretanto, vinham acompanhadas de necessidades simbólicas (sociais): era preciso ter às vezes uma família que via o estudo como algo importante a ser adquirido por uma mulher em fins do século XIX e início do XX. Os exemplos de Lydia Moschetti e Aurora Nunes Wagner foram trazidos por terem sido emblemáticos em relação a essas questões *de gênero*, do que se esperava das mulheres, das críticas, mas ao mesmo tempo das possibilidades não comumente elencadas para as mulheres em determinadas época (participar do teatro e se candidatar à assembleia nos primeiros anos após o voto ter sido conquistado, respectivamente.).

As fontes principais utilizadas, conforme ressaltado, tiveram a função de perceber como foi pensada a realidade de um grupo de Porto Alegre em relação à escrita e à leitura por mulheres no Brasil de forma geral a partir de uma entidade específica. As atas, os estatutos e os editoriais são documentos atrelados, poderia se dizer, a uma História “tradicional”. Entretanto, repensar uma história institucional e a comunicação na História se faz necessário, pois o olhar teórico (re)posicionado traz resultados diferentes. Assim, a narrativa deste trabalho não obedeceu simplesmente uma organização temporal e contextual, até por acreditar no *gênero* em uma tentativa de quebra, por menor que seja, da narrativa histórica convencional.

As *Evas* quiseram a sua própria *Academia de Letras*, a exemplo dos *homens de letras* que as excluía. A fundação da ALFRS teve na sua repercussão a mostra do sexismo e machismo reinantes na época (acabou?). Não se pode naturalizar o pensamento daqueles escritores com o argumento de ser o *tom* do período, pois justamente o *gênero* ajuda a perceber e problematizar esses *tons* de dias aparentemente ensolarados, que na verdade estavam nublados e com fortes trovoadas.

O *Adão* presente em cada um daqueles *imortais* esteve incomodado: mulheres *da sua costela* estavam fundando outra academia literária no estado? Outra academia? De letras? Na mesma cidade? Ainda mais *feminina*? Àquela Academia dos *homens* recebia subsídios, conforme disseram na carta de não reconhecimento da nova entidade; a motivação, portanto, era econômica. Entretanto, porque somente àquela academia *masculina* podia ter recursos estatais? O *gênero* explica isso também? A Academia Rio-Grandense *Masculina* de Letras era quem tinha os “melhores” escritores, por direito deveria ser quem recebia as verbas? As “boas escritoras” poderiam participar da academia *masculina*, mas quem definiria isso? Com estes questionamentos não se quer afirmar que as acadêmicas eram todas boas escritoras (nem a análise isso pretendia, pois os livros não foram objeto de análise), se quis, isso sim, dizer que certamente nem todas eram ruins como alguns *homens das letras* buscavam demonstrar.

A criação da revista *Atenéia* em 1949 a princípio não despertou tantos debates e críticas externos. Ela foi a concretização de um objetivo da ALFRS, o de levar o nome da instituição para outros lugares, buscando estar “*sempre mais acima, sempre mais além*”. Toda a sua constituição tem referências nos conhecimentos *elevados* das acadêmicas ligadas ao periódico. Essa elevação era fruto do que talvez considerassem/fosse considerado como os *grandes conhecimentos*: a cultura clássica, a língua francesa, etc.

A revista *Atenéia* circulou por pouco mais de duas décadas, e mesmo com relatos de dificuldades financeiras, não teve uma vida tão efêmera, sobretudo em função do apoio de Aurora, que dirigiu o periódico na maior parte do tempo, e de Lydía, com doações monetárias. Os assuntos gerais eram bastante variados. Nos editoriais, especificamente, ratificou-se o que nas atas já aparecia de maneira menos direta: a política era uma face importante da ALFRS. Seja porque necessitavam e buscavam conseguir subsídios, seja porque tinham um forte posicionamento pessoal e/ou coletivo.

Ao pensar como apresentar os pensamentos e práticas da ALFRS e/ou acadêmicas, estruturou-se a escrita a partir de três divisões, transformadas em capítulos. A *Academia para dentro* se estabeleceu, organizou e transformou suas práticas e posicionamentos internamente ao longo de suas três décadas iniciais. Evidente que não seria possível captar totalmente o teor dos itens, por isso selecionou-se algumas temáticas, que a partir da análise das atas e estatutos demonstraram ter relação com as pretensões das *imortais*.

Um dos pontos principais sobre a *Academia para dentro* foi que o *caráter puramente literário* era uma espécie de “falsa neutralidade”, pois houve posicionamentos políticos e também partidários, assim como RODRIGUES (2001) analisa na ABL. Durante todo o período estudado, a ALFRS esteve ligada aos governantes nos mais variados níveis, com

muitos auxílios pleiteados e obtidos – chegando a apoiar a ação do Exército Nacional em abril de 1964 e a posterior instauração da Ditadura (vista como um governo legítimo).

As maneiras de ingressar (ou não) na ALFRS, juntamente com os *valores morais e intelectuais* necessários, foram o momento em que se averiguou a “falsa neutralidade”, depois corroborada por vários editoriais com o posicionamento mais declarado em relação ao *comunismo* – palavra não utilizada, mas assunto bastante abordado. Através de alguns *casos* (de Lila, Ísis e Maria), mapeou-se como foram algumas atitudes da entidade frente a questões específicas, chegando à conclusão de que mesmo sem uma coerência no caso de *Lila*, a neutralidade política era o lado contrário ao considerado *comunista*.

E se a *imortalidade feminina* era a busca, a sede própria era quase o *corpo* a dar vida ao *rosto* das *imortais*, situando no espaço físico a simbologia de uma *academia de letras*. A sede própria não deixava de ser uma demarcação ao público externo da existência da instituição. E também foi mostra do peso e trabalho em prol da entidade que as acadêmicas empreendiam, além do poder econômico de muitas delas.

Só que a ALFRS não funcionou somente internamente. *De dentro para fora da Academia* seus temas e finalidades foram levados ao público externo, através de *Atenéia*. O *órgão de defesa dos interesses da Academia* levou informações internas, reforçando datas, comemorações, símbolos, como uma forma de reiterar a existência da instituição, e também demonstrar a erudição das acadêmicas, com a maneira e o conteúdo citado, para sustentar que tinham a capacidade intelectual para ter um *lugar de destaque*. As *Letras, Leitura, Literatura, Educação e Cultura* tiveram menor quantidade de editoriais, o que na análise reforçou o fato dos interesses acadêmicos não serem *puramente literários* e que o item estatutário de *não permitir política em seus estatutos* deveria ser relativizado.

E o reforço ao *caráter político* da ALFRS apareceu mais fortemente em editoriais de *Atenéia*. Assuntos *de fora* vinham *para dentro* da academia, retornando ao público externo com opiniões posicionadas, mas que tinham a intencionalidade de serem descomprometidas e neutras. E esses temas disseram respeito justamente às histórias, lutas e conquistas das mulheres, às relações de gênero e/ou aos momentos/debates políticos em relação aos contextos mundial e nacional, com tomada de posição frente às conjunturas.

Nesse capítulo que abordou a *academia de fora para dentro e vice-versa*, os editoriais sobre as questões diretamente ligadas ao *gênero* foram importantes. Alguns com argumentos de caráter *reivindicador pacificado de gênero*, demonstrando que o feminismo e suas lutas nem sempre podem ser compreendidos de forma evolutiva e teleológica; mas outros tantos, em plena década de 1960 (às vezes antes), tocaram em vários problemas centrais do

feminismo daquele momento – e até mesmo da atualidade. Interessante que aquelas mulheres “burguesas”/ “aburguesadas”, em uma cidade como Porto Alegre, provinciana, do sul do Brasil, estavam falando de direitos iguais, de romperem com o papel de “bonecas de enfeite”, de participação política, de voto, de trabalho. Uma hipótese é que elas estavam atentas a movimentos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e também de fora do país¹⁵⁵.

No entanto, ao mesmo tempo em que tinham pautas bastante liberais em relação às mulheres, em diálogo com os movimentos feministas da época, eram conservadoras no plano político-partidário, como foi averiguado com o teor de muitos editoriais em relação aos contextos pelos quais estavam passando, sobretudo a partir do final da década de 1950 em diante. Ou seja, não há como esquematizar a ALFRS e suas *imortais* como um bloco uno, pois a academia era formada por várias mulheres escritoras, com distintos posicionamentos, e, além disso, também a própria entidade formada por um grupo vai se transformando e não tem como ser definida como *isso* ou *aquilo*.

Um outro ponto importante: A ALFRS pareceu *planar* sobre o tempo histórico em relação a alguns contextos. Como hipótese, pensa-se que por serem as mesmas mulheres, com alguns acréscimos, a participarem da entidade, há permanências dizendo respeito ao espaço micro-pessoal, e não ao micro ou macro-histórico. Exemplo disso foi o conservadorismo averiguado na ligação de Aurora Nunes Wagner com o Integralismo. O teor dos editoriais de apoio ao golpe civil-militar de 1964 e posterior ditadura, também do período da Guerra Fria, tinham muita similitude com o manifesto publicado por Aurora no *Correio do Povo*, porém nas décadas de 1950 em diante o integralismo já não tinha mais força e lugar, ou seja, a dimensão histórica do apoio ao golpe não pode ser explicada com base no integralismo; já os motivos de apoio individuais (Aurora, ALFRS) em parte sim, pois o pensamento de alguém pertencente a esse movimento e partido não necessariamente deixaram de existir e de ser a base estruturante de sua posição.

Por fim, para entender a ALFRS, concluiu-se, é preciso problematizar e tencionar as análises que não conseguem assimilar a complexidade dos sujeitos, colocando-os em gavetas fixas (fechadas ou emperradas), nas quais não há margem para movimentação. O caso das acadêmicas e de suas posições liberais em relação às mulheres, seus direitos e, em contrapartida, conservadoras sobre os momentos políticos, principalmente pouco antes e depois do Golpe Civil-Militar de 1964, são emblemáticos para se repensar um modo de ver

¹⁵⁵ Posteriormente, pensa-se em fazer uma pesquisa específica pensando sobre esse assunto, levando em conta o que propiciavam essas ideias. Essa ligação pode ter como elo os movimentos de Bertha Lutz, com quem possuíam contato.

estranque e dual, no qual as pessoas na História são chamadas a uma ‘coerência não coerente’, retirando a pluralidade que as compõem.

Também se concluiu que a ALFRS estava em uma *subalternidade*, devendo ela ser entendida enquanto categoria relacional, o que, portanto, incorpora as *imortais*, pois, ainda que sejam de uma elite econômica branca porto-alegrense, estavam (e estão) fora dos cânones literários (assim como muito dos escritores sul-riograndenses em relação a literatura nacional). Certamente o fato de serem mulheres e não pertencerem, lá nas décadas de 1940 e 1950, ao grupo da *Editores Globo*, corroborou para estarem às margens da literatura – o que tem uma relação intrínseca com suas posições conservadoras, já que os escritores ligados naquele período a Globo eram em sua grande maioria *comunistas* (e até hoje conhecidos no estado). Entretanto, essa posição não se deve ao crivo da crítica literária, pois suas obras são desconhecidas ainda na “História da Literatura”.

Por fim, tal qual a FBPF, de período anterior, parafraseando Céli Pinto (2003, p. 25), a ALFRS e aquelas mulheres, fazendo parte de uma elite portoalegrense de certa forma conservadora politicamente, *desafiaram em parte os moldes de sua época, escreveram e se expuseram publicamente*. Somos múltiplos, diversos. Por isso, pensar os sujeitos históricos requer não abrir mão de suas complexidades, com o risco de aprisionar (e simplificar) a própria História.

REFERÊNCIAS

1. LISTA DE FONTES

1.1 Atas e Revista *Atenéia*

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 1(1-57), 1943-1947, p. 1-96. Acervo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 2 (58-194), 1947-1954, p. 1-100. Acervo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 3 (195-293), 1954-1966, p. 12-181. Acervo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 4 (294-334), 1966-1968, p. 3-41. Acervo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. Livro de Atas nº 5 (335-403), 1966-1973, p. 01-61. Acervo da ALFRS.

ATENÉIA. Órgão de Intercâmbio Cultural e de Defesa dos Interesses da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1949 – 1972. Acervo da ALFRS.

1.2 Compêndios Biobibliográficos

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. *50 anos de literatura: perfil das patronas*. Porto Alegre: IEL, 1993.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

FONTES, Rosa Ângela (org.). *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/logradouros.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2012.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TACQUES. Alzira Freitas. *Perfis de Musas, Poetas e Prosadores Brasileiros*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1956. 1º Volume.

1.3 Estatutos

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Estatutos manuscritos e datilografados*, 1943 (ARQUIVO DA ALFRS).

ACADEMIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: Extrato dos Estatutos, para a publicação no Diário Oficial. **Diário Oficial**, Porto Alegre, 4 de agosto de 1943 (ARQUIVO DA ALFRS)

1.4 Meio eletrônico

Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul: <<http://www.alf-rs.org.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

Academias de Letras no Brasil: <<http://www.academialetrasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

Escola Superior de Educação Física (ESEF): <<http://www.ufrgs.br/esef/historico.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

Academia Brasileira de Letras:
<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=540>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

1.5 Reportagens

ACADEMIA FEMININA DE LETRAS – Fundada no Rio, nos moldes da Casa de Machado de Assis. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 de abril de 1943, p. 10. ACERVO CORREIO DO POVO.

CONFUSÃO DAS ACADEMIAS: Adão não quer saber da concorrência de Eva na literatura. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 de agosto de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

CONFUSÃO DAS ACADEMIAS: Cabe ao homem a tarefa sublime de guiar a mulher ao Eden das Letras. *Correio do Povo*. Porto Alegre. 31 de outubro de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

MESA REDONDA COM AS IMORTAIS. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 22 de julho de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

MARTINS. Justino. Um Jantar com as Imortais. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 14 de agosto de 1943. ARQUIVO DA ALFRS.

UMA CANDIDATA À DEPUTAÇÃO ESTADUAL [sic]. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06 de agosto de 1934, p. 12. ARQUIVO PESSOAL, cedida por Mônica Karawejczyk.

1.6 Outros documentos, livros e revistas

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Correspondência Enviada/Recebida*, 1943-1950. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Álbum de Fotografias*, 1943-1950. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Termos de Compromisso*. 1943-2012. Arquivo da ALFRS.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. *Referências biográficas* (folhas avulsas). s/d. Arquivo da ALFRS.

FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Presença Literária*. Porto Alegre, ALFRS, Nova Dimensão, 1993.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 12.772, de 04 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www3.al.rs.gov.br/legis//Arquivos/12.772.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2012.

MOSCHETTI, Lydia. *Autobiografia*. Porto Alegre: s/Ed., 1970.

_____. *Histórico das minhas fundações*. Porto Alegre: s/Ed., s/d. [1971?].

_____. *Autobiografia*. 2008.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em 2 de fevereiro de 2016.

RELATÓRIOS PROVINCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL, 1830-1930. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em 13 de agosto de 2016.

RIPOLL, Lila. *Poemas e canções*. Porto Alegre: Horizonte, 1957.

_____. *O coração descoberto*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

TACQUES, Alzira Freitas. *Poemas da Meia Noite*. Porto Alegre: s/e, 1947.

2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Escrita de si na “Casa de Sergipe” - A autobiografia de Emília Rosa de Marsillac Fontes (1871-1948). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Sergipe, IHGS, nº 36, 2007, p. 15-40. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br/revistas/36.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*. São Paulo, 1995, 14, p. 125-136.

ARAÚJO, Thiago Leitão. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/araujo%20thiago%20leito%20de.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do Ensino Público*. Tese de Doutorado. 373 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/2780/1/000399709-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

AZZI, Riolando e GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja no Brasil: ensaio a partir do povo*. Tomo II/ 3-2, Terceira Época, 1930-1964. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. 2ª edição.

BAIROS, Lilian Tavares. O integralismo de saias: militância feminista nas fileiras integralistas em Santos. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. p. 1-11. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386607918_ARQUIVO_LilianTavaresdeBairros.pdf. Acesso em 13 de setembro de 2016.

BARSTED, Leila Linhares e GARCEZ, Elizabeth. A legislação sobre família no Brasil. In: *As mulheres e os direitos civis*. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999, p. 9-26.

BASTOS, Maria Helena Camara. Um manual e suas diferentes apropriações. “*Noções de História da Educação*” de Theobaldo Miranda Santos (1945). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Aracaju, 2008, p. 1-18. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/37.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

BATALHA, Cláudio H. M. Vida Associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, n 8, p. 91-99, dezembro de 1997.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Editora EDUSP, 1999. (tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BONILHA, Caroline Leal. *Corymbo: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BONILHA, Juliana Cristina. A produção literária na *Revista Feminina* (1915-1936). *Anais do SILEL*. Uberlândia: EDUFU, 2013. V. 13, nº 1, p. 1-15.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. RJ, DIFEL, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996, pp. 137-161.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Atica, 1986.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-60.

CARRÉ, Toni (Org. e Pref.). *Vozes Femininas*. Porto Alegre: Editora Carré, 1984.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 27, 2004, p. 271-302. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a11v2447.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. MS: Ed. UFGD, 2014.

CORADINI, Odaci Luiz. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre: UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

DALCASTAGNÈ, Regina. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo, IN: DALCASTAGNÈ, Regina e LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DALMÁZ, M. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: estudo de vida e obra. In: GAZOLLA, Lúcia Almeida (org.). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. Volume I, p. 70-79.

_____. Nísia Floresta: entre os direitos e os deveres das mulheres. In: *IV SIMPÓSIO NACIONAL MULHER E LITERATURA*, 1991. Niterói, **Anais...** Niterói: Coordenação de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (ABRALIC), 1992, p. 178-186.

_____. Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogo e apropriação. In: RAMALHO, Christina (org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1999. p. 85-96.

_____. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, nº 49, 2003, p. 151-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação Unisinos*. São Leopoldo, v. 11, n. 2, 2007 (maio/agosto).

FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol48, nº3, 2005, pp.655-680.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF), 2005.

GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudanças e permanências em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 314 f. Tese de Doutorado em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em:

http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7563/arquivo7512_1.pdf?sequence=1.

Acesso em 20 de agosto de 2016.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Instituição Literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*. Porto Alegre: IEL, EDIPUCRS, 1997.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. (Tradução de Eliane Lisboa).

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, 17, (1), jan.-abril/2009, p. 215-241. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>. Acesso em 12 de março de 2016.

HELLER, Barbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Idéias, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 54-92.

JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Alves, 1960.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KARAWEJCZYK, Mônica. *Mulheres votando? Anos iniciais da participação feminina na cena eleitoral em Porto Alegre*. 81 f. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMC. Concurso Décio de Freitas, Edital 19/2011[2013]. Inédito.

_____. *Voto da Costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. 292f. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3949>. Acesso em 10 de março de 2016.

_____. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. 398 f. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em 10 de março de 2016.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LEAL, Ondina Fachel; BOFF, Adriane de Mello. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. p. 119-135.

LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 73-95, jun-2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/04.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Volume 2.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. Elas também desejam participar: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n.2, p.149-169, 1º sem, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Fapesp, 2008.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À Esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. 340 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/61721>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

MARTINY, Carina. Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fonte de pesquisa. IN: *IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. *Saber Acadêmico*. São Paulo, nº 7, jun. 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, 8, (2), 2000, p. 9-42. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012>. Acesso em 12 de março de 2016.

OKIN, Susan Moller, Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC. V.16, n. 2, maio-agosto/2008. p. 305-332. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>. Acesso em 12 de março de 2016.

ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. [tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi]

PAVANI, Cinara Ferreira. A representação da mulher na poesia de Lila Ripoll. *Revista Eletrônica de crítica e teoria das literaturas* – Comunicações e Fóruns. PPG-Let, UFRGS, Porto Alegre, Vol. 3, nº 2 – jul/dez 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/5071/2911>. Acesso em 13 de março de 2016.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na categoria histórica. *História*, São Paulo, v. 24, N. 1, p. 77-98, 2005.

PETRÓ, Camila Albani. *A criação da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul: projeto e campo de possibilidades* na Porto Alegre da década de 1940. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. 75 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67204>. Acesso em 10 de março de 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologias*, Porto Alegre. ano 1, nº 2, jul/dez 1999a, 68-99.

_____. Notas a propósito de Ernesto Laclau. *Revista de Ciências Sociais* [en linea]. 1999b, v.12, n.15, pp. 36-58.

_____. Elementos para uma análise de discurso político. *BarBarói* – Revista do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul. 2006/1, nº 24, p. 78-109.

_____. Feminismo, História e Poder. *Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa; SZWAKO, José. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2002, 5ª edição.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, 11, 1998, p.89-98.

REIS FILHO, Daniel Arão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 122 f.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.); *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992. p. 63-95. (tradução de Magda Lopes).

_____. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. Conquistas, Reconquistas y Desconquistas. *Debate Feminista*, México, Año 3. Vol. 5. Março de 1992. Disponível em: http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=iguald1012.pdf&id_articulo=1012. Acesso em 20 de fevereiro de 2015

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 1995. Vol. 20, nº2, jul./dez., p. 71-99.

SCHMIDT, R. T. A crítica feminista na mira da crítica. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 42, p. 103-128, 2002.

_____. Mulher e literatura: histórias de percurso. In: Ildney Cavalcanti; Ana Cecília Acioli Lima; Liane Schneider. (Org.). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió, 2006a, v. 1, p. 31-44.

_____. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. IN: DALCASTAGNÈ, Regina e LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo, Editora Horizonte, 2010.

_____. A história da literatura tem gênero? Notas do tempo (in)acabado de um projeto. *Anais do X Seminário Internacional de História da Literatura PUCRS*, 2013. p. 1-11. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/x-sihl/media/mesa-7.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 a 1950. *História Oral*, v.9, nº2, p. 9-32, jul.-dez., 2006b, p. 9-32. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=197&path%5B%5D=201>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher integralista. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p. 1-17.

SILVA, Maria Cristina Müller da. *Representações do sagrado na poesia de Lila Ripoll*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2009. 110 f. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/402>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. *Dois pra lá e dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.); tradução de Dora Rocha. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOARES, Larissa de Oliveira. *Ethos de Helena no teatro trágico de Eurípides (séc. V a.C): uma análise de Troianas (415 a.C), Helena (421 a.C) e Orestes (408 a.C)*. Dissertação de Mestrado. 145 f. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142515/000993758.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Minas Gerais: UFMG, 2010.

_____. *A Critique of Post-Colonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1999, p.112-148. *Cadernos Pagu* (19), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 2002.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary (org); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. 10ª edição.

WOOLF, Virgínia. *Profissões de Mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2013.

_____. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

VILLATA, Luiz Carlos e MORAIS, Christianni Cardoso. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874). IN: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 401-418.

APÊNDICE A – PRESIDENTES DA ALFRS DE 1943 A 1974

PRESIDENTES	PERÍODO
Lydia Moschetti	1943 – 1948?
Aurora Nunes Wagner	1948 – 1950
Stella Brum	1950 – 1952 Reeleita para o biênio de 1970 – 1972
Camila Furtado Alves	1952 – 1954
Noemy Valle Rocha	1954 – 1956 reeleita para o biênio de 1956 – 1958
Déa Rodrigues Figueiredo	1958 – 1960 reeleita para o biênio de 1960 – 1962 segunda reeleição de 1962 – 1964 e depois de 1966 – 1968
Maria Isabel Costa	1964 – 1966
Lydia Mombelli da Fonseca	1968 – 1970
Maria Isaura Gameiro	1972 – 1974

Fonte: Atas da ALFRS de 1943 a 1973 (Arquivo da ALFRS).

APÊNDICE B – GESTÕES DE ATENÉIA DE 1949 A 1972

ANO	GESTÃO REVISTA ATENÉIA
TRIMESTRAL 1949 Nº 1	Diretora: Natércia Cunha Veloso Administração e Gerência: Aurora Nunes Wagner, Noemy Valle Rocha, Stella Brum Secretaria: Maria Von Bassewitz, Universina de Araujo Nunes Intercâmbio Cultural: No Brasil: Noemy Valle Rocha No estrangeiro: Lydia Moschetti Redatoras: Otilia Chaves, Diacólmeta Berlese de Matos Dourado, Jenny Seabra,
TRIMESTRAL 1950 1º trimestre Nº 2	Diretora: Natércia Cunha Veloso Administração e Gerência: Aurora Nunes Wagner, Noemy Valle Rocha, Stella Brum Secretaria: Maria Von Bassewitz, Universina de Araujo Nunes Intercâmbio Cultural: No Brasil: Noemy Valle Rocha No estrangeiro: Lydia Moschetti Redatoras: Otilia Chaves, Eudoxia Almeida, Jenny Seabra
TRIMESTRAL 1950 2º e 3º trimestre Nos. 3 e 4	Diretora: Natércia Cunha Veloso Diretora-Gerente: Aurora Nunes Wagner Redatora-Chefe: Jenny Seabra Intercâmbio Cultural: No Brasil: Alzira Freitas Tacques No estrangeiro: Lydia Moschetti Seção Folclórica: Noemy Valle Rocha
TRIMESTRAL 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956 até 1º trimestre de 1957 Nos. 6 a 22	Diretora: Jenny Seabra de Souza Diretora-Gerente: Aurora Nunes Wagner Intercâmbio Cultural: No Brasil: A. N. W. * Alzira Freitas Tacques, a partir do 2º trimestre de 1952 até 1954; * Natércia Cunha Veloso, a partir do 2º trimestre de 1954 No estrangeiro: Lydia Moschetti Seção Folclórica: Noemy Valle Rocha A partir do 3º trimestre de 1954 passa a constar as “Apreciações de Leitura”, com Stella Brum e Alzira Freitas Tacques
TRIMESTRAL 1957 até 1958 2º trimestre Nos. 24, 25, 26	Diretora: Cely Dal Pai de Mello Diretora-Gerente: Aurora Nunes Wagner Intercâmbio Cultural: No Brasil: Natércia Cunha Veloso No Estrangeiro: Lydia Moschetti Seção Folclórica: Noemy Valle Rocha Apreciações de Leitura: Stella Brum e Alzira Freitas Tacques
TRIMESTRAL 1958 Nº 27	Diretoras: Aurora Nunes Wagner, Cely Dal Pai de Mello, Maria Isaura Gameiro * Virgínia Michielin entra no lugar de Maria Isaura Gameiro a partir do primeiro trimestre de 1960 Intercâmbio Cultural:
SEMESTRAL 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964 1965 Nos. 28 a 41	No Brasil: Natércia Cunha Veloso No Estrangeiro: Lydia Moschetti Seção Folclórica: Noemy Valle Rocha Apreciações de Leitura: Stella Brum e Alzira Freitas Tacques A partir do 2º semestre de 1963 passa a constar a “Consultora Jurídica”, com Dra. Maria Von B. Cesar
SEMESTRAL 1966 (Nº 42/43) 1967 (Nº 44/45)	Diretoras: Aurora Nunes Wagner, Cely Dal Pai de Melo, Virginia Michielin * Não constam os demais cargos.
ANUAL 1968 (Nº 46/47) 1969 (Nº 48/49) 1970 (Nº 50/51) 1971 (Nº 52/53) 1972 (Nº 54/55)	Diretoras: Aurora Nunes Wagner, Cely Dal Pai de Melo Conselho Deliberativo: Stella Brum, Virginia Michielin * Déa Rodrigues Figueiredo também participa desse Conselho na edição de nº 54-55 Comissão de Publicidade ¹ : Ana Luiza Bueno Simas, Ana Luiza Thomaz * Magda Costa no lugar da Ana Luiza Bueno Simas na edição de nº 48-49 1- nas edições nº 50-51 e 52-53 passa a se chamar “Departamento de Publicidade”, composto por Magda Costa, Ana Luiza Thomaz, Ana Luiza Simas. No último nº (54-55) não mais consta.

Fonte: Revista *Atenéia*, de 1949 a 1972 (Acervo de Academia).

APÊNDICE C – VALORES DAS ASSINATURAS DA REVISTA ATENÉIA

Edição	Assinatura Números Avulsos	Valores	Valor em moeda corrente Avulso ¹⁵⁶	Conversor de Valores Jornal Estadão e seu Valor Atual ¹⁵⁷	Conversor de Valores Correio do Povo ¹⁵⁸
1 1949	Série de 4 números: Capital	Cr\$ 50,00	R\$ 22,36	18 jornais R\$ 75,00	18 jornais R\$ 36,00
	Estados	Cr\$ 55,00			
	Estrangeiros	Cr\$ 60,00			
	Número avulso	Cr\$ 15,00			
2 Janeiro 1950 Até o nº 11	Série de 4 números: Capital	Cr\$ 50,00	R\$ 20,89	18 jornais R\$ 75,00	18 jornais R\$ 36,00
	Interior	Cr\$ 55,00			
	Estados	Cr\$ 60,00			
	Estrangeiro	Cr\$ 80,00			
	Número avulso	Cr\$ 15,00			
12 Abril 1953 Até o nº 14	Série de 4 números: Capital	Cr\$ 55,00	R\$ 14,03	15 jornais R\$ 60,00	15 jornais R\$ 30,00
	Interior	Cr\$ 60,00			
	Estados	Cr\$ 65,00			
	Estrangeiro	Cr\$ 80,00			
	Número avulso	Cr\$ 15,00			
15 Outubro 1954 Até o nº 18	Série de 4 números: Capital	Cr\$ 65,00	R\$ 12,10	12 jornais R\$ 48,00	18 jornais R\$ 36,00
	Interior	Cr\$ 70,00			
	Estados	Cr\$ 75,00			
	Estrangeiro	Cr\$ 90,00			
	Número avulso	Cr\$ 18,00			

¹⁵⁶ Consulta realizada no site da Fundação de Economia e Estatística, com última atualização em 1º de Junho de 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 1 de junho de 2016.

¹⁵⁷ Conversão realizada conforme tabela do Jornal Estadão, sendo que o funcionamento da conversão se faz através do valor da época (dia, mês e ano), que é convertido para a quantidade de jornais que poderiam ser comprados naquele momento, bem como o valor atual que seria gasto para comprar a mesma quantidade de jornais. Todo este processo de como funciona o conversor de valores está explicado em

<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 01 de junho de 2016.

¹⁵⁸ A conversão foi realizada com base em pesquisa no Acervo do *Correio do Povo* de um padrão (semana e fim de semana), levando em conta o ano e o primeiro dia do mês da edição de *Atenéia* (de 1949 a 1972), quando o preço foi alterado. Valores do Correio do Povo: 1) outubro de 1949 – Cr\$ 0,80; 2) 1950 – Cr\$ 1,00; 3) abril de 1953 – Cr\$ 1,00; 4) outubro de 1954 – Cr\$ 1,00; 5) janeiro de 1956 – Cr\$ 2,00; 6) setembro de 1957 Cr\$ 3,00; 7) setembro de 1958 – Cr\$ 3,00; 8) junho de 1960 – Cr\$ 5,00 *domingo Cr\$ 10,00; 9) julho de 1961 – Cr\$ 5,00; 10) julho de 1962 – Cr\$ 20,00; 11) julho de 1963 – Cr\$ 15,00 *domingos Cr\$ 30,00; 12) julho de 1964 – Cr\$ 50,00 *domingos Cr\$ 100,00; 13) janeiro de 1965 – Cr\$ 50,00 *domingos Cr\$ 100,00; 14) dezembro de 1966 – Cr\$ 200,00 *domingos Cr\$ 300,00; 15) dezembro de 1967 – NCr\$ 0,20 *domingos NCr\$ 0,30; 16) dezembro de 1968 – NCr\$ 0,30; 17) dezembro de 1970 – Cr\$ 0,40 *domingos Cr\$ 0,50; 18) dezembro de 1971 – Cr\$ 0,50 *domingos Cr\$ 0,60; 19) dezembro de 1972 – Cr\$ 0,60 *domingos Cr\$ 0,80. Valores atuais do *Correio do Povo* para o Rio Grande do Sul, conforme edição nº 287 ano 121 de 13 de julho de 2016 (R\$ 2,00).

Edição	Assinatura Números Avulsos	Valores	Valor em moeda corrente Avulso	Conversor de Valores Jornal Estadão e seu Valor Atual	Conversor de Valores Correio do Povo
19 Janeiro 1956 Até o nº 23	Série de 4 números: Capital Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 65,00 Cr\$ 70,00 Cr\$ 75,00 Cr\$ 90,00 Cr\$ 25,00	R\$ 14,38	16 jornais R\$ 66,67	12 jornais R\$ 24,00
24 Setembro 1957 Até o nº 26	Série de 4 números: Capital Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 70,00 Cr\$ 80,00 Cr\$ 90,00 Cr\$ 100,00 Cr\$ 25,00	R\$ 11,06	10 jornais R\$ 40,00	8 jornais R\$ 16,00
27 Setembro 1958 Até o nº 30	Série de 4 números: Capital Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 70,00 Cr\$ 80,00 Cr\$ 90,00 Cr\$ 100,00 Cr\$ 35,00	R\$ 13,63	14 jornais R\$ 56,00	11 jornais R\$ 22,00
31 Junho 1960 até o nº 32	Série de 2 números: Capital Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 90,00 Cr\$ 100,00 Cr\$ 120,00 Cr\$ 150,00 não consta	R\$ 10,42 * Valor referente à metade do valor para a Capital.	9 jornais R\$ 36,00	9 jornais R\$ 18,00
33 Julho 1961 Até o nº 34	Série de 2 números: Capital Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 100,00 Cr\$ 120,00 Cr\$ 150,00 Cr\$ 200,00 não consta	R\$ 8,46 * Valor referente à metade do valor para a Capital.	6 jornais R\$ 25,00	10 jornais R\$ 20,00

Edição	Assinatura Números Avulsos	Valores	Valor em moeda corrente Avulso	Conversor de Valores Jornal Estadão e seu Valor Atual	Conversor de Valores Correio do Povo
35 Julho 1962 Até o nº 36	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 150,00 Cr\$ 200,00 Cr\$ 300,00 não consta	R\$ 8,23 * Valor referente à metade do valor para a Capital.	7 jornais R\$ 30,00	7 jornais R\$ 14,00
37 Julho 1963 Até o nº 37	Série de 2 números: Capital Interior e Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 250,00 Cr\$ 300,00 Cr\$ 500,00 não consta	R\$ 7,88 * Valor referente à metade do valor para a Capital.	4 jornais R\$ 16,67	16 jornais R\$ 32,00
39 Julho 1964	Série de 2 números: Capital Interior e Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 500,00 Cr\$ 600,00 Cr\$ 1000,00 não consta	R\$ 8,29 * Valor referente à metade do valor para a Capital.	5 jornais R\$ 20,00	5 jornais R\$ 10,00
40 Janeiro 1965 Até o nº 41	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 1.000 Cr\$ 1.500 Cr\$ 2.000 Cr\$ 500	R\$ 12,32	5 jornais R\$ 20,00	10 jornais R\$ 20,00
42-43 1966	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Estrangeiro Número avulso	Cr\$ 1.500 Cr\$ 2.000 Cr\$ 3.000 Cr\$ 1.500	R\$ 19,92 * Valor referente à dez. de 1966.	10 jornais R\$ 40,00	7 jornais R\$ 14,00
44-45 1967	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Estrangeiro Numero avulso	NCr\$ 1,50 NCr\$ 2,00 NCr\$ 3,00 NCr\$ 1,50	R\$ 15,91 * Valor referente à dez. de 1967.	7 jornais R\$ 30,00	7 jornais R\$ 14,00

Edição	Assinatura Números Avulsos	Valores	Valor em moeda corrente Avulso	Conversor de Valores Jornal Estadão e seu Valor Atual	Conversor de Valores Correio do Povo
46-47 1968 Até o nº 48-49	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Exterior Número avulso	NCr\$ 5,00 NCr\$ 6,00 NCr\$ 3,00 NCr\$ 5,00	R\$ 42,31 * Valor referente à dez. de 1968.	20 jornais R\$ 80,00	25 jornais R\$ 50,00
50-51 1970	Série de 2 números: Capital e Interior Estados Exterior Número avulso	Cr\$ 7.00 Cr\$ 8.00 Cr\$ 10.00 Cr\$ 5.00	R\$ 11,78 * Valor referente à dez. de 1970.	12 jornais R\$ 50,00	12 jornais R\$ 24,00
52-53 1971	Série de 2 números: Capital e Interior Exterior Número avulso	Cr\$ 10,00 Cr\$ 15,00 Cr\$ 8,00	R\$ 39,90 * Valor referente à dez. de 1971.	16 jornais R\$ 64,00	16 jornais R\$ 32,00
54-55 1972	Série de 2 números: Capital, Interior e Estados Exterior	Cr\$ 10,00 Cr\$ 15,00	R\$ 43,05 * Valor referente à dez. de 1972.	16 jornais R\$ 66,07	13 jornais R\$ 26,00

APÊNDICE D – TABELA RESUMO EDITORIAIS

Nº	TÍTULO	MÊS/ANO	ASSUNTOS
1	<i>Preâmbulo</i>	Outubro de 1949, ano I	<p>- criação da Revista Atenéia, que teria como objetivo a divulgação das letras; citações em francês;</p> <p>- assinado: <i>A Direção</i>.</p>
2	<i>Ad Astra...</i>	Janeiro, Fevereiro e Março de 1950, ano I	<p>- novamente sobre a criação da revista, dos empecilhos que precisar destruir para vencer os obstáculos na busca de ser uma parcela útil para o bem espiritual da humanidade; citações em francês;</p> <p>- assinado: <i>A Direção</i>.</p>
3	<i>Hermaida</i>	Abril, Maio e Junho de 1950, ano I	<p>- em Honra a Hermes, Deus do Comércio; louvor ao Comércio;</p> <p>“Aludindo à sinonímia de expressões referentes ao comércio, que trazem as enciclopédias, citaremos: “O COMÉRCIO das letras e das musas”. “As ocupações literárias”. De tais conceitos nasceu esta simbólica “Hermaida”, cuja finalidade é homenagear, através das páginas de uma revista cultural, os comerciantes da nossa terra, que prestigiam as letras, favorecendo-lhe o surgimento e a prosperidade contínua. Salve, Comércio, expoente de pujança e grandeza dos povos!”</p> <p>- assinado: <i>A Direção</i>.</p>
4	<i>EPHEMERIDES</i>	Julho, Agosto e Setembro de 1950, ano I	<p>- referência aos fastos romanos; surgimento da revista como um fasto; ressaltam o nome de Aurora Nunes Wagner como a presidente da revista, que lhe cabe a glória pelo surgimento, etc.;</p> <p>Citando a apresentação do primeiro número da revista: “Queremos que “Atenéia” seja sempre um órgão construtivo, semeador de idéias sãs, leira proveitosa onde não medrem as raízes da corrupção e os pensamentos dletérios. Neste terçar das armas pacíficas da imprensa, se hão de aprimorar os espíritos, alentar as coragens rareantes, na defesa de nobres e lídimas aspirações. Embora lutando nos torneios difíceis da palavra, prosseguimos futuro avante, disseminando idéias, socializando espíritos, graças à prodigiosa invenção de Gutenberg, que propiciou a divulgação dessa fôrça miraculosa que é a Imprensa”</p> <p>“E’ que nos movia um IDEAL, que é “luz e fôrça”, na afirmação de Riboulet”.</p> <p>- assinado: <i>A Direção</i>.</p>
5	<i>DIREÇÃO DE “ATENÉIA”</i>	Janeiro, Fevereiro e Março de 1951, ano II	<p>- Natércia Cunha Veloso deixou a direção;</p> <p>- ressaltam o papel de Natércia na criação e estabelecimento da revista e reconhecem seu trabalho, mas dizem que “Atenéia tem de continuar sua tarefa vitoriosa”.</p> <p>- assinado no Sumário: J.S. (iniciais de Jenny Seabra, nova diretora de Atenéia).</p>

6	O AMOR	Maio, Junho e Julho de 1951, ano II	<p>- falam do amor, e dizem que o local que ele encontra “mais acolhedora e persistente guarida” é no coração da mulher: “Frágil e emotiva por natureza, ela se rende, quase sem relutância, a seu jogo prepotente, tirando da própria fragilidade fôrça e coragem para conservá-lo, muitas vêzes, pela existência tôda”; além disso, citam o conto O Poder de Deus, de autoria da “confrade” Emilia de Marsilac Fontes, viúva do poeta Joaquim Fontes;</p> <p>- assinado por J. S. (iniciais de Jenny Seabra).</p>
7	29 de Outubro	Agosto a Dezembro de 1951, ano III	<p>- sobre o dia 29 de outubro, início do terceiro ciclo de publicação; sobre as mudanças em Porto Alegre e no RS e os percursos de Atenéia: “Nesse ritmo acelerado e pleno de estesia, percorreu todos os quadrantes do Brasil. E não satisfeita com a divulgação das ideias femininas dentro do País, resolve transpôr fronteiras, levando às demais republicas da América a mensagem de fraternidade brasileira. Volta-se, então, para o Oriente, abraça Portugal e... prossegue. Afinal escoo-se o 29 de Outubro de 1951, de tantas e tão evocadoras lembranças, mas permanece o desejo das musas – que Atenéia continue sua jornada idealista, sem afastar-se do lema adotado: “Sempre mais acima, sempre mais além”.</p> <p>- assinado no Sumário por J. S.</p>
8	A MULHER MODERNA	Janeiro a Abril de 1952, ano III	<p>- sobre a mulher ser “duplamente escrava” quando trabalha fora do lar; que nem todas as diferenças entre os sexos são inatas; que há igualdade no nível intelectual, que certas diferenças provem da educação diferente entre um e outro; que as mulheres, principalmente as letradas, queriam o direito ao voto, pois não era justo um “analfabeto qualquer” que mal sabia escrever poder votar e as mulheres não; “E assim pensando, começaram a trabalhar em prol dêsse direito. Chegou o dia em que o alcançaram, não pelo trabalho desenvolvido em torno dêle, mas por circunstâncias que não vem ao caso narrar. Eva fica radiante e “candidamente” corre a levar às urnas o seu voto para o elemento masculino... Mas, se acontece figurar em uma ou outra chapa eleitoral um nome feminino, é certa a derrota na maior parte das vêzes”; fala ainda que a mulher, com o preparo das universidades etc. terão aos poucos maiores possibilidades, mas que isso não ia retirar a <i>dupla tarefa</i>; “Para as fábricas os próprios industrialistas visando pagar menores salários, já as haviam “bondosamente” levado, desde o século passado”; segue fazendo essa análise;</p> <p>- assinado por J.S. (iniciais de Jenny Seabra).</p>
9	EDITORIAL <u>UMA NOTÍCIA ALVISSALEIRA</u>	Maio a Agosto de 1952, ano III	<p>- sobre projeto de lei do Senado de publicar em “edição cuidada” as obras de Machado de Assis, para serem vendidas em volumes avulsos e a preços cômodos, permitindo maior acesso dos brasileiros; sobre o ensino primário e a necessidade da leitura;</p> <p>“A LEITURA É O MAIOR VEÍCULO DA CIVILIZAÇÃO HUMANA E, COMO TAL, MERECEDORA DA DEVIDA ATENÇÃO DOS POVOS”</p> <p>- assinado por Jenny Seabra.</p>

10	EDITORIAL <u>O TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE “ATENÉIA”</u>	Setembro a Dezembro de 1952, ano III	- sobre os três anos de publicação da revista; dizem ser a “primeira revista feminina do estado”; sobre o idealismo, as dificuldades, que cada uma tinha que custear suas publicações, etc.;; citas as palavras de Walter Spalding nas Notas Bibliográficas do “Jornal do Dia” de 2 de novembro sobre a ALFRS; - assinado por Jenny Seabra.
11	EDITORIAL O Décimo Aniversário da Academia Literária Feminina do Rio Gr. do Sul	1º Trimestre de 1953, ano III	- sobre o papel da mulher brasileira na formação do nosso país, que inspira os mais nobres ideais; cita algumas mulheres (VER NOMES); sobre o século XIX e o movimento literário do RS pelo ‘sexo forte’, mas que o sopro divino da inspiração não podia ser algo exclusivo do homem, a mulher deveria também ter espaço; sobre Delfina Benigna da Cunha e seu primeiro livro de poesias, que seria o marco inicial da emancipação literária feminino no RS; sobre o passar do tempo e a 1ª Grande Guerra, na Europa, mas que os reflexos se espalharam por toda parte, e as contingências desse período em função desse ‘desastroso’ acontecimento levaram a perceberem a capacidade feminina. - assinado no Sumário por Jenny Seabra.
12	EDITORIAL (sem outros títulos)	2º Trimestre de 1953, ano III	- sobre a ALFRS e suas comemorações da “Semana da Pátria”; visita do professor de Odontologia da Universidade do Brasil e insigne poeta cearense Martins d’Alvarez que, a convite do Clube Nordestino, veio fazer conferências na capital; sobre a situação difícil do sertanejo no Brasil. - Assinado por Jenny Seabra.
13	EDITORIAL (sem outros títulos)	1º Trimestre de 1954, ano IV	- sobre o 4º aniversário de Atenéia; diz que a revista atravessa mares e distâncias para levar ao mundo a palavra da mulher rio-grandense, levar seu ideal de perfeição; “Mas, seria bem pouco se ambicionássemos somente a perfeição literária, artística. Queremos mais, muito mais. Almejamos que “Atenéia” seja portadora de ideais mais significativos. Queremos ver a mulher elevada ao nível que lhe compete pelas suas qualidades de espírito e de coração. Pela sua energia, e destemor ante os percalços da vida pelo seu dinamismo irrefutável. Queremos vê-la vitoriosa não só nas letras, nas artes, nas ciências como em sua vida social, moral e material. Daí a razão que nos levou a criar o “Círculo de Valorização da Mulher”, instituição de a A. L. F. muito se orgulha.” IMPORTANTE: SOBRE A CASA DA MULHER INTELECTUAL. - Assinado por Jenny Seabra.
14	EDITORIAL (sem outros títulos)	2º Trimestre de 1954, ano IV	- sobre a instituição da “Flor Simbólica” para celebrar os atos solenes da ALFRS, louvor ao mérito; datas festivas, etc.; o porquê da escolha da flor; - Assinado por Jenny Seabra.

15	EDITORIAL O Primeiro Lustrro de "Atenéia"	Outubro a Dezembro de 1954, ano V	<p>- sobre o aniversário de cinco anos de Atenéia; sobre a audácia e coragem delas, a situação difícil e encarecimento da vida geral, mesmo assim Atenéia continua, sobre a mulher e sua capacidade administrativa; sobre ser um veículo de solidariedade do continente americano; fala sobre o que se escreve na revista, "coisas alegres e sãs, inofensivas e até mesmo inocentes, mas equilibradas"; "Atenéia" é a vida da Academia, como esta representa uma parcela da vida intelectual do Brasil";</p> <p>- assinado por Jenny Seabra.</p>
16	EDITORIAL (sem outros títulos)	Janeiro a Abril de 1955, ano V	<p>- sobre Lacyr Schettino, que encontrou em uma lista de literatas do País e na qual figuram elevados expoentes da literatura feminina; diz que a moça é sócia correspondente; ela se dedicaria à poesia brasileira, o que levou a pensar sobre a escola modernista; crítica a escola Modernista e, sobretudo, à Futurista; fala da violência contra as "torres de Marfim", escolas passadistas e academias, mas que isso era a ânsia de "abrasileirar as nossas letras", do "cansaço dos moldes europeus", etc.</p> <p>- assinado por Jenny Seabra</p>
17	EDITORIAL (sem outros títulos)	Junho a Agosto de 1955, ano V	<p>- sobre uma notícia da imprensa em que se cogitava voltar ao "problema ortográfico do Brasil", ou seja, de se rever o acordo ortográfico de 1945; o editorial se coloca contra esta proposta, pois o país não estaria em um mar de rosas e tinha coisas de maior importância a tratar; o acordo entre Brasil e Portugal só teria gerado confusão, menosprezando a reforma de 43, sendo que já estavam se acostumando a escrever conforme ela; além disso diz que é um absurdo querer que no Brasil se escreva como em Portugal; a melhor simplificação ortográfica é a de aproximar a linguagem falada da escrita; conclui que: "Não traduz desconsideração ou desafeto à Pátria de Camões ambicionar que o "português" falado no Brasil esteja de acordo com a pronúncia brasileira".</p> <p>- assinado por JENNY SEABRA DE SOUSA.</p>
18	EDITORIAL (sem outros títulos)	Setembro a Dezembro de 1955, ano VI	<p>- fala sobre o sexto aniversário da revista; que passa sempre por dificuldades, no penúltimo número, por exemplo, teve que utilizar um papel inferior, mas no último voltou a ser impressa no mesmo papel das outras edições; diz que são feitas permutas com outras entidades (enviada para países continentais e extracontinentais); Atenéia foi a primeira realização; diz que não teria subvenção oficial, se mantem unicamente através da propaganda comercial e de suas assinaturas; diz que ainda não têm a casa da Intelectual, que é outro anseio delas, mas já tem a sede própria, "hoje de valor duplicado".</p> <p>- assinado por Jenny Seabra de Sousa.</p>

19	EDITORIAL	Janeiro a Abril de 1956, ano VI	<p>- sobre o recebimento da revista “La Educacion”, editada pela União Panamericana, organização de 1890 e “cujo fim é fomentar relações de ordem econômica, social e cultural entre as vinte e uma repúblicas americanas, e promover o intercâmbio amistoso e a paz dentro do continente”; fala que lendo a revista lembrou de comentar sobre seus trabalhos didáticos, que quando estava lecionando História no Curso de Aperfeiçoamento da Escola Normal Flores da Cunha, hoje Instituto de Educação se entusiasmou pelos ideais da União Panamericana e pensou em escrever uma síntese da História da América, para que pudesse configurar nas escolas elementares, já que não fazia parte dos programas; conseguiu apoio da Sec. de Educação e Cultura; compreende que não elegante tratar de assunto próprio no Editorial de uma revista, mas “La Educacion” a levou a isso; fala do intercâmbio amistoso, o desejo da família americana pela paz no Continente, etc., fazendo eco aos ideais americanos e da União Panamericana, Unesco e OEA.</p> <p>- assinado por Jenny Seabra de Sousa.</p>
20	EDITORIAL AS ANTOLOGIAS ESTÃO NA MODA	Maio a Agosto de 1956, ano VI	<p>- sobre a antologia de escritoras e poetisas do Estado que Alzira Freitas Tacques estava organizando, que isto configura no estatuto da ALFRS em seu artigo 5º; dois volumes, incluindo intelectuais de todo o país; pontua que outras antologias estão sendo executadas no país; cita em específico o trabalho de Aurélio Buarque de Hollanda e Paulo Rónai “nomes assás conhecidos no cenário das letras brasileiras”; termina dizendo da leitura e que haverá um quarto volume: “Oxalá possamos lê-la integralmente!”</p> <p>- assinado por Jenny Seabra de Sousa.</p>
21	EDITORIAL (sem outros títulos)	Setembro-Dezembro de 1956, ano VII	<p>- diz que não esperava fazer referência ao Projeto de Reforma da Lei de Imprensa, que vinha sendo debatida pelos “ilustres parlamentares e políticos”; fala sobre as distorções que as reformas às vezes sofrem, que apesar do assunto tratar da imprensa, não era delas, e sim dos políticos, e que como a ALF não admitia política em seus estatutos, elas não deveriam se manifestar, mas igualmente, do que adiantaria comentários femininos sobre “tão importante questão”?, pois enquanto não estiverem organizadas em um partido feminino brasileiro de nada adiantaria; diz que ainda não foram votadas para os cargos que até aquele momento era “apanágio masculino”; e como apenas votantes, pouco apreço teriam em sugestões, estaria tudo bem não fosse o receio que tinham sobre os intuítos contra a Imprensa, ou pior, contra a liberdade do povo brasileiro; no final diz que o problema é simples, reformar ou não a lei, a política é que complicava as coisas; desejam a melhor solução possível, ainda assim;</p> <p>- assinado por Jenny Seabra de Sousa.</p>

22	EDITORIAL (sem outros títulos)	Janeiro-Abril de 1957, ano VII	<p>- recebimento de relatório das atividades do Centro de Letras do Paraná, no biênio 1956-1957; fala que a ALFRS já cumpriu uma série de realizações, mas que somente ficará completa com o estabelecimento da “Casa da Mulher Intelectual Rio Grandense”, que deveria abranger, entre outras instituições, a Editôra da Academia; fala que ganharam muito com a compra da modesta sede, um apartamento no centro da cidade no valor de quase quatrocentos mil cruzeiros; mas realizado um sonho, outros apontam, naquele momento era uma oficina gráfica para impressão de Atenéia e dos trabalhos das acadêmicas, pois “quantos livros inéditos. Quantos trabalhos perdidos por falta de recursos! Quanta atividade sem proveito por falta material para a montagem de uma tipografia anexa à sede” e “por isso não podemos deixar passar o louvável gesto do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, com a doação de elevada quantia útil e digna Entidade. Com o que consta dêste editorial não queremos mais que prestar uma homenagem a quem tão bem sabe compreender as necessidades de uma agremiação tal. Parabéns aos Centristas e parabéns aos paranaenses pela valiosa oferta”.</p> <p>- assinado por Jenny Seabra de Sousa</p>
23	EDITORIAL BRASIL – PORTUGAL <i>Craveiro Lopes</i>	Maio, Junho e Agosto de 1957, ano VII	<p>- sobre o descobrimento, algo visto como heróico, uma data memorável; diz que “Portugal presenteou a América e o mundo, com uma nova e pujante nação” e que “Vivendo em continentes separados, brasileiros e portugueses são como verdadeiros irmãos”; fala do significado especial da visita do GENERAL FRANCISCO HIGINIO CRAVEIRO LOPES e das homenagens a ele e a Portugal; diz que as letras brasileiras e portuguesas estão intimamente ligadas, que a revista mantém “constante intercâmbio cultural com destacados elementos lusitanos, a serviço da difusão literária entre os dois países irmãos”; série de elogios, diz que “A nossa língua, os nossos sentimentos religiosos, as nossas mais antigas tradições vieram de Portugal. Como ignorá-lo, então? Como não dar-lhe afetuosamente o doce nome de “pátria-mãe”? Seria de nossa parte, uma ingratidão sem nome. Palpita em cada peito de brasileiro, um sentimento português”; além disso, diz que é confortador o exemplo dos dois povos nos dias que correm, “cheios de dúvidas e ameaças a toldarem os céus de quase todas as nações”;</p> <p>- assinado por CELY DAL PAI DE MELLO.</p>
24	EDITORIAL O BRASIL E O ANALFABETISMO	Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1957, Ano VIII	<p>- sobre o número de Atenéia que comemora duas datas de significativa importância; Outubro: aniversário de fundação desta revista; dezembro: Natal, festividade máxima do mundo Cristão; reforça que “ATENÉIA, lutando com as dificuldades da época, continua fiel aos seus ideais: difundir as letras gaúchas, levando a todo o país ao estrangeiro a palavra da mulher intelectual dêste Estado”; mas mesmo assim às vezes são surpreendidas por acontecimentos “injustificados e desanimadores”, tal qual a permissão do voto dos analfabetos; crítica severa aos homens que regem os destinos da Pátria, pois se os</p>

			<p>analfabetos tiverem as mesmas condições dos que sabem ler e escrever, não vai precisar se preocupar com a sua educação e de seus filhos; diz que não podem ajudar o analfabetismo desta forma; no final fala sobre o NATAL DE CRISTO, que pode inspirar o povo brasileiro a ideias superiores...</p> <p>- assinado por CELY DAL PAI DE MELLO</p>
25	EDITORIAL SATÉLITES E NAÇÕES	Janeiro – Fevereiro - Março – Abril de 1958, Ano VIII	<p>- sobre os “satélites artificiais” da Terra; sobre os “Sputniks” e a “causa soviética” e os “Exploradores” e as “luas ‘iankees’”; fala que as esferas científicas que as grandes nações tem lançado no espaço sideral provaram que o mundo político se dividia em dois grandes campos de ciência e de inventos destruidores, como também de correntes ideológicas; que a potência bélica se equivalia, a não ser que se surgissem novas descobertas aterradoras; diz que não seria justo as nações menores se submeter a um ou a outro; além disso, fala da última guerra, que demonstrou que os países pequenos e desamparados tiveram que socorrer-se dos mais fortes; que os movimentos internacionais provam que o mundo procurava a união de todas as potências, sob uma só bandeira, e o condutor comum era uma ideologia, um sistema de vida, e que pela primeira vez os governos pretendem chegar a um padrão definitivo de conduta, e que para haver essa escolha, vencerá o que atingir maior violência, podendo levar a humanidade a destruição completa; cada cidadão estaria escolhendo seu “satélite”, porém, diz que se o mundo “puder servir a dois senhores isto é, manter uma coexistência pacífica entre as diferentes ideologias, estará no caminho mais acertado, porque talvez, dando tempo ao tempo, à esclarecedora da ciência, os sábios encontrem a verdade comum, tranquilizando finalmente os povos”;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello</p>
26	EDITORIAL CAXIAS – “A PÉROLA”	Maio – Junho – Julho – Agosto de 1958, ano VIII	<p>- sobre Caxias do Sul, como que foi batizada por Dr. Julio de Castilhos como a “Pérola das Colônias”; enaltecendo os imigrantes italianos, etc.</p> <p>- assinado por CELY DAL PAI DAL MELLO</p>
27	EDITORIAL A PAZ	Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro de 1958, ano IX	<p>- sobre a paz como velho anseio da humanidade; “a guerra é um estado de violência que repugna à formação cristã e não cristã (...)”; sobre a criação da ONU, depois da última guerra para “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”; diz que há um repudio de uma nova guerra, que envolveria ocidente e oriente, num abraço maligno e fatal (...); cita S. Mattheus 5:9: “Bem-aventurados os pacificadores porque eles serão chamados filhos de Deus”;</p> <p>- assinado por Maria Isaura Gameiro</p>

28	Editorial EDUCAÇÃO E CULTURA	Janeiro até Junho de 1959, ano IX	<p>- diz que cada governo costuma desfraldar uma bandeira; no RS se fala “em altas vozes” sobre educação e cultura, escolas, magistério e campanhas de ensino, sendo que: ““ATENÉIA”, a mais fina cultivadora dos dotes intelectuais femininos deste Estado, sente-se autorizada a opinar”; que a Pátria passa por um momento de delicada situação financeira, moral e política, que “os imperativos do progresso, as transições sociais, as doutrinas extremadas, o delicado e perigoso desenrolar dos acontecimentos mundiais, assoberbaram os governos. Em meio a tal estado de coisas, em que nenhuma instituição, ou lei, parece bastante sólida, é muito sadio e oportuno, o interesse pelo assunto educacional da infância e dos adolescentes”; do papel e pesada responsabilidade dos intelectuais, educadores e governantes em relação as crises modernas, necessidade de orientar a mocidade, pois ela está desorientada nessa época; o lar, também cheio de problemas e dificuldades, não dá conta; diz que é preciso multiplicar as escolas e mestres, mas é importante realmente saber as diretrizes que os estabelecimentos escolares costumam seguir, os conceitos que serão ministrados, sendo preciso uma disciplina mais rígida, uma definida orientação moral e religiosa; por fim diz que “A sociedade os [indivíduos íntegros e valorosos] reclama; a Pátria os necessita; a lei de Deus exige!”</p> <p>- assinado por: Cely Dal Pai de Mello</p>
29	EDITORIAL ANIVERSÁRIO	Julho a Dezembro de 1959, ano X	<p>- sobre os 10 anos da “mensageira de fraternidade e de poesia, que é a Revista ATENÉIA”; diz que os 28 números editados foram impressos “dentro das normas de uma elegante e belíssima apresentação gráfica e sob a mais elevada orientação ideológica”; fala da permuta com elementos das letras de outras nações; diz que a revista é um símbolo da ilustração feminina brasileira;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
30	EDITORIAL – BRASÍLIA –	Janeiro a Junho de 1960, Ano XI	<p>- 21 de abril de 1960: inauguração da “moderníssima cidade de “BRASÍLIA” a nova Capital do Brasil”; diz que a interiorização da capital era idéia antiga e que a feição urbanística da Novacap é chamada por alguns de “poema de mármore e cristal”; elogio ao presidente Juscelino; saudação de Atenéia à Brasília;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
31	EDITORIAL DIREITOS DA MULHER	Junho a Dezembro de 1960, Ano XI	<p>- sobre a “‘Campanha Feminista’ pró-equiparação dos direitos civis da mulher”; diz que legislações de países mais adiantados já deram às mulheres plenos poderes civis, libertando-as da situação “degradante e inferior a que ainda está condenada pelas leis brasileiras”, pois casada perde todos os direitos, “vivendo à sombra dos atos soberanos do marido”; ainda sim, diz que não estão “pregando a rebeldia, nem a desmoralização da autoridade masculina no lar conjugal, mas sim a conquista dos mesmos direitos civis, numa legislação que ainda considera a mulher equiparada aos menores,</p>

			<p>aos débeis mentais e aos selvícolas”; diz que a Campanha Feminista está em plena expansão e será difundida em todo o país e que em PoA estava sendo orientada por “elementos expressivos e competentes da melhor sociedade”; diz ainda: “Avante feministas! ‘Talento e eficiência. Não é sexo’ é o vosso lema”;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
32	EDITORIAL	Janeiro a Junho de 1961, Ano XII	<p>- sobre o ato de sonhar, dificuldades e limitações; fala nas “militantes da casa”, e do registro oficial da EDITORA ACADÊMICA; lembram das palavras de Jenny Seabra de Souza da Dra. Aurora Nunes Wagner, o grande nome que fez isso acontecer; conclui que “agora podemos editar, porque temos credenciais”, ainda que faltem as oficinas impressoras;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
33	EDITORIAL	Julho a Dezembro de 1961, Ano XIII	<p>- sobre a paz local e mundial, a sobrevivência da humanidade, pois aproxima-se o Natal e a mensagem dos cristãos alcança os quatro cantos da terra, mas não atinge todos os corações, pois há uma “multidão enorme de ateus, dos semi-ateus, dos materialistas, dos céticos e dos ignorantes em assuntos espirituais e religiosos”; diz que também eles não estão perdidos, pois Deus é bondoso, entre outras coisas; Atenéia então se constitui em uma livre mensageira de fraternidade e compreensão, já que “Temos atravessado difíceis conjunturas sociais e políticas mas o mundo em que vivemos, as vem atravessando ainda maiores, mais complicadas e mais perigosas; fala do iminente perigo de uma catastrófica destruição, de andar de espírito armado e belicoso dentro da Pátria, sobre a família dividida, a nação convulsionada, o exagerado nacionalismo, o bairrismo primitivo cego, o exacerbado espírito partidário e ideológico, o contrasenso e a imprudência dos políticos e governantes do País que tem destruído os alicerces da estrutura nacional, sem falar que “Há bem poucos dias, beiramos uma sangrenta revolução. Não iremos aqui analisá-la, porque não tratamos de política (...)”; “Somos todos filhos de Deus e os transviados precisam do nosso exemplo para voltarem ao redil. Preguemos a moral, o civismo, a pacificação, a verdadeira concórdia (...); conclui dizendo: “GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS E NA TERRA, PAZ AOS HOMENS DE BÔA VONTADE”.</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
34	EDITORIAL	Janeiro a Junho de 1962, Ano XIII	<p>- sobre a mulher intelectual moderna, que é um termômetro pelo qual se mede a temperatura do progresso, da cultura e da qualidade moral de um país; diz que “a finalidade de uma mulher intelectual, não é apenas o seu recreio, ou a satisfação pueril de uma vaidade” – valores superiores; sobre a orientação da ALFRS nesses 19 anos de existência, pelo trabalho das associadas e feliz escolha de seus membros, neste momento em que “o nosso país e a humanidade inteira, vêm sofrendo os mais duros revezes e as fundamentais modificações de sua estrutura econômica, social e</p>

			<p>política”; a mulher do mundo atual não é mais boneca decorativa, quebrou os grilhões de escrava, rasgou os códigos arcaicos que a qualificavam como inferiores, etc., buscando altos postos nos mais variados setores; diz também que a mulher triunfou, ao lado do companheiro de jornada, o homem, sem querer rivalizar, a mulher moderna não é Amazona nem Walquíria, é aliada e conselheira; da posição anterior, “de escravas lacrimosas, passamos a sorridentes libertas” pela própria luta, etc., sem perder a feminilidade e sensibilidade...</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
35	EDITORIAL Salve! Atenéia!	Julho a Dezembro de 1962, Ano XIV	<p>- sobre os 13 anos da revista; diz que “na vida das agremiações como das pessoas, ao lado dos dissabores e surpresas de cada dia, há também os momentos culminantes de felicidade”; cita exemplo de Maria Josefa Barreto Pinto, primeira mulher jornalista no RS, Andradina de Oliveira e Revocata de Mello, fundadoras das revistas literárias “Escrínio” e “Corimbo” que fez pensarem no lançamento de uma revista; ressalta que “se é verdade que não temos cores partidárias, políticas ou religiosas, também não toleramos doutrinas exóticas; materialistas ou malsãs, capazes de corromper a juventude”; fala sobre a “luta” de Atênea; sobre o intercâmbio literário entre os estados da união e os países pan-americanos, continente europeu e até África (exposição de livros em Angola em 1959); inclusão na Unesco; opinião da socióloga mexicana Ana Gómez Mayorca sobre a revista;</p> <p>- assinado por Aurora Nunes Wagner.</p>
36	EDITORIAL - Vinte Anos -	Janeiro a junho de 1963, Ano XV	<p>- sobre os vinte anos de fundação da ALFRS, fazendo pequeno histórico, ressaltando a importância de Lydia Moschetti, de quem partiu a ideia, lembrando também dos nomes das outras sete mulheres presentes na primeira reunião, Sras. Dra. Aurora Nunes Wagner, Stella Brum, Alzira Freitas Tacques, Beatriz Regina, Aura Pereira Lemos e Aracy Fróes, “autênticos valores da literatura riograndense”; diz que a academia foi enfrentando a desconfiança de uns e o pessimismo de outros; etc.</p> <p>- assinado por Virgínia Michielin.</p>
37	EDITORIAL A MULHER E A SITUAÇÃO NACIONAL	Julho a Dezembro de 1963, Ano XV	<p>- sobre as referências que ATENÉIA sempre faz ao papel da mulher moderna perante a situação do mundo atual, com isso diz então que a revista vai falar da mulher brasileira e à mulher brasileira numa sugestão de “atitude sábia” diante a “onda avassaladora de incompreensões dogmáticas, políticas, sociais e religiosas que agitam a nossa Pátria, criando-lhe uma situação de insegurança e desconforto permanente”; segue falando de questões nitidamente políticas, falando contra um grupo que não é nomeado, mas assim descrito: “cupins destruidores da liberdade humana, que são os inoculadores das doutrinas totalitárias no coração ingênuo das nações menos desenvolvidas” que são “tendenciosas e atrevidas pretensões totalitárias dos agentes internacionais que semeiam doutrinas exóticas e completamente</p>

			<p>antagônicas aos ideais de fraternidade do povo brasileiro”; trata do código de ética cristã e do trinômio “Deus, Pátria e Família” como alicerce da nação; diz que já temos direitos iguais e não quer que eles sejam suprimidos, pois o que falta são oportunidades iguais; salienta que é preciso ordem e trabalho, além disso, diz que as leitoras de ATENÉIA e as damas brasileiras são chamadas a escolher entre “a liberdade dentro das normas da lei de Deus, ou a escravidão abominável, dentro da forja medonha do materialismo ateu”; conclui dizendo que: “DEUS é VERDADE; DEMOCRACIA é a LIBERDADE. O BRASIL deseja ser livre, progressista e feliz”;</p> <p>- assinado por Cely Dal Pai de Mello.</p>
38	<p>EDITORIAL</p> <p>O</p> <p>EXÉRCITO NACIONAL</p>	<p>Janeiro a Junho de 1964,</p> <p>Ano XV</p>	<p>- sobre o Exército e sua defesa da integridade nacional; diz que é justo neste momento, em que a ordem e a paz foram restauradas, agradecer e honrar às forças armadas, que soube esperar o momento de atuar na defesa da democracia brasileira; além disso, que esta “hora histórica, desperte em todos os brasileiros a vontade de servir”;</p> <p>- assinado por Anita R. Gonzales.</p> <p>Obs.: página seguinte ao editorial consta de uma FOTO-HOMENAGEM: “A Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e Atenéia homenageiam o Exmo. Mal. Humberto Castelo Branco, M. D. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, impetrando-lhe graças dos Céus por um Brasil maior e mais feliz”.</p>
39	<p>EDITORIAL</p> <p>Saudemos o natalício de Atenéia!</p>	<p>Julho a Dezembro de 1964,</p> <p>Ano XV</p>	<p>- saudação ao natalício de Atenéia; 15 anos bem vividos; diz que ela é a “mensageira da mulher gaúcha”, “pregoeira da paz e dos direitos humanos”; dizem ser Atenéia “atualmente a 1.a revista literária feminina, circulando no Brasil”; da peregrinação dentro dos princípios cristãos; da sua difusão dos seus valores intelectuais e de propaganda nacionalista</p> <p>- diz que Dr. Walter Jobim é o patrono da revista, ele teria pronunciado palavras proféticas: “Esta revista está fadada a um acolhimento sem par”; sobre a correspondência da escritora lusa Sra. Luiza Pacheco Martins, que em viagem a Noroega travou contado com dois casais brasileiros e conseguiu mais duas assinaturas para a revista;</p> <p>- assinado por Aurora Nunes Wagner.</p>
40	<p>EDITORIAL</p> <p>À GLORIOSA CAXIAS DO SUL</p> <p>No centenário de sua colonização</p>	<p>Janeiro a Junho de 1965,</p> <p>Ano XVI</p>	<p>- sobre Caxias do Sul; fala do monumento que glorifica o imigrante italiano; enaltecimento dos italianos e de suas dificuldades e realizações;</p> <p>- sem assinatura no texto, já no Sumário consta assinado por Lydia Moschetti.</p>
41	<p>EDITORIAL</p> <p>UMA MULHER – UMA ACADÊMICA – UMA LEI</p>	<p>Julho a Dezembro de 1965,</p> <p>Ano XVI</p>	<p>- sobre a vida e obra de Lydia Moschetti, obras beneméritas etc.; fala da nova vitória da lutadora: a “LEI DO PÁTRIO PODER” aprovada pelo Senado e assinada pelo grande Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o então Ministro da Justiça – Senador Milton Campos; Lei 4655; Lydia tem um “Lar</p>

			do Bebê, que trabalha com adoções de crianças, e também estava realizando o “Banco de Olhos”; - assinado no Sumário consta assinado por Virginia Michielin.
42e 43	A JUVENTUDE	1966, Ano XVII	- sobre a juventude e o exemplo do Gal. Osório, que com 15 anos tornou-se exemplo; sobre as dificuldades de hoje com a complexidade dos cursos escolares e matérias técnicas, muitos jovens atingem a maturidade biológica sem atingirem a capacidade de atuação social.. nessa perturbação, muitos deles “perturbam-se e se transviam, tomando o caminho do vício, cometendo inúmeros desatinos, promovendo graves distúrbios e a conseqüente deformação das leis morais”; diz então que é preciso ter paciência e que as moças precisam de um cuidado especial, “para que compreendam sua própria condição biológica, da qual jamais escaparão, por mais cultas e atualizadas que sejam”; os jovens tem que saber que liberdade não é sinônimo de imoralidade nem de loucura; às mães especialmente cumpre o papel de trazer o interesse aos filhos da religião, esportes, dos assuntos patrióticos, do respeito e obediência ao lar; aos velhos, “ajuizados e conservadores”, cabe alertarem e protegerem os jovens contra os “excessos atuais”, para que fosse preservada a segurança e o decoro da humanidade; - sem assinatura.
44 e 45	A PAZ	1967, Ano XVIII	- sobre a representação da paz no tempo do paganismo (divindade filha de Jupiter e Themis); fala da luta da humanidade pela paz, que para garanti-la, as nações tem se organizado para imporem respeito umas às outras, concretizando a frase latina “‘Si vis pacem para belum’”. – Se queres a Paz, prepara a guerra”; ressalta que a paz é a herança que Jesus deixou; dentre outras coisas, diz que a causa principal das guerras que envolvem o mundo dividido é a falta de uma fé única em um Deus comum, isto resolveria problemas econômicos e sociais; - sem assinatura.
46 e 47	valorização da mulher	1968, Ano XIX	- diz que uma das etapas da evolução social que mais teve significado para o mundo foi a emancipação da mulher; os códigos arcaicos que consideravam a mulher inferior já teriam sido rasgados, pois naquele momento, não sem luta, a mulher ocupava posição destacada no cenário mundial; fala que Jesus foi o primeiro a ensinar que a alma da mulher valia tanto como a de um homem, e a própria mulher provou que o seu intelecto era tão desenvolvido quanto o masculino, o que acontecia era a falta de oportunidades; a mulher ajuda na evolução do planeta, que não conseguiria evoluir sem a presença feminina; diz que ainda não foram vencidas todas as barreiras; conclui que o fim do movimento feminino de emancipação é fazer feliz a humanidade, até aquele momento tão castigada; - sem assinatura.

48 e 49	EDITORIAL	1969, Ano XX	- sobre a conquista da Lua, em 20 de julho de 1969; descreve sobre a importância de tal fato para a história, ciência, etc.; salienta se estariam preparados para estes eventos, que deveríamos reavaliar os nossos conhecimentos científicos, ideias políticas e religiosas, bem como nossos propósitos e padrões moral, a fim de nos certificarmos de que eles poderiam se adaptar a nova era; além disso diz que o “homo-sapiens” daria lugar a um “homo-sideralis”; ATENÉIA também ovaciona os “valentes e bem treinados astronautas norte-americanos”; associações com a fé cristã; conclui com os votos de ATENÉIA: “Diante das conquistas da era espacial, certamente cairão os últimos bastiões do erro e da maldade”; - sem assinatura.
50 e 51	EDITORIAL	1970, Ano XXI	- sobre o homem cósmico, tom de esperança no futuro, mas sabendo que as considerações otimistas não passam de utopias; os astronautas do Apolo 13, as dificuldades, que todos rezavam por eles, que Deus é quem ajuda; porém, ressalta que não foi o mundo inteiro que rezou, pois neste mundo não são todos que tem a mesma fé, não professam a mesma crença, não possui a mesma esperança, finalidade, ideal, doutrina ou religião; diz que nosso planeta é de opositoristas, de anti-irmãos, de inimigos confessos, de adversários permanentes, de seres divididos e movidos por vontades e pensamentos antagônicos; entre outras coisas, diz que “em nosso próprio meio temos sempre os anti_Pátria e os anti_Deus; os contra o bem e os contra a felicidade e a realização humanas”; conclui propondo oração e paz para o ano; - sem assinatura.
52 e 53	EDITORIAL O Sesquicentenário da Independência do Brasil	1971, Ano XXII	- sobre a comemoração do sesquicentenário da Independência, ressaltando que graças ao espírito patriótico e agradecido do presidente Gen. Emílio Garrastazú Médice, os restos mortais de D. Pedro I iam ser trasladados de Portugal para o Brasil; fala sobre D. Pedro I, Napoleão, vinda da família real; elogios ao imperador e ao patriotismo do Presidente Médice; - sem assinatura.
54 e 55	Editorial A Mulher Brasileira e o Sesquicentenário	1972, Ano XXIII	- novamente cita o “nosso grande presidente Gen. Emilio Garrastazu Médici”; diz que o sesquicentenário tem envolvido o povo brasileiro do Amazonas ao Chuí em entusiasmo e exaltação cívica; diz que a mulher brasileira acode ao incitamento da Pátria, uma vez que já estava liberta do complexo de inferioridade, tomava posição ao lado do homem para participar da arrancada do Brasil; diz a mulher naquele momento era séria competidora do sexo forte, batalhava constantemente para ocupar lugares de destaque nos mais variados locais, porém apesar das conquistas, ela ainda não estava completamente equiparada ao homem, ainda precisava reivindicar direitos; há um reforço de atividades compatíveis ao sexo da mulher; fala sobre Noemy Valle (capa da revista); termina com frase de Afranio Peixoto: “Quando elas querem e podem são como os homens e mais do que os homens, porque ainda ficam mulheres”; - sem assinatura.

APÊNDICE E – QUADRO TRAJETÓRIAS DAS FUNDADORAS

INFORMAÇÕES ACADÊMICA	Data e lugar de nascimento	Filiação Pai e Mãe profissões	Educação (escola, nível, local,...)	Carreira e/ou Profissão e/ou Atividades Desempenhadas	Casada? Com quem? Quando? Profissão do Marido	Patrona e cargo(s) na ALFRS. Tipo de Produção.
LYDIA MOSCHETTI “Lydia Bastogi-Gianonni” Cadeira nº 1	14/09/1888 (?) Fucecchio (Itália) Veio para o Brasil em 1907, ficando em São Paulo. Depois passou a residir em POA em 1919 (quando se casou).	Fabrício Bastogi Gianonni e Giulia Carli Gianonni Pai era filho de uma Condessa, mãe de família modesta. Mesmo assim, teria passado necessidades na infância.	Primário e Ginásio (Internato) na Itália Em SP fez cursos de desenho, pintura, música, canto e outras línguas.	Desde a Itália dava aulas, foi professora também em SP (escola e em casas). Também trabalhou num Instituto de Beleza. Soprano, pintora, “assistente social” (filantropa)	Luiz Moschetti , em 1919 (ou 1920). Engenheiro italiano, veio ao Brasil (POA-1915) como representante da FIAT e Casa Marelli Instalou-se em POA e montou uma firma de papel.	Delfina Benigna da Silva Presidente 1943-1947 Diretora do Intercâmbio Cultural 1948-1950 Romance Poesia
AURA PEREIRA LEMOS “Aura das Chagas Pereira” Cadeira nº 2	23/03/1899 Rio de Janeiro (RJ)	Gen. Hipólito das Chagas Pereira e Prisciliana Coelho Pereira Pai – general do exército brasileiro.	Fez os estudos primários na capital de POA cursando mais tarde o Ginásio no Rio de Janeiro.	Professora. Funcionária do Ministério da Viação, e serviu na Repartição dos Telégrafos de POA (“alta funcionária”). Após 1944 pediu transferência para o RJ, afastando-se da ALFRS.	Tarquínio Queiroz de Lemos , em 1920. Industrial	Julieta de Melo Monteiro Vice-presidente 1943-1947 Após a fundação da ALFRS, sua casa foi sede provisória da mesma. Poesia
STELLA BRUM “Stella Evanoska Scheunemann” Cadeira nº 3	03/07/1915 (?) Rio Grande (RS) Ainda pequena passou a residir em POA.	Cap. Frederico Cristiano Scheunemann e Maria Júlia de Almeida Scheunemann Pai - capitão	Fez os estudos na antiga Escola Complementar (hoje, Inst. de Ed. Flores da Cunha) e Escola Superior de Educação Física (?)	Pintora autodidata, romancista, declamadora e jornalista. Pertenceu a várias entidades culturais.	Carlos Pessoa de Brum , em 1930. Odontólogo, (“figura de relevo do PTB”, foi também vereador de POA).	Prisciliana Duarte de Almeida Secretária-geral 1943-1947 Vice-Presidente 1948-1950 Poesia, Crônicas

INFORMAÇÕES ACADÊMICA	Data e Lugar de nascimento	Filiação Pai e Mãe profissões	Educação (escola, nível, local,...)	Carreira e/ou Profissão e/ou Atividades Desempenhadas	Casada? Com quem? Quando? Profissão do Marido	Patrona e Cargo(s) na ALFRS. Tipo de Produção
<p>ALZIRA FREITAS TACQUES</p> <p>“Maria Alzira Castilho Freitas”</p> <p>Cadeira nº 4</p>	<p>08/07/1911 (?)</p> <p>São Borja (RS)</p> <p>Veio bem jovem para Porto Alegre, onde a família fixou residência.</p>	<p>Tenente Carlos Cardoso de Oliveira e Maria das Dores Castilho de Freitas</p> <p>Pai – Oficial do exército; (Neta materna de general).</p>	<p>Mãe ensinou-lhe as primeiras letras; primário no Colégio Fernando Gomes. Ingressou no Col. Bom Conselho, depois na Escola Complementar p/formação de professoras.</p>	<p>Teria abandonado os estudos p/formação de professoras ao se casar; pertenceu a várias entidades culturais. Funcionária (1948-1970) da Agência Central dos Correios e Telégrafos de POA (auxiliar de escritório VII, e trabalhou também na Sessão de Protocolo).</p>	<p>Carlos Ribeiro Tacques (era desquitado, casaram-se no Uruguai)</p> <p>(Poeta, escritor e advogado)</p>	<p>Carmem Cinira</p> <p>Oradora Oficial 1948-1950</p> <p>Poesia (Pesquisas)</p>
<p>ARACY FRÓES</p> <p>“Araci da Silva Froes Peres”</p> <p>Cadeira nº 6</p>	<p>08/02/1907</p> <p>Porto Alegre (RS)</p>	<p>Antônio da Silva Fróes Jr. e Elvira Coelho Fróes</p> <p>Pai – “capitão de Fragata”</p>	<p>Curso completo com “provetca educacionista” Dona Luíza d’Azambuja. Fez cursos de contabilidade e datilografia.</p>	<p>Comerciária e poetisa; colaborou com vários jornais de POA, do RS e do Brasil. (utilizava o pseudônimo de <i>Geralci</i>).</p>	<p>Mário Peres</p> <p>?</p>	<p>Amália dos Passos Figueiroa</p> <p>Tesoureira 1943-1947</p> <p>PoEsia</p>
<p>AURORA NUNES WAGNER</p> <p>Cadeira nº 9</p>	<p>09/08/1899</p> <p>Quaraí (RS)</p>	<p>Clarindo Nunes e Edwiges Santos Nunes</p> <p>Criada pela avó.</p> <p>Profissão do Pai ?</p>	<p>Curso Primário no Col. Nossa Senhora do Horto, e Ginásio no Col. União (Uruguaiana). Preparatórios no Ginásio Júlio de Castilhos de POA; ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde se formou em 1919 em Odontologia. Cursos de especialização e viagens de estudo dentro e fora do Brasil.</p>	<p>Em 1934 tentou uma vaga na Assembleia Legislativa, pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1936 fez concurso para a Faculdade de Medicina da capital gaúcha, conquistando a “livre-docência” para a cadeira Ortodontia e Odontopediatria. Lecionou na Escola Médico-Cirúrgica de POA, na UFRGS e PUCRS. Em 1951 tomou posse da cadeira da Academia Brasileira de Odontologia, RJ.</p>	<p>Dr. Efraim Wagner, em 1921.</p> <p>(Médico, professor universitário e funcionário do banco inglês).</p>	<p>Ana Cândida Alvim</p> <p>1ª secretária 1943-1948</p> <p>Presidente 1948-1950</p> <p>Poesia, estudos acadêmicos.</p>

ANEXO A
QUADRO ACADÊMICO 2015 (ACERVO ALFRS)¹⁵⁹

- 1.** Delfina Benigna da Cunha: poeta cega e primeira mulher a editar no Brasil.
 (S. José do Norte, RS, 01.07.1791 - Rio de Janeiro, RJ, 13.04.1857)

Lydia (Giannoni) Moschetti: fundadora da ALFRS e romancista
 (Fucechio, Itália, 14.09.1988 – Porto Alegre, RS, 05.08.1982)

Marília Beatriz Cibilis Becker: advogada, escritora e professora

- 2.** Julieta de Mello Moneiro: poeta, diretora do Corimbo
 (Rio Grande, RS, 30.10.1860 – Rio Grande, RS, 27.01.1928)

Aura Pereira Lemos: fundadora da ALFRS, poeta
 (Rio de Janeiro, RJ, 23.03.1899 – Rio de Janeiro, RJ, 19.06.1951)

Anita Ramos Gonçalves: poeta, ecologista e escritora de literatura infantil
 (Cruz Alta, RS, 01.08.1900 – Cruz Alta, RS, 12.1988)

Iria Muller Poças: jornalista e escritora de literatura infantil

- 3.** Prisciliana Duarte de Almeida: poeta e autora didática
 (Pouso Alegre, MG, 03.06.1867 – Campinas, SP, 13.06.1944)

Stella S. Brum: fundadora da ALFRS, poeta e declamadora
 (Rio Grande, RS, 03.07.1915 – Porto Alegre, RS, 27.05.1986)

Blanca Bender Carpena de Menezes: poeta bilingue.

Clair Alves – professora universitária, poeta e escritora.

- 4.** Carmen Cinira (do Carmo Bordini Cardoso): poeta
 (Rio de Janeiro, RJ, 1902 – Rio de Janeiro, RJ, 30.08.1933)

Alzira Freitas Tacques: fundadora da ALFRS, pesquisadora e poeta
 (S. Borja, RS, 08.07.1911 – Porto Alegre, RS, 1976)

Mila Cauduro: romancista, romancista, cronista e política

Carmen Silvia Presotto: poeta, escritora, editora e produtora cultural.

¹⁵⁹ Número refere-se à cadeira. Primeira a ser citada é a patrona, seguida das *imortais* ocupantes.

5. Luciana de Abreu: conferencista, feminista e professora
(Porto Alegre, RS, 11.06.1847 – Porto Alegre, RS, 14.06.1880)

Eudóxia Assumpção Almeida: professora e conferencista
(Jaguarão, RS, 12.05.1887 – Porto Alegre, RS, 1969)

Maria Josepha Pisacco Motta: Mestre em Filosofia e escritora.

6. Amália dos Passos Figueiroa: poeta
(Porto Alegre, RS, 31.08.1945 – Rio Grande, RS, 24.09.1870)

Aracy Froes, fundadora da ALFRS, poeta
(Porto Alegre, RS, 08.02.1907 – Porto Alegre, RS, 29.07.1977)

Núncia Santoro de Constantino: Doutora em História e historiadora
Tania Rossi: escritora, poeta (posse maio)

7. Celina Martins: poeta
(Quaraí, RS, 15/12/1901 – Quaraí, RS, 25/08/1936)

Beatriz Regina Fortunatti: fundadora da ALFRS e professora de música.

Magda Costa (Circe Moraes Palma Monteiro): poeta
(Porto Alegre, RS, 24/03/1913 – Pelotas, RS, 1992)

Marilice Costi: professora universitária e Mestre em Arquitetura.

8. Júlia Lopes de Almeida: romancista, novelista e contista
(Guanabara, RJ, 24.09.1862 – Rio de Janeiro, RJ, 31.05.1934)

Suely de Freitas Prunes: teatrólogo e prosadora
(Alegrete, RS, 12.01.1912 – Porto Alegre, RS, 20.11.1968)

Thaís Florinda (Pinto Lacerda Tatagiba): professora e declamadora
(Rio de Janeiro, RJ, 03.08.1915 – Rio de Janeiro, RJ, 1993)

Dileta Silveira Martins: professora universitária e escritora

- 9.** Ana Cândida Alvim: professora e poeta
(Uruguaiana, RS, 15.02.1854 – Uruguaiana, RS, 09.05.1934)
- Aurora Nunes Wagner: fundadora da ALFRS, dentista e poeta
(Quaraí, RS, 09.08.1899 – Porto Alegre, RS, 08.06.1973)
- Consuelo Andrade Belloni: escritora e poeta
(Porto Alegre, RS, 14.03.1914 – Rio de Janeiro, RJ, 10.06.1989)
- Anna Luiza Thomaz: escritora e pesquisadora (conf. Falec. ??)

- 10.** Francisca Pragner Fróes: médica, feminista e poeta
(Cachoeira, BA, 1872 – Rio de Janeiro, RJ, 21.11.1931)
- Herma Bayer Schüller, médica, feminista, poeta e romancista
(Finnenburg, Alemanha, 10.1894 – Porto Alegre, RS, 02.05.1954)
- Cely Dal Pai de Mello: ufóloga, poeta, romancista e escritora
Nilva Ferraro : advogada, poeta escritora (posse maio)

- 11.** Andradina de Oliveira: conferencista, jornalista e teatróloga
(Porto Alegre, RS, 12.07.1864 – São Paulo, SP, 19.06.1935)
- Otília de Oliveira Chaves: farmacêutica, educadora e escritora
(Tombos, MG, 03.01.1897 – Porto Alegre, RS, 19.04.1983)
- Santa Inèze Domingues da Rocha*: poeta, professora e escritora

- 12.** Revocata Heloísa de Mello: jornalista e dramaturga
(Porto Alegre, RS, 31.12.1853 – Rio Grande, RS, 23.02.1944)
- Universina de Araújo Nunes: professora, romancista e novelista
(Bagé, RS, 07.10 ou 17.03.1899 – Porto Alegre, RS, 28.01.1954)
- Lydia Mombelli da Fonseca: poeta, declamadora e escritora
(Guaporé, RS, 09.05.1912 – Porto Alegre, RS, 14.01.2000)
- Fatimarlei Lunardelli*, professora universitária, pesquisadora e escritora

13. Cândida Fortes de Oliveira Brandão: professora e contista
(Cachoeira do Sul, RS, 23.04.1862 – Cachoeira do Sul, RS, 07.09.1922)

Natércia Cunha Velloso: professora, poeta e musicista
(São Gabriel, RS, 24.01.1892 – Porto Alegre, RS, 09.04.1975)

Nena Silva Saraiva de Almeida: romancista e poeta
(São Sepé, RS 18.08.1927 – Cachoeira do Sul, RS, 05.02.1999)

Clodia Godoy Turra: professora universitária e educadora

14. Marinha Noronha: professora, charadista e articulista
(Porto Alegre, RS, 09.05.1865 – Porto Alegre, RS, 30.09.1945)

Noemy Valle Rocha: ginecologista, folclorista, contista e ensaísta
(Porto Alegre, RS, 24.11.1894 – Porto Alegre, RS, 30.09.1978)

Yeda Roesch: psicóloga, romancista, articulista e cronista (falec.)

15. Carolina Von Koseritz: contista, tradutora e germanófila
(Porto Alegre, RS, 27.10.1865 – Porto Alegre, RS, 09.01.1922)

Maria Von Bassewitz Cesar: advogada, ensaísta e conferencista
(Porto Alegre, RS, 10.02.1904 ou 1914 – Porto Alegre, RS, 20.04.1977)

Hilda Agnes Flores: Mestre em História e historiadora

16. Iolanda Licio Rizzo: poetisa e acadêmica de Direito
(Limeira, SP, 20.04.1925 – Rio de Janeiro, RJ, 06.08.1945)

Déa Rodrigues de Figueiredo: professora e poeta (falec. 2010)

17. Nísia Floresta Brasileira Augusta: feminista e romancista
(Papari, RN, 12.12.1810 – Rouen, França, 24.04.1885)

Jenny Seabra de Souza: professora, articulista e ensaísta
(Porto Alegre, RS, 1884 – Porto Alegre, RS, 29.03.1957)

Miguy Noronha: poeta e cronista
(Belém, PA, 09.05.1905 ou 1927 – Rio de Janeiro, RJ, 1990)

Elaine Maria C.Karam: advogada, contista e pesquisadora (falec.)

18. Antonieta Lisboa Saldanha Lins: professora e poeta
(Rio Pardo, RS, 17.01 ou 03.08.1893 – Rio de Janeiro, RJ, 02.11.1949)

Carmen Cunha Viana: professora de dicção, teatróloga e poeta
(Taquari, RS, 27.06.1919 – Porto Alegre, traslado para Taquari, 1998)

Ivanise Thereza Mantovani: poeta, contista e artista plástica.

19. Irene Ruperti (de Santa Helena): poetisa
(Porto Alegre, RS, 10.10.1908 – São Leopoldo, RS, 31.03.1946)

Maria Belmonte Rheindolff; professora poetisa e pintora
(Santa Maria, RS, 06.05.1911 ou 18.10.1912 – Porto Alegre, RS, 30.08.1986)

Maria Dornelles da Costa: advogada, poeta e escritora

20. Eunice (Utinguassú) Tavares: conferencista e poetisa, cronista
(Porto Alegre, RS, 13.02.1919 – Montevidéu, Uruguai, 02.10.1953)

Heloísa Assumpção Nascimento: advogada, professora universitária e romancista
(Pelotas, RS, 27.05.1915 – Pelotas, RS, 04.05.2005) (falec.)

21. Vivita Cartier, poetisa
(Porto Alegre, RS 12.04.1893 – Caxias do Sul, RS, 21.03.1919)

Selene Medeiros: poeta, declamadora, conferencista e concertista
(Salvador, BA, 26.06.1914 – Rio de Janeiro, RJ, 199?)

Danci Caetano Ramos: poeta, declamadora e professora

22. Lola de Oliveira: poetisa e tradutora
(Porto Alegre, RS, 14.10.1889 – Rio de Janeiro, RJ, 19.04.1965)

Helena Crespo Duarte: advogada, poeta e pedagoga
(Pelotas, RS, 22.05.1920 – Rio de Janeiro, RJ, 25.04.1983)

Nina Maria Harres Tubino: professora, poeta e pesquisadora

23. Ada Macaggi Bruno Lobo: poeta, declamadora e musicista
(Paranaguá, PR, 29.05.1906 – Rio de Janeiro, RJ, 12.11.1947)

Anna Luiza Teixeira: professora, poeta e compositora
(Porto Alegre, RS, 06.06.1916 – Porto Alegre, RS, 30.04.2006)

Cristina Macedo: escritora, poeta, sarauísta, tradutora, professora.

24. Maria Eduarda Alencastro Massot: contista e conferencista
(São Sepé, RS, 25.03.1884 – Rio de Janeiro, RJ, 04.08.1959)

Hecilda Clark: jornalista, teatróloga e escritora
(Porto Alegre, RS, 15.06.1897 – Rio de Janeiro, RJ, 03.05.1990)

Martha Faermann: escritora e memorialista (falec.)

25. Esther Squeff da Silva: poetisa
(Jarguarão, RS, 21.11.1910 – Rio Grande, RS, 23.09.1934)

Diva Machado Pereira Kaastrup: pesquisadora e radialista
(Pelotas, RS, 19.04.1915 – Porto Alegre, RS, 12.09.1983)

Ellen Walkiria Eifler: professora, pesquisadora e cronista

26. Lila Ripoll (Guedes): poeta, musicista e teatróloga
(Quaraí, RS, 12.08.1905 – Porto Alegre, RS, 07.02.1964)

Aracy Dantas de Gusmão Perillo: poeta e declamadora
(Porto Alegre, RS, 26.01.1895 – Rio de Janeiro, RJ, 09.10.1980)

Patrícia Doreen Bins: romancista, tradutora e artista plástica
(Rio de Janeiro, RJ, 24.07.1928 – Porto Alegre, RS, 04.01.2008)

Helenita Rosa Franco: professora universitária e escritora

27. Lúcia (Vera) Miguel Pereira: romancista e ensaísta
(Barbacena, MG, 12.12.1901 – Rio de Janeiro, RJ, 22.12.1959)

Maria Isaura Medeiros Gameiro: professora e conferencista
(Porto Alegre, RS, 11.11.1914 – São Leopoldo, RS, 18.03.2007)

Ana Berwanger: prof. universitária, especialista arquivologia.

28. Cecília Meireles (Benevides de Carvalho): poeta e pedagoga
(Rio de Janeiro, RJ, 07.11.1901 – Rio de Janeiro, RJ, 09.11.1964)

Lia Corrêa (Cecília Corrêa de Mello): poetisa
(Bom Jesus, RS, 23.04.1908 – Porto Alegre, RS, 13.06.1997)

Berenice Sica Lamas: psicóloga, oficinaira, poeta, doutora em Letras

29. Emília Rosa de Marsillac Fontes: poeta e contista
(Laranjeiras, SE, 14.06.1871 – São Paulo, SP, 13.03.1953)

Lydia Jersak Martins: professora e poetisa
(Porto Alegre, RS, 11.04.1913 – Porto Alegre, RS, 22.03.1973)

Ecilda Gomes Haensel: advogada e ensaísta (falec.)

30. Maria Engênia Celso Carneiro de Mendonça: poeta e contista
(São João d'El Rei, MG, 19.04.1886 – Rio de Janeiro, RJ, 06.09.1963)

Ana Luiza Bueno Simas: professora, poetisa e declamadora
(Santana do Livramento, RS, 21.02.1926 – Porto Alegre, RS, 1993)

Fúlvia M. L. Moretto: Doutora em Letras, professora universitária e poeta

31. Ana (Patricia) Cesar (Vieira Rodrigues): feminista e cronista
(Camaquã, RS, 13.11.1864 – Rio de Janeiro, RJ, 14.08.1942)

Teresinha Maria Dieckmann Turcato; poeta, cronista e declamadora
(Rio Grande, RS, 02.11.1930 – Porto Alegre, RS, 15.11.1998)

Teniza de Freitas Spinelli: jornalista, poetisa e museóloga

32. Rita Barém de Melo: poeta e declamadora
(Porto Alegre, RS, 30.04.1840 – Ri Grande, RS, 27.02.1868)

Maria Eunice Müller Kautzmann: poeta, genealogista e pesquisadora

Izabel Eri Diehl Camargo: professora, escritora, poeta

33. Colleta da Silva Müller: poeta
(Rio Grande, RS)

Teresinha Odete Pinto: poetisa, escritora

34. Iveta Ribeiro: poeta, cronista, pintora, dramaturga e radialista
(Rio de Janeiro, RS, 07.03.1886 – Rio de Janeiro, RS, 1963)

Branca Barbosa Maia: poetisa, contista e artista plástica
(Porto Alegre, RS, 10.02.1904 – Santa Maria, RS, 18.04.2003)

Eloá Muniz: Mestre em Ciências da Comunicação, publicitária e professora universitária

35. Francisca Julia da Silva (Münster): poeta
(Xiririca, atual El Dorado, SP, 31.08.1871 – São Paulo, SP, 01.11.1920)

Nonorina Figueiroa Bittencourt: poeta
(Santana do Livramento, RS, 26.01.1895 – Rio de Janeiro, RJ, 1986)

Beatriz de Castro: poeta, professora, especialista em Educação

36. Amália Cagnoto: funcionária federal, poeta e romancista
(São Paulo, SP, 22.06.1895- Porto Alegre, RS, 10.09.1951)

Berta Loforte Gonçalves: poetisa, cronista e dramaturga
(Lisboa, Portugal, 13.05.1885 – Porto Alegre, RS, 09.03.1973)

Maria Dinorah (Luz do Prado): escritora de literatura infantil
(Porto Alegre, RS, 13.05.1925 – Porto Alegre, RS, 15.12.2007)

Lais Chaffe: escritora, poeta, editora, produtora cultural

37. Yde (Adelaide) Schloenbach Blumenschein: Professora, poetisa e feminista
(São Paulo, SP, 26.05.1882 – São Paulo, SP, 14.03.1963)

Maria da Rocha Poças: contista, poeta e escritora de literatura infantil
(Porto Alegre, RS, 03.05.1919 – Porto Alegre, RS, 29.09.1999)

Maria Berenice Dias: desembargadora do Estado do RS e escritora

38. Raquel Prado: cronista e poeta
(Curitiba, PR, 1891 – Curitiba, PR, 1943)

Virginia Michielin: cronista e poeta
(Vacaria, RS, 14.08.1910 – Porto Alegre, RS, 26.07.1988)

Florisbela Carneiro Zimmermann: poetisa, pesquisadora e ensaísta
(Soledade, RS, 26.01.1929 – Porto Alegre, RS, 09.06.2007)

Ana Mello: poeta, cronista, oficinaira, blogueira

39. Leonor Castellano: contista e cronista
(Curitiba, PR, 1899 – Curitiba, PR, 14.01.1969)

Heloísa Dias de Mello: escritora, tradutora e pesquisadora
(Jaguarão, RS, 09.07.1902 – Porto Alegre, RS, 14.01.1999)

Jane (Fraga) Tutikian; professora universitária e escritora

40. Ana Aurora do Amaral Lisboa: educadora, dramaturga e poeta
(Rio Pardo, RS, 24.09.1860 – Rio Pardo, RS, 22.03.1951)

Camila Furtado Alves: pedagoga, radialista e conferencista
(Porto Alegre, RS, 30.06.1880 – Rio de Janeiro, RJ, 07.1962)

Maria Isabel Costa: professora, jornalista, contista, cronista e oradora
(Santa Maria, RS, 1913 – Porto Alegre, RS, 1990)

Gisele Bueno Pinto: advogada, poeta e cronista. (falec.)

Maria Odila Menezes de Sousa: escritora, poeta, professora. (posse abril)

ANEXO B
FOTOGRAFIAS DAS FUNDADORAS E PRESIDENTES DA
ALFRS E DAS DIRETORAS DE ATENÉIA



Lydia Moschetti



Aura Pereira Lemos



Stella Brum



Alzira Freitas Tacques



Aracy Frões



Aurora Nunes Wagner



Camila Furtado Alves



Noemy Rocha Valle



Déa Rodrigues Figueiredo



FONTE: Site da ALFRS¹⁶⁰.

¹⁶⁰ As fotografias foram retiradas do site da ALFRS entre outubro e novembro de 2013. Disponível em: <http://www.alf-rs.org.br/>. Atualmente o site não está acessível.

ANEXO C – FOTOGRAFIAS



Figura 1. “Homenagem da ALF à sua fundadora Lydia Moschetti”. (fotografia sem data, possivelmente homenagem realizada em 1947 segundo ata de novembro desse ano, após Lydia retirar-se da presidência).

Fonte: ARQUIVO DA ALFRS.



Figura 2. Fotografia vinculada na matéria “Um Jantar com as imortais”, da *Revista do Globo*, 14 de agosto de 1943.

Fonte: ARQUIVO DA ALFRS.



Figura 3. “Uma Comissão da ALF em visita ao governador do Estado Dr. Walter Jobim” (Agosto de 1949).

Fonte: ARQUIVO DA ALFRS.



Figura 4. “Uma Comissão da ALF em visita à Primeira Dama do Estado [Ana Jobim] no dia de seu aniversário Natalício – Dezembro de 1949”.

Fonte: ARQUIVO DA ALFRS.